



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL

GYORDANNA PATRÍCIA PEREIRA SILVA

“A gente não é só a casa!” PRODUÇÃO INTELLECTUAL E CONFLITOS: INTELLECTUAIS
QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA – MA E A “EPISTEMOLOGIA DA RESISTÊNCIA”

São Luís
2024

Uema

“A gente não é só a casa!” Produção Intelectual e Conflitos: Intelectuais Quilombolas de
Alcântara – MA e a “epistemologia da resistência”
ANO 2025

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIST
DOUTORADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

GYORDANNA PATRÍCIA PEREIRA SILVA

***“A gente não é só a casa!”* PRODUÇÃO INTELLECTUAL E CONFLITOS:
INTELLECTUAIS QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA – MA E A “EPISTEMOLOGIA
DA RESISTÊNCIA”**

São Luís -2025

GYORDANNA PATRÍCIA PEREIRA SILVA

**“A gente não é só a casa!” PRODUÇÃO INTELLECTUAL E CONFLITOS:
INTELLECTUAIS QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA – MA E A “EPISTEMOLOGIA
DA RESISTÊNCIA”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão, para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Reis Silva

São Luís -2025

Silva, Gyordanna Patrícia Pereira.

“A gente não é só a casa!” produção intelectual e conflitos : intelectuais quilombolas de Alcântara – MA e a “epistemologia da resistência” / Gyordanna Patrícia Pereira Silva. – São Luís, 2025.

204 f. : il.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Produto Educacional da Tese: Plataforma digital "Ovo não briga com pedra, mas lambuza!" Insurreição de saberes e a “Epistemologia da Resistência” dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA. Disponível em: <https://resistenciaquilombolasalcantara.com/>

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Reis Silva.

1. Ensino de História. 2. Intelectuais quilombolas. 3. Epistemologia da resistência. 4. Alcântara. 5. Plataforma digital. I. Título.

CDU 93/94:37(812.1)

GYORDANNA PATRÍCIA PEREIRA SILVA

**“A gente não é só a casa!” PRODUÇÃO INTELECTUAL E CONFLITOS:
INTELECTUAIS QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA – MA E A “EPISTEMOLOGIA
DA RESISTÊNCIA”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão, para a obtenção do título de Doutora em História.

Aprovado em: 11/ 07 /2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
TATIANA RAQUEL REIS SILVA
Data: 14/06/2025 11:41:17 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva. (Orientadora)
(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente
CYNTHIA CARVALHO MARTINS
Data: 14/06/2025 09:23:20 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins.
(PPGCSPA - UEMA - EXTERNA)

Documento assinado digitalmente
DAVI PEREIRA JUNIOR
Data: 13/06/2025 21:28:48 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Davi Pereira Júnior.
(PPGCSPA - UEMA - EXTERNO)

Documento assinado digitalmente
VIVIANE DE OLIVEIRA BARBOSA
Data: 13/06/2025 18:57:32 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa.
(PPGHIST/UEMA - INTERNA)

Documento assinado digitalmente
YURI MICHAEL PEREIRA COSTA
Data: 13/06/2025 16:58:47 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa.
(PPGHIST/UEMA - INTERNO)

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo, por seu exemplo de partilha, justiça e acolhimento.

À Eloísa, minha filha amada, minha calma, minha pressa, meu navio, meu farol, por ter me escolhido para partilhar sua luz.

A Antonio Silva, meu pai, vivo em mim!

À minha mãe, Graça Freitas, por ser âncora desde o meu nascimento, por ter me amparado na minha fragilidade de bebê prematuro, por guiar meus passos pela oração, por partilhar as alegrias e tristezas, os nós e os laços do caminho até aqui.

À minha irmã Georgyanna Andréa, por sua garra e dedicação na trajetória acadêmica, por ser guia para minha entrada na Universidade em um tempo de acesso tão restrito, por amar plenamente Eloísa e pelos cuidados em minha ausência para as pesquisas de campo. Sem seu apoio, minha trajetória teria sido ainda mais pesada.

A meu irmão Georgy Antonio, pelo incentivo, por nossa trajetória juntos desde a infância e pelas orações diárias.

Aos meus sobrinhos queridos, Letícia, Lavínia e Gustavo pela alegria dos momentos e leveza quando crianças e recentemente, pelos desafios advindos do crescimento.

Ao meu amigo irmão Caio Veloso, por seu incentivo, companheirismo no cotidiano do trabalho, por acreditar em minha trajetória e por ser o “dindo” amado de Eloísa.

A meu amigo Davi Pereira Júnior, por nossa longa trajetória de mais de 20 anos na pesquisa, por me acolher com amor, por partilhar seu vasto conhecimento, sua experiência, pela disponibilidade de me acompanhar nas viagens de campo e por oportunizar discussões que auxiliaram nas minhas inconsistências teóricas e por sua amizade.

À amiga Cynthia Martins, por sua leveza, seu carinho, disposição na orientação do projeto de pesquisa para acesso ao doutorado e por partilhar há muitos anos o mesmo ideal de pesquisa.

À amiga Dorinete Serejo, a Neta do quilombo Canelatiua, por sua amizade, por me acolher, me acompanhar na pesquisa de campo, me orientar na análise dos saberes e fazeres de resistência dos quilombolas dos diferentes territórios, por nossas conversas e sorrisos. Agradeço dona Iracema, sua mãe por me receber tão bem em sua casa.

Ao Danilo Serejo, por estar “perto”, por sua disponibilidade e atenção.

Aos amigos Tomás Paoliello Pacheco de Oliveira e Elitiel Guedes pela experiência de pesquisa de campo no âmbito da elaboração da perícia antropológica para apresentação à Corte IDH no caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs Brasil, pela amizade, disponibilização dos mapas e fotos utilizadas na tese e na elaboração do produto educacional.

Aos meus amigos, Werbeth Belo e Antonio Guanacuy, pela amizade, presença e por partilharem as conquistas, alegrias, inquietações e as angústias intermináveis vividas nos quatro anos do doutoramento.

Aos professores e professoras do PPGHIST, aos quais agradeço em nome da professora Tatiana Reis, pela acolhida ao meu objeto de pesquisa e por suas contribuições ao longo do processo de formação do doutoramento.

Aos colegas do doutorado, pela atenção e acolhida.

Aos meus colegas e alunos do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, campus Codó, por oportunizarem um “lugar seguro” de partilha de experiências e construção do conhecimento.

À Mariana Hofer, Felipe Oliveira, Gabriel Mendes e Emanuel Lemos, equipe de Engenharia de Software da UFC, por me auxiliarem na feitura do produto educacional, meus sinceros agradecimentos pelo cuidado e atenção.

Aos intelectuais quilombolas do território étnico de Alcântara pelo exemplo, resiliência e coragem na luta pela re(existência) cotidiana.

RESUMO

A tese intitulada “*A gente não é só a casa!*” Produção Intelectual e Conflitos: Intelectuais Quilombolas de Alcântara – MA e a “Epistemologia da Resistência” versa sobre uma análise acerca do processo em que, frente ao conflito com o CLA nos mais de 40 anos, os intelectuais quilombolas de Alcântara construíram uma “Epistemologia da Resistência”, ancorados na ancestralidade, nos saberes e fazeres de resistência produzidos em seus territórios. A problemática que pautou a tese fora desenvolvida a partir dos seguintes pressupostos: análise do processo de (des)territorialização do conhecimento e das práticas colonialistas como alternativas à hegemonia epistemológica; análise dos conflitos advindos do processo de implantação do CLA ao longo de mais de 40 anos, dos atos de Estado e suas ambiguidades; análise dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas a partir de suas territorialidades específicas, convergindo para a construção de uma “Epistemologia da Resistência”. A pesquisa de campo, subsidiada pelo uso da história oral e das práticas de cartografia social, possibilitou a observação dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara em seus diferentes territórios, permitindo uma abertura das formas de entendimento e dos esquemas interpretativos. Alinhado com a tese de que os intelectuais quilombolas de Alcântara construíram uma “Epistemologia da Resistência”, ancorados na ancestralidade, nos saberes e fazeres de resistência produzidos em seus territórios, elaborou-se o produto educacional intitulado “*Ovo não briga com pedra, mas lambuza!*”: Insurreição de saberes e a “Epistemologia da Resistência” dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA, objetivando a construção de uma plataforma digital para abrigar a análise dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas a partir de suas territorialidades específicas, convergindo para a construção de uma “Epistemologia da Resistência”. Os usuários da plataforma interativa terão acesso à historização do conflito dos intelectuais quilombolas com o CLA desde o processo de sua implantação, à análise dos impactos provocados pelos deslocamentos compulsórios das famílias dos quilombolas para as “agrovilas”, à análise acerca das discontinuidades das políticas públicas, ocasionando deslocamentos em caráter permanente, à historização das mobilizações das entidades representativas dos intelectuais quilombolas e à análise dos saberes e fazeres de resistência do cotidiano dos intelectuais quilombolas em seus diferentes territórios. A plataforma digital subsidiará o ensino de História no que se refere às análises acerca das questões relativas aos conflitos agrários, étnicos, territoriais, movimentos sociais e violação de direitos das comunidades tradicionais, especificamente os quilombolas de Alcântara – MA.

Palavras-chave: Ensino de História - Intelectuais quilombolas - “Epistemologia da Resistência” – Alcântara – plataforma digital

ABSTRACT

The thesis entitled “*We are not just the house!*” *Intellectual Production and Conflicts: Quilombola Intellectuals of Alcântara – MA and the ‘Epistemology of Resistance’* presents an analysis of how, in the face of over 40 years of conflict with the Alcântara Launch Center (CLA), the Quilombola intellectuals of Alcântara developed an “Epistemology of Resistance” rooted in ancestry, and in the knowledge and practices of resistance produced within their territories. The central problem addressed in the thesis is grounded on the following premises: an analysis of the (de)territorialization of knowledge and colonialist practices as alternatives to epistemological hegemony; an analysis of the conflicts arising from the implementation of the CLA over the course of more than four decades, the actions of the State and their ambiguities; and an analysis of the knowledge and practices of resistance by the Quilombola intellectuals, based on their specific territorialities, leading to the construction of an “Epistemology of Resistance.” Fieldwork, supported by oral history and social cartography practices, enabled the observation of the knowledge and resistance practices of the Quilombola intellectuals of Alcântara across their different territories, allowing for a broadening of interpretative frameworks and understandings. Aligned with the thesis that the Quilombola intellectuals of Alcântara developed an “Epistemology of Resistance” grounded in ancestry and local resistance knowledge and practices, an educational product was developed: “*An egg doesn’t fight a stone, but it makes a mess!*”: *Uprising of Knowledge and the ‘Epistemology of Resistance’ of Quilombola Intellectuals from Alcântara – MA*. This initiative aims to create a digital platform for analyzing the knowledge and practices of resistance of Quilombola intellectuals based on their specific territorialities, contributing to the construction of an “Epistemology of Resistance.” Users of the interactive platform will have access to the historical development of the conflict between the Quilombola intellectuals and the CLA since its implementation; to analyses of the impacts caused by the forced displacement of Quilombola families to “agro-villages”; to examinations of the discontinuities in public policies resulting in permanent displacements; to the history of mobilizations by representative Quilombola organizations; and to analyses of everyday resistance knowledge and practices within their various territories.

Keywords: History Teaching - Quilombola Intellectuals - “Epistemology of Resistance” – Alcântara – digital platform.

LISTA DE SIGLAS

ACS – Alcântara Cyclone Space

ADCT – Ato das Disposição Constitucionais Transitórias

AEB - Agência Espacial Brasileira

AST – Acordo de Salvaguardas Tecnológica

ATEQUILA – Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PCCLI - Protocolo Comunitário sobre Consulta Previa Livre e Informado

CEA – Centro Espacial de Alcântara

CF – Constituição Federal

CLA – Centro de Lançamento de Alcântara

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

DPU – Defensoria Pública da União

FETAEMA - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão

GICLA - Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara

GSI – Gabinete de Segurança Institucional

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MABE - Movimento dos Atingidos pela Base Espacial

MOMTRA – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara

MPF – Ministério Público Federal

NEABI – Núcleo de Estudos Afro brasileiros e Indígenas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PGR - Procuradoria Geral da República

SINTRAF – Sindicato dos trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar

SMDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UTM - Urchin Tracking Module

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----|
| Mapa 1: Território das Comunidades Remanescente de Quilombo Alcântara – MA | 25 |
| Mapa 2: Localização das Agrovilas | 88 |
| Mapa 3: Projetando o resultado da expansão proposta pelo Estado brasileiro | 104 |
| Mapa 4: Área Impactada por Reassentamentos e Comunidades Quilombolas de Alcântara. | 172 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|---|-----|
| Foto 1: Pesca em alto mar | 139 |
| Foto 2: Igarapé de Periaçu. | 143 |
| Foto 3: Roça Quilombo Samucangaua | 146 |
| Foto 4: “Agrovila” Só Assim | 150 |
| Foto 5: Coleta da juçara no quilombo Canelatiua. | 152 |
| Foto 6: Cerâmica das artesãs quilombolas de Itamatatiua | 157 |
| Foto 7: Aplicação do produto educacional aos intelectuais quilombolas de Alcântara - Centro de Ciências e Saberes Quilombola Mãe Anica | 179 |
| Foto 8: Centro de Ciências e Saberes Quilombola Mãe Anica | 182 |
| Foto 9: Aplicação do produto educacional ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI e aos discentes do Ensino Médio do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, campus Codó. | 184 |
| Foto 10: Aplicação do produto educacional ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI e aos discentes do Ensino Médio do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, campus Codó. | 185 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: Quilombos que ocupam a área requerida para expansão do CLA | 105 |
| Quadro 2: Cursos e oficinas de capacitação | 132 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| 1.Situando a temática: tema e problema | 18 |
| 2.Notas sobre minha trajetória de pesquisa | 20 |
| 3. Sobre os métodos que fundamentaram a pesquisa e a elaboração do produto educacional | 28 |
| 4. Situando referencial teórico e estruturação dos capítulos da tese | 32 |
| CAPÍTULO I. “A gente tem que construir uma consciência que pra gente construir, tem que tá reunidos!” Intelectuais Quilombolas de Alcântara – MA, desterritorialização do conhecimento e das práticas colonialistas: alternativas à hegemonia epistemológica. | 35 |
| 1.1 | 34 |
| 1.2 “ <i>Os professores trouxeram as palavras, nós já tínhamos os significados</i> ”: Intelectuais quilombolas, processos de territorialização e desconstrução da noção de decadência em Alcântara. | 47 |
| 1.3 “ <i>Eu não sei ler, mas não é por isso, que eu não vou me defender!</i> ”: Intelectuais quilombolas e os desafios da produção do conhecimento, reflexões sobre o campo de tensão epistemológica e política. | 63 |
| CAPÍTULO II. “As comunidades entendem a importância do desenvolvimento, mas não pode ser a partir da lógica racista!”: os atos de Estado e suas ambiguidades. | 85 |
| 2.1 “ <i>Você já viu uma criança mamar e a mãe não querer dar o peito? Foi o que eles fizeram com a gente</i> ”: notas sobre a política de deslocamento compulsório dos quilombolas para as “agrovilas”. | 86 |
| 2.2 “ <i>Lá onde ela tá, já é o suficiente pra ela</i> ”: sobre a implementação da política de expansão da área ocupada pela Base. | 96 |
| 2.3 “ <i>Quem tá matando o filho? É o Estado brasileiro</i> ”: práticas permanentes de deslocamentos compulsórios. | 111 |
| 2.4 “ <i>O Estado através do CLA tem apenas um capitão do mato que fica lá!</i> ”: Intelectuais quilombolas e a construção da perícia antropológica para a Corte Interamericana: resistência política ancorada na resistência epistemológica. | 120 |
| CAPÍTULO III. “A gente não é só a casa”: ancestralidade e os fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA. | 137 |
| 3.1 “ <i>Anoitece sem dinheiro, amanhece com dinheiro, é uma sombra que Deus deu pra nós</i> ”: pesca, as diferentes formas de feitura e uso dos instrumentos. | 138 |
| 3.2 | 143 |
| 3.3 | 147 |
| 3.4 | 149 |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO IV. “Ovo não briga com pedra, mas lambuza!”: insurreição de saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA. | 158 |
| 4.1 “ <i>O mapa não é o território!</i> ”: intelectuais quilombolas, usos de mapas situacionais, reflexividades e resistências. | 159 |
| 4.2 “ <i>Ovo não briga com pedra, mas lambuza, deixa a marca, ponto de resistência!</i> ”: por uma produção coletiva do conhecimento acerca dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara. | 163 |
| 4.3 Estruturação das abas da plataforma interativa: por uma insurreição de saberes e fazeres de resistência. | 168 |
| 4.3.1 Página inicial – “ <i>Ovo não briga com pedra, mas lambuza!</i> ” | 169 |
| 4.3.2 Sobre o conflito entre o CLA e os quilombolas de Alcântara – MA | 172 |
| 4.3.3 Deslocamento compulsórios das comunidades quilombolas para as agrovilas | 173 |
| 4.3.4 Deslocamentos compulsórios permanentes | 174 |
| 4.3.5 Entidades representativas dos quilombolas do território étnico de Alcântara | 175 |
| 4.3.6 Ancestralidade, saberes e fazeres tradicionais dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA: história não escrita da resistência cotidiana em suas diferentes fronteiras. | 176 |
| 4.3.7 Saiba mais | 178 |
| 4.4 Plataforma interativa e experiências de aplicação do produto educacional: “<i>Se você não sabe, você não pode ensinar!</i>” | 178 |
| 4.4.1 Aplicação do produto educacional aos intelectuais quilombolas de Alcântara | 179 |
| 4.4.2 Aplicação do produto educacional ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI e aos discentes do Ensino Médio do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, campus Codó. | 183 |
| 4.5 Notas inconclusivas sobre o produto educacional: “ <i>Ovo não briga com pedra, mas lambuza!</i> ”: insurreição de saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA. | 186 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: “<i>Deixa a marca, ponto de resistência!</i>” notas acerca da “Epistemologia da Resistência” dos intelectuais quilombolas de Alcântara | 189 |
| ANEXOS | 194 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 202 |
| ENTREVISTAS | 204 |

INTRODUÇÃO

1. Situando a temática: tema e problema

O campo intelectual que aborda a história social de Alcântara - MA figurou por muitos anos sob o domínio da ideologia produzida pelos intitulados “notáveis”, autores que produziram atrelados à elite agrária alcantareense e ocuparam múltiplos espaços de poder, através dos quais usufruíam das condições necessárias para tornar relevantes suas produções acerca da historiografia regional. A partir do século XIX, as interpretações referentes às produções dos chamados “notáveis” foram legitimadas recorrentemente por outros autores, que reproduziam o *modus operandi* de escrita, classificando-os como “autores fonte” (Almeida, 2008). Os autores “canônicos” representam pontos de referência que estruturam os espaços teóricos e as representações acerca desses espaços. A prática de tomá-los como referência permeia as relações construídas no âmbito das pesquisas e na elaboração das produções teóricas.

Referendamos por vezes, a partir de nossas percepções, “autores fonte”, sem que haja uma análise acurada dos usos políticos dos conceitos construídos e/ou reproduzidos em seus discursos. A análise de como as ideologias são construídas a partir da lógica de quem as elaboram, a quais interessem servem e como são reproduzidas, pode configurar-se como um ponto de partida reflexivo para minimizar a ideia de unanimidade frente a um determinado padrão explicativo.

O padrão explicativo referido à “decadência da lavoura”, que pauta a análise acerca da história social de Alcântara, no período em que se deu o processo de desagregação vertiginosa dos estabelecimentos agrícolas, provocado pelo declínio nas práticas de cultivo e pela ausência de uma estabilidade industrial no beneficiamento do algodão, ocasionando o abandono das fazendas (Almeida, 2006), respaldou um número significativo das produções teóricas referidas à situação social de Alcântara no recorte temporal que abrange os séculos XIX e XX. Sobre o uso difuso do padrão explicativo na produção intelectual, em diferentes gêneros e espaços sociais, Almeida (2006, p. 31) afirmou que

Cristalizados de forma tal nas interpretações correntes que tem da situação econômica e social da região, estes esquemas, tidos como originais e singulares no início do século XIX, transformaram-se em lugar corrente na produção intelectual contemporânea. Diluídas no senso comum, as noções que os integram adquiriram a força de um adágio. Assumiram um papel similar àquele dos provérbios e ditados populares, sendo representadas como resultado de trabalhos anônimos porque vistas como de uma lógica irretorquível e de uma naturalidade a toda prova.

Partindo da análise da produção intelectual dos “notáveis” e da subordinação de seus intérpretes, Almeida (2006) construiu a categoria analítica intitulada ideologia da decadência¹, desvelando como os suportes intelectuais que subsidiam as diferentes interpretações atuam na estruturação de uma epistemologia única acerca da história social de Alcântara, legitimando as classificações excludentes sobre os grupos sociais que ancestralmente ocupam o território. Frente ao esfacelamento das fazendas, os quilombolas estruturaram o cotidiano nos territórios a partir de práticas de resistência que ressignificaram a noção de decadência tão evidenciada nos discursos elaborada para desprestigiar os grupos sociais, sejam indígenas, escravizados e pequenos produtores agrícolas. As práticas de resistência asseguraram a permanência e construíram a autonomia sobre o território. Avalio esse processo de estruturação da autonomia dos quilombolas como uma experiência significativa de uso dos saberes e fazeres como instrumentos de resistência.

A partir do processo de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, iniciado na década de 1980, os quilombolas reafirmaram o fortalecimento de suas fronteiras e ancorados na ancestralidade, organizaram-se por meio de ações coletivas e ressignificação dos conceitos que os classificavam e inferiorizavam.

Tomando esses dois contextos como instrumentos analíticos, desenvolvi a tese de que os intelectuais quilombolas de Alcântara construíram uma “Epistemologia da Resistência”, ancorados na ancestralidade, nos saberes e fazeres de resistência produzidos em seus territórios. Objetivei a problemática que pautou a tese a partir dos seguintes pressupostos: análise do processo de (des)territorialização do conhecimento e das práticas colonialistas como alternativas à hegemonia epistemológica; análise dos conflitos advindos do processo de implantação do CLA ao longo de mais de 40 anos, dos atos de Estado e suas ambiguidades; análise dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas a partir de suas territorialidades específicas, convergindo para a construção de uma “Epistemologia da Resistência”.

Em consonância com a tese de que os intelectuais quilombolas de Alcântara construíram uma “Epistemologia da Resistência”, ancorados na ancestralidade, nos saberes e fazeres de resistência produzidos em seus territórios, desenvolvi o produto educacional intitulado *"Ovo não briga com pedra, mas lambuza!"*: Insurreição de saberes e a "Epistemologia da Resistência" dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA, objetivando a construção de

¹ Realizei o detalhamento acerca da ideologia da decadência no Cap. II da tese, na seção intitulada 1.2 “Os professores trouxeram as palavras, nós já tínhamos os significados”: Intelectuais quilombolas, processos de territorialização e desconstrução da noção de decadência em Alcântara.

uma plataforma digital² para análise dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas a partir de suas territorialidades específicas, convergindo para a construção de uma “Epistemologia da Resistência”.

Os usuários da plataforma interativa terão acesso à historização do conflito dos intelectuais quilombolas com o CLA desde o processo de sua implantação, à análise dos impactos provocados pelos deslocamentos compulsórios das famílias dos quilombolas para as “agrovilas”, à análise acerca das discontinuidades das políticas públicas, ocasionando deslocamentos em caráter permanente, à historização das mobilizações das entidades representativas dos intelectuais quilombolas e à análise dos saberes e fazeres de resistência do cotidiano dos intelectuais quilombolas em suas comunidades.

2. Notas sobre minha trajetória de pesquisa

Minha inserção no campo da pesquisa se deu nos anos iniciais da graduação em História, a partir das ações desenvolvidas no âmbito do grupo de estudos intitulado Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia – GESEA, fundado em 2003 e abrigado no Centro de Estudos Superiores de Caxias, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. O GESEA é vinculado ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA³, que agrega uma rede de pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior com formações acadêmicas distintas. Objetivando-se desenvolver o mapeamento social das comunidades tradicionais a partir de categorias de auto atribuição que as definem, o PNCSA cria as condições para intensificar os debates, assegurando os meios para que tais comunidades discutam suas territorialidades específicas, subsidiadas por um amplo esquema conceitual interpretativo acerca das realidades localizadas.

O mapeamento social georreferenciado apresenta informações localizadas que consolida uma nova modalidade de descrição etnográfica, aberta, densa e amparada na análise da pluralidade das situações localizadas. Tal descrição de pretensão plural (Almeida, 2013), reelabora as relações de pesquisa entre pesquisadores e agentes sociais, na medida em que, as práticas de trabalho de campo são ressignificadas, apresentando-se em planos sociais diversos,

² Realizei o detalhamento acerca da plataforma digital no Cap. IV da tese, na seção 4.3 intitulada Estruturação das abas da plataforma interativa: por uma insurreição de saberes e fazeres de resistência.

³ O PNCSA é coordenado desde 2005, por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Antropólogo, Professor visitante do PPGCSPA-UEMA, Pesquisador CNPq.

com análises de categorias de entendimento, categorias de auto atribuição elaboradas pelas comunidades tradicionais em diferentes territórios.

Cursando a disciplina Antropologia I sob a orientação da antropóloga Arydimar Gaioso⁴ fui convidada, juntamente com alunos de outros cursos de graduação, a exemplo de Geografia, a compor o GESEA, grupo de estudos que a partir de reuniões periódicas semanais, nos apresentou, de modo detalhado e orientado, um referencial teórico que subsidiou minhas escolhas como pesquisadora ao longo de minha trajetória acadêmica na tentativa de produzir enfrentamentos permanentes, objetivando relativizar a ideia hegemônica sobre a produção do conhecimento.

Os desafios de questionar os discursos hegemônicos sobre a produção de saberes (Spivak, 2010) apresentavam-se com nitidez, apesar de me faltarem as condições teóricas de análise. As escolhas teóricas de parte dos professores que compunham o quadro na graduação de História nesse período, revelava com acuro, um campo historiográfico dotado de um discurso hegemônico que não permitia, a despeito de não se analisar “objetos de estudos históricos”, a partir de uma lógica de critérios evidentemente definidos na produção acadêmica, uma série de entraves à tentativa de produzir a partir de um outro viés de pesquisa.

As discussões entre os professores orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC eram permanentemente pautadas pela definição do que era ou não um objeto de estudo histórico, a metodologia a ser utilizada e a forma como se tratava os dados da pesquisa. As entrevistas eram tratadas com uma base essencialista em que o agente social era tido como informante, cabendo ao pesquisador a tarefa de atuar basicamente como porta-voz. Na contramão desse discurso, a fundamentação teórica (Bourdieu, 1989; Geertz, 1989; Anderson, 1988; Almeida, 1996; Oliveira, 1998), que tínhamos a partir do plano de leituras no GESEA e com as pesquisas de campo, nos mostrava que as dificuldades são universalmente partilhadas e que, a perspectiva de se apropriar dos instrumentos analíticos para a consolidação de uma sociologia reflexiva (Bourdieu, 1989) deve se constituir um exercício permanente na trajetória de pesquisa.

É nesse contexto inicial de construção do eu enquanto pesquisadora que ocorrem as primeiras aproximações com a pesquisa de campo, especificamente uma proposta de elaboração de fascículos⁵ acerca das situações cotidianas vividas por quilombolas dos municípios de

⁴ Arydimar Gaioso é doutora em Antropologia, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, campus Caxias – MA, coordenadora do Mestrado em Cartografia Social, ofertado na UEMA, campus São Luís e pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA.

⁵ Os fascículos são parte da produção intelectual desenvolvida pelo PNCSA a partir da aplicação da cartografia social com povos e comunidades tradicionais de diversos territórios brasileiros e o mapeamento social de povos e

Caxias, Matões, São João do Sóter e Coelho Neto, municípios do leste maranhense. Tal exercício, coordenado pela antropóloga Arydimar Gaioso, apresentava-se como demanda das atividades previstas pelo PNCSA, que simultaneamente, realizava o mapeamento social de povos e comunidades tradicionais em diversos territórios.

A pesquisa de campo com acadêmicos de graduação, das áreas de História e Geografia, do Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC/UEMA que compunham o GESEA, percorrendo quilombos de Caxias, Matões e São João do Sóter, em 2006, especificamente 19 comunidades tradicionais⁶ estruturou a feitura dos fascículos intitulados Quilombolas de Caxias⁷ e Quilombolas de Coelho Neto⁸. Tais fascículos apresentam informações acerca das comunidades quilombolas com territórios reconhecidos e comunidades quilombolas com territórios reivindicados, indicam os principais conflitos agrários vivenciados entre os quilombolas em razão dos grandes empreendimentos de grupos econômicos, a exemplo das atividades relativas à cana-de-açúcar e bambu, afetando diretamente a reprodução social das comunidades e realizam o mapeamento social das entidades representativas e as diversas formas organizativas dos quilombolas em associações.

O processo de pesquisa de campo e a elaboração dos fascículos ocorreu subsidiados pela metodologia de mapeamento social desenvolvida pelo PNCSA, com a realização de oficinas de mapas desenvolvidas com os quilombolas, apresentação de croquis dos mapas produzidos a partir dos pontos georreferenciados na pesquisa de campo e discussões prévias acerca das informações coletadas.

O exercício de pesquisa de campo, a realização de oficinas de mapas e elaboração dos fascículos permitiu que categorias de entendimento, a exemplo de quilombos, fossem analisadas a partir de uma resignificação que denota dinamicidade, expressando um campo de disputas políticas e teóricas em torno da definição do que é classificado ou não como quilombos. Ocorre que o processo organizativo das comunidades por meio de entidades representativas

comunidades tradicionais da Pan-Amazônia. Consulte o site do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, <http://novacartografiasocial.com.br/> para acessar os fascículos disponibilizados em PDF.

⁶ Os quilombos mapeados foram respectivamente, Jenipapo, Gameleira, Quilombo, Trabalhosa, Lavras, Jaboti, Olho D'Água do Raposo, Usina Velha e Nazaré do Bruno, Mocambo, Soledade, Mimoso, quilombos do município de Caxias – MA, Mandacaru dos Pretos, Assubiante, Cana Brava das Moças, quilombos do município de Matões – MA e Santo Antonio dos Mandingas, Morada Nova, Cipó das Cambraias e Jacarezinho, quilombos do município de São João do Sóter – MA.

⁷ Para consultar o fascículo Quilombolas de Caxias – Maranhão, n8, da Série Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos, acesse o site do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, <http://novacartografiasocial.com.br/>

⁸ Consulte o fascículo Quilombolas de Coelho Neto – Maranhão, n19, da Série Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos, acesse o site do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, <http://novacartografiasocial.com.br/>

coletivas foi construindo as condições necessárias para que conceitos como quilombo, cunhado no período colonial, fossem redefinidos observando-se as situações sociais específicas vivenciadas pelos agentes sociais. Houve um deslocamento de um conceito homogêneo e naturalizado para a observação de um conceito polissêmico que expressa as diversas formas de territorialidade e de uso dos recursos naturais.

A ruptura teórica com os conceitos naturalizados e historicamente cristalizados não se deu sem confrontos internos permanentes. A inclinação para uma interpretação essencialista que atrelava os artefatos achados à ideia de “original” e “tradicional” era regularmente presente em minhas observações no campo. Correntes, chaves, ruínas, paredes, poços, peças dos antigos engenhos e pilões eram artefatos apresentados pelos quilombolas nas visitas de campo e esses elementos me levaram a ressignificar, ancorada nas referências teóricas estudadas, o conceito de quilombo⁹ apreendido anteriormente. O exercício constante imposto pelas minhas inconsistências teóricas me impulsionou a pensar sobre minha prática científica e a definir meu rumo como pesquisadora.

O objeto de estudo de TCC elaborado na graduação, monografia intitulada Comissão Pastoral da Terra – CPT: a experiência caxiense¹⁰ se apresentou como um divisor de águas na minha forma de escrita e nas relações estabelecidas com os agentes sociais envolvidos. Percorri um campo vasto de entrevistas com trabalhadores rurais em assentamentos, sindicatos, associações nos municípios de Matões e Parnarama – MA, áreas em que a atuação da CPT/Caxias se concentrava com mais ênfase nesse período em razão dos conflitos agrários. Acompanhei o trabalho realizado pelos agentes sociais nas sedes da CPT/Caxias e CPT/ São Luís, entrevistei agentes pastorais, analisei relatórios, atas de reuniões, vivenciei a rotina de acolhimento dos trabalhadores rurais para assessoria jurídica frente aos conflitos e ameaças sofridas, o que me possibilitou compreender a latência dos conflitos agrários no Maranhão.

Segui para o Curso de Especialização em Sociologia das Interpretações do Maranhão: Povos e Comunidades Tradicionais, Políticas Étnicas e Desenvolvimento Sustentável¹¹, realizado pela UEMA no período de julho de 2008 a maio de 2009, em São Luís. O Programa ofertou três módulos de disciplinas que intensificaram os debates acerca dos fundamentos

⁹ O conceito de quilombo desloca-se, de uma definição colonial imposta histórica e juridicamente, em um esforço classificatório que criminaliza, para uma compreensão do campo conceitual, construída a partir das especificidades vivenciadas pelos agentes sociais que se autodefinem como quilombolas, evidenciando a consolidação de uma identidade coletiva.

¹⁰ Monografia apresentada em 2006, na Licenciatura em História – UEMA/Caxias.

¹¹ Especialização criada em 2008, a partir de um convênio firmado entre UEMA/GESEA, a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA e Secretaria de Igualdade Racial – SEIR.

antropológicos, econômicos e políticos necessários para a análise dos processos de luta travados pelos povos e comunidades tradicionais em suas diversas fronteiras. No âmbito dessa especialização, desenvolvi o trabalho de conclusão de curso, um artigo intitulado O Rito no Cemitério: uma etnografia do Boi Jardim da Ilha do município de Caxias – MA¹². O trabalho desenvolvido durante esse campo, evidenciou, de modo latente, as nuances das dificuldades que permeiam uma descrição etnográfica, a densidade das observações, o esforço permanente no intuito de minimizar os efeitos da violência simbólica exercida por minha constante presença na realização dos ritos.

As reflexões teóricas acerca da prática enquanto pesquisadora se intensificaram ao longo do trabalho de campo, por meio de uma compreensão de que as distorções presentes na estrutura da relação de pesquisa, devem ser reconhecidas (Bourdieu, 1997) e que esse exercício de reflexividade reflexa deve ser inerente à própria prática científica. O ato de falar sobre as dificuldades que pautam o trabalho de campo, permite a meu ver, a desnaturalização das práticas de observação sistemática¹³, da realização de entrevistas, da metodologia aplicada, nos impelindo a construir condições de possibilidades para uma efetiva descrição aberta, plural, que evidencie o entendimento e a compreensão das especificidades das questões em análise.

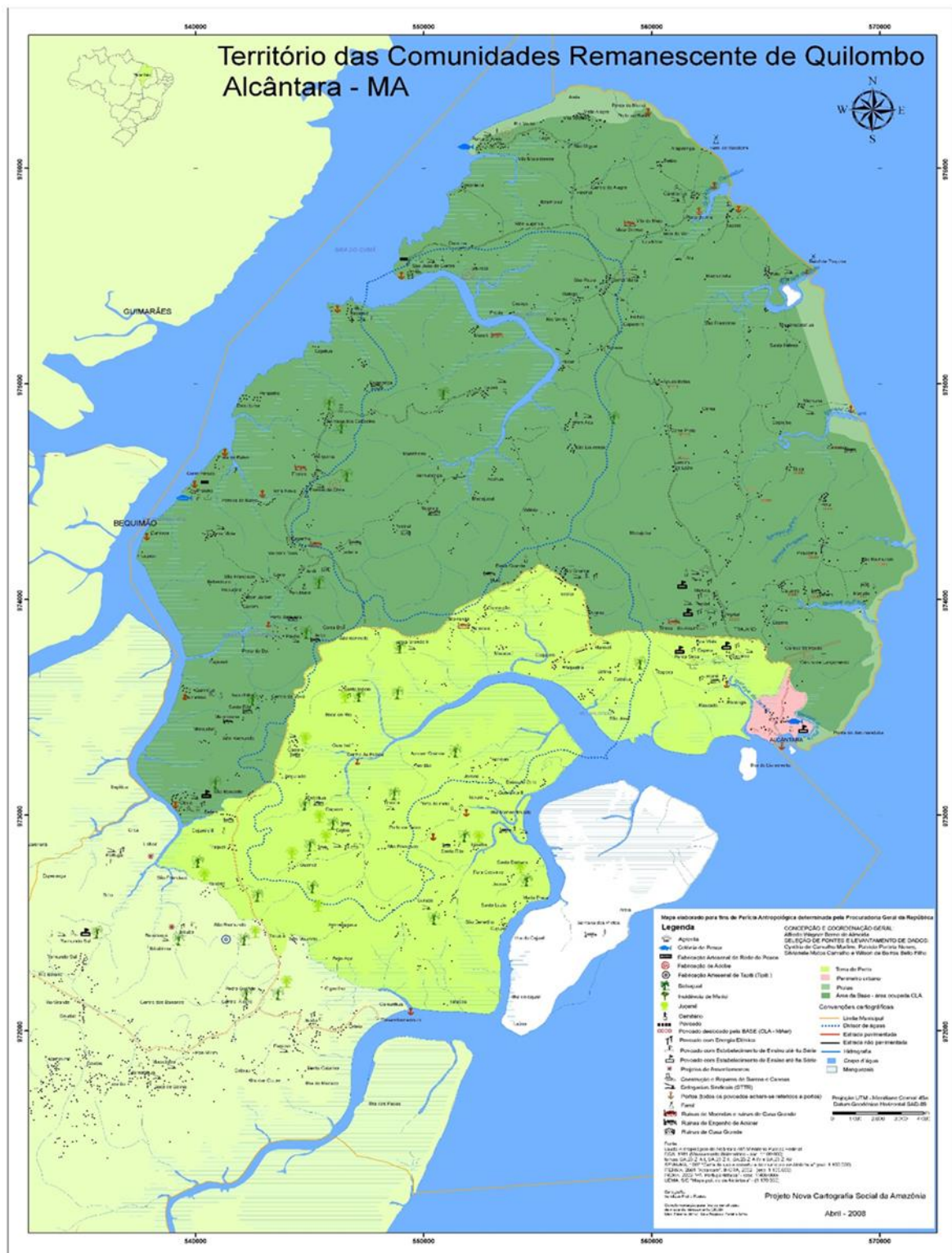
Minha relação de pesquisa com os quilombolas de Alcântara se deu antes que eu estivesse fisicamente no território. Por ocasião da feitura do fascículo intitulado Quilombolas Atingidos pela Base Espacial de Alcântara - Maranhão¹⁴ lançado em 2007, em que contribuí, de forma tímida, na organização das informações para a primeira versão que seriam encaminhadas à edição, basicamente me detive à digitação dos nomes das comunidades quilombolas e de suas lideranças que constituíam o STTR e o MABE, entidades representativas da luta. Compreendi, ao analisar essas informações, a complexidade que permeava pensar em termos de relações o território de Alcântara, observando a rede de solidariedade entre os quilombolas de comunidades distintas, a saber os quilombos de Espera, Canelatiua, Peru, Brito,

¹² Este artigo foi publicado no livro intitulado Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais, da Coleção pedagógica Interpretando a Amazônia, que reuniu os trabalhos produzidos por alunos de cursos de graduação e especialização que discutiram temas relativos aos estudos de povos e comunidades tradicionais. Para acesso, consultar o site do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, <http://novacartografiasocial.com.br/>.

¹³ O trabalho de observação sistemática do rito no cemitério realizado pelos brincantes para homenagear os brincantes falecidos se estendeu por cerca de sete horas seguidas em apenas um cemitério. Para melhor detalhamento do ritual no cemitério, consulte na íntegra O Rito no Cemitério: uma etnografia do Boi Jardim da Ilha do município de Caxias – MA, trabalho orientado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

¹⁴ Consulte o fascículo 10, Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara, da Série Movimentos sociais, identidades coletivas e conflitos, no o site do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, <http://novacartografiasocial.com.br/>.

Pepital Peroba, Só Assim, Marudá, Samucangaua, Itapuaua, Oitiua, Baixa Grande, Arenhengaua, São Maurício, Engenho e Terra Mole, quilombos citados na lista.



Ocorre que as entidades representativas STTR e MABE agregavam as demandas de quilombos que, por meio de unidades de mobilização espalhadas por todo o território, organizavam-se e reforçavam os vínculos em defesa do território. O fascículo completo referia-se também às ações realizadas pelo STTR, à organização e realização do Seminário “Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais” em maio de 1999, à lista de acontecimentos referentes ao conflito com a Base Espacial situada em ordem cronológica iniciando-se em 1980 e concluindo-se em 2007, apresentava o mapa intitulado “Território das Comunidades Remanescentes de Quilombo – Alcântara – MA: Territorialidade, Uso dos Recursos Naturais, Sítio Histórico e Conflitos Sociais”, elaborado com base na pesquisa de campo coordenada pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida para fins de perícia antropológica em cumprimento à determinação da Procuradoria Geral da República. Esse mapa¹⁵ construído junto com os agentes sociais e apropriado por eles reproduz o território étnico reivindicado pelos quilombolas.

O II Seminário das Comunidades Quilombolas de Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais¹⁶ foi realizado no período de 01 a 03 de setembro de 2011. Compus a equipe de relatoria do seminário e participei da elaboração do relatório final, desenvolvendo a análise detalhada dos discursos dos quilombolas de Alcântara e dos agentes sociais de entidades parceiras presentes no evento. Esse exercício me permitiu, guiada pelas experiências vivenciadas anteriormente com o PNCSA, construir uma relação de pesquisa mais estreita com os quilombolas de Alcântara e suas produções intelectuais, encaminhando minha análise para a elaboração da dissertação¹⁷ intitulada Produção Intelectual, Movimento Social e Conflitos: o MABE e a luta em defesa da territorialidade apresentada em 2013, no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – UEMA.

Nesse trabalho, tomei como elemento empírico, o MABE para a partir de uma análise desse movimento social em defesa do território étnico, estabelecer um diálogo com a produção teórica sobre Alcântara, observando como os quilombolas, face aos conflitos desencadeados com a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, CLA, ressignificaram categorias de entendimento, a exemplo de etnia e territorialidade, construindo deslocamentos conceituais que fundamentam suas lutas em defesa do território.

¹⁵ Para acesso detalhado as análises referentes ao Seminário de 99 e ao mapa, consulte a dissertação Produção Intelectual, Movimento Social e Conflitos: o MABE e a luta em defesa da territorialidade, de minha autoria.

¹⁶ Organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara – STTR, Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MABE, Fórum de Defesa do Território Étnico Quilombola de Alcântara Instituições em parceria com instituições como PNCSA, SEIR, MISEREOR.

¹⁷ Trabalho orientado pela antropóloga, Dra Cynthia Martins, professora associada da UEMA e pesquisadora do PNCSA.

Analisei a história social da produção teórica sobre Alcântara, a heterogeneidade das versões de autores no debate acerca da noção de “decadência” e como esses discursos apresentam-se materializados em suas produções. Agrupei inicialmente autores que tomam como base a noção de “decadência” em Alcântara, os intitulados “notáveis”¹⁸, que incorporam a ideia de “decadência” para explicar a situação econômica e social de Alcântara no recorte temporal entre os séculos XIX e XX, autores,¹⁹ que, se contrapõem à noção de “decadência” e autores quilombolas²⁰ de Alcântara que frente ao conflito com o CLA, invertem a noção de “decadência”, analisando a consolidação das territorialidades específicas a partir do processo de desagregação das fazendas em Alcântara e produzindo teoricamente articulados às lutas sociais.

O trabalho de construção da dissertação, a pesquisa de campo e a realização das entrevistas com quilombolas que produzem saberes em diferentes fronteiras no território étnico de Alcântara, proporcionaram as condições de possibilidades para a ampliação da análise para além da ideia classificatória hegemônica de produção do conhecimento. A produção intelectual dos quilombolas que não produzem conhecimentos necessariamente atrelados à academia, com domínio de saberes sobre categorias de entendimento ressignificadas no cotidiano, a partir da luta pela garantia do território étnico, evidenciaram um campo de disputa latente pela desconstrução de uma narrativa hegemônica referida a Alcântara. As diferentes interpretações sobre Alcântara e as tensões existentes entre elas, a formação de instâncias de reivindicação de direitos étnicos pela garantia do território, a partir da implantação do CLA, evidenciaram o desnivelamento existente entre os discursos sobre uma mesma questão abordada, apresentando um desdobramento do objeto de análise elaborado na dissertação.

Pensei inicialmente, como detalhado no projeto de doutorado apresentado ao PPGHIST, analisar como os conflitos advindos com a implantação do CLA, a partir da década de 1980, desencadearam as condições para a emergência dos intelectuais quilombolas e da produção intelectual destes, como nova modalidade interpretativa produzida sobre a história social de

¹⁸ Expressão classificatória utilizada de modo recorrente nas produções teóricas para se referir a autores, literatos maranhenses, que compõem um grupo específico que acionam argumentos semelhantes acerca da ideia de “decadência” em Alcântara, a exemplo de Jerônimo de Viveiros em seu livro “Alcântara no seu passado econômico, social e político”, Antonio Lopes (1957) e seu livro “Alcântara: subsídios para a história da cidade” e Josué Montello (1978) com seu livro “Noite sobre Alcântara”.

¹⁹ Especificamente o historiador Wagner Cabral da Costa com o livro intitulado *Ruínas Verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais* (2001) e o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, em seu livro *Ideologia da Decadência* (2008).

²⁰ Analisei produções intelectuais de Davi Pereira Júnior, doutor em Antropologia, especificamente *Territorialidades e identidades coletivas: uma etnografia de terra de santa na Baixada Maranhense e de Danilo Serejo, advogado e cientista político, com a produção intitulada O Direito Constitucional à Terra das Comunidades Remanescentes de quilombo: o caso da Base Espacial de Alcântara –MA.*

Alcântara. O recorte temporal definido na versão inicial do projeto de pesquisa teve como marco inicial a implantação do CLA e a análise dos desdobramentos do conflito com os intelectuais quilombolas em defesa do território étnico de Alcântara, as diversas formas de resistência, a exemplo da criação das entidades representativas, da formação dos quadros técnicos e da produção intelectual dos quilombolas.

A partir da revisitação das leituras, do trabalho de campo realizado para a elaboração da perícia antropológica apresentada à Corte Interamericana e das entrevistas realizadas em etapas posteriores da pesquisa de campo, reelaborei o recorte temporal recuando a análise para o período anterior à implantação do CLA, observando como a resistência política e a resistência epistemológica ancoradas na ancestralidade, constroem um processo de ressignificação da epistemologia hegemônica sobre Alcântara, de modo permanente, a partir dos saberes e fazeres de resistência em suas diferentes fronteiras.

3. Sobre os métodos que fundamentaram a pesquisa e a elaboração do produto educacional

Desenvolver uma pesquisa acerca da construção de uma “Epistemologia da Resistência” e sobre conflito entre os intelectuais quilombolas e o CLA constitui-se um desafio metodológico. As ressignificações realizadas pelos intelectuais quilombolas que se deram antes mesmo do conflito com a Base, construíram uma autonomia própria de luta política que atrelada à força da ancestralidade, possibilitou a reprodução de saberes e fazeres que garantiram a permanência no território. Consequentemente, se formatou uma nova relação de pesquisa, consolidada a partir da autonomia dos quilombolas que passaram a participar ativamente das produções, por meio de ações que agregam os produtos da pesquisa como instrumentos de mobilização e reivindicação pela garantia do território étnico frente ao Estado brasileiro.

A nova relação de pesquisa e a latência do conflito com o CLA fez com que as produções se tornassem coletivas e a rede de relações, que anteriormente era marcada entre pesquisadores e quilombolas, passou a ser relativizada, na medida em que os intelectuais quilombolas passaram a produzir pesquisas, numa escala em que não se hierarquiza o conhecimento, não se classifica quem produz a partir de títulos ou critérios definidos pelas instituições acadêmicas. Ressalto que, minha pesquisa só pode ser objetivada em razão dessa rede de relação, que permitiu que eu “adentrasse” ao território étnico de Alcântara e realizasse entrevistas com intelectuais quilombolas em suas comunidades.

Tal possibilidade foi construída anteriormente no âmbito de minha inserção no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PCNSA, e por meio desta aproximação, foram realizadas várias publicações sobre Alcântara, a exemplo dos fascículos “Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara” e “Luta dos Quilombolas pelo Título Definitivo – Oficinas de Consulta / Alcântara – MA”. As aproximações se deram de modo gradual, culminando em novo objeto de estudo desenvolvido na dissertação intitulada *Produção Intelectual, Movimento Social e Conflitos: o MABE e a luta em defesa da territorialidade*, como evidenciei anteriormente.

No processo de elaboração da tese, conduzi o processo de produção intelectual com a vigilância das condições de utilização das técnicas, de sua adequação ao problema proposto e às condições necessárias ao seu emprego. A pesquisa deve ser pensada a partir de um rigor científico por se tratar de um processo demasiadamente complexo e cabe ao método aplicado, à orientação dos instrumentos teóricos a serem utilizados, não se aplicando a rigidez metodológica²¹ que comumente acomete as pesquisas, como evidencia Bourdieu (2009, p.26). Cabe ressaltar, no entanto, que fazer um exercício de minimizar a rigidez metodológica não significa desprover-se do rigor científico, ao contrário, objetiva-se a multiplicidade dos procedimentos metodológicos como ampliação da perspectiva histórica.

As aproximações sucessivas com o objeto de estudo promoveram uma redefinição e reconstrução da pesquisa por meio das situações que surgiram pelo contato direto com os intelectuais quilombolas. Isso permitiu ultrapassar as fronteiras das entrevistas formais estruturadas anteriormente. Compreendi que a tese deveria pautar a análise sobre a “Epistemologia da Resistência”, os saberes e fazeres de resistência que a subsidiam, sobre a história não escrita da resistência cotidiana em suas diferentes fronteiras. Foram realizadas entrevistas e observação das práticas dos intelectuais quilombolas no desenvolvimento dos fazeres de resistência diversos, a exemplo da feitura de redes de pesca, construção de embarcações, produção agrícola nas roças, quintais e hortas, confecção de artefatos a partir da utilização da fibra do buriti e do tucum, quebra do coco babaçu e feitura do azeite de coco, extrativismo da juçara e do buriti, dentre outras práticas²².

²¹ Bourdieu (2009), ressalta que o “monoteísmo metodológico” interfere no desenvolvimento do objeto de estudo em razão da rigidez e chama a atenção para àqueles que se referem ao método com rigidez, no entanto, efetivam uma prática desprovida de rigor metodológico. Para aprofundamento, consulte *Introdução a uma Sociologia reflexiva*. In: *O Poder Simbólico*, Bourdieu (2009).

²² O detalhamento dessas observações e análises compõem o Capítulo III intitulado “*A gente não é só a casa*”: ancestralidade e os fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA.

A observação dos saberes e fazeres de resistência permitiram uma abertura das formas de entendimento e dos esquemas interpretativos. Considero, nesse sentido, o trabalho de campo crucial, pois a partir da análise do dado etnográfico *in loco*, utilizei a história oral e as práticas de pesquisas desenvolvidas e aplicadas pelo PNCSA, referindo-me ao exercício de mapeamento social, para proceder a análise das situações georreferenciadas e desenvolver a cartografia social.

A pesquisa de campo amparou-se em terreno interdisciplinar, na medida em que, tive a oportunidade de atuar com pesquisadores da área de Antropologia e Geografia, o que possibilitou um diálogo apurado acerca das abordagens conceituais, ampliando as interpretações e georreferenciando memórias dos quilombolas como forma de resistência.

A história oral contribuiu para relativizar conceitos e evitar generalizações das experiências vivenciadas pelos quilombolas. Delgado (2006, p. 6) definiu a história oral como

um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais.

Foram desenvolvidas quatro visitas de campo às comunidades quilombolas, com realização de 30 entrevistas²³ na primeira viagem e observação direta das situações dos saberes e fazeres de resistência no cotidiano dos intelectuais quilombolas em 24 comunidades. Na segunda visita de campo, realizei 11 entrevistas em 7 comunidades e nas duas últimas, realizei 6 entrevistas, em 2 comunidades. Parte das entrevistas foram analisadas no âmbito da elaboração da perícia antropológica apresentada à Corte IDH no caso Quilombolas de Alcântara vs Estado brasileiro. Os mapas situacionais e algumas imagens utilizados no produto educacional foram elaborados para complementar a manifestação pericial. Acessei esse material pelo fato de integrar a equipe definida para a elaboração da perícia.

Considero de suma importância a observação direta das práticas nos espaços sociais por serem lócus de elaboração de discursos e conseqüentemente, organização de narrativas. A escolha dos entrevistados se deu em razão da rede de relações construída no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo PNCSA. Sobre essa rede de relações, Almeida (2016) ressalta que

²³ Confira os nomes e comunidades dos intelectuais quilombolas entrevistados e as respectivas datas das entrevistas no item referências bibliográficas. As entrevistas foram realizadas com anuência das entidades representativas MABE e ATEQUILA e com base no disposto no Texto do Protocolo Comunitário sobre Consulta Prévia Livre e Informada das CCPLI das comunidades quilombolas do território étnico de Alcântara.

[...] Os trabalhos de mais de uma década dos pesquisadores do PNCSA em comunidades quilombolas facultaram condições de confiabilidade mútua para narrativas mais detidas e aprofundadas. Os pesquisadores lançaram mão de técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica, e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que não só nos convidam a novas formas de pensar as relações políticas e os laços de solidariedade que fundamentam identidades coletivas, mas também a própria noção de política (Almeida, 2016, p.7).

De modo simultâneo, foram definidos os materiais que compuseram o produto educacional. A construção de uma plataforma interativa considerou o viés coletivo, observando-se as demandas apresentadas pelos intelectuais quilombolas de Alcântara como critério principal para a elaboração do produto. A interligação entre História, tempo e memória subsidiaram as análises, espelhando vivências relativas ao conflito com o CLA, a exemplo da política de deslocamento compulsórios das famílias para as “agrovilas”, permitindo que por meio das narrativas, as experiências individuais se conectassem com as experiências coletivas. A história oral enquanto procedimento do método qualitativo sustentou o diálogo entre a memória das narrativas, apoiado pela análise documental acerca do conflito e das produções dos intelectuais quilombolas, norteando a produção da tese e elaboração do produto educacional.

Os trechos dos depoimentos evidenciados na escrita estabelecem uma conexão entre o “tempo passado” e o “tempo presente”, possibilitando a análise dos quadros sociais da memória dos intelectuais quilombolas de diferentes comunidades. Delgado (2006, p. 17) ressalta que “a memória ativa é um recurso importante para a transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades”. Compreendo que o registro de versões alternativas e múltiplas conferem singularidade ao uso da história oral e, na medida em que utilizei as práticas da cartografia social e a análise documental, desenvolvi uma condição de alargamento dos instrumentos metodológicos, para dirimir a noção de que o “depoimento fala por si só”. Considerei que destacar trechos dos depoimentos no conteúdo da plataforma interativa auxiliaria os usuários a estabelecer uma relação de proximidade com as experiências vivenciadas pelos intelectuais quilombolas no âmbito individual e coletivo.

O mapeamento dos saberes e fazeres de resistência dispostos no mapa interativo reforçou as singularidades da produção dos intelectuais quilombolas no cotidiano de suas comunidades, apontando para a construção de uma dimensão pluralista em que coloca os quilombolas como produtores de conhecimentos da história não escrita de suas formas de resistência. Há de se evidenciar as limitações inerentes a todo método, ao uso da história oral e da cartografia social e da responsabilidade da pesquisa em privilegiar as narrativas e a oralidade na relativização das interpretações. Com a pretensão de minimizar as “arbitrariedades” da

pesquisa de campo no que se refere aos critérios que subsidiaram as definições de usos dos depoimentos, assegurei que o processo de definição, elaboração e aplicação do produto educacional ocorresse em consonância com as demandas dos intelectuais quilombolas, priorizando o retorno do documento produzido aos entrevistados e às diferentes comunidades que compõem o território étnico de Alcântara.

4. Situando referencial teórico a estruturação dos capítulos da tese

A dureza da tarefa de definição de um referencial teórico que sustente as análises pretendidas é parte significativa do exercício de reflexividade acerca do objeto de estudo. As dificuldades de objetivação sobre os teóricos a serem analisados estiveram presentes ao longo da minha trajetória no processo de doutoramento. A saída para os entraves reside na compreensão de que o mundo intelectual é terreno de luta (Bourdieu, 1998), não sendo fácil estabelecer uma relação crítica com os conceitos e suas interpretações. Revisitar a noção dos limites da minha visão acerca das múltiplas interpretações sobre o mundo social, conduziu minha análise a afastar-me da ambição totalizante de abarcar um referencial teórico extenso que, no entanto, não seria possível de ser analisado, dadas as condições desafiadoras, a exemplo da condição de integrar um programa de doutoramento profissional que por sua natureza, exige a produção da tese e do produto educacional.

É evidente que a definição da teoria que norteará as análises se dá no decorrer da pesquisa. A atualização dos teóricos é inerente ao avanço das análises que vão se alargando na medida em que a pesquisa de campo se realiza. Na minha prática de pesquisa e escrita, não se dissocia as escolhas do referencial teórico das demais etapas da pesquisa. Ocorre que nem é possível dividir a pesquisa em etapas, uma vez que o processo para sua realização é simultâneo.

Apresentarei os teóricos utilizados agregando-os a partir das categorias de entendimento analisadas. As discussões que tratam das categorias hegemonia, epistemologia e alternativas à hegemonia epistemológica pautaram-se na análise de Santos e Nunes (2009), Spivak (1985), Collins (2019) e Kilomba (2019); para discutir as categorias poder e discurso, analisei Foucault (1979), Bourdieu (2004) e Smith (2018); no que se refere ao conceito de intelectual, utilizei Gramsci (1968), Foucault (1989), Deleuze (1972), Bourdieu (1998) e Collins (2009); sobre a história dos conceitos, analisei Foucault (2009) e Koselleck (1992); para discutir a noção de decadência em Alcântara e os deslocamentos conceituais dos intelectuais quilombolas, Almeida (2008), Costa (2001), Martins (2010) Serejo (2020), Dos Anjos (2016) e Pereira Júnior (2021); sobre o conceito de resistência, analisei Scott (2002) e Carneiro (2023);

no que se refere aos saberes, recorri a Foucault (1980) e Collins (2009); para analisar atos de Estado, epistemicídio e necropolítica, utilizei Santos (2009), Bourdieu (2014), Mbembe (2011) e Pereira Júnior (2021); para discutir memória e narrativa, usei Bosi (2022) e Delgado (2006). Outras produções teóricas subsidiaram a elaboração da tese e do produto educacional e suas análises estão dispostas nos capítulos e no conteúdo das abas da plataforma interativa.

A tese intitulada *“A gente não é só a casa!”* Produção Intelectual e Conflitos: Intelectuais Quilombolas de Alcântara – MA e a “Epistemologia da Resistência” está estruturada em quatro capítulos, a saber:

Capítulo I. *“A gente tem que construir uma consciência que pra gente construir, tem que tá reunidos!”* Intelectuais Quilombolas de Alcântara – MA, (des)territorialização do conhecimento e das práticas colonialistas: alternativas à hegemonia epistemológica.

Estruturado a partir de três seções, respectivamente 1.1 Epistemologia ocidental e *modus operandi* de classificação do conhecimento: quem produz saberes?; 1.2 *“Os professores trouxeram as palavras, nós já tínhamos os significados”*: Intelectuais quilombolas, processos de territorialização e desconstrução da noção de decadência em Alcântara; 1.3 *“Eu não sei ler, mas não é por isso, que eu não vou me defender!”*: Intelectuais quilombolas e os desafios da produção do conhecimento: reflexões sobre o campo de tensão epistemológica e política, versa sobre a análise acerca da noção de epistemologia, do *modus operandi* na definição dos critérios de validação dos saberes pela perspectiva hegemônica, partindo-se de uma abordagem unificada da ideia de produção de conhecimento. Analisa o percurso de ressignificação de conceitos, o deslocamento de categorias de entendimento e os entraves vivenciados cotidianamente pelos intelectuais quilombolas nos diversos âmbitos da produção do conhecimento em razão do racismo epistêmico.

Capítulo II. *“As comunidades entendem a importância do desenvolvimento, mas não pode ser a partir da lógica racista!”*: os atos de Estado e suas ambiguidades.

Organizado a partir de quatro seções, respectivamente 2.1 *“Você já viu uma criança mamar e a mãe não querer dar o peito? Foi o que eles fizeram com a gente”*: notas sobre a política de deslocamento compulsório dos quilombolas para as “agrovilas”; 2.2 *“Lá onde ela tá, já é o suficiente pra ela”*: sobre a implementação da política de expansão da Base; 2.3 *“Quem tá matando o filho? É o Estado brasileiro”*: práticas permanentes de deslocamentos compulsórios; 2.4 *“O Estado através do CLA tem apenas um capitão do mato que fica lá!”*: Intelectuais quilombolas e a elaboração da perícia antropológica para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, resistência política ancorada na resistência epistemológica, analisa os principais atos de Estado desde o início do processo de implantação do CLA, evidenciando os

impactos ao longo dos mais de 40 anos para os intelectuais quilombolas em suas diferentes comunidades. Apresenta uma análise sobre as formas de resistência dos intelectuais quilombolas na denúncia de violação de seus direitos frente à Corte IDH e a OIT.

Capítulo III. *“A gente não é só a casa”*: ancestralidade e os fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA.

Versa sobre o mapeamento dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas em suas diferentes fronteiras. Analisa as múltiplas formas de resistência que são construídas no âmbito individual e coletivo no cotidiano das comunidades. Está estruturado em quatro seções, a saber: 4.1 *“Anoitece sem dinheiro, amanhece com dinheiro, é uma sombra que Deus deu pra nós”*: pesca, as diferentes formas de feitura e uso dos instrumentos; 4.2 *“O mato é novo, mas a terra é velha”*: o uso comum das áreas de roça; 4.3 *“Cada lugar tem seu uso”*: outros fazeres de resistência no território étnico; 4.4 *“Tudo que muda, murcha”*: os fazeres de resistência nas agrovilas.

Capítulo IV. *“Ovo não briga com pedra, mas lambuza!”*: insurreição de saberes e a “Epistemologia da Resistência” dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA.

Apresenta o percurso de construção do produto educacional que se refere a uma plataforma interativa elaborada com diversas abas, objetivando a análise das múltiplas formas de resistência dos intelectuais quilombolas frente ao conflito com o CLA. Evidencia o mapeamento social acerca dos saberes e fazeres de resistência elaborado no âmbito da pesquisa de campo. Está estruturado em cinco seções e subseções, respectivamente 4.1 *“O mapa não é o território!”*: intelectuais quilombolas, usos de mapas situacionais, reflexividades e resistências; 4.2 *“Ovo não briga com pedra, mas lambuza, deixa a marca, ponto de resistência!”* : por uma produção coletiva do conhecimento acerca dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara; 4.3 Estruturação das abas da plataforma interativa: por uma insurreição de saberes e fazeres de resistência; 4.4 Plataforma interativa e experiências de aplicação do produto educacional: *“Se você não sabe, você não pode ensinar!”*; 4.5 Notas inconclusivas sobre o produto educacional: *“Ovo não briga com pedra, mas lambuza!”*: insurreição de saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA.

CAPÍTULO I. “A gente tem que construir uma consciência que pra gente construir, tem que tá reunidos!”²⁴ Intelectuais Quilombolas de Alcântara – MA, desterritorialização do conhecimento e das práticas colonialistas: alternativas à hegemonia epistemológica

Os sistemas de classificação e representação do Outro a partir de uma perspectiva ocidental, apoiam-se nas noções de tempo, espaço, raça e gênero e são acionados para assegurar uma interpretação que legitime os sistemas de poder e dominação. A estratégia de inferiorização dos conhecimentos produzidos fora da lógica hegemônica assegura os meios de deslegitimação de outras formas de elaboração do conhecimento a partir de uma vivência própria do mundo social.

A análise acerca de como as teorias são produzidas aponta para a compreensão das contradições na forma de elaboração dos critérios de validação e interpretação do conhecimento. Kilomba (2019) evidencia a importância de criar novas configurações de poder e de reconhecimento das linguagens que não se ancorem na perspectiva colonial, ressaltando a

importância de um percurso de consciencialização coletiva, pois, uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem permite que seja a responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e conhecimento. Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento (Kilomba, 2019, p. 13).

A construção do conhecimento, a partir de um viés que toma a escrita como um ato político, permite a reconfiguração de conceitos e a definição de novas terminologias que, sustentadas nas práticas cotidianas do mundo social, colocam-se como oposição ao discurso ocidental que impõe uma narrativa única e inviabiliza qualquer outra perspectiva de conhecimento que construa epistemologias distintas.

²⁴ Trecho de entrevista realizada em 11 de março de 2023, com sra Sebastiana Alves Costa, 38 anos, quilombola da agrovila Só Assim. Dona Sebastiana nasceu na comunidade Boa Vista, mudou-se posteriormente para a comunidade Trajano, onde vivia da pesca e da agricultura. Após o deslocamento compulsório, passou a morar na agrovila Só Assim. Há 20 anos na agrovila, relata as dificuldades de reprodução social das famílias, tanto no que se refere à construção de novas casas, quanto ao uso das áreas para as atividades agrícolas. Sobre a construção de novas casas, construídas para abrigar os filhos que se casaram e formaram famílias, afirma que “*a gente vai usando de acordo com o que precisa, ninguém briga, discute por causa de terra, não. Para fazer as casas novas a gente reúne a comunidade, lá eu peço o ‘lugar de casa’, daí vão definir o lugar da casa e o tamanho do lote*”. A resistência expressa no trecho da entrevista que intitula o Capítulo I, permite analisar práticas de resistência cotidianas legitimadas pela rede de solidariedade e mobilização dos intelectuais quilombolas. Analisei essa questão com maior detalhamento no capítulo III intitulado “*A gente não é só a casa*”: ancestralidade e os fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA.

1.1 Epistemologia ocidental e *modus operandi* de classificação do conhecimento: quem produz saberes?

O pensamento ocidental construiu um *modus operandi*²⁵ que definiu um projeto hegemônico dotado de critérios de classificação do conhecimento, que articulados à elaboração de uma epistemologia instituiu uma perspectiva de canonização epistêmica. O território epistêmico ocidental associado à ciência moderna elaborou conceitos e categorias de entendimento que inviabilizaram a validação de conhecimentos produzidos em condições diferenciadas, promovendo a reprodução de práticas colonialistas que asseguraram a supressão de outras formas de saberes.

A definição da epistemologia ocidental enquanto território epistêmico se ampara na análise de que o conceito de território acionado na sua construção se reveste de uma lógica universal, pragmática, que utiliza os mesmos critérios de classificação, avaliação e validação do conhecimento. O território epistêmico ocidental²⁶ enquanto categoria não permite a caracterização e validação de outras formas de saberes. O padrão único de produção do conhecimento é naturalizado, reproduzido, referendado de modo recorrente, legitimando-se sem que se estabeleça uma relação de análise das situações em que fora produzido. Ocorre que a produção do conhecimento está fundamentalmente atrelada à condição de abstração, negando-se a visibilidade dos sujeitos que produzem coletivamente saberes socialmente construídos.

O *modus operandi* do pensamento moderno ocidental reflete, de modo recorrente, as práticas excludentes referendadas por critérios de validação que reforçam a ideia de universalidade. A violência da definição e reprodução desses critérios apresentam-se como exclusividade das elites que, autointituladas como cultas, detém a prerrogativa de produzirem teorias que asseguram a garantia das hierarquias e dos privilégios. Collins (2019) ressalta que as elites cultas se apresentam recorrentemente como as detentoras de qualificação necessária para produzir e interpretar teorias, afirmando que “a teoria raramente é construída de modo harmonioso. A maior parte das teorias se caracteriza pela instabilidade interna, passa por contestações e é dividida em razão de divergências de ênfases e interesses”. Nesse sentido, analisar os critérios adotados pelas elites para validarem o referencial epistemológico que produzem apresenta-se como um exercício complexo, mas necessário para elaborar um

²⁵ Expressão compreendida a partir da análise de Bourdieu (1989) que evidencia *modus operandi* como modo de produção científico, dotado de percepção e princípios que norteiam práticas de ver e dividir.

²⁶ A categoria território epistêmico ocidental apresenta-se como reflexo de uma posição político-ideológica que atua classificando e conseqüentemente, hierarquizando grupos sociais, na medida em que promove uma prática de dominação por um determinado grupo que atua numa esfera de poder legitimada por um campo intelectual.

esquema interpretativo que assegure uma compreensão acerca dos usos das teorias como amparo para a reprodução e manutenção dos privilégios.

Os entraves que se apresentam ao analisar o projeto epistemológico da ciência moderna, que reflete a prática eurocêntrica e a dinâmica do colonialismo, colocam as questões relativas ao debate epistemológico em um patamar de evidente disputa, no que se refere à compreensão acerca da definição do que é conhecimento, da relação que se dá entre saberes científicos e saberes outros produzidos fora do âmbito dos critérios acadêmicos.

O arcabouço teórico que sustenta a noção de território epistêmico ocidental se reveste de uma prática colonialista de dominação que subjuga outras formas de saberes, definindo-as a partir dos critérios de validação, e, conseqüentemente, não as reconhecendo como resultantes das relações com as situações em que são produzidas. Os saberes são colocados numa escala de hierarquização que os inferioriza, sem que se analisem as condições e as mobilizações que constituíram suas produções. Collins (2009) evidencia que a desigualdade forjada no âmbito do poder se reproduz na desigualdade de reconhecimento do ponto de vista dos grupos que elaboram saberes fora da instância hegemônica. A supressão dos “saberes subjugados” fortalece o poder e a legitimação do que é classificado como teoria. O uso dessa categoria de entendimento difere da análise de Foucault (1980) que intitula como saberes ingênuos²⁷ àqueles saberes que são classificados como desqualificados por não serem legitimados a partir do critério da cientificidade, sendo colocados numa posição hierárquica inferior. A exemplo, a noção de território quilombola que é construída a partir de relações coletivas existentes entre o mundo material e simbólico nas comunidades, pautadas pela ancestralidade. (Pereira Jr, 2022).

A supressão dos conhecimentos produzidos fora da lógica hegemônica ocidental funciona como uma nuance das diversas estratégias de exercício do poder, reafirmando a ideia de que o campo intelectual é reduto de poucos. O exercício analítico de compreender quais os critérios de validação estabelecidos e quem os construiu, no sentido de estabelecer o que é ou não conhecimento, observando o lugar teórico das produções, atentar-se para os discursos científicos, como se formam e quais as ideologias que legitimam, permite o entendimento de como se construiu a noção de universalidade epistêmica, delegando-se à ciência a responsabilidade exclusiva de validar o conhecimento, promovendo um epistemicídio²⁸ na

²⁷ Foucault (1980), define os saberes ingênuos como saberes diferenciais, elaborados em condições particulares e localizadas, não dotados de um grau de cientificidade que os promova a uma posição de legitimidade frente aos critérios de validação do conhecimento.

²⁸ Para um detalhamento da ideia de epistemicídio, consultar Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Epistemologias do Sul (Santos, 2009).

medida em que, se suprimiu, violentamente, por meio da relação dicotômica entre saber e poder, a negação dos saberes elaborados em outra esfera que não a Ocidental.

A desterritorialização do conhecimento a partir de uma revisitação crítica à noção de epistemologia implica na reelaboração e reapropriação do conceito, tomando-o como objeto de crítica, por intelectuais que propõem a descontinuidade do projeto epistêmico hegemônico, colocando-o em um espaço de diálogo e reflexão. O conceito de epistemologia se alarga, passa a agregar os saberes elaborados além da relação com os saberes científicos e, os critérios de produção e validação do conhecimento se pautam em contextos históricos distintos e particulares. Sobre a ressignificação do conceito de epistemologia, Nunes (2009, p. 217) ressalta que

A epistemologia passa a abranger explicitamente todos os saberes – deixando de os tratar apenas através da sua relação com os saberes científicos – e procura estabelecer as condições de sua produção e validação, indissociáveis de uma hierarquização incompatível com qualquer forma de soberania epistêmica, mas também com um relativismo que, em nome da afirmação da igual dignidade e valor de todos os saberes, acaba por ignorar as consequências e as implicações desses saberes, os seus efeitos sobre o mundo.

O debate em torno da epistemologia reconfigurou a discussão acerca do que é ciência, na medida em que, propõe-se a redefinição dos critérios e procedimentos de classificação do que é conhecimento. Teóricos de áreas diversas passaram a repensar a noção de epistemologia a partir dos seus objetos de estudo, acionando experiências individuais e coletivas de agentes sociais em suas diferentes fronteiras. A análise das especificidades das situações particulares agregou as práticas dos agentes sociais ao conceito de ciência, ressignificando a ideia de saber universal, redefinindo os critérios de validação aplicados aos saberes e, alterando a análise da forma abstrata de produzir teorias pelas elites cultas²⁹. A exemplo da crítica à noção de epistemologia, destaca-se a crítica feminista que define a categoria epistemologias posicionadas ou situadas³⁰ para referir-se às diferentes configurações de saberes produzidas por agentes sociais que acionam conhecimentos específicos a partir de relações cotidianas e das especificidades de suas experiências (Nunes, 2009).

Na contramão da ideia de universalidade epistêmica e do vasto aparato institucional que a valida, surge um debate acerca da importância da pluralização epistemológica, partindo-

²⁹ Terminologia utilizada para se referir àqueles poucos que são definidos como qualificados para produzir e interpretar teorias, aplicando critérios de validação que asseguram a manutenção dos privilégios e a reprodução do modus operandi convencional de teorização. Para ampliar discussões sobre a categoria de entendimento elites cultas, consulte O poder da autodefinição. In: Pensamento Feminista Negro (Collins, 2019).

³⁰ Vide O Resgate da Epistemologia (Nunes, 2009).

se do pressuposto de que a multiplicidade de situações e condições de elaboração do conhecimento e de que os critérios de validação dos saberes devem se ancorar na especificidade de cada contexto em que se deu sua produção. O conceito de epistemologia universal passou a ser alvo de debate e ressignificações, conferindo-se novo uso ao termo. Cabe ressaltar que a efetivação de práticas do discurso que propõe a definição de critérios de validação do conhecimento ancorados em saberes produzidos em contextos distintos apresenta-se como um desafio permanente dada a complexidade que existe em analisar os critérios epistemológicos convencionais³¹ pelo discurso intelectual. Nunes (2009, p. 233) evidencia que

Os critérios que permitem determinar a validade desses diferentes saberes deixaram de se referir a um padrão único – o do conhecimento científico – e passam a ser indissociáveis de avaliação das consequências desses diferentes saberes na sua relação com as situações em que são produzidos, apropriados ou mobilizados.

Questionar um projeto de epistemologia que coexiste com a ciência moderna, legitimando-se a partir de uma perspectiva hegemônica é desafiar a lógica soberana dos grupos que o construíram. Partindo desse pressuposto, supor que haja o reconhecimento das diversas formas de produção do conhecimento por esses grupos que o elaboram, soa como um equívoco, no entanto, o exercício de analisar os pormenores de elaboração, vinculação e reprodução permite que se definam argumentos que amparem reivindicações de processos de validação alternativos que diferem da lógica de produção do conhecimento reafirmada como única. Collins (2019) discute sobre a importância de observar detalhadamente como as instituições sociais legitimam o conhecimento elaborado a partir da perspectiva eurocêntrica, quais metodologias e paradigmas são utilizados na construção da noção de epistemologia ocidental.

O entendimento de como se processa a atualização permanente da ideologia epistemológica única a partir de disputas no campo intelectual, constituindo-se a consolidação de um hábito que reflete a prática dos grupos que a produz, permite avançar na análise das diferentes posições ocupadas nas esferas de poder. Produzir diálogos que assegurem o mapeamento dos obstáculos epistemológicos impostos significa, sobremaneira, atuar numa desconstrução no âmbito simbólico, na medida em que, se analisa como atuam os sistemas de posições e as estruturas de poder que validam a epistemologia hegemônica. Spivak (1985) apresenta como preocupação central, a prática de uma análise crítica dos discursos hegemônicos, observando-se como são produzidos e lidos, apontando para a emergência de se

³¹ A expressão ‘critérios epistemológicos convencionais’ fora construída por Collins (2009) para referir-se aos parâmetros elaborados e utilizados pelas ‘elites cultas’ para classificarem o que é legítimo ou não no âmbito do trabalho intelectual.

ressignificar a forma como o mundo contemporâneo é apreendido, a partir das estruturas de poder que silenciam os discursos de resistência.

A noção de discurso compreendida aqui refere-se ao instrumento de poder que produz e reproduz condutas, estereótipos, práticas de segregação e racismo. Por uso de sua reprodução, de forma permanente, ocorre a efetivação das políticas que reforçam o pensamento hegemônico eurocêntrico e das práticas que o Estado e seu aparato institucional utiliza para, a partir de diversas frentes, legitimar ações permanentes de exclusão e desarticulação dos movimentos sociais. Foucault (1979) auxilia no entendimento de como o poder³² se efetiva nas práticas sociais, ressaltando que o poder opera nas diferentes instituições sociais, atuando de modo difuso. A capilaridade faz com que o poder atue na produção de saber, de discursos. O poder não se resume à função repressiva³³, “se ele é forte é porque produz efeitos positivos a nível de desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz.” Ao atuar a partir de uma rede produtiva que permeia o âmbito social, o poder se mantém produzindo efeitos que garantem sua aceitação e reprodução.

O espaço social figura como palco das lutas históricas em torno do discurso, operando sobremaneira nas experiências cotidianas. A problematização do espaço social e dos grupos que o constituem a partir da disputa de posições travada pelos agentes, no intuito de compreender o que esses agentes apreendem do espaço social, cria as condições para a ação de historicizar e desnaturalizar as realidades históricas. Bourdieu (2004, p. 33) ressalta a importância de

elaborar uma teoria dessa relação não teórica, parcial, um pouco terra-a-terra, com o mundo social, que é o da experiência cotidiana. E uma teoria da relação teórica, de tudo o que está implicado – a começar pela ruptura da adesão prática do investigador imediato – na relação distante, afastada, que define a postura científica.

Tal prática permite relativizar a ideia de ambição totalizante³⁴, rompendo com a postura teórica dotada de essencialismo. Bourdieu (2004) refere-se à preocupação de recusa da ideia totalizante em suas pesquisas, ressaltando a importância de apreender os problemas com rigor a partir de uma postura realista, que evita a automistificação do investigador ancorada na ideia exagerada que faz da sua pesquisa.

³² Consulte-se *Microfísica do Poder* (Foucault, 1979) para uma análise detalhada.

³³ Foucault (1979) avalia que se o poder atuasse exclusivamente no exercício da repressão, este não teria a força que o mantém. Para ampliar a análise acerca da capilaridade do poder no corpo social, consulte *Microfísica do Poder*.

³⁴ Para um aprofundamento da ideia de ambição totalizante, consulte *Primeira Parte: Itinerário "Fieldwork in philosophy"*. In: *Coisas Ditas*. Bourdieu, 2004.

O aparato das instituições brasileiras no século XIX figurou como espaço fecundo de legitimação de negação da ideia de diversidade epistemológica e elaboração de discursos, a exemplo dos Institutos Históricos e Geográficos, museus, faculdades de ciências, que forneceram as condições para que o colonialismo político se mantivesse atuante como forma de dominação, articulando poder e saber. Bourdieu (2007) ressalta que, quando constatamos a existência de escritores que compõem um novo grupo social, devemos analisar as instituições e os mecanismos criados por esse grupo para a validação de seus discursos. As relações sociais estabelecidas pelos intelectuais com as instituições culturais constituem um campo intelectual que faz com que as produções dos literatos, historiadores, jornalistas e outros, tornem-se públicas e adotem um caráter coletivo. Tomar as ideologias, como instrumentos analíticos, as estruturas e as funções específicas que pautam as condições sociais em que são produzidas e efetivamente reproduzidas nos espaços sociais que as legitimam, fará com que se estabeleça uma compreensão sobre o campo de produção, àqueles que as produzem e a quem servem ideologicamente.

A análise epistemológica³⁵ passa pela compreensão da estruturação dos discursos que são elaborados para serem legitimados como verdadeiros. Examinar os usos dados aos conceitos, observar a estrutura da esfera epistemológica e os referenciais interpretativos utilizados, auxilia na investigação acerca das relações de poder que definem o que é ou não conhecimento. Cabe ressaltar que aliado à análise dos critérios políticos e epistemológicos do contexto em que se constrói o conhecimento, deve-se ficar atento ao risco permanente de reprodução dos estereótipos que fundamentam a epistemologia ocidental como única.

Reconhecer a existência de epistemologias distintas apresenta-se como um exercício inicial no processo de desfamiliarização das perspectivas eurocêntricas, criando as condições primeiras para a reivindicação de legitimidade às epistemologias alternativas, no entanto, a proposição de ruptura deve ser objetivada e ressignificada a partir de uma reivindicação que considere as singularidades próprias do processo de elaboração e validação do conhecimento. Nesse sentido, não se efetiva a ruptura, tarefa questionada quanto à possibilidade de ser realizada, mas se estabelece o diálogo necessário às análises dos padrões epistemológicos conflitantes e à definição de critérios alternativos de validação do conhecimento.

Considerarei relevante analisar por quais transformações passaram os conceitos e os significados conferidos a estes a partir das novas condições de uso. A análise das

³⁵ Expressão utilizada por Foucault (1984) ao evidenciar a importância de análise das estruturas próprias dos diferentes discursos. Consulte *A Coragem da Verdade – O Governo de Si e dos Outros II*, 1984.

ressignificações elaboradas a partir das especificidades vivenciadas pelos quilombolas em suas comunidades, a compreensão de quem produz e para quê, são questões pertinentes para a relativização do conceito de epistemologia e de outros conceitos que pautam essa tese, a exemplo de território, saberes e resistência. Reafirmo que meu interesse inicial ao elaborar essa análise, trata-se de me ocupar das condições de possibilidade para discutir as nuances da pluralidade epistemológica, não referindo-se à noção de ruptura com a epistemologia ocidental, por compreender que não se rompe um corpo teórico, mas reconhecendo os limites do exercício teórico a que me disponho, considero relevante, quanto ao conceito de epistemologia e seus usos, situar as experiências e práticas epistemológicas que se cruzam em relações dialógicas, formando coalizões. A crítica ao processo de construção da epistemologia ocidental não significa uma negação dos seus usos no cotidiano de minhas análises, a partir de uma tentativa de substituição por uma epistemologia alternativa, mas refere-se ao exercício de desnaturalizar a ideia de epistemologia única, ressaltando a heterogeneidade epistemológica a partir da elaboração de saberes de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara.

Koselleck (1992) discute os entraves e limitações que circundam a ideia de elaboração de uma história dos conceitos. Amparei-me nas suas observações, no que diz respeito à diferença entre palavra e conceito. Optei como instrumento analítico para a compreensão dos conceitos que discuto, seus usos e a construção da teia que os articula uns aos outros. Analisar os conceitos a partir de suas peculiaridades de formulação e dos seus usos, me permitiu ampliar a compreensão acerca do conteúdo e do caráter único de significação conferido.

A teorização acerca da complexidade que permeia o ato de elaborar uma história dos conceitos e de como desenvolver uma reflexão teórico metodológica que articule conceito e contexto, constituiu-se o passo inicial. Ao realizar a análise acerca da construção de uma “epistemologia da resistência” pelos intelectuais quilombolas de Alcântara, mantive-me vigilante quanto aos critérios utilizados na definição do que é palavra e do que se constitui conceito³⁶. “Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político” (Koselleck, 1979, p. 108). Defini o procedimento metodológico para essa etapa da análise, ancorada na compreensão de que os conceitos elencados para a construção da minha tese coexistem a partir de uma articulação vivenciada nas relações cotidianas dos intelectuais quilombolas, sendo construídos nas especificidades do contexto histórico em que estão

³⁶ Vide detalhamento no item 1.2 intitulado “*Os professores trouxeram as palavras, nós já tínhamos os significados*”: Intelectuais quilombolas, processos de territorialização e desconstrução da noção de decadência em Alcântara.

inseridos, numa perspectiva coletiva³⁷ que confere novos significados e usos. Ocorre que as ressignificações dos conceitos são alicerçadas nas situações vivenciadas histórica e politicamente pelos intelectuais quilombolas, a partir de demandas coletivas inseridas em um espaço temporal único. Nesse sentido, os conceitos deslocaram-se para formulações diferenciadas da versão original, agregando as especificidades que articuladas a novos conteúdos tornam-se compreensíveis se analisados dentro do contexto em que foram elaborados.

As ressignificações pelas quais passam as terminologias ampliam de forma significativa seus novos usos. Evidencio outra categoria de entendimento que considero como principal instrumento analítico em minha tese. Trata-se do conceito de intelectual e seus deslocamentos a partir de um alargamento do conceito de epistemologia. Minha análise se pautou na complexidade de relativização do conceito de intelectual e suas variantes no âmbito acadêmico e na vida cotidiana dos quilombolas de Alcântara. Na contraposição de que os intelectuais são forjados exclusivamente na esfera acadêmica, compreendo que a produção intelectual emana a partir da elaboração de saberes cotidianos e coletivos que não dependem da validação acadêmica para se constituírem como legítimos. Collins (2009, p. 52) argumenta que “ninguém nasce intelectual nem se torna um intelectual ao receber um diploma”. Os intelectuais não são necessariamente acadêmicos, escolarizados, a partir dos critérios adotados no padrão educacional vigente. A desconstrução do conceito de intelectual coloca em discussão os critérios epistemológicos convencionais reproduzidos em demasia no meio acadêmico. Ressalto que, ao propor a ampliação das interpretações acerca do conceito de intelectual, não objetivei a pretensão de uma análise totalizadora e absolutizada do conceito. A recusa da ideia de teoria e prática evidenciadas em instâncias distintas auxiliou-me na compreensão de como se dá o deslocamento do conceito de intelectual a partir da ação prática, seja na perspectiva individual ou em rede.

O conceito de intelectual teórico elaborado por Foucault (1989) trata da recusa do porta-vozismo³⁸ e da ideia de representação que o intelectual comumente pensa como sua função. A ideia da indignidade de falar pelos outros³⁹ mostra que o resultado dessa conversão seria de que “a teoria exigia que as pessoas a quem ela concerne falassem por elas próprias”.

³⁷ Os conceitos tornam-se inteligíveis a partir de uma experiência coletiva, que legitima um novo significado e uso, ultrapassando a fronteira da experiência individual.

³⁸ Analisei a recusa do porta-vozismo pelos intelectuais quilombolas de Alcântara no item 1.2 “*Os professores trouxeram as palavras, nós já tínhamos os significados*”: Intelectuais quilombolas, processos de territorialização e desconstrução da noção de decadência em Alcântara.

³⁹ Vide *Os Intelectuais e o Poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze* (1972).

Nesse sentido, o intelectual teórico pauta sua ação a partir da ruptura com a ideia de consciência representante ou representativa, como observa,

[...] Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (Foucault, 1989, p. 42).

Desse modo, o intelectual teórico não atua mais enquanto representação de uma teoria que se apresenta dissociada da prática, em esferas estanques⁴⁰. A teoria⁴¹ não é a expressão da prática, é a própria prática. Esse intelectual representará a multiplicidade da ação composta na teoria e prática, opondo-se ao intelectual conservador, numa perspectiva de intelectual específico a partir da abordagem de Foucault. O intelectual específico no sentido de Foucault, na medida em que atua numa crítica ao intelectual conservador, passa à condição de intelectual coletivo, sendo “ele próprio capaz de definir os objetos e os fins de sua reflexão e de sua ação, em suma, autônomo”. (Bourdieu, 1998, p. 39).

A abordagem de Bourdieu (1998) a partir da categoria de intelectual coletivo revela a importância de uma vigilância permanente para que a autoridade intelectual não seja utilizada como instrumento político. Nessa perspectiva, relativiza-se o espaço de elaboração do pensamento crítico, observando que este não se encerra no âmbito acadêmico, mas se reconstrói na medida em que interage com o mundo exterior. Evidencia que a análise do intelectual coletivo em oposição à ideia de intelectual específico, deve encaminhar-se para a construção de uma autonomia própria das suas produções em observação às práticas com o mundo exterior.

A crítica às diversas formas de intelectualismo construída na análise de Bourdieu (2004), mostrou-me como o espaço teórico é dominado por autores canônicos⁴² que constroem

⁴⁰ Bourdieu (1989) define que a recusa da divisão teoria/metodologia em instâncias separadas é tão significativa quanto a construção do objeto em algo significativo. A atenção aos procedimentos metodológicos faz com que o método seja eficaz, rompendo com a ideia de monoteísmo metodológico, ao contrário, a combinação entre análise do discurso com análise etnográfica, marca uma ruptura com a noção de método único.

⁴¹ Foucault (1972) em análise com Deleuze (1972) apresenta a teoria como um sistema local, não totalizadora, que se refere a um pequeno domínio, podendo ampliar-se para outros, numa perspectiva regional, que expressa o discurso de uma luta que objetiva à compreensão de como se exerce o poder.

⁴² Analisei no item 1.2 “*Os professores trouxeram as palavras, nós já tínhamos os significados*”: Intelectuais quilombolas, processos de territorialização e desconstrução da noção de decadência em Alcântara, parte da produção intelectual sobre Alcântara a partir de obras de autores intitulados notáveis que produziram e reproduziram a noção de decadência presente recorrentemente nos discursos acerca dos quilombolas que constituem àquele território étnico. Para um detalhamento, consulte dissertação de mestrado elaborada por mim

a estruturação e a reprodução desse espaço de modo que definam a nossa percepção, aprisionando-nos por meio do jogo que o campo científico nos impõe nitidamente no âmbito acadêmico. Faz-se necessário um exercício permanente para pôr em suspenso o que está em jogo no uso político dos conceitos e dos autores. As referências que estruturam o espaço teórico podem portar-se como

obstáculos ao progresso da pesquisa, o funcionamento classificatório do pensamento acadêmico – e político -, que muitas vezes embaraça a invenção intelectual, impedindo a superação de falsas antinomias e falsas divisões. A lógica do rótulo classificatório é exatamente a mesma do racismo, que estigmatiza, aprisionando numa essência negativa. (Bourdieu, 2004, p.41).

A luta constante para minimizar os atos das coerções classificatórias presentes no espaço teórico passa por uma postura de observação dos usos dos conceitos e da recusa da ideia de classificação. Gramsci (1968), a partir do conceito de intelectual orgânico, amplia a compreensão acerca da categoria intelectual, analisando as especificidades que a compõe a partir de um viés de formação histórica. Faz refletir sobre a autonomia do intelectual quando questiona se os intelectuais formam um grupo social independente ou se atuam a partir de uma categoria especializada. Tal questão encaminha uma análise complexa e aponta para a formação de categorias diversas de intelectuais como resultantes do processo histórico.

[...] Pode-se observar que a mudança do bloco histórico corresponde a mudança na classe hegemônica e, como tal, um novo tipo de intelectual é formado; são os chamados ‘intelectuais orgânicos’, dotados de características peculiares e especializações ligadas às necessidades da classe fundamental (Gramsci, 1968, p. 63).

A abordagem gramsciana ressalta a complexidade do termo intelectual, sua amplitude, na medida em que, afirma que todos os homens são intelectuais e suas ações são resultantes de formações historicamente construídas em conexão com outros grupos sociais. Tal reflexão pautou a discussão da concepção de intelectual quilombola analisada por mim, suas formas de produção para além do saber formalizado academicamente e de como se elaborou uma “Epistemologia da Resistência” em Alcântara. Ancorei-me no conceito de epistemologia enquanto um conjunto de conhecimentos que abrange os vários saberes, não se detendo ao saber dito científico e aos critérios adotados pela academia ao reproduzir relações hierárquicas de poder. Há de ter-se o devido respeito pelas diferentes formas de compreensão do mundo social,

compreendendo que uma releitura crítica dos fundamentos epistemológicos ocidentais auxilia na desconstrução de uma política de interpretação única e dos processos impositivos derivados do discurso ocidental.

Bourdieu (2004, p. 21) reporta que “os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas não são apenas autômatos regulados como relógios segundo leis mecânicas que lhes escapam”. Ao contrário, o espaço social e os grupos que o constituem são resultado de lutas históricas que enraizando experiências individuais e coletivas, fazem vivenciar a teoria a partir de uma postura contra-essencialista. Os agentes sociais exercitam a teoria, tornando-se teóricos em função de como apreendem o espaço social, sua função e suas práticas. Collins (2009, p.456) afirma que

a epistemologia constitui uma teoria abrangente do conhecimento. Ela investiga os padrões usados para avaliar o conhecimento ou o motivo pelo qual acreditamos que aquilo em que acreditamos é verdade. Longe de ser um estudo apolítico da verdade, a epistemologia indica como as relações de poder determinam em que se acredita e por quê.

Nesse sentido, os referenciais interpretativos elaborados pelos intelectuais quilombolas no que se refere às formas alternativas de criar conceitos e autodefinições que levam em consideração o espaço social em que estão inseridos individual e coletivamente, reconfiguram os modos de produzir conhecimentos, recolocando a teoria como instrumento de reivindicação de validação de divergentes formas de produção e validação do conhecimento. Os contornos da epistemologia alternativa evidencia que as experiências vividas pelos intelectuais quilombolas atuam como critério de credibilidade uma vez que o conhecimento resulta das conexões estabelecidas no cotidiano. O diálogo apresenta-se como outro critério de validação do conhecimento, dotado de significado, colocando os padrões epistemológicos hegemônicos em suspenso, na medida em que ressignifica as posições de autoridade exercidas nos processos de validação do conhecimento.

A rejeição aos padrões epistemológicos ocidentais converge para as condições de possibilidade de construção de uma epistemologia alternativa que considere as autodefinições, as abordagens epistemológicas próprias, específicas de cada espaço social em que estão inseridas. Tomando como instrumento analítico o conflito entre os intelectuais quilombolas a partir da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, sigo analisando como se deu a construção de uma “Epistemologia da Resistência” como resultante da relação com o mundo social pautada nas experiências cotidianas.

1.2 “*Os professores trouxeram as palavras, nós já tínhamos os significados*”⁴³: Intelectuais quilombolas, processos de territorialização e desconstrução da noção de decadência em Alcântara

As experiências cotidianas vivenciadas a partir da relação com o mundo social são construídas de diferentes formas de acordo com os princípios de visão e divisão⁴⁴ dos agentes sociais que as elaboram. Os diferentes princípios de visão e divisão do mundo social, a exemplo das divisões econômicas e divisões étnicas, podem alterar as categorias de percepção e pôr em suspenso os sistemas de classificação generalizantes.

A forma de elaborar a realidade social está intimamente associada à noção da luta política travada no que se refere à apreciação do mundo social. Bourdieu (2004, p. 163) ressalta que “essas lutas simbólicas, tanto as lutas individuais da existência cotidiana como as lutas coletivas e organizadas da vida política, têm uma lógica específica, que lhes confere uma autonomia real em relação às estruturas em que são enraizadas”. Ocorre que as ideologias estão a serviço de grupos específicos dotados de interesses particulares que se apresentam, de modo recorrente, como interesses generalizantes e universais, não se reconhecendo nenhum ato de violência em razão do exercício do poder simbólico em detrimento dos interesses coletivos. O domínio hegemônico do poder atua sobre a fabricação de ideologias que atuam de modo contínuo, na modelagem e remodelagem de imagens e na legitimação do discurso duradouro de dominação. O mundo social emerge como espaço fecundo de disputas e luta permanente pela hegemonia de elaboração e reprodução das ideologias. O exercício de observar as contradições que se apresentam a partir da análise do papel político desempenhado pelos intelectuais nessa disputa, cria as condições para uso de um instrumento analítico para refletir acerca da lógica vivenciada na vida intelectual, individual ou coletiva, tomando-se como argumento principal a noção de intelectual enquanto contrapoder. Bourdieu (1998, p. 13) analisa o papel político do intelectual crítico, ressaltando que “o intelectual é um contrapoder, e de primeira grandeza” que precisa estar ciente de suas responsabilidades.

Tomando como base as relações de força que constituem o campo intelectual, analisei como os discursos referentes a partir do conflito entre intelectuais quilombolas de Alcântara e o CLA, movimentam produções teóricas divergentes, evidenciando interpretações distintas que

⁴³ Trecho de entrevista realizada em março de 2023, com sra Dorinete Serejo, 50 anos, quilombola de Canelatiua. Neta, como é conhecida, nasceu e se criou no quilombo Canelatiua. Atua como membro das instituições representativas do território étnico de Alcântara há muitos anos. “*A gente tá nessa batalha que não é pequena, eu desde pequena estou nessa luta!*”. Compõe a equipe do MABE atuando como coordenadora geral.

⁴⁴ Expressão cunhada por Bourdieu (2004) para referir-se às variadas formas de percepção do mundo social.

situam-se no campo teórico para além do discurso dito como oficial reproduzido pelo Estado, pelas autoridades com anuência da ciência e de intelectuais que atuam ancorados em um viés classificatório que aciona a lógica racista, atuando como “autores canônicos”⁴⁵ que estruturam uma percepção hegemônica sobre o espaço teórico.

A análise epistemológica das estruturas sobre diferentes discursos acerca de Alcântara evidencia como ocorre o domínio hegemônico do poder na fabricação de ideologias e dos instrumentos de perpetuação desses discursos padrões reiterados, de modo permanente, por uso das instituições sociais que abrigam referenciais interpretativos dotados de estereótipos eurocêntricos, a exemplo dos autores que incorporaram a ideia de decadência econômica, social e política em Alcântara e que elaboraram suas produções teóricas antes da emergência da categoria etnia. Os “notáveis”, expressão classificatória utilizada comumente, para designar alguns desses autores, demonstra que esses possuíam posições sociais privilegiadas, favorecendo a propagação de suas ideias e a consagração definitiva de suas escolhas teóricas.

O aparato conceitual elaborado e reproduzido pelos “notáveis” reflete uma interpretação que naturaliza a dinâmica do território étnico quilombola, definindo um pensamento hegemônico que reforça os padrões explicativos, por meio de discursos repetitivos, mantendo a lógica dos estereótipos e da exclusão. A produção desses autores reproduz esquemas interpretativos que não toma o racismo como análise e os lugares ocupados nas academias e demais instituições, servem de chancela para a colonização do conhecimento. A pretensão de suas produções é construir uma perspectiva de saber universal acerca da história de Alcântara, sem incorporar as especificidades e as experiências coletivas dos quilombolas. Analisei especificamente, a noção de decadência, observando como os intérpretes maranhenses se posicionam frente a essa categoria, a exemplo dos autores e seus respectivos livros, Jerônimo de Viveiros (1950) e seu livro intitulado “Alcântara no seu passado econômico, social e político”, Antônio Lopes (1957) e seu livro “Alcântara: subsídios para a história da cidade” e Josué Montello (1978) e seu livro “Noite sobre Alcântara”. Defini essas produções em meio a uma variedade de outras que tratam sobre a ideia de decadência, no entanto, fiquei atenta ao padrão explicativo que acomete as demais produções teóricas objetivando-se a prática de tornar homogênea a epistemologia dominante sobre Alcântara.

⁴⁵ Bourdieu (2004, p.41) evidencia que se faz necessário atentar-se para a relação que estabelecemos com os “autores canônicos”, evitando a lógica do rótulo classificatório que se apresenta como obstáculo para a análise do que está em jogo no uso político dos conceitos. Para aprofundamento, consulte item intitulado Primeira Parte: Itinerário. Coisas Ditas (2004).

A noção de decadência impõe-se como elemento marcante em um número significativo das produções teóricas que tratam da situação social de Alcântara no recorte temporal que abrange os séculos XIX e XX. Tal argumento encontra-se exaustivamente repetido nos livros produzidos pelos intitulados “notáveis” da literatura maranhense, que reforçam a interpretação de decadência econômica em Alcântara, na medida em que esse discurso apresenta-se institucionalizado em suas publicações, enfatizado em documentos e pronunciamentos oficiais produzidos por intelectuais diversos que narravam a situação econômica e social da região a partir da utilização de pressupostos comuns, como a abordagem efusiva à decadência da lavoura que teria sido desencadeada, dentre outros fatores, pela falta de capitais, falta de terras apropriadas ao cultivo, falta de mão de obra e falta de conhecimento dos profissionais envolvidos na atividade agrícola.

Os parâmetros explicativos são retomados nas produções que versam sobre as condições sociais e econômicas da província. Desse modo, cristalizou-se essa abordagem discursiva acerca da noção de decadência, o que se coloca como um obstáculo a um entendimento da situação da produção agrícola e dos grupos sociais envolvidos no processo produtivo, na medida em que essas evidências são transformadas em teorias que continuam a serem reproduzidas de forma reducionista.

Os responsáveis pela noção de decadência em Alcântara desenvolveram suas unidades discursivas como alheias à dinâmica das representações sociais, consolidando suas produções escritas por meio da utilização recorrente das instituições públicas e academias a que estavam ligados, repetindo os rituais de legitimação e institucionalização do campo intelectual a que pertenciam. A análise dos lugares sociais ocupados por esses intelectuais auxilia na compreensão dos instrumentos ideológicos utilizados na recusa dos saberes tradicionais produzidos pelos intelectuais quilombolas e na legitimação de uma unilateralidade na validação do conhecimento, não se admitindo uma relativização que levará a uma compreensão de que os saberes em suas diversas instâncias de produção e reprodução, se equivalem.

Esse esquema de pensamento que privilegia os mesmos mecanismos de explicação reforça a noção de história linear, datada e não se refere aos diferentes segmentos sociais que estão em jogo. Assim, partindo-se da perspectiva destes esquemas interpretativos desenvolvem-se as condições para que se estabeleçam as continuidades e monotonias que envolvem estas unidades discursivas, tornando-as auto evidentes, dificultando a compreensão dos seus desdobramentos por serem tidas como afirmações inquestionáveis. Classifica-se o que é válido e o que não é no âmbito do conhecimento.

Evidencia-se que o campo epistemológico se fragmenta a partir do século XIX e o jogo de representação a partir dos discursos se intensifica. O campo epistemológico sobre a história de Alcântara, se fixa, nesse sentido, a partir dos discursos dos autores que intensificam suas análises vinculados à ideia de atraso, decadência, tomando como critério classificatório principal o viés econômico, a exemplo, Jerônimo de Viveiros, em recorte temporal dos anos 1865 a 1870, ressaltando que os elementos de caráter econômico teriam desencadeado o processo de decadência em Alcântara, ao afirmar que

[...] Nesses lugares não se conjugam verbos no presente. Tudo é ‘pretérito’ no intuito de tornar evidente a questão da decadência e arremata sua concepção afirmando que ‘Assim, do esplendor do passado só restam tristes ruínas, que desapareceriam, num futuro próximo’ (Viveiros, 1950, p. 90).

Antônio Lopes (1957), por sua vez, reforça no decorrer do seu livro “Alcântara: subsídios para a história da cidade”, a noção de decadência a partir da construção de representações que ressaltam a noção de prosperidade, revelando, a exemplo de Viveiros (1950), uma concepção cíclica da história na qual os fenômenos são dispostos por meio de uma ordem e regularidade, elementos típicos de uma abordagem de cunho evolucionista, como evidenciado a seguir

[...] Alcântara, como a cidade de Duarte Coelho, é hoje uma relíquia do passado, depois de ter progredido rapidamente, alcançando também mais riqueza e esplendor, a julgar pelo seu templo do Carmo, sua ‘casa dourada’, hoje desaparecida, e o que vetustas ruínas aqui existentes atestam do caráter artístico de alguns de seus edifícios, em contraste com a arquitetura quase tão somente burguesa da capital maranhense. Há mais de uma lição profunda a beber nas pedras destas ruínas, por esta Rua da Amargura que faz pensar tão amargamente no contraste entre o passado e o presente da cidade e no seu incerto futuro. Ontem uma grandeza, hoje uma ruína. Amanhã o que será? (Lopes, 1957, p. 18).

A análise apresentada por Josué Montello (1978) em seu romance intitulado “Noite sobre Alcântara” revela uma narrativa imagética construída sobre a noção de decadência e morte de Alcântara:

[...] Quando esta geração passar, e outra vier, e mais outra, talvez só haja ruínas onde ainda hoje se alteiam os velhos sobrados em Alcântara, rodeados de silêncio e solidão. Vejo de perto, mais uma vez, a resignada cidade imperial, depois de tê-la olhado de longe com os meus olhos de menino, e sinto-lhe, emocionado, a vagarosa agonia. Dói reconhecer, mas não posso calar: a Alcântara senhorial, que viu passar nas suas ruas retilíneas os orgulhosos palanquins dourados, está-se acabando. Morre devagar, dia por dia, hora por hora, silenciosa e esquecida. (Montello, 1978, p. 11).

[...] Sobre as calçadas debruçam-se as sacadas de ferro que guarnecem as janelas vazias. As fachadas imponentes, com as rótulas sempre cerradas, como que ficaram cegas, e agora não se barem nunca, indiferentes à luz do sol ou à claridade do luar. Nas portas de andiroba, aroeira e maçaranduba, as aldrabas de bronze deixaram de bater. Onde estão as enormes chaves de ferro destas ferraduras? (Montello, 1978, p. 12).

É importante evidenciar que os escritos produzidos pelos “notáveis” são classificados comumente no âmbito do campo intelectual maranhense como clássicos, tendo legitimidade atribuída pelo Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) que conferia a esses intelectuais o status de escritores ilustres. O discurso evidenciado reproduz o discurso ocidental acerca do “outro” e apresenta-se referendado por “instituições, vocabulário, pesquisas, imagens, doutrinas e até burocracias e estilos coloniais” (Smith, 2018, p. 11).

A análise desses autores vinculados à aristocracia mostra que suas produções desconsideram os grupos sociais que permaneceram nas terras em Alcântara após o que denominam decadência e interpretam tais grupos como entraves ao progresso. A evocação de autores com produções semelhantes é recorrente no intuito de legitimar o discurso que valida a noção de decadência, o que demonstra que o espaço epistemológico se restringiu aos critérios definidos nesse lugar comum, sem considerar a trama das relações sociais pelas quais o saber é produzido. Constata-se que as desigualdades de poder existentes entre os grupos sociais refletem as desigualdades ao produzir conhecimentos tido como válidos e na capacidade de fazer-se compreendido pelos outros.

A partir de outra perspectiva de análise, numa transgressão do pensamento⁴⁶, há autores referidos a um campo intelectual específico e, em certa medida, inseridos em um debate relativo à inversão da história oficial a partir do questionamento da noção de decadência. As abordagens a partir da produção de autores que se contrapõem à noção de decadência em Alcântara, Almeida⁴⁷ (2008), Costa⁴⁸ (2001), Pereira Junior (2021), Serejo (2020), Dos Anjos (2016) subsidiam o acesso aos instrumentos analíticos para a relativização epistemológica e a desconstrução da ideologia da decadência.

Almeida (2008) propõe o desenvolvimento de uma leitura crítica acerca do padrão explicativo da noção de decadência em Alcântara adotado e reproduzido pelos “notáveis”, mostrando como estes dão continuidade às interpretações formuladas no início do século XIX

⁴⁶ Expressão apresentada por Foucault (2009) sobre a importância de apontar a análise para outra direção, observando critérios diferentes e pensando as distorções das classificações. Consulte *As Palavras e as Coisas* (Foucault, 2009).

⁴⁷ Para aprofundamento, consulte *Ideologia da Decadência* (Almeida, 2008).

⁴⁸ Para outras informações, consulte *Ruínas Verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais* (Costa, 2001).

pelos intitulados patronos da historiografia regional, construindo uma ideologia da decadência que pauta uma parte significativa da produção intelectual sobre Alcântara. O padrão explicativo, na medida em que passa a ser repetido nas interpretações posteriores, reveste-se de um caráter coletivo como se fora desenvolvido por um grupo de intelectuais formadores de uma determinada escola de pensamento, com uma ideologia definida de modo objetivo, marcando um posicionamento a partir de interesses específicos daqueles que a produzem. Sobre as disputas ideológicas no campo intelectual observa-se que,

[...] existe quase sempre, em toda sociedade, uma pluralidade de forças sociais, às vezes concorrentes, às vezes coordenadas, que, em razão de seu poder político ou econômico ou das garantias institucionais de que dispõem, estão aptas para impor suas normas culturais a uma fração mais ou menos extensa do campo intelectual, e que reivindicam, ipso facto, uma legitimidade cultural, seja para os produtos culturais por elas fabricados, seja para os julgamentos que fazem sobre os produtos culturais fabricados pelos outros, seja para as obras e atitudes culturais que elas transmitem. (Bourdieu, 2007, p. 127).

Ao realizar um exercício analítico que relativiza a noção de decadência em Alcântara a partir da produção de Almeida (2008), é possível compreender que, aos quilombolas, indígenas e os outros grupos que representam os pequenos produtores agrícolas, a decadência trouxe em si a possibilidade de manutenção nas terras e a construção de noções próprias de territorialidades, que eram ausentes no debate estabelecido pelos “notáveis”.

As territorialidades específicas⁴⁹, compilam um repertório de especificidades das comunidades quilombolas⁵⁰ e de suas relações com o território. As variações das expressões elaboradas pelos intelectuais quilombolas e a consolidação dos domínios após a desestruturação das fazendas em Alcântara, construiu uma série de categorias próprias para a definição das territorialidades específicas, a saber, terras de preto, terras de caboclo, terras de santo, terras de santa, terras de santíssima, terras de herdeiros e terras de parentes. As narrativas dos intelectuais quilombolas durante a pesquisa de campo forneceram os instrumentos analíticos para a feitura do Laudo antropológico⁵¹ acerca das comunidades quilombolas de Alcântara, além de

⁴⁹ Categoria de entendimento apresentada no laudo antropológico elaborado por Almeida (2006) a partir da análise das narrativas dos quilombolas durante as pesquisas de campo.

⁵⁰ Optei por utilizar o termo comunidades quilombolas nessa parte do texto por considerar que no processo de feitura do Laudo antropológico, os intelectuais quilombolas ainda não se referiam ao território de Alcântara enquanto território étnico, não utilizavam exatamente essa terminologia, apesar de afirmarem a existência de uma rede de solidariedade que permitia a coexistência entre as comunidades quilombolas do território.

⁵¹ Laudo elaborado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, produzido por determinação da Procuradoria Geral da República consoante os termos definidos na Portaria nº 007, de 07 de julho de 1999, do Ministério Público Federal do Maranhão. A perícia objetivava a apuração de possíveis irregularidades no processo de implantação da Base espacial em Alcântara. O referido Laudo foi publicado em dois volumes. Consulte-se Os Quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara: laudo antropológico. (Almeida, 2006).

propiciarem um entendimento das realidades localizadas e do desenvolvimento de um conhecimento etnográfico, evidenciando a construção de um conjunto amplo de categorias ressignificadas pelos intelectuais quilombolas em suas fronteiras, constituindo-se o aparato conceitual que fundamenta a partir de seus fazeres, a epistemologia da resistência.

Para o historiador Wagner Cabral da Costa (2001) os significados construídos a partir da noção de decadência marcam uma disputa acirrada em torno do discurso que se reinventa de acordo com os interesses de historiadores, literatos, geógrafos, políticos e outros, fornecendo assim, um material imagético que serve de referência ao se analisar a historiografia regional. A noção de decadência, segundo Costa (2001, p. 81), é recorrente nos imaginários sociais e tem se mostrado bastante eficaz na “[...] reprodução acrítica pela historiografia regional, passando por Viveiros (1954/64); Meireles (1980); Tribuzi (1981), dentre outros”.

É importante destacar ainda, que a função das instituições fundadas nas primeiras décadas do século XX como a Academia Maranhense de Letras (1908), a Faculdade de Direito (1918) e o IHGM (1926) encontram-se, segundo Costa (2001), intimamente ligadas às estratégias de legitimação da imagem de decadência em Alcântara, contribuindo para o caráter de permanência desse discurso no âmbito regional. Assim,

[...] a manipulação discursiva das imagens da decadência e da tradição encontra-se, portanto, articulada a estratégias de legitimação (ou não) de personagens e grupos intelectuais no cenário estadual; à determinação dos “lugares a ocupar” na história da literatura maranhense (Costa, 2001, p. 85).

A contribuição da academia através da adequação dos estudos que sustentam a reconstrução do departamento colonial é evidenciada por Said (1990, p. 14) que analisa como o modo do discurso atua na consolidação das ações hegemônicas, legitimadas “com o apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais”.

Segundo Bourdieu (2007, p. 110), “[...] quando assistimos ao aparecimento de escritores de um novo grupo social, devemos considerar também as instituições e as formas criadas pelo conjunto do grupo a que pertencem”. As relações sociais estabelecidas pelos intelectuais com as instituições culturais constituem um campo intelectual que faz com que as produções dos literatos, historiadores, jornalistas e outros tornem-se públicas e adotem um caráter coletivo. O campo intelectual configura a partir de uma estrutura dinâmica que agrega

[...] um sistema de interações entre uma pluralidade de instâncias, agentes isolados, como o criador intelectual, ou sistemas de agentes, como o sistema de ensino, as academias ou círculos literários, que são definidos, ao menos no essencial, no seu ser e na sua função, por sua posição nesta estrutura e, pela autoridade, mais ou menos

reconhecida, isto é, mais ou menos forte e mais ou menos extensa, e sempre mediatizada por sua interação, que eles exercem ou pretendem exercer sobre o público, ao mesmo tempo capital e, em certa medida, árbitro da competição pela consagração e legitimidade intelectuais (Bourdieu, 2007, p. 126-127).

As análises a partir da produção intelectual de Pereira Júnior (2021) ampliam, de modo significativo, o entendimento acerca da ideologia da decadência em Alcântara. A abordagem realizada por esse intelectual quilombola, permite o alargamento da compreensão acerca da interpretação territorial e das epistemologias territoriais quilombolas⁵² a partir do viés do pesquisador quilombola, o que implica o limiar de uma relação com a ancestralidade e com as relações sociais vivenciadas nas comunidades, peculiaridade restrita apenas aos intelectuais quilombolas de Alcântara. Compreendo que, o exercício analítico de noção de território não ocidental e das territorialidades específicas dotadas de seus diversos fazeres epistemológicos, ampara-se teoricamente com densidade, a partir das análises realizadas pelos intelectuais quilombolas, a exemplo das produções intelectuais do autor em evidência. Pereira Júnior (2021) alerta para a importância de atuar na desconstrução do âmbito simbólico e na compreensão do racismo epistêmico⁵³ operado pelas instituições acadêmicas, que reproduzem práticas de negação dos conhecimentos produzidos pelos intelectuais quilombolas.

No que se refere ao racismo epistêmico, Collins (2009) faz refletir sobre a urgência em substituir as definições elaboradas pelos grupos dominantes pelas definições a partir do ponto de vista da autodefinição. Esse exercício permite a análise da complexidade inerente ao processo de elaboração das teorias, desmistificando a noção de que cabe somente às “elites cultas”, inseridas no âmbito acadêmico, a capacidade exclusiva de elaborar teorias. Faz compreender ainda, como as “elites cultas” atribuem unicamente a si, a interpretação das experiências cotidianas dos outros, produzindo mecanismos de manutenção de privilégios e hierarquias. Reitero a discussão sobre o alargamento da categoria intelectual, reafirmando que o fato de intelectual se encontrar inserido no âmbito acadêmico não é critério único para torná-lo intelectual. A ruptura com o sentido estrito do termo intelectual eleva a análise para a noção de que cada grupo social, a partir da resignificação dos conceitos, atrelada às experiências que suas demandas cotidianas impõem, criam para si esferas diferenciadas de intelectuais, o que nos evidencia que ao relativizarmos a noção intelectualista baseada nas referências

⁵² Categoria de análise elaborada por Pereira Júnior (2021) para referir-se ao “léxico local específico usado pelos quilombolas para desnomear os espaços sociais e simbólicos em que vivem e desenvolvem suas atividades”. Para um aprofundamento da análise, leia-se *The Future of Alcântara Is Not (Just) Rocket Science: Quilombola Epistemologies and the Struggle for Territoriality*. (Davi Pereira Junior, 2021).

⁵³ Para ampliar a compreensão acerca dessa categoria de entendimento, leia-se *The Future of Alcântara Is Not (Just) Rocket Science: Quilombola Epistemologies and the Struggle for Territoriality*. (Davi Pereira Junior, 2021).

essencialistas, minimizamos a noção de que teoria e prática se apresentam em instâncias separadas, compreendendo-as como coexistentes numa relação dialética.

O processo embrionário do corte epistemológico elaborado pelos intelectuais quilombolas de Alcântara a partir da reivindicação dos direitos territoriais e da afirmação identitária se iniciou anteriormente à implantação do CLA na década de 1980. Ocorre que a desagregação das fazendas fez emergir uma diversidade de situações específicas⁵⁴ próprias desses territórios, criando as condições de possibilidade para o deslocamento de conceitos classificatórios elaborados e reproduzidos na sociedade colonial. Sobre a construção das epistemologias territoriais, Pereira Júnior (2021) ressalta que

É importante destacar que essas epistemologias territoriais surgem com a fuga dos senhores de escravos. A “fuga de brancos”, que abandonaram negros e terras, possibilitou o surgimento de diferentes comunidades negras que estabeleceram laços simbólicos com a terra e além de fazerem uso dos recursos naturais de diversas maneiras. Além disso, essas relações entre os quilombolas e seu território possibilitam o estabelecimento de vínculos sociais entre as pessoas e entre as pessoas e a terra (território), por meio de processos específicos de territorialização. Ademais, essas relações sociais e simbólicas também se estenderam entre as diversas comunidades. E, foi com base nas relações estabelecidas com o território que os quilombolas foram capazes de alcançar a autonomia individual e a autonomia econômica produtiva que lhes permitiram enfrentar a sociedade e o sistema econômico colonial. (Pereira Júnior, p. 41-42)

A análise de Almeida (2016) apresenta a diversidade de situações sociais que se deslinda a partir do processo de abandono das fazendas pela elite agrária alcantareense, a exemplo das terras adquiridas pelas famílias de alforriados por meio da compra, terras doadas às ordens religiosas e terras de sesmeiros. O deslocamento de significados de conceitos coloniais encontra-se situado no posicionamento dos quilombolas frente ao abandono das terras pela elite agrária. As narrativas dos quilombolas não colidem com a noção de decadência, ao contrário, evidenciam uma possibilidade de autonomia no que se refere ao uso das terras, liberdade no processo produtivo, organização da gestão dos recursos naturais e reforço da identidade.

O conceito de quilombo contradita com a definição colonial. Sobre a categoria quilombo, Martins (2010) ressalta que tomar a noção de quilombo a partir de uma abordagem substantivista é atrelar essa categoria à ideia de passado remoto e originalidade, no sentido

⁵⁴ Pereira Júnior (2021) analisa o conceito de territorialidades específicas cunhado por Almeida (2016) ampliando a compreensão com a definição da categoria epistemologias territoriais.

essencialista do termo. Partindo do pressuposto de que as relações sociais são dotadas de dinamicidade, Martins (2010, p.163) destaca que o termo quilombo⁵⁵

hoje deve ser entendido como um lugar de recriações, ele não é o lugar de isolamento, onde, necessariamente estão os agentes sociais que tem uma mesma origem ou um ‘passado comum’. Antes de materializada, a presença da ancestralidade é traduzida nas práticas, no compartilhar de crenças e formas de territorialidade.

Os símbolos de apropriação, a exemplo das ruínas⁵⁶, passaram por ressignificações. Almeida (2016) ressalta que historicamente os símbolos de apropriação do território deslocaram-se, e especificamente no que se refere às ruínas, passaram à condição de autoexplicativas, representando uma ruptura com os elementos coloniais que fazem alusão à questão da tutela.

Recoloco a partir do sentido das narrativas quilombolas, o deslocamento do conceito de intelectual, amparada em três variantes⁵⁷ que coexistem entre si e produzem a “Epistemologia da resistência” no território étnico de Alcântara, a saber

- i) Intelectuais quilombolas que vivenciaram diretamente as demandas do processo de desagregação das fazendas e ressignificaram conceitos coloniais, a exemplo de decadência, a partir de suas práticas cotidianas, autonomia no processo produtivo e uso comum dos recursos naturais, produzindo a “Epistemologia da resistência”.

- ii) Intelectuais quilombolas forjados na ancestralidade, que vivenciam o processo de desagregação das fazendas a partir das narrativas, exercitando, de modo permanente, práticas de resistência no território, na estruturação das entidades representativas, na formação acadêmica, elaborando teorias e intensificando as ações de produções acadêmicas que analisam as ressignificações dos conceitos cristalizados pela sociedade colonial, produzindo uma alternativa à epistemologia hegemônica que defino como “Epistemologia da resistência”.

⁵⁵ Para aprofundamento das análises da autora, consulte Reflexão preliminar sobre a categoria quilombo em Penalva, Maranhão. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. PNCSA, 2010.

⁵⁶ Para detalhamento da noção de “aquilombamento” das ruínas no território étnico de Alcântara, consulte Apresentação da Coleção Narrativas Quilombolas. “Narrativas Quilombolas” e “Luta e Resistência Quilombolas”, PNCSA, 2016.

⁵⁷ Reitero que o modo de dispor os intelectuais quilombolas a partir de três variantes, não se trata de uma escolha para “classificar” de forma absolutizada, mas se refere a um critério pensado para apresentar as diferentes atuações destes em suas diferentes fronteiras.

iii) Intelectuais quilombolas ancorados na ancestralidade, reivindicando o reconhecimento e posse do território étnico de Alcântara, frente ao Estado brasileiro, com práticas de resistência pautadas nos saberes e fazeres de resistência, na força do discurso das narrativas, produzindo a partir do cotidiano a “Epistemologia da resistência”.

As produções dos intelectuais quilombolas criam uma nova literatura que redefinem fundamentos epistemológicos a partir do enfoque de suas relações. Evidente que não se trata de rejeição absoluta da teoria acadêmica ocidental, ao passo que, a epistemologia ocidental elabora as regras para a teorização dos “outros” e reproduz um processo impositivo que nega as perspectivas quilombolas de elaborar conhecimentos. Não se trata de ruptura com a epistemologia ocidental que se ampara na escrita, na teoria e na noção de história adotada pela academia ocidental. Trata-se da elaboração de contra-histórias (Smith, 2018), com significados que colidam com a ideologia que opera no centro. As “contra-histórias” se constituem como atos de resistência e uma das formas de resistir deve amparar-se na observação atenta do que representa o arquivo cultural do Ocidente, por meio de um exercício analítico que possa evidenciar como opera o sistema cultural de classificação e representação do “Outro”, como são recuperados e reformulados a partir de diferentes contextos e discursos, numa tentativa de “mapear” a genealogia do colonialismo, compreender a constituição do poder de definir para reivindicar conceitos, deslocando-os do centro ideológico em que foram elaborados.

Partindo-se da noção de que o mundo social pode ser dito e construído de diferentes maneiras, de acordo com os princípios de visão e divisão (Bourdieu, 2004), sigo discutindo sobre os instrumentos políticos construídos pelos intelectuais quilombolas na luta pelo território étnico de Alcântara. O agir nas ressignificações das categorias de percepção e apreciação do mundo social alterou a forma de classificação validada pelos conceitos hegemônicos que aplicam critérios homogêneos e avaliatórios, não levando em consideração a realidade social e as especificidades da existência cotidiana. A autonomia sobre o território construída desde o processo de desagregação das fazendas, fora evidenciada inicialmente pelo controle do processo produtivo, conferindo uma lógica própria enraizada tanto em lutas individuais como em lutas coletivas que se arregimentaram frente ao conflito com o CLA. As relações de força foram definidas na medida em que o Estado, com a perspectiva de discurso oficial⁵⁸, intensificou a

⁵⁸ O Estado, a partir do uso de critérios únicos de classificação social atua no sentido de legitimar um ponto de vista oficial, “ponto de vista legítimo”, impondo-se como detentor do monopólio da violência simbólica legítima (Bourdieu, 2004).

violência, colocando-se como árbitro para classificar o território sem considerar as especificidades dos quilombos que o constituem.

A reivindicação dos direitos territoriais frente às diferentes situações de conflito produziu um deslocamento de significados, o reforço da identidade quilombola e da autonomia sobre o processo produtivo e do uso dos recursos naturais. Os diálogos estabelecidos entre os quilombos evidenciaram a ruptura com a noção de tutela amplamente reproduzida na ideologia da decadência que apesar de figurar como hegemônica em diferentes espaços sociais, não é reproduzida no cotidiano dos quilombolas.

A cadeia de solidariedade entre os quilombos e a eficácia do uso comum dos recursos naturais fez com que a noção de quilombo disposta na perspectiva colonial, fosse contradita. Collins (2009) reforça sobre a importância de análise das contradições existentes nas ideologias. Esse exercício pode promover a desmistificação que põe em suspenso o ponto de vista daqueles que produzem a ideologia hegemônica, possibilitando a adoção de outros referenciais interpretativos que considerem as especificidades dos grupos sociais. A partir dessa ótica, os intelectuais quilombolas de Alcântara, organizaram novas formas de mobilização e apropriação do espaço com a permanência de reivindicações coletivas redefinidas por meio de uma mobilização continuada. Nessa trajetória, os intelectuais quilombolas elaboraram coletivamente narrativas que representam “rupturas” com o discurso dos responsáveis pela ideia de decadência em Alcântara.

Cabe ressaltar que a ausência de controle acerca dos aparatos ideológicos reflete os entraves para alterar a ideologia de dominação. No conforto das conversas cotidianas entre os intelectuais quilombolas não há a reprodução da ideologia da decadência, ao contrário, nos “espaços seguros⁵⁹” construídos a partir das relações cotidianas não há a vigilância rigorosa dos grupos dominantes. Ressalta-se, pautada na análise de Pereira Júnior (2021), que as relações cotidianas vivenciadas em cada quilombo, define a construção de categorias territoriais epistemológicas próprias a partir das especificidades de ocupação e uso comum dos recursos naturais. As formas de mobilização dos quilombos frente ao conflito com o CLA ocorrem de modos distintos, uma vez que as demandas dos quilombolas se diferem tanto em razão das especificidades das territorialidades quanto das atividades desenvolvidas em cada quilombo. Os critérios estabelecidos para uso comum dos recursos naturais são definidos coletivamente

⁵⁹ Expressão elaborada por Collins (2009) para referir-se aos espaços, a exemplo das igrejas, organizações, famílias, lugares onde se constrói as autodefinições e elaboram-se discursos potencialmente “seguros”. O uso das aspas, como grifo meu, denotam a preocupação da autora em questionar os limites de colocar esses espaços como seguros, propondo uma análise no sentido de discutir se efetivamente há “espaços seguros”.

pelos intelectuais quilombolas em suas diferentes fronteiras, observadas as peculiaridades de cada quilombo.

As formas organizativas e de mobilizações coletivas nas diferentes fronteiras do território étnico criaram as condições para o estreitamento das relações de pesquisa, a exemplo do que ocorreu com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, permitindo que tanto os intelectuais quilombolas quanto os pesquisadores construíssem em parceria, a partir das observações das situações cotidianas vivenciadas no âmbito do conflito com o CLA, instrumentos analíticos para a ressignificação de conceitos e categorias de entendimento que convergissem para as especificidades das demandas dos quilombos de Alcântara. Categorias a exemplo de terras tradicionalmente ocupadas, territorialidade e territorialidades específicas, foram se desenvolvendo, relativizando-se a noção de linearidade que pauta o discurso historicamente definido para pensar território. A noção de tradicional reivindicada pelos intelectuais quilombolas, não se chancela na ideia de tempo sequencial. O conceito de tradicional figura como um conceito de resistência a partir do conhecimento acerca do território, das especificidades da maneira de ocupar, do uso comum dos recursos naturais e da consciência de si mesmos.

Os processos mobilizatórios se intensificaram e se atualizaram, observando-se as demandas geradas pelo conflito com o CLA. Atrelado ao processo de ressignificação das categorias de entendimento e de apropriação do território, os intelectuais quilombolas relativizaram a noção de tutela no que se refere ainda às formas de representação cartográfica do espaço em que vivem tradicionalmente. Cabe evidenciar que as formas de representação dos territórios são múltiplas e inerentes ao processo de historicidade das territorialidades específicas. No que se refere especificamente à cartografia enquanto mapeamento, as representações seguiam uma lógica cartesiana da ciência cartográfica com a utilização de instrumentos construídos pelo Ocidente, a partir de uma abordagem positivista que evoca um plano de homogeneização das formas de representar. Via de regra, a problematização⁶⁰ e as reflexões elaboradas pelos povos e comunidades tradicionais acerca da tutela imputada sejam por órgãos estatais ou por grandes empresas no processo de mapeamento, se intensifica a partir das situações de conflito decorrentes das lutas territoriais e lutas ambientais pelo controle de seus territórios. A ideia de cartografia e de mapeamento implica ao exercício de poder sobre o

⁶⁰ O processo de reivindicação por parte dos povos e comunidades tradicionais acerca do monopólio da representação do Estado e/ou das grandes empresas que utilizam a cartografia para mapeamento das áreas que objetivam se apropriar, se intensificou a partir dos anos 1970 no Brasil.

território. Nesse sentido, as demandas em torno do exercício de cartografar são definidas como instrumento político na luta pela expropriação dos direitos territoriais.

A partir dos anos 1970, observa-se experiências definidas como “mapeamento participativo”⁶¹ desenvolvidas por entidades ambientalistas, antropólogos e agências de assessorias que a partir das demandas de reivindicação apresentadas por indígenas e comunidades tradicionais, propõem uma dinâmica de participação dos agentes sociais no processo de elaboração de mapas. A prática de “mapeamento participativo” fora ampliada com a criação de redes de mapeamento em vários territórios. Ressalta-se que a participação dos indígenas e das comunidades tradicionais era restrita e o processo de feitura dos mapas era tutelado por terceiros. Nesse contexto, ampliou-se a reflexão acerca da tutela e da ausência de autonomia nas formas de representação dos territórios e a partir dos anos de 1990, as reivindicações acerca do processo de autorrepresentação por meio do uso da cartografia se intensificou.

O exercício de repensar a ideia de “mapeamento participativo” sem a autonomia sobre o processo de elaboração, sem o controle dos fins para a produção e usos dos mapas, aproximou os indígenas e as comunidades tradicionais dos recursos tecnológicos utilizados pela cartografia ocidental para a construção de suas próprias representações espaciais. A reivindicação do mapeamento dos territórios passou a agregar ações de formação para que os agentes sociais pudessem acessar instrumentos tecnológicos, a exemplo de GPS⁶² para georreferenciamento dos seus territórios a partir de critérios definidos coletivamente. As práticas da construção de suas próprias representações, da definição dos elementos a representar, o registro e o controle político sobre os mapas, passaram a ser intituladas como “cartografia social” com a ideia de contrastar com a noção de “mapeamento participativo”, cujo controle de feitura não é dos povos e comunidades tradicionais. Almeida (2021) ressalta que

A Nova Cartografia Social não consiste num “mapeamento participativo”, porque não cria um lugar social para as pessoas participarem. Aliás, “mapeamento participativo” é uma das expressões da retórica do Banco Mundial, do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] e de agências ditas de desenvolvimento para implementar projetos que financiam. Concerne ao lugar que instituíram para os representantes das comunidades atingidas pelos projetos participarem ou se expressarem. O nosso projeto neste sentido não é participativo.

⁶¹ Optei por usar aspas por compreender que o termo “participativo” nessa prática de mapeamento limitou a participação dos indígenas e comunidades tradicionais a informantes, não se diluindo a tutela sobre o processo de elaboração e usos políticos dos mapas.

⁶² O Sistema de Posicionamento Global, mais conhecido pela sigla GPS, permite marcar coordenadas geográficas de pontos utilizados posteriormente para feitura do mapeamento dos territórios.

No que tange à “cartografia social”, há o esforço permanente entre pesquisadores e povos e comunidades tradicionais no sentido de desenvolver dinâmicas que minimizem a tutela na feitura dos mapeamentos dos territórios. As disputas territoriais convergem para disputas cartográficas e o uso de tecnologias que são utilizadas pelo mundo ocidental para classificar, passa a ser instrumento político de autorrepresentação coletiva a partir da elaboração de uma linguagem cartográfica pautada nas especificidades de cada território. As demandas por autorrepresentação abarcaram povos e comunidades tradicionais de variadas realidades no território brasileiro e fora do país. O uso da “cartografia social” dinamizou o mapeamento de territórios com demandas específicas, a exemplo de territórios com situações de grilagem, reivindicações das quebradeiras de coco babaçu ao acesso às áreas de babaçual⁶³, indígenas, quilombolas, inclusive observando-se suas localizações e fazeres nos centros urbanos, mapeamento dos povos de terreiro e outros grupos sociais que passaram a agregar as produções de mapeamento em suas pautas reivindicatórias.

Convém ressaltar que, a “cartografia social” junto aos povos e comunidades tradicionais, desenvolveu formas de autorrepresentação singulares e por meio de um esforço coletivo que agrega agentes sociais, pesquisadores, agências não governamentais e outros, desenvolve práticas formativas de acesso e uso do GPS para georreferenciamento, considerando as especificidades dos territórios e suas diferentes demandas. As oficinas de consulta, reuniões periódicas realizadas nos territórios em processo de mapeamento social, alinham as ações a partir da análise de croquis dos mapas previamente elaborados com os pontos marcados pelos agentes sociais. Ocorre a definição dos ícones para as legendas dos mapas, desenhadas pelos próprios agentes sociais a partir de suas realidades distintas. O uso dos ícones, considerando as peculiaridades de cada território, reforça a prática da autorrepresentação, apresentando-se como uma ação da diversidade dos territórios e suas demandas, negando a aplicação dos padrões cartográficos ocidentais de unificação e homogeneização. A “cartografia social” expressa uma dinâmica de validação de uma linguagem cartográfica própria em oposição à cartografia dita oficial, na tentativa de minimizar a tutela sobre o mapeamento dos territórios. No que tange às práticas de pesquisa orientada pela “nova cartografia social”, Almeida (2013) ressalta que a

⁶³ As quebradeiras de coco babaçu organizadas coletivamente através do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB que agrega mulheres quebradeiras do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins lutam pelo livre acesso ao babaçual nas áreas privadas para que possam fazer sua autoprodução através da coleta e quebra do coco e posteriormente, da feitura de produtos derivados a exemplo do azeite e outros extraídos da palmeira de babaçu. Para detalhamento consulte as Leis do Babaçu Livre e mais informações na página do MIQCB <https://www.miqcb.org>

noção de “nova” cartografia se distingue da ideia estrita de descrição de mapas, de cartas, tratados, afirmando que

ao contrário, de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas (Almeida, 2013, p. 157).

O deslocamento do exercício de cartografar para além das instâncias dos órgãos técnicos e da burocracia estatal é constantemente alvo de críticas quanto à legitimidade da “nova” dinâmica de elaboração dos mapas e mapeamentos. Ressalta-se que a apropriação do conhecimento técnico pelos agentes sociais para mapeamento dos territórios não exclui o rigor científico inerente ao ato de cartografar. Os laboratórios cartográficos onde se operam as dinâmicas da “cartografia social” fornecem as condições adequadas para o acesso às tecnologias necessárias no processo de mapeamento dos territórios e conduzem o processo formativo dos agentes sociais e de oficinas de mapas, espaço de discussão e análise acerca da representação dos territórios. Segundo Almeida (2021)

A “nova cartografia social” propicia meios para uma descrição aberta e plural que reforça a etnografia ao produzir uma “nova descrição” em que os agentes sociais das unidades mapeadas são os artífices do mapeamento e a posição dos pesquisadores acadêmicos cinge-se à criação de condições de possibilidade para isto. Esta maneira de descrever permite resgatar a autoridade da antropologia, apoiada na precisão das informações, em dados fidedignos e georreferenciados, num trabalho de campo prolongado e crítico aos chamados “diagnósticos ligeiros”, e num conjunto de relações de pesquisa fundado em confiabilidade mútua. Isto quando o conhecimento antropológico está sendo duramente questionado. Assim, os agentes sociais que a comunidade indicou para comporem a sua equipe definem quando e como os pesquisadores acadêmicos irão exercer sua ação de treinamento dessa equipe na captação de pontos e no uso de softwares. Só trabalhamos junto a povos e comunidades que nos enviaram convites para tanto. Recusamos o protagonismo de ditar o que deve constar nos mapas produzidos. Em articulação com este procedimento, pesquisadores do PNCSA exercem atividades pedagógicas regulares em programas de pós-graduação tanto no Maranhão e no Amazonas quanto no Pará, em Pernambuco, no Piauí, em Minas Gerais e na Bahia, formando indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, ribeirinhos e demais membros de comunidades tradicionais.

Os intelectuais quilombolas de Alcântara, no contexto de suas mobilizações em razão do conflito com o CLA, utilizam a “cartografia social” no processo de mapeamento dos territórios, o que lhes permite representar as peculiaridades das territorialidades específicas. As realidades locais são descritas a partir das narrativas dos intelectuais quilombolas que detêm o domínio sobre o conhecimento dos territórios e passam a figurar como sujeitos da ação cartográfica,

definindo coletivamente os espaços sociais a serem mapeados. A reconceituação cartográfica permite aos agentes sociais a definição dos critérios de construção dos mapas e delimitação de seus territórios. Acselrad (2008) analisa o vasto campo de conhecimentos que permeia a “cartografia social” e suas dinâmicas de globalização, alertando para a importância de análise acerca dos conhecimentos que norteiam o processo de produção dos mapas e suas implicações políticas.

Os mapas elaborados a partir das dinâmicas da “cartografia social” figuram como instrumentos de poder e de resistência à dominação na luta pelas reivindicações diversas acerca dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Almeida (2021) evidencia que

Esses mapas que ajudamos a produzir levam um ano e meio para serem elaborados. Há sucessivas oficinas de mapas. Esse processo de produção cartográfica neutraliza outros processos que são céleres, ágeis, e que têm efeitos muito sentidos pelas comunidades (Almeida, 2021).

O processo de produção cartográfica ancorado na ação coletiva dos agentes sociais denota o deslocamento de categorias de entendimento, relativizando conceitos a exemplo de cartografia, intelectual e território, evidenciando um campo de tensão epistemológica e política em torno das disputas teóricas. Tratarei a seguir da análise dos desafios enfrentados pelos intelectuais quilombolas de Alcântara no que diz respeito às diversas formas de produção do conhecimento em suas diferentes fronteiras.

1.3 *“Eu não sei ler, mas não é por isso, que eu não vou me defender!”*⁶⁴: Intelectuais quilombolas e os desafios da produção do conhecimento, reflexões sobre o campo de tensão epistemológica e política

O campo de disputas no que se refere à produção de conhecimento acerca de Alcântara apresenta-se em estado de latência permanente. As especificidades do processo histórico vivenciado pelos intelectuais quilombolas em seus territórios, em um recorte temporal bem anterior ao conflito com o CLA, criaram condições peculiares de autonomia tanto no processo produto quanto no uso comum dos recursos naturais. A consolidação das territorialidades

⁶⁴ Trecho de entrevista realizada no dia 07 de março de 2023, com a sra Catarina Josefa Ribeiro, 63 anos, comunidade Samucangaua. Catarina tem 16 filhos, 12 netos e 3 bisnetos. Contou-me que *“Samucangaua era uma comunidade rica. Eu criei 16 filhos, só no peixe, trazia cofos de peixe. O peixe não sobe mais para a cabeceira, hoje você não acha um peixe. Se nós não sai, nós vamos receber!”* Seu relato diz respeito aos impactos causados pelo deslocamento dos quilombolas para as agrovilas e sobre a pretensão do CLA em efetivar novos deslocamentos.

específicas, fundamentaram a construção de saberes e fazeres singulares. Tais conhecimentos não ficam restritos às fronteiras dos quilombos, ao contrário, ampliam o mundo social dos intelectuais quilombolas, formatando uma rede de relação entre as territorialidades, ultrapassando as fronteiras da dimensão espacial por meio de uma dinamicidade própria que constrói uma interdependência entre os territórios, e a partir de suas especificidades, fazem emergir a “Epistemologia da Resistência”.

As experiências vivenciadas a partir do conflito com o CLA, as articulações das entidades representativas, mostram como o campo epistemológico articula as ações no campo político. Esses campos não estão dissociados e os critérios que validam os saberes e fazeres dos intelectuais quilombolas diferem dos critérios adotados fora do mundo social em que estão inseridos.

As tensões no âmbito da produção e validação do conhecimento se processam em caráter permanente. Atos de categorização do colonialismo são reproduzidos no cotidiano dos quilombolas. Os critérios para definir o que é ou não conhecimento válido ampara-se no racismo epistêmico e os atos identitários, a escrita, a elaboração dos discursos que são proferidos pelos intelectuais quilombolas figuram como resistência na luta anticolonial e antirracista. Simultaneamente, os intelectuais quilombolas de Alcântara vão, a partir de suas mobilizações coletivas permanentes, ressignificando conceitos, a exemplo do conceito de resistência e construindo uma epistemologia própria numa tentativa de minimizar os efeitos da violência colonial reproduzida.

Sobre as práticas de colonialismo reproduzidas no âmbito do conflito em Alcântara, Serejo (2020) afirma a atemporalidade do colonialismo a partir das ações de violação dos direitos dos quilombolas em razão da reivindicação do território frente ao CLA. A ação colonialista se evidencia na negação do cumprimento ao direito de consulta, na desapropriação das áreas e na política de deslocamento compulsório das famílias, no processo de não concretização das indenizações e na ausência de políticas reparatórias e de redução de danos, na redução dos módulos rurais de terras, impedindo a reprodução física e social das famílias, na deslegitimação dos saberes tradicionais, todos esses elementos ancorados nas práticas de racismo estrutural.

A análise de como se processam as tensões epistemológicas no campo de produção do conhecimento a partir da ótica dos intelectuais quilombolas que produzem atrelados à academia e dos intelectuais quilombolas que produzem em outras esferas do conhecimento, especificamente a partir das relações sociais estabelecidas nos territórios, revela a complexidade inerente tanto na vida acadêmica quanto no cotidiano no que se refere à questão da legitimidade

dos conhecimentos produzidos, classificados como “saberes subjugados” a partir da lógica dos critérios epistemológicos convencionais. A vigilância como mecanismo de controle burocrático se efetiva de modo permanente nos espaços acadêmicos e os conhecimentos produzidos pelos intelectuais quilombolas são recorrentemente classificados como menos teóricos. Segundo Collins (2009, p. 502), “a vigilância se tornou um aspecto importante do domínio disciplinar do poder”. Faz-se necessário observar como os mecanismos de controle burocrático que, por meio da ocupação de posição de autoridade, atuam como facilitadores de práticas de controle disciplinar do poder.

Na contramão da reprodução das epistemologias ocidentais como únicas, os intelectuais quilombolas criaram formas alternativas de produzir e validar o conhecimento. Os critérios de validação apresentam contornos diferentes dos critérios de validação eurocêntricos e estão pautados no poder das autodefinições e nos deslocamentos conceituais antes cristalizados pela lógica ocidental. Alteram-se os referenciais interpretativos que dão origem à processos alternativos de validação do conhecimento, reivindicando-se o uso das experiências vivenciadas no cotidiano como critério de legitimidade e credibilidade.

O uso do diálogo no processo de validação do conhecimento, a recusa do porta vozismo, a criação dos quadros técnicos e as conexões estabelecidas entre as “variantes” de intelectuais quilombolas nos territórios, marcam as singularidades das formas de produção do conhecimento, com abordagens próprias, elaboradas tomando-se como critério de significado, a experiência vivida e partilhada no cotidiano. Coloca-se em suspenso o critério da autoridade de classificação, reconhecendo-se a diversidade de práticas e de representações próprias. Relativizam-se os padrões epistemológicos definidos na academia e outras posições de autoridade que colocam o processo de validação do conhecimento a partir de uma prática de controle.

Retomo as “variantes” que defini anteriormente no que se refere às diversas formas de exercício dos intelectuais quilombolas de Alcântara em suas diferentes fronteiras de produção do conhecimento para uma análise mais detalhada acerca das tensões políticas e epistemológicas vivenciadas nos diferentes espaços sociais em que transitam. Reforço que essas “variantes” coexistem e as práticas de mobilização desses intelectuais se complementam nas diferentes vivências em seus territórios. Começo a análise a partir da primeira “variante”, a saber

i) Intelectuais quilombolas que vivenciaram diretamente as demandas do processo de desagregação das fazendas e ressignificaram conceitos coloniais, a exemplo de decadência, a

partir de suas práticas cotidianas, autonomia no processo produtivo e uso comum dos recursos naturais, produzindo a “Epistemologia da Resistência”.

A derrocada dos estabelecimentos agrícolas das ordens religiosas no período de 1758 a 1821, das fazendas de algodão de 1778 a 1819 e dos engenhos de açúcar, entre 1870 e 1882 que desencadeou o processo de desestruturação das fazendas em Alcântara, fez com que esse período seja visto como “*o tempo em que os brancos foram embora*”. O abandono das fazendas pelos senhores representou a decadência na visão da elite aristocrática. Vendiam-se telhas e retiravam-se baldrame das casas grandes até restarem muralhas e ruínas. De suas taperas, os brancos ainda levaram oratórios, imagens de santos, louças inglesas, peças em mármore e livros que constituíam o acervo das bibliotecas particulares.

Deixaram os *encarregados da terra*⁶⁵ que não eram somente os feitores de escravizados. Alguns eram escolhidos entre os próprios escravizados que trabalhavam mais próximos às casas-grandes, realizando serviços domésticos e cuidando da criadagem no dia-a-dia da vida da família do senhor. Tinham a responsabilidade de cobrar o aforamento da terra, medir os terrenos a serem cultivados, estocar a produção agrícola arrecadada e cuidar da administração da terra na ausência dos senhores. Em diversas situações, a resistência contra os brancos foram ações organizadas por familiares desses próprios *encarregados da terra*. Nas fazendas onde se praticavam atividades agrícolas e pecuária, os vaqueiros que eram escravizados alforriados e encarregados das tarefas domésticas, passaram a cuidar do gado em campos naturais. Os rebanhos, que eram pequenos, serviam para o abastecimento das feiras de gado realizadas nos núcleos urbanos, sendo utilizados ainda como animal de tração. Os pastos eram fracos e os campos naturais eram abertos.

A destruição das casas grandes não significou decadência para os escravizados, indígenas desaldeados que viviam nas antigas fazendas conduzidas pelas ordens religiosas, escravizados fugidos, ex-escravizados e para os alforriados que passaram à condição de pequenos produtores agrícolas. Ao contrário, os indígenas e pretos agruparam-se próximos às ruínas a partir das relações de parentesco, amizade, afinidade e vizinhança e passaram a ter autonomia sobre a escolha do que produzir. A liberdade não se limitava à escolha do processo produtivo. Formaram vários povoados e passaram a se autodenominar pretos e/ ou caboclos com autonomia na produção agrícola e na realização das festas religiosas sem a tutela da Igreja, do Estado e de senhores de engenho. Segundo Almeida (2006) a derrocada econômica

⁶⁵ Optei por destacar em itálico para evidenciar as categorias epistemológicas construídas pelos intelectuais quilombolas em seus territórios. Para análise detalhada, confira Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Brasília: MMA, 2006.

instaurada em Alcântara desde 1850 com a crise na produção do algodão, se intensificou com a crise nos engenhos⁶⁶. Sobre o deslocamento da categoria decadência, o sr Danilo Serejo, quilombola de Canelatiua analisa que

O sistema monocultor de Alcântara começa a cair o que para os fazendeiros e aristocratas representou a decadência, para os quilombolas não foi decadência, pelo contrário, representou o acesso, possibilitou que essas comunidades instituíssem sua própria economia, inclusive a economia das reciprocidades, da interdependência econômica e social, cultural, permitiu também o acesso à terra.

A posse das ruínas dos engenhos e das casas-grandes representava o oposto às situações do trabalho dos escravizados nas grandes plantações monocultoras. Tais ruínas e muralhas continuaram socialmente vivas e consolidaram comunidades⁶⁷ quilombolas com territorialidades específicas. As taperas de brancos representavam uma dominação que já havia acabado e as ruínas revelaram simbolicamente a origem das comunidades quilombolas uma vez que há registros que apontam a existência de quilombos na região de Alcântara desde o fim da segunda metade do século XVII. As ruínas e as taperas dos brancos não foram habitadas pelos quilombolas que construíram suas habitações estabelecendo certa distância dos paredões. Sobre a posse das ruínas, Almeida (2016, p. 10) analisa que

O poder de se apropriar das vantagens simbólicas associadas à posse das ruínas legitima o oposto simétrico das grandes plantações monocultoras baseadas no trabalho escravo, isto é, as comunidades remanescentes de quilombos, cuja forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais, inclusive dos campos, passa a articular os diversos povoados. Antes de serem um vestígio do passado ou uma forma de retorno a uma economia natural tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade, de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre seu destino.

Visagens, sumidouros, ruídos diversos como o arrastar de correntes, choro intenso, ruídos de açoites e aparições de fantasmas são alguns dos exemplos de situações que explicam os motivos para que não se habitassem os paredões e os sítios velhos. Os cemitérios dos brancos também não eram utilizados pelos quilombolas. Os cemitérios são campo santo, recinto sagrado

⁶⁶ “Às ruínas das fazendas de algodão acrescentavam-se, portanto, àquelas dos engenhos”. (Almeida, 2006, p. 50). O processo de implantação de engenhos de açúcar em Alcântara data de 1847. Para aprofundamento, consulte Territorialidades específicas, estrutura agrária e situação atual dos conflitos. Os Quilombos e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, volume 1.

⁶⁷ Optei por utilizar o termo comunidades quilombolas para definição dos territórios no contexto posterior de formação dos povoados por compreender que o processo de autodefinição como quilombos se consolidou a partir de demandas outras, intensificadas com a expropriação dos territórios pelo CLA.

e marcam uma relação permanente com sua ancestralidade e sua ligação com o local em que nasceram. Nas proximidades das muralhas e paredões encontram-se ainda as pedras de rumo, que são marcos de pedra que foram enterrados próximos às extremidades das áreas para servirem de orientação no período colonial. As pedras de rumo possuem inscrições gravadas com letras visíveis na parte superior indicando a localização das antigas fazendas.

A ausência dos senhores das fazendas não representou abandono, ao contrário, significou o estreitamento das relações entre os pretos e/ ou caboclos definindo a maneira de ser e de viver. Os quilombos e os escravizados das fazendas desagregadas mantinham cada vez mais uma relação de proximidade, sendo difícil distingui-los. Passaram a pequenos produtores agrícolas que produzia regularmente mandioca para o abastecimento de farinha, arroz e coletavam frutos das florestas, extraíam amêndoas e pescavam nos igarapés e rios.

Ocorreu um desmembramento do domínio sobre os recursos naturais e do controle exercido pelos grandes proprietários, que atuavam no controle da produção. A estruturação passou de uma unidade de produção para pequenas unidades produtivas, organizadas a partir do trabalho familiar e a utilização dos recursos naturais passou a ser desenvolvida através do uso comum. A expressão uso comum não deve ser compreendida a partir da ideia de “comunal”, no sentido feudal. Trata-se de uma diversidade de formas de apropriação dos recursos do solo, hídricos e florestais a partir de critérios organizativos próprios, a exemplo, da escolha dos terrenos para os povoados e plantações, das áreas de coleta de frutos, pesca, caça e dos espaços para a prática de rituais como festas religiosas, funerais e batizados.

O uso comum da terra, da água e das florestas passou a ser visto como recursos abertos e os quilombolas realizam por meio de suas práticas cotidianas o controle para garantir a manutenção dos igarapés, dos babaçuais, dos manguezais, dos juçarais, das pastagens naturais e das áreas de praias. A coleta coletiva de frutos como prática de uso comum e de controle sobre os recursos naturais continua a ser realizada nos territórios. No quilombo Canelatiua, os quilombolas definem previamente o dia da “tiração da juçara”. Coletivamente, recolhem o fruto e fazem a partilha na casa de forno do quilombo. A intelectual quilombola Dorinete Serejo, a Neta, explicou que todas as famílias do quilombo recebem a juçara e que com essa prática é possível impedir que o fruto seja retirado antes do tempo adequado para o consumo.

A coleta de frutos silvestres, a retirada de madeira e palhas utilizadas nas cobertas das casas e na ornamentação das festas religiosas também passaram a ser práticas controladas. As plantas medicinais usadas nos rituais de cura e nas festas religiosas também passaram a ser preservadas.

A proximidade entre os quilombolas que já habitavam os quilombos e os escravizados que permaneceram nas fazendas após a desagregação foi se intensificando cada vez mais na medida em que os povoados iam se originando. A história desses quilombolas apresenta muitas semelhanças. Uns vieram das desagregações dos empreendimentos das ordens religiosas, outros das fazendas monocultoras de algodão, outros dos engenhos de açúcar e ainda, outros dos conflitos diversos provocados pela relação que mantinham com os brancos.

A cooperação entre as unidades familiares desses quilombolas desenvolveu uma prática de ajuda mútua e solidariedade. As moradias, os pomares e as benfeitorias eram feitas de modo coletivo, assim como os produtos utilizados no trabalho agrícola, na pesca e nas atividades extrativistas. As famílias trocavam produtos confeccionados de palhas como cofos, abanos, piaçabas, cestos, tipitis, que são instrumentos de palha que servem para espremer a massa da mandioca, madeira, barro e fios de algodão para a confecção de redes. O carvão que era feito a partir da queima de restos de vegetais também era dividido entre as famílias.

Os povoados passaram a ser interligados e a existência de cada um deles era definida a partir das relações de solidariedade estabelecidas com os outros. Os escravizados e indígenas formaram então, as chamadas *terras de preto* ou *terras de caboclos* em que parte das terras foi adquirida pelos escravizados que trabalhavam em serviços domésticos nas casas-grandes. Outras áreas foram resultantes de doações de herdeiros dos brancos que nunca residiram nesses povoados.

Os territórios foram se organizando de modo variado a partir de situações sociais distintas. Uns tiveram acesso à terra por meio de doações, a exemplo de Santo Inácio e Vai com Deus, que são *terras de preto*. Já as *terras de santo* são áreas que anteriormente eram ocupadas pelas irmandades religiosas. As *terras de Santa Teresa* no território de Itamatatua abrigavam vários quilombos desde o século XIX que apesar de serem bastante reprimidos pelas ordens religiosas, não se desestruturaram. As *terras de santíssimo* estão localizadas em torno dos quilombos Santana dos Caboclos e Samucangaua e as *terras da pobreza*, a exemplo dos quilombos Canelatiua e Retiro, são áreas onde se desenvolvia pequenas lavouras. As *terras de herdeiros*, a exemplo de Baixa Grande e Itapuaua, e as *terras de parentes* também fazem parte do território de Alcântara e se formaram com diferentes regras de sucessão e de transmissão de patrimônios. Em alguns territórios denominados *terras de herdeiros*, a posse da terra se deu a partir da aquisição de terras por vaqueiros, pequenos comerciantes e ex-escravizados que são chamados de herdeiros. Nesses territórios, o uso dos recursos naturais também se dava por meio de modo comum, não há registros de cobrança de foro.

Os territórios quilombolas não eram interligados somente pela atividade econômica marcada pela troca de produtos. Os laços de amizade e as relações entre as famílias eram marcados ainda pelos acontecimentos da vida religiosa e pelos rituais cerimoniais. Os santos padroeiros e as festas religiosas dos povoados passaram a estreitar o contato entre os quilombolas. O calendário das festas religiosas definido no período da estação seca, já que quase não são realizadas cerimônias no período chuvoso. Os festejos mobilizam diversos territórios, acontecem após a colheita e os quilombolas se agrupam na realização de novenas e bailes em homenagem aos santos, especificamente, São Sebastião, Santo Antônio, São João, São Pedro, São Benedito, Santa Teresa, Nossa Senhora da Conceição e ao Divino Espírito Santo.

Os povoados das antigas fazendas de algodão e de engenho de açúcar se interligaram também por meio do tambor de crioula desenvolvido pelos tambozeiros, grupos de quilombolas que animam as festividades. Assim como existiram os *encarregados da terra* que cuidavam das fazendas após a saída dos brancos, há os *encarregados da santa* que zelam pela capela, organizam os rituais religiosos e trabalham na coleta de donativos, as joias doadas ao santo. Isso acontece, por exemplo, no festejo de Santa Teresa e em outros festejos realizados para homenagear os santos.

Os cemitérios também são exemplos de ligação entre as comunidades quilombolas. O local onde os mortos serão enterrados é escolhido a partir das relações de amizade e parentesco existente entre as famílias. Assim, mortos de um povoado são sepultados em outro em respeito às relações de afinidade e de parentesco, observando-se ainda o local de sepultamento dos seus antepassados.

A interdependência entre as comunidades é mantida ainda pela troca de produtos como o peixe e a farinha. Os artefatos confeccionados com palha como os cofos que servem para armazenar a produção agrícola. Os portos para escoamento dos produtos e as praças de mercado são comuns entre os povoados. Os recintos cemiteriais, os santos e os padroeiros das festas religiosas também unem os povoados.

Cada comunidade tinha um tipo de produção. Baixa grande produzia cana de açúcar. Peroba muita banana. Ladeira e Pavão, muita banana. São João de Cortes fabrica canoas. As pessoas morrem num povoado e se enterram em outro. As comunidades sempre se entendiam. Com a implantação do Centro, essa relação, esse intercâmbio, ele foi quebrado. (Danilo Serejo, quilombo Canelatiua).

Os povoados seguiram sua trajetória coletiva durante quase dois séculos desde a desagregação das fazendas. Não houve nesse período registros de situações de conflitos em que

se questionasse a posse das terras. Com o deslocamento compulsório, as famílias dos territórios quilombolas tiveram suas terras individualizadas, situação diferente das práticas de uso comum dos recursos naturais. A agricultura familiar sofreu grandes impactos havendo a redução na produção de farinha, o esgotamento do solo uma vez que as áreas de plantio foram limitadas prejudicando o cultivo do arroz e da mandioca, produtos que representam a base alimentar dos quilombolas desde o período em que eram escravizados.

E aí quando se vê falar em progresso que o Centro de Lançamento aí é que a gente vê que vem a decadência, pra Alcântara a gente considera como decadência essa fase agora porque aí se tem um novo projeto que novamente se tenta tirar o povo da terra, tirar a terra do povo, e aí sim isso é considerado decadência para aquele povo que já está acostumado a um modo de vida, a produzir seus próprios alimentos, suas coisas. (Dorinete Serejo, quilombo Canelatiua).

A redução da produção de atividades como a pesca também se deu a partir da implantação do CLA. As famílias quilombolas têm o acesso às praias controlado, impactando ainda a coleta de frutos nativos como a extração do babaçu, a coleta da juçara e do murici. Os quilombolas tiveram suas relações de parentesco também afetadas por ocasião da implantação do CLA. A troca de produtos e serviços e o controle dos recursos naturais, principalmente os recursos hídricos e florestais ficaram comprometidos.

As terras em Alcântara sempre foram e são até hoje usadas de forma comum pelas comunidades, por todas as comunidades existentes em Alcântara. Portanto, não se conhece em Alcântara a questão do uso individual da terra porque são vários povoados que se fossem fazer a divisão individual, além da própria reprodução social e cultural, estaria afetada também a reprodução física porque não há terra suficiente para todos os povoados. (Danilo Serejo, quilombo Canelatiua).

O entrelaçamento dos quilombos ultrapassa as atividades comerciais. O quilombo Oitiua, produz artefatos para a pesca e vende para Manival e Itapuaua, que aumentam sua capacidade produtiva. Em São João de Cortes, há pequenos estaleiros onde é possível fazer a compra de barcos de pesca de pequeno, médio e grande porte, confeccionados com madeira extraída de outros territórios. Samucangaua abastece as agrovilas Peru e Marudá com o sururu e siri, retirados do igarapé pelas mulheres marisqueiras. Ponta d' Areia assegura o pescado às agrovilas Peru, Marudá e Só Assim. Essas relações não são apenas comerciais uma vez que esse período de trocas se estende no preparo das roças. Os quilombolas se reúnem em solidariedade e desenvolvem as atividades coletivamente. Nas casas de forno, as mulheres trabalham na preparação da mandioca para a torração da farinha. O camarão e o pescado já estão ao sol para secar. O extrativismo do babaçu também reúne as famílias. Os homens preparam o plantio e as mulheres preparam os cofos para armazenar a farinha. Há um barco à

vela que transporta apenas carvão. A reprodução das relações de amizade e afinidade é intensificada, assim como são reforçadas as estratégias de luta contra as ameaças de destruição desse modo de vida coletivo.

Ocorre que os intelectuais quilombolas definiram a partir das experiências vividas critérios de significados, construindo singularidades no processo de elaboração do conhecimento. As múltiplas estratégias de resistência, produziram um contra-discurso no que se refere à noção de decadência. Elaboraram a partir de fontes próprias do seu cotidiano, significações outras para as ruínas, o cemitério, o uso dos recursos naturais, os fazeres relativos à pesca, à atividade agrícola e às formas coletivas de produção. Consolidaram a autonomia dos territórios, pautada nas especificidades das territorialidades e nos saberes articulados às diversas formas de resistência cotidiana. Sigo analisando os desafios da produção do conhecimento e as estratégias de resistência a partir da segunda “variante” dos intelectuais quilombolas que agregam

ii) Intelectuais quilombolas forjados na ancestralidade, que vivenciam o processo de desagregação das fazendas a partir das narrativas, exercitando, de modo permanente, práticas de resistência no território, na estruturação das entidades representativas, na formação acadêmica, elaborando teorias e intensificando as ações de produções acadêmicas que analisam as ressignificações dos conceitos cristalizados pela sociedade colonial, produzindo uma alternativa à epistemologia hegemônica que defino como “Epistemologia da Resistência”.

A negação do conhecimento elaborado pelos intelectuais quilombolas em seus territórios atende à reprodução da ideologia da decadência em Alcântara. O poder das narrativas como forma de resistência auxilia na elaboração de uma nova literatura que altera o centro ideológico a partir da relativização das interpretações, levando-se em consideração quem fala, de onde fala e em qual espaço social se dá a construção das contra-histórias a partir de diferentes formas de compreensão do mundo social. O conhecimento dos intelectuais quilombolas acerca dos seus territórios, das especificidades das suas territorialidades, produziu as condições práticas de resistência e permanência após o processo de desagregação das fazendas. A consolidação das territorialidades específicas revela uma multiplicidade de saberes e fazeres que constroem epistemologias próprias de resistência nas diferentes fronteiras.

Com a implantação do CLA, as demandas de práticas de resistência para permanência nos territórios se intensificaram. Os intelectuais quilombolas, ancorados na ancestralidade, se articularam por meio de mobilizações coletivas em defesa dos territórios. Frente às situações

de conflito, os movimentos organizados em redes sociais expressaram suas formas organizativas, fortalecendo o sentido coletivo dos agentes sociais por meio de organizações locais estruturadas, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara – STTR, fundado nos anos 1960, congregando a representação de vários trabalhadores rurais, funcionando como órgão de apoio a esses trabalhadores e desenvolvendo ações reivindicatórias, posicionando-se como um condutor das demandas dos agentes sociais afetados pelo CLA, realizando intensas negociações e intervenções no plano jurídico. Nessa perspectiva desenvolveu-se ainda, a construção de outro movimento organizado a partir das mobilizações em Alcântara, em 1992, denominado Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MOMTRA para discutir as questões relativas a gênero e fortalecer a luta pela garantia do território étnico.

No período compreendido entre 11 e 14 de maio de 1999, os quilombolas de Alcântara por iniciativa do STTR realizaram o *Seminário Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais*. Esse seminário fomentou discussões acerca das formas de mobilização dos agentes sociais no que se referia à terceira fase do processo de implantação do CLA e sobre os deslocamentos compulsórios das 312 famílias para as agrovilas. A partir das observações realizadas no *Seminário de 99*, o conflito com o CLA passou a ser analisado pelos agentes sociais como um problema que extrapolava a égide do direito agrário. A categoria terra que comumente era evidenciada de modo indissociável aos problemas agrários passou a ser entendida como uma categoria que incorpora fatores étnicos e afirmativos de uma identidade. A noção de território fora ampliada para além dos aspectos físicos, fixos, passando a ser construído socialmente pelos agentes sociais.

Nesse contexto, agregando o componente étnico, que se originou o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial – MABE, movimento fundado em julho de 2001 e que congrega representações de pelo menos 139 povoados, localizados nos 62 mil hectares da área desapropriada para instalação do CLA. O componente étnico que pauta as relações sociais e culturais no território, se configura também como um componente político, evidenciando-se como um instrumento de reivindicações dos intelectuais quilombolas frente ao Estado.

O *Seminário de 99* representou esse espaço de discussão em torno do componente étnico dos quilombolas de Alcântara, marcando um rito de passagem do STTR ao MABE no que se refere a entidade representativa. O sindicato atuava como entidade representativa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais diante da necessidade de agregar outras demandas à luta, apoia o MABE como entidade representativa que agrega de maneira indistinta vários grupos sociais impactados pela instalação do CLA.

O STTR de Alcântara após a criação do MABE continua reforçando a pauta de reivindicação dos quilombolas, contribuindo de modo ativo nas ações de afirmação étnica. Cabe ressaltar que tanto o MABE quanto o STTR possuem suas especificidades em relação às demandas que surgem frente às situações de conflito, mas atuam em parceria na luta pela garantia dos direitos territoriais dos quilombolas de Alcântara.

O processo de luta permanente do MABE propiciou o fortalecimento do movimento, o amadurecimento das estratégias de atuação, na medida em que os intelectuais quilombolas de Alcântara acionaram, cada vez mais, seus saberes tradicionais na luta por seus direitos. O conflito reforçou as fronteiras étnicas, evidenciando os elementos identitários e definindo novas formas organizativas. Lideranças quilombolas intensificaram a luta pela manutenção do território étnico de Alcântara. Ressalta-se a importância das ações do STTR que articulou com o apoio de lideranças dos territórios, espaços de discussão para encaminhamentos necessários frente ao conflito. Em 2007, foram realizadas oficinas de consulta com o objetivo de discutir a criação de uma nova entidade representativa com o intuito de atuar diretamente no processo de titulação definitiva do território. Com a participação de cerca de 350 intelectuais quilombolas, de diferentes territórios, fundou-se em outubro de 2007, a Associação do Território Étnico de Alcântara (ATEQUILA).

Cabe evidenciar que as lideranças das entidades representativas construíram suas experiências de militância coletivamente, ora compondo a coordenação do STTR, como integrante do MOMTRA, ora compondo a equipe do MABE e/ou na coordenação da ATEQUILA, atuando nos consensos e nos dissensos que a pauta reivindicatória impõe. As contradições acerca das ações de resistência, próprias dos processos de mobilizações coletivas, são discutidas e geram tensões internas que evidenciam as constantes mutações pelas quais passam as estratégias de resistência, no entanto, as dissonâncias se enfraquecem frente ao reforço das fronteiras em defesa do território étnico.

Os diálogos construídos através das práticas de resistência e as narrativas dos intelectuais quilombolas extrapolaram o espaço social em que foram criados e as instâncias representativas mantêm a coerência dos discursos elaborados coletivamente. Avançava-se na recusa da ideia do porta-voz e na delegação da representação frente ao conflito. Sobre o porta-voz, Bourdieu (2004, p.168) analisa que sua atuação o coloca como investido de pleno poder, como substituto do grupo no falar e agir, em razão da delegação que lhe é concedida. “Ele é o grupo feito homem”.

A negação do porta-vozismo consolidou a autonomia na medida em que os quilombolas passaram a mobilizar-se por meio de um conjunto de práticas organizativas que os colocam

face às ações dos antagonistas. As reuniões, fóruns, seminários, audiências públicas, o acesso aos elementos jurídicos, os cursos de legislação⁶⁸ ministrados pelos intelectuais quilombolas, a elaboração de mapas como instrumentos políticos de respaldo na luta pela garantia do território, evidenciam a formação da militância que se exerce de modo coletivo, reivindicando o reconhecimento dos direitos territoriais e identitários.

Retomo a análise apresentada anteriormente acerca do alargamento do conceito de intelectual. Não se trata do conceito objetivado pelo Ocidente, que coloca como critério principal a classificação proveniente no espaço acadêmico. O rótulo classificatório (Bourdieu, 2004) do pensamento acadêmico restringe a compreensão de que se faz necessário o reconhecimento das variadas formas de intelectualismo e das múltiplas maneiras de elaboração do conhecimento. Bourdieu (2004), ao analisar a universidade como um lugar de luta socialmente mandatário, ressalta o poder exercido academicamente no ato de apresentar a “verdade” sobre o mundo físico e social. Sobre o exercício de poder da universidade no ato de classificar, evidencia que

Uma particularidade do universo universitário é que hoje, nas nossas sociedades, seus veredictos seguramente estão entre os mais poderosos veredictos sociais. Alguém que outorga um título escolar outorga um certificado de inteligência (sendo um dos privilégios dos titulares o de também poder manter distância em relação ao título). (Bourdieu, 2004, p. 116)

O exercício intelectual, ao qual me refiro, é pautado na luta contra as imposições coercitivas do “rótulo classificatório” que imprime uma lógica semelhante à lógica racista para estigmatizar e reduzir as produções do conhecimento em outras instâncias, que não as acadêmicas. Compreendendo que o campo científico é dotado de um jogo classificatório, os intelectuais quilombolas ressignificaram o conceito de intelectual para além da perspectiva classificatória do pensamento acadêmico, destituindo os acadêmicos e os autores canônicos da ideia de delegação no ato de classificar e de atuarem como porta vozes.

As mobilizações coletivas frente ao conflito com o CLA impulsionaram práticas diversas de intelectualismo, que se consolidam na formação de lideranças no exercício da reafirmação do discurso coletivo, na intensificação das ações dos intelectuais quilombolas que

⁶⁸ Destaque para a prática de formação política acerca da Convenção 169, ministrada pelo intelectual quilombola Leonardo dos Anjos, aos quilombolas do território de Alcântara e às comunidades tradicionais de outros municípios. O sr Leonardo dos Anjos é do quilombo Brito e compõe a coordenação do MABE. Para mais informações sobre os Cursos de Convenção 169 ministrados por seu Leonardo dos Anjos, consulte Cursos de Legislação e Convenção 169/OIT Ministrados em Comunidades Quilombolas. Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a base espacial (2016).

produzem no âmbito acadêmico, na elaboração de um contra-discurso e no reforço das práticas de resistência cotidianas nos territórios.

No que se refere ao exercício intelectual das lideranças das entidades representativas, amplia-se a classificação de “informantes” adotada com regularidade nas produções acadêmicas baseadas no trabalho de campo, para a partir das experiências sociais, recolocá-los mediante suas ações reivindicatórias como sujeitos da ação, intelectuais que produzem conhecimentos e os utilizam como estratégias de resistência. Os espaços sociais de atuação dos intelectuais quilombolas se ampliaram e seus discursos coletivos ecoam em espaços anteriormente restritos às produções teóricas que se encaixavam no rol de critérios acadêmicos para a validação do que é ou não conhecimento. As intervenções em eventos nacionais e internacionais se multiplicaram, com participações na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), colóquios internacionais, pronunciamentos em agências e organizações internacionais, a exemplo do Pronunciamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Os intelectuais quilombolas ampliam suas ações de resistência ao contribuir com o processo de formação política de outros territórios quilombolas, ministrando cursos de Legislação e Convenção 169/OIT⁶⁹. O exercício coletivo de análise das legislações apresenta-se como um ato de resistência que coloca os critérios de legitimação acadêmica em suspenso, evidenciando que a compreensão acerca da produção e interpretação teórica não figura como monopólio das “elites cultas” que se colocam como dotadas de qualificação e capacidades exclusivas de interpretação. Collins (2009) explicita que os “conhecimentos de resistência” não são produzidos necessariamente por intelectuais forjados no âmbito acadêmico e que o critério de ser um acadêmico, frequentar o espaço social de uma universidade, não torna automaticamente um acadêmico, intelectual, e reforça que “Ninguém nasce intelectual nem se torna intelectual ao receber um diploma” (Collins, 2009, p. 52). As ações diversas dos intelectuais quilombolas contesta a legitimidade para realizar o trabalho intelectual, desafiando os critérios epistemológicos convencionais que servem de manutenção das hierarquias e privilégios no contexto de produção do conhecimento. Os lugares sociais ocupados pelos intelectuais quilombolas acadêmicos e não acadêmicos são relativizados a partir de experiências

⁶⁹ Destaque para a atuação do intelectual quilombola Leonardo dos Anjos, quilombo Brito, que ministrou cursos sobre a Convenção 169/OIT para quilombolas de outros territórios. Para conferir detalhes dos cursos ministrados nos municípios de Viana (MA) e Monção (MA), veja Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a Base espacial (2016).

coletivas pautadas na heterogeneidade das práticas de elaboração dos conhecimentos. Os saberes não são classificados como “subjugados” e “não subjugados”, ao contrário, as práticas epistemológicas cotidianas convergem numa relação dialógica, formando coalizões em torno da elaboração dos saberes de resistência.

No que tange às produções escritas, não se aplicam os critérios de produção acadêmica ou não acadêmica para validá-las. A relação dialógica entre intelectuais quilombolas acadêmicos e não acadêmicos dinamiza a elaboração e publicação de produções escritas como estratégia de resistência, a exemplo de relatórios de identificação, laudo antropológico, fascículos, boletins, livros, cadernos de debates, croquis e mapas, fazendo uso dos recursos da cartografia social. Tais produções apresentam um caráter coletivo, não se observando uma disputa pela autoria individual. Nesse sentido, há uma distinção evidente entre os critérios adotados na produção do conhecimento, na metodologia utilizada, nas relações de pesquisa e na fluidez das narrativas, o que demonstra a consolidação de referenciais interpretativos outros que diferem da epistemologia ocidental.

A força das narrativas dos intelectuais quilombolas enquanto instrumento político de luta pelo território étnico podem ser observadas a partir da análise das suas produções escritas, a exemplo, dos livros das Coleções Narrativas Quilombolas e Luta e Resistências Quilombolas⁷⁰ intitulados Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a base espacial, de autoria do intelectual quilombola Leonardo dos Anjos e Lutas em memória: a luta pela “terra” reforçada pela luta em defesa dos “territórios” quilombolas, de autoria dos intelectuais quilombolas Aniceto Araújo Pereira, Dorinete Serejo Morais, Marcos Antônio Pinho Diniz e Samuel Araújo Morais.

O livro intitulado Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a base espacial (2016) reúne ações de resistência do intelectual quilombola Leonardo dos Anjos, quilombo Brito, ao longo de sua trajetória na defesa do território étnico. O detalhamento dos seus pronunciamentos nos variados espaços sociais, nacionais e internacionais, acadêmicos e não acadêmicos, revela a dinamicidade da luta política dos intelectuais quilombolas a partir da consolidação do discurso coletivo das entidades representativas. Pereira Júnior (2016, p. 15) ao analisar a trajetória de luta do intelectual quilombola Leonardo dos Anjos, ressalta que

⁷⁰ Para conferir os livros da Coleção Narrativas Quilombolas e Luta e Resistências Quilombolas, acesse www.novacartografiasocial.com

Devido à necessidade de expandir os horizontes da luta política, através da visibilidade ao conflito, expondo o ponto de vista dos quilombolas, e arregimentar apoio à luta, seu Leonardo, começa a frequentar esses diversos espaços sociais de diálogo, como universidades, fóruns, reuniões, congressos, colóquios e debates com uma ampla rede de organizações não governamentais ligadas à defesa dos direitos humanos e do movimento social. Podemos chamar seu Leonardo dos Anjos de uma liderança cosmopolita, por suas diversas viagens internacionais para compartilhar experiência e defender o direito dos quilombolas alcantarenses.

A expressão “liderança cosmopolita”, definida por Pereira Júnior (2016), evidencia uma prática importante que incide na recusa de porta vozismo. As narrativas dos intelectuais quilombolas são formas de representação do seu mundo social e o controle político sobre esses discursos refletem as singularidades da elaboração do conhecimento acerca de seus territórios. Os intelectuais quilombolas são portadores da autoridade de suas falas. Os intelectuais quilombolas de Alcântara atuam em espaços sociais de debates com frequência ao longo da trajetória de luta pelos territórios.

O intelectual quilombola Leonardo dos Anjos, por meio dos pronunciamentos diversos, em espaços acadêmicos e não acadêmicos, nacionais e internacionais, articulou as estratégias de luta e construção de saberes e fazeres coletivos, negando a ideia de inferioridade intelectual reproduzida com veemência nos espaços sociais de classificação de práticas discursivas como válidas ou não. Dentre as viagens realizadas pelo intelectual quilombola Leonardo dos Anjos, destaque para as viagens a Washington DC (2008), para proferir pronunciamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, à Indonésia (2013), para participação na Global Conference on Mapping, à Cartagena das Índias, na costa Colombiana (2013), em discussões sobre os movimentos sociais da Pan-Amazônia e ao Chile (2023), no caso Quilombolas de Alcântara vs. Brasil, conduzido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O livro intitulado *Lutas em memória: a luta pela “terra” reforçada pela luta em defesa dos “territórios” quilombolas*⁷¹ (2016), de autoria dos intelectuais quilombolas Aniceto Araújo Pereira, Dorinete Serejo Moraes, Marcos Antônio Pinho Diniz e Samuel Araújo Moraes⁷², versa sobre as práticas de resistências dessas lideranças a frente das entidades representativas.

⁷¹ Para conferir as narrativas dos intelectuais quilombolas com detalhamento, consulte *Lutas e Resistências Quilombolas*, acesse www.novacartografiasocial.com

⁷² A exemplo do intelectual quilombola Leonardo dos Anjos, esses intelectuais quilombolas autores do livro *Lutas em memória: a luta pela “terra” reforçada pela luta em defesa dos “territórios” quilombolas*, possuem uma vasta experiência em participações em eventos nacionais e internacionais, na prática de que seus discursos coletivos sejam “lócus de legitimação” da luta em defesa do território étnico de Alcântara.

Tomando como as “Lutas em Memória” dos Dirigentes Sindicais do STRR de Alcântara, o livro deslinda a trajetória de luta coletiva fazendo uso das narrativas dos dirigentes para elencar as principais ações, mobilizações e articulações do STRR e demais entidades desde 1971, ano de sua fundação. A “linha do tempo” construída a partir das “lutas em memória” permitiu mapear socialmente os dirigentes e delegados sindicais do STTR e a relação de parceria entre as entidades representativas e movimentos sociais ao longo da trajetória de luta, a exemplo do MOMTRA e MABE. As narrativas dos intelectuais quilombolas acerca de suas participações em eventos nacionais e internacionais revelam como as resistências são amparadas pela voz e pelo poder do testemunho atuando como uma desautorização da legitimidade de porta-vozes. Os discursos representam a materialização do exercício de autonomia sobre os conceitos que lhes são próprios, elaborados no cotidiano das lutas e no conhecimento irrestrito dos seus territórios. Carneiro (2023, p. 13) ressalta que

As suas falas revelam que é da força da autoestima, do reconhecimento da própria autonomia, dos exemplos, da conquista da memória e da ação coletivas que se extrai a seiva da resistência. A saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca pela emancipação

Os contornos diferenciados na produção da “Epistemologia da Resistência” pelos intelectuais quilombolas em suas diferentes fronteiras de atuação são comumente alvo de questionamentos em razão do caráter de cientificidade, o que demonstra o poder e a capilaridade do racismo epistêmico. A tensão epistemológica e política em torno das produções, se evidenciam constantemente e o ato de atribuição de credibilidade conferido a partir da lógica da epistemologia hegemônica pelas instituições sociais, acadêmicas e editoras, é recorrentemente dotado de desqualificação em razão dos critérios políticos adotados para classificar, em um ato arbitrário, de invalidação dos processos alternativos de produção do conhecimento. Ocorre, que ao construir processos diferentes de elaboração do conhecimento, os intelectuais quilombolas também reivindicam processos alternativos de validação em que as experiências, os saberes e fazeres cotidianos nos territórios, apresenta-se como critério primordial de credibilidade, uma vez que a dimensão de uma epistemologia alternativa, fundamenta-se no diálogo e nas conexões que articulam os conhecimentos.

Sobre os padrões epistemológicos conflitantes e como se processa a expansão da produção dos intelectuais quilombolas, é relevante promover debates epistemológicos que reforcem as abordagens epistemológicas próprias, elaboradas a partir de outras formas de análise do mundo social e discutir os entraves historicamente construídos pelos “cânones”

acadêmicos no sentido de inviabilizar a legitimidade de saberes outros, elaborados pelos intelectuais quilombolas, que são colocados como “menos teóricos” e estão permanentemente sob vigilância acadêmica. No entanto, esses debates epistemológicos são alternativas reflexivas pouco significativas diante das estratégias acadêmicas historicamente reproduzidas no sentido de inviabilizar e tornar eficaz a invisibilidade sobre as produções teóricas elaboradas pelos intelectuais quilombolas e outros grupos a quem se faz a atribuição da inferioridade intelectual. O epistemicídio sobre as práticas discursivas dos intelectuais quilombolas no âmbito acadêmico se evidencia no cotidiano, revelando com nitidez, os limites e contradições.

Convém ressaltar que ainda que se desenvolvam algumas práticas articuladas no sentido de apreender a heterogeneidade da produção do conhecimento, observando-se as peculiaridades dos espaços sociais em que são construídos, as tradições acadêmicas tendem a sustentar estratégias de relações de força em que os padrões adotados na epistemologia ocidental exerçam uma sobreposição de legitimidade em relação às epistemologias outras, o que dificulta a emergência de conceituações alternativas. Carneiro (2023) analisa que a ausência dos negros como sujeitos do conhecimento nos espaços acadêmicos e o não reconhecimento de suas produções como fontes primárias de pesquisa, uma vez que as referências bibliográficas utilizadas no exercício da produção acadêmica, via de regra, contempla as produções da epistemologia ocidental, apresentam-se como estratégias que reforçam a ideia de epistemicídio acadêmico.

No que se refere ao reconhecimento da produção dos intelectuais quilombolas de Alcântara que produzem articulados às instâncias acadêmicas e atuam diretamente na academia, evidencia-se uma aproximação “tímida” de suas produções, que são deslegitimadas frente o uso alargado das produções de teóricos amplamente adotados pela autoridade epistêmica. O intelectual quilombola Davi Pereira Júnior, que atua como professor nos cursos de graduação e programas de pós-graduação, analisa que o racismo epistêmico operado nas instituições acadêmicas se dá de modo recorrente através do não reconhecimento das produções elaboradas pelos intelectuais quilombolas, evidenciado na utilização dessas referências nas leituras que subsidiam o aporte teórico das disciplinas⁷³ ministradas. A supressão intencional dos conhecimentos elaborados a partir de critérios outros que relativizam a hegemonia da epistemologia ocidental revela o campo de disputa e as tensões em torno da legitimidade das produções construídas em outros espaços sociais.

⁷³ Vale ressaltar que tais disciplinas, em geral, são estruturadas para contemplar análise de categorias de entendimento que subsidiem a compreensão acerca da diversidade das realidades dos grupos sociais que atuam na sociedade brasileira.

Sigo a análise acerca da terceira “variante” de intelectuais quilombolas de Alcântara, a saber

iii) Intelectuais quilombolas ancorados na ancestralidade, reivindicando o reconhecimento e posse do território étnico de Alcântara, frente ao Estado brasileiro, com práticas de resistência pautadas nos saberes e fazeres, na força do discurso das narrativas, produzindo a partir do cotidiano a “Epistemologia da Resistência”.

Tomando como base a ideia de que as experiências e a diversidade das práticas produzem conhecimento, há de se reconhecer que o mundo social é epistemologicamente diverso. Múltiplas também são as formas de resistência cotidiana dos intelectuais quilombolas em suas diferentes fronteiras. A diversidade das estratégias de resistência é marcada pela forma como os saberes e fazeres são elaborados e articulados no cotidiano dos territórios. A história não escrita da resistência cotidiana dos intelectuais quilombolas em seus territórios revela a complexidade da análise em razão da pluralidade e das especificidades das ações. Nesse sentido, reforço as limitações do mapeamento social dos saberes e fazeres de resistência que construí. Importa-me a análise das formas cotidianas, que apesar de parecerem fragmentadas e difusas nos diversos territórios em razão de suas especificidades, convergem em formas de resistência coletiva frente às mobilizações em torno da luta pelo território étnico.

A terceira “variante” de intelectuais quilombolas produz resistência cotidianamente por meio de suas ações individuais e coletivas. A análise das formas de resistência “constantes” se apresenta em formas de luta e permanência nos territórios. Cabe evidenciar que por serem tidas como práticas cotidianas são geralmente não classificadas como práticas de resistência. A memória da resistência atua no sentido de ressaltar as ações que são tidas como relevantes, chamam a atenção em razão do confronto direto com o Estado e as classes dominantes e, comumente, apresentam-se como mobilizações de resistência mais significativas.

Convém destacar que as ações cotidianas que produzem saberes e fazeres de resistência limitam algumas opções coercitivas do Estado e do CLA, na medida em que obstaculizam a implementação de medidas que restringem o acesso dos intelectuais quilombolas aos territórios, a exemplo da suspensão de pesca e outras atividades relativas ao mar no período definido pelo CLA como “janelas”, quando estipula-se um prazo para a realização de lançamentos de foguetes, impedindo os quilombolas de desenvolverem seus fazeres cotidianos. As “janelas” são constantemente alteradas e o período definido prorrogado, de modo que os quilombolas vivam situações de insegurança alimentar pelas restrições de acesso ao mar e aos igarapés. Apesar das “janelas” serem colocadas como impeditivos de acesso

ao mar e aos igarapés, alguns quilombolas mantêm a resistência por meio da continuidade de seus principais fazeres cotidianos como garantia de sobrevivência e redução da insegurança alimentar de suas famílias.

Pode-se citar como outro ato de resistência cotidiana produzido pelos intelectuais quilombolas a não resposta à política de recenseamento desenvolvida pelo governo federal nos quilombos. O Censo aplica critérios de identificação, que na perspectiva dos intelectuais quilombolas, não os definem e o ato de negação das informações apresenta-se como um ato de resistência. As práticas de resistência rotineiras são múltiplas e dinâmicas, ocorrendo a partir das especificidades das demandas de cada comunidade. O quilombo Ponta d' Areia não atendeu as solicitações para realização de reuniões com o CLA, como destacado em entrevista pelo quilombola Joacir Domingos⁷⁴, quando afirmou que *“não houve reunião com a Aeronáutica porque a comunidade não tem interesse em reunir”*. A resistência das narrativas, que reforçam a consciência de si e a autonomia sobre os territórios, foi evidenciada na fala do quilombola Adelmo Louzeiro⁷⁵, que ao se referir a uma possibilidade de novo deslocamento para expansão da área ocupada pelo CLA, afirmou que *“a história de me mandar não. Eu que sei pra onde vou, a decisão é minha, não da Aeronáutica!”* O sr Adelmo Louzeiro relatou que a construção das casas das agrovilas não levou em consideração o modo de vida dos quilombolas e que foram instalados fogões com o padrão utilizado em regiões do Sudeste e Sul do país, em regiões de clima frio, onde se faz necessário o uso de aquecedores. Os quilombolas de Brito suspenderam a ida das crianças à escola no quilombo Santa Maria até que a estrada fosse recuperada e o transporte escolar fosse reparado e apresentasse melhores condições de uso.

Ao analisar as formas de resistências faz-se necessário compreender que o modo de resistir está intimamente vinculado aos espaços sociais ocupados pelos intelectuais quilombolas em suas “variantes”. Cabe a compreensão de que ao analisar as formas de luta em contraste com as demais formas de resistência elaboradas em outros contextos, a partir de outras demandas específicas, não se deve proceder com a classificação como menos significativas frente aos eventos de resistência com enfrentamentos abertos e coletivos que produzem uma repercussão midiática. O passado de resistência nas narrativas dos quilombolas frente aos anos de luta do conflito com o CLA reflete principalmente, dois eventos que são tidos como

⁷⁴ Trecho de entrevista realizada no dia 08 de março de 2023, com o sr Joacir Domingos Morais Coelho, 44 anos, quilombo Ponta d' Areia. Joacir Domingos é pai de dois filhos e tem dois netos.

⁷⁵ Trecho de entrevista realizada no dia 08 de março de 2023, com o sr Adelmo Louzeiro, 70 anos, quilombo Ponta d' Areia.

marcantes na história de resistência. Trata-se da *Barricada*⁷⁶, realizada em 1º de abril de 1986, evento articulado pelo STTR com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que impediu o acesso de uma comitiva de Brasília às agrovilas. A *Barricada*⁷⁷ foi montada na estrada de acesso à agrovila Espera e os quilombolas permaneceram no local até que fossem dialogar com os membros da comitiva. Cabe ressaltar que anteriormente à *Barricada*, outras mobilizações e articulações contrárias à criação das agrovilas foram realizadas, a exemplo de reuniões, protestos e passeatas organizadas pelo STTR e entidades parceiras.

O *Seminário de 99*⁷⁸ constitui-se como um evento de resistência relevante na narrativa dos quilombolas, elencado como um marco na trajetória de luta. Intitulado “Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais”, o *Seminário* foi realizado entre os dias 11 e 14 de maio de 1999, na sede de Alcântara e articulou entidades representativas como STTR, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão – FETAEMA e outras, como Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Federal, Executivo e Legislativo Municipal e da Empresa Brasileira de InfraEstrutura Aeroportuária (INFRAERO). Discutiu-se questões relativas à violação de direitos dos quilombolas em razão da destruição de roças, prática evidenciada no depoimento de quilombolas de territórios diversos e sobre a possibilidade da efetivação de novos deslocamentos. Os intelectuais quilombolas ressaltam ainda a importância do *Seminário de 99* como o propulsor da criação do MABE como movimento que agregou as demandas da luta pelo território étnico de modo mais específico, apoiado pelas demais entidades representativas.

Ressalto a participação dos quilombolas no processo de feitura da perícia antropológica que objetivou a verificação de estudos relativos às comunidades que se encontravam nas áreas ocupadas pelo CLA, observando-se o componente étnico. Produzida no ano de 2022 pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, constitui-se como prática de resistência, na medida em que o trabalho pericial pautado em visitas aos territórios, entrevistas, oficinas de produção de mapas e outras atividades, fora realizado com êxito pela equipe de pesquisadores em virtude da colaboração dos quilombolas. O domínio sobre as narrativas concernentes aos territórios foi evidenciado na medida em que se utilizava as técnicas de

⁷⁶ Optei por destacar em itálico por se tratar de categorias definidas no âmbito da luta dos quilombolas pelo território de Alcântara.

⁷⁷ Para conferir detalhes do evento intitulado *Barricada*, consulte o livro *Lutas em Memória: a luta pela ‘terra’ reforçada pela luta em defesa dos ‘territórios’ quilombolas*, acessando www.novacartografiasocial.com.

⁷⁸ Para consultar narrativas dos intelectuais quilombolas acerca do *Seminário de 99*, vide *Lutas em Memória: a luta pela ‘terra’ reforçada pela luta em defesa dos ‘territórios’ quilombolas*, acessando www.novacartografiasocial.com.

observação direta, a história oral, a análise de documentos e o mapeamento dos fazeres cotidianos que consolidavam práticas de uso comum dos recursos naturais, a rede de relações e as especificidades de cada território.

A análise das práticas de resistência definidas como *Barricada*, *Seminário de 99* e participação dos quilombolas por meio da força de suas narrativas e do domínio sobre o conhecimento dos territórios na construção de perícia antropológica, evidenciou a coexistência das “variantes” de intelectuais quilombolas que atuam a partir de formas de resistências variadas, de acordo com os espaços sociais ocupados e as especificidades de suas práticas. Nesse sentido, a observação das formas de resistência cotidianas, que tendem a serem vistas basicamente como formas de resistência “local”, estão atreladas às outras formas de resistência que são tidas como movimentos mais amplos e significativos.

O conceito de resistência que fundamenta minha análise perpassa pela noção de que não se exige que as práticas de resistência se configurem em forma de ação coletiva. Compreendo que as resistências variam de acordo com as suas especificidades e o espaço social em que são construídas e que a tentativa de definição do conceito deve ser feita observando-se o contexto do cotidiano em que estão inseridas. Sobre o ato de classificar as resistências, Scott (2002) ressalta que “classificar somente os atos abertos e radicais como resistência, significa aceitar que a estrutura de dominação defina para nós o que é e o que não é resistência”. O autor usa a categoria micro-atos ou micro-resistência para referir-se às formas cotidianas de resistência.

Optei por não me referir às práticas de resistência nos territórios quilombolas a partir da utilização dessas categorias por compreender que não cabe a mim classificar, nem definir padrões, mensurar a importância e os impactos causados por essas ações no cotidiano. Penso que o exercício analítico deve seguir no intuito de compreender as nuances das variadas formas de resistência que ao convergirem com outras formas de resistir, tornam-se resistências coletivas em torno da luta pelo território étnico. Sigo analisando as diversas formas de resistência frente aos atos de Estado, observando como as ações de resistência das “variantes” que defini como instrumento analítico acerca dos intelectuais quilombolas de Alcântara convergem para a construção da “Epistemologia da Resistência”.

CAPÍTULO II. “As comunidades entendem a importância do desenvolvimento, mas não pode ser a partir da lógica racista!”⁷⁹: os atos de Estado e suas ambiguidades

O dispositivo de racialidade elaborado por Foucault e evocado por Carneiro, 2023 subsidia a análise de como a racialidade opera ao produzir saberes, poderes e subjetividades que invalidam saberes, fazeres e subjetividades construídos fora da esfera hegemônica. Acionar a racialidade em diferentes situações para desautorizar as subjetividades construídas nos espaços de insubordinação, revela-se uma estratégia eficaz e recorrente de que se reproduz cotidianamente, hierarquizando o conhecimento que emerge das diversas formas de resistência.

O argumento produzido e reproduzido pelo CLA no que tange à questão relativa ao conceito de desenvolvimento serve de parâmetro para a análise de como o dispositivo de racialidade ancora-se na reprodução e na permanência das estratégias de rebaixamento do Outro, firmando o lócus de legitimação do discurso hegemônico. A sra Dorinete Serejo⁸⁰, quilombola de Canelatiua, ressaltou que

Para o Estado brasileiro nós somos os culpados pelo não avanço do Centro de Lançamento, pelo fracasso do Programa Espacial Brasileiro. O Brasil vive de oferecer o Centro de Lançamento para aluguel. Como é que vão dizer que os culpados do não desenvolvimento é nosso? O Estado tenta nos tornar vulneráveis”

A intenção do CLA é limpar toda a área até o litoral, a luta foi se acirrando desde a com o fato de que o Brasil tem a CF de 88, mas a violação de direitos continua. ‘Limpar a área’, termo racista. A culpa do atraso é do Brasil é nossa!

O dispositivo de racialidade, acionado recorrentemente para legitimação dos atos de Estado, atua nas diversas estratégias de desmobilização das ações de resistência dos intelectuais quilombolas em seus diferentes territórios. Convém analisar os atos de Estado referentes às medidas de implantação do CLA e às políticas públicas descontinuadas nos territórios quilombolas ao longo dos anos de conflito, compreendendo-os como ações atreladas ao dispositivo de racialidade que opera na negação dos saberes e fazeres de resistência.

⁷⁹ Trecho de entrevista realizada no dia 13 de março de 2023, com o sr Davi Pereira Júnior, quilombola de Itamatatua.

⁸⁰ Trechos de entrevista realizada no dia 16 de dezembro de 2024, no quilombo Canelatiua.

2.1 “Você já viu uma criança mamar e a mãe não querer dar o peito? Foi o que eles fizeram com a gente”⁸¹: notas sobre a política de deslocamento compulsório dos quilombolas para as “agrovilas”

Em 1980, o governo federal desapropriou para fins de utilidade pública o equivalente a 52 mil hectares do município de Alcântara para a implantação da Base de Lançamento de Foguetes. No ano de 1982, foi assinado um Protocolo de Cooperação entre o governo municipal, estadual e federal, este último representado pelo Ministério da Aeronáutica, para instalação do CLA.

Em 1991, por meio de Decreto Presidencial nº 72.571, de 18 de abril de 1986, a área foi estendida com o acréscimo de 10 mil hectares, totalizando 62 mil hectares destinados ao Programa Espacial em Alcântara, reduzindo o módulo rural do município de 35 hectares para 15 hectares (Brasil, 2010). Segundo o Ministério da Aeronáutica, o município de Alcântara fora escolhido para implantação do CLA por reunir as condições favoráveis para o desenvolvimento do projeto espacial brasileiro e apresentar uma localização privilegiada em relação à linha do Equador seguida de um vazio demográfico necessário para garantir a segurança e amenizar os impactos causados pelo desenvolvimento do projeto espacial. O argumento da existência de vazio demográfico fora refutado pelos quilombolas desde o início do processo de implantação do CLA e a feitura do Laudo antropológico em 2002, que coletou informações acerca de 53 povoados visitados e de dezenas de outros não visitados, comprovou a existência de territorialidades específicas construídas a partir de situações peculiares vivenciadas em cada espaço social que constitui o território étnico.

Nos anos de 1986 e 1987, ocorreram os deslocamentos compulsórios de 312 famílias de 31 povoados para a formação de sete “agrovilas”⁸² que reproduziram os nomes dos antigos povoados, respectivamente Peru, Pepital, Cajueiro, Ponta Seca, Só Assim, Marudá e Espera. As chamadas “agrovilas” não foram planejadas para atender a reprodução física e social das famílias e o plano de deslocamento compulsório, colocado em prática pelo governo federal, não levou em consideração as especificidades dos quilombos, aplicando-se os mesmos critérios de

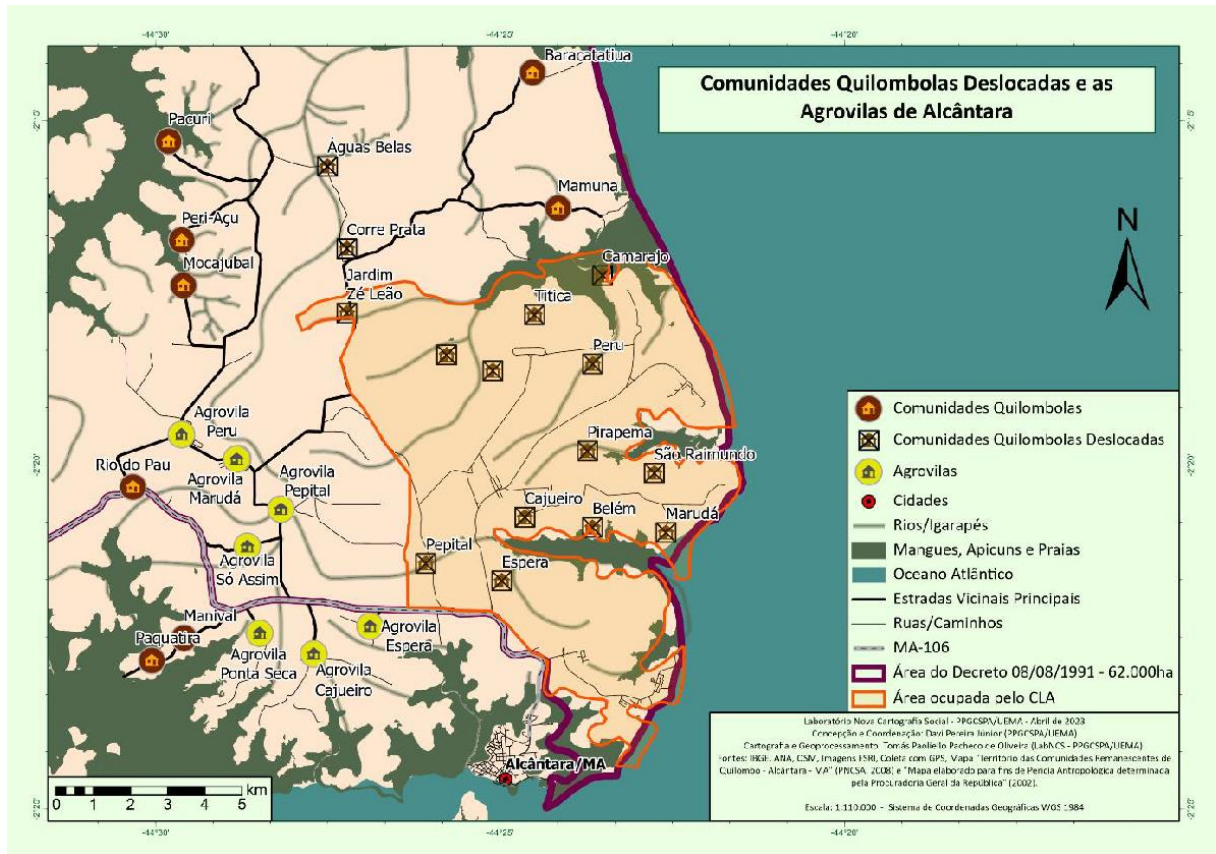
⁸¹ Trecho de entrevista realizada em 10 de março de 2023, com a sra Leandra de Jesus, 83 anos, quilombola da agrovila Pepital. Dona Leandra nasceu em Santa Rosa, morou em Pepital Velho até ser deslocada para a “agrovila” Pepital. Sobre o deslocamento, dona Leandra ressalta que “fui forçada a me mudar pra cá, não quero que ninguém passe o que eu passei!” Ao referir-se às duas filhas, relatou as dificuldades em que as filhas vivem no cotidiano da “agrovila”, relatando que “tenho duas filhas que moram aqui e elas não tem lote, trabalham na gleba de outras pessoas”. Dona Leandra atua como delegada de base como representante da delegacia sindical da “agrovila” Pepital.

⁸² Coloquei entre aspas para destacar que o termo fora criado pela Aeronáutica, definindo o “padrão” de atividades a serem desenvolvidas pelos quilombolas a partir do uso das casas e das áreas destinadas para a feitura das roças.

realocação para famílias que desenvolviam atividades diferenciadas de pesca em igarapés, pesca em mar, produção agrícola em roças com práticas de cultivo individuais e coletivas e uso comum dos recursos naturais.

A ação de deslocamento compulsório, de responsabilidade do governo federal, fora realizada em um curto período de tempo, não desenvolvendo nenhum estudo prévio acerca das particularidades da estrutura agrária em que as famílias estavam organizadas anteriormente em seus quilombos, vivenciando diferentes planos de organização social, associados a uma relação de interdependência seja no aspecto religioso, econômico e cultural. Ocorre que as estratégias definidas pela Aeronáutica para o deslocamento dos quilombolas, seguiu a lógica da violência simbólica legítima em que o Estado se personifica como árbitro que tem o poder de atuar sem interferências. Para definir qual casa cada família iria ocupar realizou-se um sorteio desagregando as relações de vizinhança consolidadas em seus territórios. Sobre o sorteio para definição das casas, o sr José Inaldo Ribeiro⁸³, 72 anos, quilombola de Canelatiua relatou que *“quando as pessoas chegaram nas agrovilas, com as casas sorteadas, desmantelou tudo. Peru não ficou só no Peru, Marudá não ficou só no Marudá, Espera não ficou só na Espera. Se a gente voltar lá onde era antes, sabemos tudinho, quem morava perto de quem”*. O sr José Inaldo Ribeiro nasceu em 1952 e relatou que nunca saiu do território de Alcântara. Relatou que *“sempre lutamos nesse território, estamos enraizados aqui, sempre lutamos por esse direito de permanecer aqui!”* A narrativa do sr José Inaldo Ribeiro reforça a análise acerca do esfacelamento das relações de vizinhança construídas e a desestruturação dos fazeres nos territórios. Para a “agrovila” Peru, além das famílias do quilombo Peru, foram realocadas oito famílias de outros territórios, a saber Titica, Camarajó, Santa Cruz, Porto, Aldeia, Sozinho e Cavém. Para a “agrovila” Marudá, além das famílias do território Marudá, foram realocadas famílias de dezesseis territórios, respectivamente Marudá, Santo Antônio, Ponta Alta, Curuçá, Jeripaúba, Ladeira, Caninana, Jabaquara, Fé em Deus, Pirapema, São Raimundo, Águas Belas, Corre Prata, Itamarajó, Jardim e Santa Rosa.

⁸³ Trecho de entrevista realizada o sr José Inaldo Ribeiro, 72 anos, no dia 19 de dezembro de 2024, no quilombo Canelatiua.



Mapa 2:Localização das Agrovilas

Fonte: Tomás Paoliello Pacheco de Oliveira e Davi Pereira Júnior / Laboratório Nova Cartografia Social – PPGCSPA/UEMA.

A divisão em “agrovilas” promoveu a alteração de práticas dos quilombos, a exemplo do sistema de uso comum dos recursos naturais, na medida em que instituiu uma prática de divisibilidade da terra, com o estabelecimento de lotes fixos, com limites definidos e caráter intransferível. Sobre o deslocamento compulsório e os impactos causados para as famílias, o sr Adelmo Louzeiro, 70 anos, quilombola da comunidade Ponta d’ Areia destacou que “*os novos, muitos sorrindo, os velhos, todos chorando!*” Tal excerto reflete a análise sobre as reais condições em que se encontravam as famílias quilombolas realocadas compulsoriamente. A insegurança alimentar relatada nas falas dos quilombolas realocados, o não acesso aos igarapés, ao mar, e conseqüentemente, à pesca, atividade principal dos quilombos, atrelada à falta de políticas públicas, lhes conduziram para um processo de violência psicológica em caráter permanente.

É necessário evidenciar que antes do processo de implantação do CLA, a prática de divisibilidade da terra não era adotada pelos quilombolas de Alcântara. O sistema de uso comum dos recursos naturais era definido a partir de critérios organizativos construídos no

âmbito das relações sociais estabelecidas pelas famílias. Sobre o uso comum e as especificidades de cada comunidade na relação com a terra a sra Maria de Fátima Ferreira, 67 anos, quilombola de Mamuna ressaltou “*cada lugar teu seu uso, como dizia minha avó! Agora não tá dando tanto, tudo foi diminuindo por que a terra tá diminuindo!*”.

Os quilombolas relatam que não existiam árvores frutíferas como mangueiras e cajueiros nas “agrovilas” e que para amenizarem os impactos provocados pela insegurança alimentar que o deslocamento compulsório desencadeou, iam com frequência aos quilombos de onde foram retirados e aos quilombos que não foram realocados para colherem mangas, cajus, acessarem os igarapés e realizarem a pesca no mar. Consequentemente, houve um desequilíbrio em razão da quantidade de acesso aos igarapés e ao mar, fazendo com que espécies como siris, camarão, sururu e outras, passassem por um processo de escassez. A sra Leandra de Jesus Silveira, 83 anos, quilombola realocada de Pepital Velho para a agrovila Pepital, relata que

Perguntaram se queria se mudar para uma vida melhor, começaram a fazer levantamento. A proposta da Base era que a pessoa ficasse numa vida melhor e o povo, desinformado, caiu na lábia da Base. Fui forçada porque o povo estava mudando pra cá. A temporada ruim foi quando nós mudamos pra cá e perdemos tudo, nossa terra. Só tinha as casas e a areia e, pra comer manga tinha que ir no Pepital Velho, vinha com o pescoço dolorido. Nessa época, foi um grande sofrimento. Cada qual nos seus devidos lugares, onde nasceram e se criaram. A gente sofreu demais, chorei demais! Deixa eu chorar! Você já viu uma criança mamar e a mãe não querer mais dar o peito? Foi o que eles fizeram com a gente!

As narrativas dos quilombolas acerca da ação de deslocamento compulsório conduzem à análise para a observação de implantação de uma prática permanente de epistemídio. Ocorre que a desestruturação dos modos de viver nos diferentes quilombos deslocados foram impactados, impedindo o desenvolvimento dos fazeres cotidianos específicos de cada território. O cotidiano nas “agrovilas” não permite a reprodução das condições para que os quilombolas possam efetivar seus saberes a partir de outros modos de fazer e existir. As formas de existir foram apagadas. Scott (2002) ressaltava a importância da análise acerca das mudanças massivas e repentinas que desarticulam as rotinas cotidianas. A exclusão das formas de se viver nos quilombos representa uma ameaça constante relativa não só à sobrevivência nas “agrovilas”, mas impacta cotidianamente as formas de viver dos quilombolas dos territórios que não foram deslocados. Carneiro (2023, p. 13) analisa que “a saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca pela emancipação”. As falas dos quilombolas das comunidades que não foram realocadas evidenciam as formas de resistência cotidianas para garantir a sobrevivência das famílias que estão nas “agrovilas”.

As práticas de resistência coletiva se efetivam no acesso aos recursos naturais, na troca de saberes e fazeres de resistência, a exemplo das adaptações no modo de pescar nos igarapés, na comercialização de peixes, farinha e outros produtos nas “agrovilas”, na definição do “*lugar de casa*” quando se faz necessário agregar mais famílias nas “agrovilas” e nos mutirões das roças e quebra de coco babaçu. As mobilizações coletivas para garantir a sobrevivência se sustentam nos saberes e fazeres que ancorados na ancestralidade, vão construindo estratégias alternativas que resistam às investidas permanentes das práticas que conduzem ao epistemicídio. Cabe ressaltar que uma das estratégias mais eficientes de produção do epistemicídio está pautada no reforço do paradigma epistemológico hegemônico que atua na supressão dos conhecimentos tidos como subjugados. Collins (2009, p. 33) afirma que o ato de “suprimir dos conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização”. Na contramão do exercício de supressão dos conhecimentos e demais ações que promovem o epistemicídio, os intelectuais quilombolas usam formas alternativas de produzir e validar os conhecimentos de resistência construídos no cotidiano dos territórios, a partir de uma dinâmica que mostra que assim como acontecem mudanças nas condições sociais, mudam-se também as estratégias de construção do conhecimento e de resistência.

O controle hegemônico dos atos de Estado⁸⁴ sobre os quilombolas deslocados para as “agrovilas” se consolidou antes mesmo do remanejamento das famílias. As narrativas dos quilombolas sobre o processo de construção das “agrovilas” remontam práticas que atentam para a violação dos direitos, a exemplo do controle das informações acerca de como seria a realocação e definição das casas, transporte das famílias, medidas para garantir a segurança alimentar e acesso à água potável. A memória sobre as narrativas do deslocamento compulsório evidencia que as casas estavam sujas, não havia acesso à água potável, não houve entrega de cestas básicas para as famílias que passaram a vivenciar cotidianamente experiências de insegurança alimentar, nunca anteriormente registradas nas suas comunidades. O controle sobre as áreas de pesca intensificou a insegurança alimentar, como afirma o sr João Rosa⁸⁵, 54 anos, quilombola de Pacuri, ao relatar que “*o pessoal das agrovilas tomou um susto grande, nessa região daqui nunca mais entrava, aí ia pra Alcântara fazer crachá. Fechou aqui, aí ficou mais*

⁸⁴ Discuto atos de Estado a partir da definição de Bourdieu (1990), que aponta para os atos políticos dotados de pretensões que tem efeitos sobre o mundo social, legitimados e autorizados pela prática da delegação exercida pelo próprio “Estado”.

⁸⁵ Trecho de entrevista realizada no dia 09 de março de 2023, no quilombo Pacuri.

fácil eles controlar”! Seu João Rosa relatou que “o CLA deixa as pessoas sem escolha, o mar não é deles”. Ao se referir ao acesso às áreas de pesca, afirmou que em Pacuri, “*há facilidade demais, todo tipo de comer você vai aí buscar*” e ressaltou que a comercialização do pescado é feita nas agrovilas Peru e Marudá.

O uso do crachá como instrumento de controle ao acesso às áreas de pesca, assim como a definição das “janelas” para lançamento de foguetes apresentam-se como exemplos da “regulação coletiva do tempo⁸⁶” feita pelo “Estado⁸⁷” e mostra como os atos de “Estado” se manifestam no cotidiano dos intelectuais quilombolas.

A emissão de “crachás” e os avisos⁸⁸ escritos sobre o período definido para as “janelas” também evidenciam como o “Estado” opera, por meio do uso da escrita, atos dotados de autoridade, coerção e controle. Alguns quilombolas possuem o “crachá” expedido pelo CLA como instrumento de controle às áreas de pesca, mas recusam-se a usar como forma de resistência e por não fazer parte do cotidiano de suas atividades. O sr Inaldo Faustino⁸⁹, quilombola realocado para a “agrovila” Marudá, relata *que “com certeza, alguns usam o crachá, eu que não fiz, porque deixei de ir pescar porque não compensa, mas o pessoal ano passado fez o atravessamento pela portaria do quartel, do CT e lá da vila, que é aquele pessoal do Mangueiral, entra de lá!”* O sr Inaldo foi realocado para a “agrovila” Marudá, mas atualmente mora na “agrovila” Espera em razão da sua esposa ser de lá. Relatou dificuldades para sua instalação na “agrovila” Espera por questões relativas ao controle do CLA na anuência para feitura de novas casas.

As idas recorrentes dos militares do CLA aos territórios, remete a noção de como se concretiza a forma de teatralização das regras imperativas que objetivam as condições para a estruturação e manutenção da ordem social frente às demandas criadas pelo CLA. Os “avisos” costumam ser entregues pelos militares nas casas dos quilombolas para formalizar oficialmente o controle sobre as áreas de uso no período de lançamento. Bourdieu (1990, p. 84) discute como os agentes que operam o “Estado” construíram uma estrutura de recursos específicos “que autorizam seus detentores a dizer o que é certo para o mundo social em conjunto, a enunciar o oficial e a pronunciar palavras que são, na verdade, ordens, porque têm atrás de si a força

⁸⁶ Expressão cunhada por Bourdieu (1990, p.44) para analisar como o “Estado” usa socialmente a temporalidade para controle do mundo social.

⁸⁷ Optei por “aspar” por compreender que o “Estado” é a representação dos discursos de quem o opera, dotado de ambivalências em suas estruturas, uma vez que legitima seus atos através da noção de delegação em razão do bem-estar social, mas atua por meio de atos de violência simbólica sobre o mundo social.

⁸⁸ Confira documento nos anexos.

⁸⁹ Trecho de entrevista realizada no dia 11 de março de 2023, na “agrovila” Espera.

oficial”. As normas estabelecidas pelo CLA e imputadas aos quilombolas realocados para as “agrovilas” refletem as arbitrariedades e a violência cotidiana vivenciada pelas famílias. O intelectual quilombola Inaldo Faustino Silva Diniz⁹⁰, 58 anos, realocado de seu território para a “agrovila” Marudá, ao referir-se ao processo de deslocamento, relatou que *“o retrato está aqui e a gente sabe como o governo lida com a transferência de pessoas. Eu não quero o que eu vivi pro pessoal de Brito, por exemplo”*. O sr Inaldo Faustino refere-se a um possível deslocamento dos quilombolas de Brito, caso se efetive o projeto de expansão da área ocupada pelo CLA.

Os quilombolas relatam que era proibido fazer uso das paredes das casas para colocação de qualquer objeto, não era permitido alterações na estrutura da arquitetura das casas, nem modificações na cor da tinta usada na pintura. A “vigilância” se dava de modo frequente tornando ainda mais difícil o cotidiano das famílias nas “agrovilas”. Os discursos acerca da perspectiva de melhoria de vida dos quilombolas ao serem instalados em habitações nas “agrovilas” reforçam a violência simbólica exercida nas práticas racistas que são traduzidas por meio das classificações sociais e da definição do que é ou não desenvolvimento a partir de uma via única que opera como representação legítima do mundo social. Collins (2009) alerta para a importância de analisar a vigilância como um aspecto que fundamenta o domínio disciplinar do poder. Manter o cotidiano dos quilombolas nas “agrovilas” sob “tutela” reforça o uso da vigilância como instrumento de controle burocrático do Estado no intuito de assegurar o controle disciplinar.

Convém ressaltar que apesar do espaço temporal alargado desde que se fez o deslocamento compulsório dos quilombolas, o controle nas “agrovilas” permanece operante, mesmo que de uma forma “velada”. As narrativas dos quilombolas apontam que apesar das mobilizações de resistência e das práticas para a autonomia, as famílias das “agrovilas”, caso definam coletivamente a necessidade de alteração na estrutura arquitetônica, a exemplo da construção de uma praça ou espaço de convivência coletiva, teriam que comunicar previamente ao CLA para anuência acerca da concretização do projeto. Alterações que tratem de construção de novas casas para acomodação dos filhos que constituíram famílias também são apontadas como situações em que se evidencia o controle sobre as “agrovilas”. Alterações que promovam a melhoria das condições das estradas de acesso às “agrovilas” também são citadas como

⁹⁰ Trecho de entrevista com o sr Inaldo Faustino Silva Diniz, realizada no dia 11 de março de 2023, na “agrovila” Espera.

exemplos de controle pelo CLA. O sr Aniceto Araújo Pereira, quilombola de Oitiua, ressaltou que *“qualquer política pública dentro da área, tem que pedir por meio de ofício ao CLA!”*.

Ocorre que quando as condições sociais são alteradas, alteram-se também as práticas e os usos dos saberes e fazeres para que haja possibilidades de resistência. As práticas de “vigilância” e o desmantelamento das relações sociais causado pela implantação do CLA, intensificaram a resistência sobre as práticas de controle efetivo no cotidiano dos quilombolas nas “agrovilas”, com o Estado brasileiro presente atuando de forma permanente.

Sobre as práticas de resistência diante do controle do CLA nas “agrovilas”, a sra Sebastiana Alves Costa, 38 anos, intelectual quilombola da “agrovila” Só Assim, relatou que mais de 15 casas foram construídas posteriormente para abrigar os filhos que se casaram. *“Para fazer casas novas tem que reunir a comunidade. Lá eu peço o ‘lugar de casa’, daí vão decidir o ‘lugar de casa’ e definir o tamanho do lote. A gente não pode é ficar parado, esperando que amanhã as coisas melhorem!”* Relatou ainda que, em se tratando de uma questão que envolva uso coletivo, a exemplo da sede da associação, definem em reunião, o local para a construção e ressalta que *“vai usando de acordo com o que precisa, a gente não briga, discute por causa de terra não!”*

O controle hegemônico do Estado brasileiro promove, nesse sentido, deslocamentos compulsórios permanentes⁹¹ não restritos às áreas das “agrovilas”, mas na extensão dos territórios quilombolas de Alcântara e os intelectuais quilombolas vão resistindo a partir da reelaboração de suas práticas, saberes e fazeres e criando “lugares seguros⁹²”, “livres de vigilância” do poder hegemônico, configurando-se como espaços de convivência coletiva, a exemplo do mutirão de quebradeiras de coco babaçu realizado frequentemente e apontado pelas mulheres intelectuais quilombolas como um espaço de resistência coletiva⁹³.

A memória oral acerca do deslocamento compulsório para as “agrovilas”, a partir da minha análise, apresenta-se como “lugar seguro”, onde a narrativa acerca do evento é envolta em um detalhamento do cotidiano das famílias que vivenciaram diretamente o deslocamento compulsório e das famílias que não foram realocadas, mas vivenciam os impactos causados em

⁹¹ Defini o termo deslocamentos compulsórios permanentes para referir-me às consequências da descontinuidade de políticas públicas necessárias para assegurar as condições para que os quilombolas permaneçam em seus territórios. Analisei os atos de Estado referentes aos deslocamentos compulsórios permanentes no item 2.3 *“Quem tá matando o filho? É o Estado brasileiro”*: práticas permanentes de deslocamentos compulsórios.

⁹² Expressão cunhada por Collins (2009) para definir “os espaços importantes nos quais o discurso seguro potencialmente pode ocorrer”.

⁹³ Tratei especificamente sobre a quebra do coco babaçu no CAPÍTULO III intitulado *“A gente não é só a casa”*: ancestralidade e os fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA, com detalhamento na seção 4.4 *“Cada lugar tem seu uso”*: outros fazeres de resistência no território étnico.

sua história cotidiana. Bosi (2022, p. 15) mostra como a “memória dos velhos” pode atuar como mediadora entre a geração atual e as “testemunhas do passado”. Considero as narrativas acerca da política de deslocamento compulsório como um exercício complexo que articula, e por vezes, traduz pontos de vista opostos, que coexistem, obrigando-me a fugir de uma análise unilateral e “ideologizada” do cotidiano.

A “memória dos velhos” sobre o deslocamento compulsório coloca alguns pontos de contradição no que se refere à reação dos “*mais novos*” para as “agrovilas”. Tomei de empréstimo a expressão “memória dos velhos” (Bosi, 2022) para referir-me às narrativas dos intelectuais quilombolas que vivenciaram diretamente o processo de deslocamento compulsório, seja na condição de realocados, seja na condição daqueles que acompanharam o deslocamento para as “agrovilas”. As “contradições” apontadas nas narrativas dos *mais velhos* mostra como a “*o convencimento dos mais novos*” fora realizado pela Base. A sra Leandra de Jesus Silveira, quilombola de Pepital, relatou que

A proposta da Base, fizeram visitas nas casas, se queria mudar para uma vida melhor, começou a fazer levantamento. A proposta da Base era que a pessoa ficasse numa vida melhor e o povo desinformado caiu na lábia da Base. Fui forçada porque o povo estava se mudando pra cá!

O sr Adelmo Louzeiro, 70 anos, quilombola de Mocajubal, referiu-se à “*enganação dos mais novos*” no processo de deslocamento para as “agrovilas”. Relatou que “*os novos, muitos sorrindo, os velhos todos chorando*”!

Os relatos evidenciam como o domínio hegemônico do poder atua por meio da manipulação de ideias, imagens, símbolos e ideologias (Collins, 2009), camuflando as estratégias necessárias para a manutenção da opressão e do controle disciplinar.

Foucault (1989) analisa que se a função principal do poder fosse a repressão, seria provável que se apresentasse como fragilizado, menos forte, no entanto, avalia que os discursos, elaborados a partir de estruturas próprias, diferem e podem ser compreendidos de modos diversos. Reforça que

o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (Foucault, 1989, p. 84)

O sr Belmiro Nascimento⁹⁴, 73 anos, quilombola de Oitiua, se referindo ao deslocamento das famílias para as “agrovilas” e suas consequências, destacou que

porque eles disseram ‘vamos sair, pronto, vou dar uma casa de alvenaria pra ti, e coisa que tu tá dentro de uma que o porco entra daquele lado e passa por aí, por debaixo da minha rede e vai pra ali. Resultado, tem 50% acho que já foram embora dessas agrovilas, moram pela cidade, vendendo bombons em canto de rua, é assim porque ninguém vive sem trabalhar, é mentira quem diz ‘rapa, não quero mais serviço’!

Há 46 anos no quilombo Oitiua, seu Belmiro conta que “quando cheguei tinha 60 famílias, depois de 6 anos que foi feito o levantamento da Aeronáutica, aqui já tinha 146 famílias”. Trabalhava na roça e na pesca “Deu pra criar 7 filhos, eu pegava até 70 kg de camarão”!

Os testemunhos dos intelectuais quilombolas acerca do processo violento de deslocamento compulsório para as “agrovilas” apresentam-se como campo de resistência. As formas de resistência ancoradas nas narrativas, no ato de falar, apresentam-se como ação de insubordinação frente às imposições do CLA. Bosi (2022, p. 54) ressalta que a memória é um trabalho sobre o tempo vivido, construída socialmente, “onde coexistem elementos de escolha e rejeição em relação ao que será lembrado”.

O sr Ednaldo Pires⁹⁵, 46 anos, quilombola de Canavieira, ressaltou que “eles estavam achando que era uma coisa e era outra”! O sr Ednaldo relatou que nasceu e se criou em Canavieira. Contou-me sobre as dificuldades de acesso à água doce e das péssimas condições da estrada de acesso ao quilombo. “A beira da praia é aqui. Eles [CLA] dizem que aqui é final da linha”!

A proibição ao acesso dos igarapés Peru, Pepital e Pirarema e as áreas de mar, causou a situação de insegurança alimentar e a impossibilidade das práticas dos saberes relativos às atividades de pesca realizadas cotidianamente. O sr Máximo Silva do Nascimento⁹⁶, quilombola da “agrovila” Marudá, relatou que nasceu na comunidade Jabaguara, que se localiza na área onde encontra-se instalado o CLA. Informou que o governo federal no âmbito do deslocamento compulsório, definiu por meio de decreto

⁹⁴ Trecho de entrevista realizada no dia 11 de março de 2023, com o sr Belmiro Nascimento, 73 anos, quilombola de Oitiua.

⁹⁵ Trecho de entrevista realizada no dia 11 de março de 2023, com o sr Ednaldo Ribeiro Pires, 46 anos, quilombola de Canavieira.

⁹⁶ Trecho de entrevista realizada no dia 10 de março de 2023, sr Máximo Silva do Nascimento, mais conhecido como Chiquinho do Marudá, quilombola da “agrovila” Marudá.

que cada agrovila que foi atingida com a implantação do Centro de Lançamento, receberia uma cesta para se manter até os pescadores poderem passar pra pegar o nosso pão de cada dia. Eu agradeço a Deus, agradeço a Deus essas comunidades que estão aqui, que é Mamuna, Baracatatiua, Brito, Mamuninha, Itapera, Canelatiua, Vista Alegre, Ponta d' Areia, Carvalhinha e São João de Cortes. São essas comunidades que graças a Deus tem nos atendido!

Não há registro nos relatos dos quilombolas deslocados para as “agrovilas” de que houve cumprimento do fornecimento de cestas básicas. As narrativas apontam para a rede de solidariedade entre os quilombos que garantiram a sobrevivência dos quilombolas realocados, permitindo-lhes o acesso aos igarapés, ao mar e às áreas de árvores frutíferas para a coleta de frutas. A sra Leandra de Jesus Silveira, quilombola da “agrovila” Pepital ressaltou que

a gente chegou aqui e só tinha as casas e areia, a terra, o terreno aí, não tinha um pé de ar pra comer manga, a gente tinha que buscar lá no Pepital Velho ou lá no Manival. Eu pegava manga pra lá, chegava de lá pra cá, quando chegava aqui, chega o pescoço tava duro só de tá com o peso na cabeça.

A memória das estratégias de resistência na luta cotidiana nas “agrovilas” emerge como alerta diante da possibilidade da efetivação do deslocamento de outras comunidades. A recusa imediata diante do questionamento acerca do plano de expansão da área ocupada pelo CLA evidencia o desmantelamento das formas de saberes e fazeres ancorados na ancestralidade vivenciada em suas comunidades. Trata-se da efetivação de um epistemicídio das formas de viver, de fazer, reproduzido cotidianamente pelo não acesso ao território, pelo esfacelamento das relações sociais construídas anteriormente ao deslocamento compulsório, pela imposição da “vigilância” permanente e a supressão da autonomia sobre o cotidiano e em razão da impossibilidade da reprodução do modo de viver anterior às “agrovilas”. Retomo a análise de Scott (2002) acerca dos impactos provocados pelas mudanças bruscamente efetivadas, massivas e repentinas, que esfacelam as rotinas cotidianas geram enfrentamentos por meio de múltiplas formas de resistência. A memória acerca do passado de resistência e das estratégias da obrigatoriedade do cotidiano nas “agrovilas” reforça a recusa diante do projeto de extensão da área ocupada pelo CLA e a eliminação das formas de viver e fazer de outras comunidades quilombolas.

2.2 “Lá onde ela tá, já é o suficiente pra ela”⁹⁷: sobre a implementação da política de expansão da área ocupada pela Base

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) assinado pelo Brasil e Estados Unidos da América, em 18 de março de 2019, para uso comercial recoloca a discussão acerca dos conflitos territoriais quilombolas de Alcântara e o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA. O referido Acordo fora produzido a partir da atuação conjunta do Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, objetivando “tornar comercialmente viável o Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão, para lançamentos de objetos espaciais, além de incrementar os laços de entendimento e cooperação entre os dois países signatários” e tem como objetivo o uso comercial e ainda,

[...] evitar o acesso ou a transferência não autorizados de tecnologias relacionadas com o lançamento, a partir do Centro Espacial de Alcântara, de Veículos de Lançamento dos Estados Unidos da América e de Espaçonaves dos Estados Unidos da América, da República Federativa do Brasil ou Estrangeiras, por meio de Veículos de Lançamento dos Estados Unidos da América ou de Veículos de Lançamento Estrangeiros que incluam ou transportem qualquer equipamento que tenha sido autorizado para exportação pelo Governo dos Estados Unidos da América (EMI nº 00115/2019 MRE MCTIC MD).

Em Nota Técnica intitulada “Considerações preliminares acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e suas implicações às comunidades quilombolas de Alcântara”, produzida pelo Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MABE, datada de 30 de agosto de 2019, foram elencados os principais elementos para subsidiarem os debates acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas.

Objetivava-se apresentar as condições de possibilidades para o debate entre a sociedade civil e os quilombolas de Alcântara. Esse documento demonstra a latência do conflito na medida em que reafirma que o Acordo de Salvaguardas coloca Alcântara, que figura como um dos maiores territórios de comunidades tradicionais do Brasil, em situação secundária, não levando em consideração as demandas e reivindicações dos agentes sociais referidos a este território. O Acordo de Salvaguarda Tecnológica retoma a política de expansão do CLA.

⁹⁷ Trecho de entrevista realizada em 10 de março de 2023 com a sra Paula Cristina, 53 anos, quilombola de Peri-Açu.

Sobre as questões que envolvem a possibilidade de expansão da área pretendida pelo CLA, Serejo (2020) afirma que

Diferente do que pregam os militares e os defensores do programa aeroespacial, nós quilombolas de Alcântara, não somos contra a Base espacial. O que não se admite é que sejamos novamente violados na nossa condição étnica em detrimento de um projeto que já se revelou falido, incompetente e que se sustenta a revelia dos direitos culturais, sociais, territoriais e econômicos da população quilombola de Alcântara. Desejamos sim, que o CLA e a política espacial brasileira tenham êxitos, pois entendemos a importância tecnológica e para a defesa da soberania nacional. O que não se admite é que isso se desenvolva retirando direitos, reduzindo o território quilombola de Alcântara. Isso jamais. Permaneceremos em nosso território, na sua integridade e plenitude (Serejo, 2020, p. 64-65).

O Estado brasileiro usa o argumento de consolidação do Centro de Lançamento para justificar o plano de expansão do Centro, pretendendo anexar aos 8.713.183,0ha já ocupados, cerca de 30 km da faixa litorânea do território que se estende do igarapé Caiuana, no território de Mamuna, ao igarapé do território de São João de Cortes, o que representa uma anexação do litoral Atlântico e a foz da Baía de Cumã. Caso seja concretizada a anexação da área de expansão pretendida pelo CLA, serão impactos, de forma direta, cerca de 18 quilombos, com um deslocamento compulsório que afetaria aproximadamente 650 famílias quilombolas, provocando novos impactos sobre o cotidiano das famílias que estão nas “agrovilas” e nos demais territórios não realocados. Trata-se de uma ação de “deslocamento compulsório permanente” no que se refere aos quilombolas que foram realocados para as “agrovilas” e que, para subsistirem, acessam a área de expansão pretendida pelo CLA, o mar e os igarapés para garantir a pesca e a coleta de mariscos e áreas para atividade relativa às roças.

As narrativas que tratam da possibilidade de novo deslocamento em razão da pretensão de expansão da área do CLA evidenciam a violação dos direitos, os impactos físicos, que impedem a reprodução social dos quilombolas, e com latência, as consequências psicológicas da violência imputada pelo Estado brasileiro em seus atos relativos à política espacial. Os intelectuais quilombolas, dos diversos territórios visitados no âmbito da pesquisa de campo, relatam quadros de tristeza, ansiedade e depressão diante da possibilidade de novos deslocamentos. O cotidiano das famílias parece “estar em suspenso” e o estado de alerta para qualquer movimentação no território reflete a política da violência simbólica sofrida pelos quilombolas. O registro do uso de drones pelo CLA é frequente e denota uma estratégia de vigilância permanente sobre os quilombos.

Para o sr Damião Amorim Lopes⁹⁸, 70 anos, quilombola do território Mocajubal, o deslocamento se assemelha a uma situação em que se remete à retirada das raízes, “*é como uma planta, se tirar daqui, vai mudar muita coisa!*”. Seu Damião nasceu e se criou no Mocajubal. Sobre a possibilidade de deslocamento em razão da extensão do CLA, relatou que “*eles obrigam você a se acostumar!*” Sobre a pesca e a coleta de mariscos, ressaltou que “*pega com as mãos, o bagre, camarão, caranguejo e siri!*”.

A narrativa do sr Osmar Rodrigues Costa⁹⁹, 46 anos, quilombola de Ponta d’ Areia, sobre um novo deslocamento compulsório significa “*a morte, pra mim é a mesma coisa de me levar pro cemitério, é a morte pra mim. Dinheiro nenhum paga meu bom viver aqui!*”. Seu Osmar contou que nasceu e se criou em Ponta’ d Areia e que quando seu pai era vivo, a Aeronáutica ia com frequência ao território. “*Eles intimavam, sempre que eles vinham, eles intimavam a gente. Quando meu pai era vivo ainda, quase todo mês eles tavam aqui, depois eles se afastaram, nesse tempo eu creio que eu tinha uns 10 anos!*” Reafirmou a resistência quando afirmou que “*não sai, viver aqui é muito bom!*”

O sr Carlos Adelman¹⁰⁰, 44 anos, quilombola de Pacurí, evidencia que “*Tudo o que muda, murcha! Eles [CLA] deixam a pessoa sem escolha!*”. Relatou que “*muitos vem pra cá porque daqui dá do camarão ao peixe!*” Seu Carlos Adelman referia-se aos quilombolas de outros territórios que acessavam o quilombo Pacurí para pescar, no entanto, ressaltou que “*nessa região daqui nunca mais entrava, aí ia pra Alcântara pra fazer crachá. Fechou aqui, aí ficou mais fácil pra eles controlar!*”

Os relatos dos intelectuais quilombolas no decorrer da realização das entrevistas reafirmam as ações de resistência e mobilizações e a total aversão a qualquer possibilidade da efetivação de novos deslocamentos, referendando o discurso das entidades representativas, a exemplo do MABE, de que a área já ocupada pelo CLA garante o desenvolvimento das ações previstas pela política espacial brasileira, consolidando o projeto da Base, sem necessidade de expansão. A resistência ao longo dos mais de 40 anos, as mobilizações nos territórios e as ações de resistência coletiva colocaram em evidência nas falas, os deslocamentos conceituais que sustentam a negação das práticas coercitivas impostas pelo conflito com o CLA. Almeida (2011) analisa a atualidade da categoria quilombo “deslocada de seu campo de significação

⁹⁸ Trecho de entrevista realizada no dia 08 de março de 2023, com o sr Damião Amorim, 70 anos, quilombo Mocajubal.

⁹⁹ Trecho de entrevista realizada no dia 08 de março de 2023, com o sr Osmar Rodrigues Costa, 46 anos, no quilombo Ponta d’ Areia.

¹⁰⁰ Trecho de entrevista realizada no dia 09 de março de 2023, com o sr Carlos Adelman, 44 anos, quilombola de Pacurí.

‘original’, isto é, da matriz colonial. Quilombo se mescla com conflito direto, com confronto, com emergência de identidade para quem enquanto escravo é ‘coisa’ e não tem identidade, ‘não é’. As narrativas ancoradas na ancestralidade, no domínio sobre os territórios, nos saberes e fazeres de resistência vão cotidianamente, refutando os discursos hegemônicos em ação.

O discurso do CLA em torno da necessidade de expansão da área ocupada reproduz o padrão de argumentos utilizados no período do deslocamento compulsório efetivado na década de 1980. Aciona-se a noção de vazio demográfico como elemento minimizador dos impactos frente a uma nova política de deslocamentos compulsório e ressalta-se a necessidade da ampliação da área em razão do protocolo de segurança para o lançamento de foguetes. A sra Maria da Graça Amorim, 64 anos, quilombola de Prainha, refuta os argumentos do CLA para justificar a necessidade de expansão da área ocupada pela Base, quando ressalta que “*O Centro de Lançamento já deu no que tinha que dá*”! Sua narrativa converge com a narrativa de outros intelectuais quilombolas de diferentes territórios. Trata-se da análise feita pelos quilombolas no que diz respeito à eficiência das ações desenvolvidas pelo CLA ao longo de mais de 40 anos. A sra Leandra de Jesus Silveira, 83 anos, quilombola da “agrovila” Pepital ressaltou

Eles [CLA] devem ficar onde estão porque já tem muitas terras pra eles trabalharem. Hoje, nós estamos aqui e eles querem nos tirar daqui, vão mandar botar embaixo, mangueiras, bacurizeiro. Lá onde eles estão já tem muita terra pra trabalharem!

O “Estado” que promoveu a desestruturação das relações sociais dos quilombolas realocados para as “agrovilas” mantêm restrições de acesso às áreas que asseguram a sobrevivência das famílias, tornando válido o projeto de extensão da área ocupada pelo CLA sem considerar os impactos sociais, a desestruturação das práticas coletivas, o uso comum dos recursos naturais, a feitura das roças, o não acesso às áreas de babaçuais para as práticas extrativistas e das áreas de manguezais para a coleta de mariscos, igarapés e portos para a pesca e comercialização do pescado.

Ocorre que diante da efetivação da expansão da área ocupada pelo CLA, os impactos não serão restritos aos territórios pretendidos. As “agrovilas” e outros territórios serão “deslocados compulsoriamente”, levando-se em consideração que às áreas pretendidas garantem a sobrevivência dos quilombolas diretamente impactados pela implantação do CLA. A violência simbólica permeia o cotidiano dos quilombolas de modo permanente e restringe os fazeres tradicionais. Sobre a política de deslocamento das famílias para a efetivação da extensão da área ocupada pelo CLA, a sra Maria de Fátima Ferreira, 67 anos, quilombola de Mamuna, ressaltou que

teve muitos que queria morrer antes de sair daqui como aconteceu. É uma angústia muito grande porque diz Mamuna vai sair, Mamuna vai sair, muita gente nem construiu casa de alvenaria. Várias vezes dizendo a mesma coisa, todo dia, Mamuna vai sair nos nossos ouvidos, como é que pode?

A narrativa da sra Maria de Fátima aponta para a análise da eficácia dos poderes de violência simbólica exercida pelo “Estado”. Bourdieu (1990) alerta para a importância da análise acerca da “dimensão moral da atividade estatal”, observando as evidências que nos levam a desvendar o caráter e a eficiência dos atos de violência simbólica.

As evidências das práticas de violência simbólica estão presentes no cotidiano e nas narrativas dos quilombolas de diversos territórios. A circulação de viaturas da Aeronáutica nos territórios causa uma reação de “suspense”, apreensão e insegurança. O frequente uso de drones sobrevoando os quilombos acarreta a sensação de vigilância permanente e altera significativamente o cotidiano das famílias. O controle sobre as áreas de pesca, a obrigatoriedade do uso de crachás para identificação dos pescadores e a definição das “janelas” para as atividades de lançamento, revelam como são efetivadas as práticas de regulação do tempo e a imposição de normas de coerção e controle coletivo. As ações coercitivas que alteram as formas de viver me remetem à ideia de “dureza do cotidiano” definida por Scott (2002) que desvela o desafio permanente de seguir apesar das condições de desmantelamento imputadas pelo CLA. A sra Juliana Ferreira Pereira, 62 anos, quilombola de São João de Cortes, relatou que nasceu e se criou em São João de Cortes, desenvolve atividades na roça no plantio de mandioca e pesca. Sobre a possibilidade de deslocamento para expansão da área ocupada pelo CLA, resumiu “*a gente vive um dia de cada vez!*” Sua narrativa está pautada na dificuldade de viver sob a ameaça de deslocamento e a insegurança que permeia o seu cotidiano. Convém ressaltar que o fato de vivenciar a “dureza do cotidiano” em razão das ações do CLA, não implica consentimento ou adaptação à realidade imposta, ao contrário, “a obrigatoriedade do cotidiano¹⁰¹” é espaço fecundo para a reprodução de formas de resistência.

Os entraves que permeiam a análise acerca do conceito de resistência tendem a induzir à compreensão de que os atos de resistência se dão apenas de forma coletiva. Analisar as formas de resistência a partir da ampliação conceitual permite compreender a singularidade das ações cotidianas como formas de resistência “constante” tão significativas quanto às formas de resistência tidas como mais visíveis. A “dureza do cotidiano” produz o efeito de “ajustar-se” às circunstâncias enfrentadas diariamente e delinear as várias formas de resistência. O “ajustar-

¹⁰¹ Para aprofundamento, consulte Formas Cotidianas da Resistência Camponesa (Scott, 2002).

se” não significa passividade diante das imposições do CLA, ao contrário, as formas de luta quase que inteiramente voltadas para a esfera local são alicerces para as formas de resistência que extrapolam as fronteiras dos territórios.

A expressão “*ovo não briga com pedra, mas lambuza*”, registrada nas narrativas dos intelectuais quilombolas nas diversas comunidades visitadas durante a pesquisa de campo, traduz a resistência cotidiana e reforça a compreensão de que as formas de resistência variam em suas especificidades, mas convergem diante das ações coercitivas impostas pelo CLA na defesa do território étnico. Scott (2002, p. 29) analisa que “os parâmetros da resistência também são estabelecidos, em parte, pelas instituições da repressão”. As falas dos quilombolas entrevistados, nas diferentes comunidades reflete a dinamicidade das formas de resistência na medida em que o conflito apresenta novas demandas.

A recusa da expansão da área ocupada pelo CLA ampara-se na experiência vivenciada pelas famílias realocadas para as “agrovilas” e a reivindicação do direito de consulta definido pela Convenção 169, apresenta-se como ponto relevante nas narrativas. O sr Inaldo Faustino, 56 anos, quilombola da “agrovila” Espera, posicionou-se sobre a importância de assegurar aos quilombolas realocados o direito de consulta acerca dos impactos provocados pelo deslocamento compulsório afirmando que o Estado brasileiro e o CLA têm que “*escutar, procurar saber a experiência do processo de deslocamento, antes de fazer, por exemplo, um eventual deslocamento com o pessoal de Mamuna, de Baracatiua, de Canelatiua e esses outros pessoal do litoral!*”

Sobre o direito de consulta e expansão da área do CLA, o sr Belmiro Nascimento, 73 anos, quilombola de Oitiua, afirmou que “*eu gostaria que eles viessem perguntar. Se é verdade que ela, a Aeronáutica, comprou alguma coisa aqui, comprou do governo porque nós nunca vendemos nada pra ninguém!*”

A sra Sebastiana Alves Costa, 38 anos, quilombola da “agrovila” Só Assim, refuta a necessidade de ampliação da área ocupada pela Base, ao declarar que “*dentro do meu entendimento de comunidade não há necessidade de expansão da Base, dentro do Centro é bem expandido!*”

A sra Maria do Nascimento Cunha Carvalho¹⁰², 43 anos, quilombola de Manival, posicionou-se contrária à expansão da área ocupada pelo CLA ao ressaltar que

¹⁰² Trecho de entrevista realizada no dia 11 de março de 2023, com a sra Maria do Nascimento Cunha Carvalho, 43 anos, quilombola de Manival. Nascida em Paquatira, relatou que “*precisou sair da minha comunidade para estudar fora!*”

não há necessidade de expandir porque uma expansão vai haver o remanejamento daquelas comunidades. Já que a Aeronáutica está lá, que permaneça lá, se houver remanejamento que seja só no período de lançamento, acho que a gente nem deveria mais falar nisso!

Optei por colocar essa sequência de falas dos intelectuais quilombolas para subsidiar, de forma mais latente, a análise referente à resistência frente a proposta de expansão da área ocupada pelo CLA, por considerar as narrativas formas cotidianas de resistência. As 32 entrevistas realizadas em 24 comunidades do território étnico de Alcântara, apontam para a recusa da expansão da área ocupada pelo CLA.

Os dados analisados e condensados na perícia intitulada Consolidação do Programa Espacial Brasileiro e os Impactos para as Comunidades Quilombolas de Alcântara apresentada à Corte Interamericana de Direitos, elaborada pelo antropólogo Davi Pereira Júnior foram coletados a partir de duas questões principais que se referiam à aceitação ou recusa de uma provável realocação do território onde vivem e sobre a pretensão de expansão da área ocupada pela Base. As entrevistas foram realizadas com quilombolas que vivem nas áreas previstas para realocação e quilombolas que habitam em comunidades que possivelmente receberiam os deslocados para reassentamento. Foram realizadas ainda entrevistas com quilombolas que vivenciaram diretamente os deslocamentos compulsórios para as “agrovilas”.

Analisei de forma mais detalhada na seção 2.4 intitulada “*O Estado através do CLA tem apenas um capitão do mato que fica lá!*”: Intelectuais quilombolas e a construção da perícia antropológica para a Corte Interamericana: resistência política ancorada na resistência epistemológica. O conteúdo da perícia não foi citado na tese de forma direta em razão deste documento ser peça principal no processo de violação dos direitos dos quilombolas apreciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A perícia intitulada Consolidação do Programa Espacial Brasileiro e os Impactos para as Comunidades Quilombolas de Alcântara ainda não está disponível para consulta como documento público. Fiz uso das informações coletadas em razão de ter composto a equipe de pesquisa, elaboração, por ter a anuência das entidades representativas e pelo fato de que a sentença relativa ao caso já ter sido proferida publicamente.

Apresento na sequência o mapa intitulado Área de Expansão do CLA e Comunidades Quilombolas, mapa elaborado no âmbito da pesquisa de campo para elaboração da perícia. O mapa faz uma projeção dos impactos causados nas comunidades que estão localizados na área pretendida para expansão e possibilita a projeção dos impactos que afetarão as demais

Fonte: Tomás Paoliello Pacheco de Oliveira e Davi Pereira Júnior / Laboratório Nova Cartografia Social – PPGCSPA/UEMA

A dimensão da área de expansão pretendida pelo CLA corresponde a 12.644,53ha, abrangendo a área onde estão localizados 20 quilombos, com cerca de 651 famílias que acessam cotidianamente seu território tradicional para o desenvolvimento de saberes e fazeres relativos à pesca, coleta de mariscos, práticas agrícolas e de extrativismo.

Quadro 1: Quilombos que ocupam a área requerida para expansão do CLA

| Quilombos | | Número de Famílias | Principais atividades econômicas |
|-----------|-------------|--------------------|--|
| 1 | Aru Novo | 05 | Pesca Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 2 | Baracatiua | 05 | Pesca no mar e igarapé. Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 3 | Bom Viver | 06 | Pesca Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 4 | Brito | 26 | Pesca no mar e igarapé. Roça (arroz, mandioca, milho, melancia, feijão) Extrativismo (babaçu) |
| 5 | Canelatiua | 54 | Pesca no mar Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz). Casa de farinha para produção e comercialização. Extrativismo (babaçu e juçara) Extrativismo (babaçu) |
| 6 | Quero Ver | 09 | Pesca Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 7 | Mamuna | 100 | Pesca no mar e igarapé (sururu, siri, ostra, caranguejo, aratu, maracuanim, turu, ostra, sarnambi e siri) Roça e hortas (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, mamona, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz, macaxeira, gergelim, batata doce, melão, pepino) Extrativismo (babaçu, juçara) |
| 8 | Mãe Eugênia | 02 | Pesca |

| | | | |
|--------|--------------------|-----|--|
| | | | Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu, juçara) |
| 9 | Mamuninha | 01 | Pesca Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 10 | Mato Grosso | 05 | Pesca Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 11 | Retiro | 03 | Pesca Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 12 | Rio Verde | 05 | Pesca Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 13 | Santa Maria | 100 | Pesca Roça, hortas (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Artesanato e Extrativismo (babaçu, uso da palha do buriti e fibra do tucum) |
| 14 | Tacaua | 06 | Pesca Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 15 | Itapera | 15 | Pesca Roça (mandioca, milho, arroz, feijão, melancia, abóbora, mamona, quiabo, maxixe, vinagreira. Casa de farinha para produção e comercialização. Extrativismo (babaçu) |
| 16 | Vista Alegre | 50 | Pesca no mar, comercialização do pescado feita principalmente com a sede de Alcântara. Roça (milho, feijão, melancia, abóbora, mamona, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 17 | Folhau | 04 | Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 18 | Cema | 02 | Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 19 | São João de Cortes | 180 | Pesca e comercialização no porto (Alcântara, Bequimão e Guimarães) Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| 20 | Ponta de Areia | 73 | Pesca de lance em alto mar e igarapé. Roça (mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, vinagreira, arroz) Extrativismo (babaçu) |
| TOTAL: | | 651 | |

Fonte: Gyordanna Patrícia Silva

No que se refere à política de expansão, os quilombolas acionaram a experiência vivenciada nos deslocamentos compulsórios efetivados na década de 1980, atrelados à trajetória de formação política e a ressignificação de conceitos, às várias formas de resistência que pautaram as ações contra as imposições do CLA e o argumento principal de que a Base possui uma área suficientemente adequada para desenvolvimento do projeto espacial, posicionando-se de modo contrário a qualquer ação de expansão. Scott (2002) analisa como a obstinação e a força que sustenta uma ação de resistência decorre da forma como ela é enraizada na luta material vivenciada e partilhada. Orienta atentar-se à luta cotidiana sem idealizar, observando como as formas de resistências nos quilombos têm obstaculizado a efetivação das políticas estatais que lhes são desfavoráveis. A sra Maria do Nascimento Cunha, quilombola do território Manival, evidenciou que

tem todo um processo, depois da Base, os homens que tinham a cultura de pescar ou trabalhar na agricultura deixaram de trabalhar, a produção do camarão caiu, a quantidade de camarão diminuiu, dificuldade de chegar à pesca. Aqui no Manival, a hora que chegasse tinha camarão, agora tem, mas em menor proporção. Tirar a Base de lá é praticamente impossível, pois que fique lá, expandir, não!

Collins (2009, p. 95) analisa que “assim como as condições sociais mudam, os conhecimentos e as práticas para resistir a elas também mudam”. As fronteiras discursivas se alteram a partir das condições históricas. A força das narrativas mostra as relações de força no campo de poder. Os intelectuais quilombolas acionam o conhecimento acerca da “consciência de suas fronteiras”¹⁰³ e desnaturalizam as classificações imputadas pelo discurso hegemônico. Almeida (2013, p. 164) ressalta que “as narrativas são confluentes, e livres das classificações temporais de ‘começo’ ou de ‘fim’ e das adjetivações que as opuserem simetricamente em ‘grandes’ e ‘pequenas’ narrativas”. A resistência fincada no ato de falar revela a tomada de poder e o uso das narrativas como instrumento de luta.

O sr Adelmo Louzeiro, 70 anos, quilombola de Ponta d’ Areia ao referir-se à possibilidade de deslocamento compulsório para a extensão da área ocupada pelo CLA, afirmou

¹⁰³ Para aprofundamento, consulte Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras (Almeida, 2013).

que *“não existe história de me mandar não. Eu é que sei pra onde vou. A decisão é minha, não da Aeronáutica!”*

O sr José Elias Torres, 40 anos, quilombola de São João de Cortes, referiu-se ao território como *“intocável, não pertence a eles. Quando eu falar eles, é o CLA. Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira, nem saio, nem tem condições de receber!”*

A sra Maria de Fátima Ferreira, 67 anos, quilombola do território Mamuna, ao referir-se sobre o deslocamento de Mamuna para outra área, afirmou que *“aqui você não compra madeira, não compra palha, não compra barro. A grande torre daqui é Mamuna, o grande pilar daqui é Mamuna. Nós não temos medo não, o pé fincado no chão!”*

As narrativas dos quilombolas sobre uma possível extensão da área ocupada pelo CLA remetem também aos impactos nos recursos naturais provocados pelo deslocamento compulsório das famílias para as “agrovilas”. Os relatos apontam para um acarretamento do uso dos recursos naturais, levando à uma condição de escassez e insegurança alimentar, situação nunca vivenciada anteriormente nos territórios. Questionados sobre a possibilidade de receber famílias das áreas pretendidas para a extensão do CLA, os quilombolas não se posicionaram a partir de uma postura de recusa, evidenciando a prática de uso comum dos recursos naturais no território, no entanto, posicionaram-se contrários a um novo deslocamento por compreenderem que causará um novo “desmantelamento” no que se refere ao acesso às áreas de pesca e roça, sobrecarregando e intensificando a escassez já existente.

O sr Luís Gonzaga dos Santos, 98 anos, quilombola de Samucangaua, ressaltou que *“a riqueza nossa é esse rio, riqueza nossa, igarapé pequeno, vai diminuir; para entrar outro tanto de gente, aí vai diminuindo!”*

A sra Catarina Josefa, 63 anos, quilombola de Samucangaua, se posiciona contrária à extensão da área ocupada pelo CLA e afirma que, caso seja efetivada, *“vamos passar necessidade, se nós já passa aí é que nós vamos passar e vai prejudicar porque só essas aí do Peru Velho que vieram pra cá, já dificultou, imagina se Mamuna vier!”*

O sr José Ubiratan Cunha, 70 anos, quilombola de Paquatira, referindo-se ao acesso das áreas de pesca pelas famílias realocadas, ressaltou-se

o pessoal das agrovilas vem mariscar aqui, todas essas agrovilas lá perto da costa, a gente não nega comer, água pra ninguém, a gente não vai proibir, a gente tem que agasalhar todo mundo, não é botar o pessoal fora não, mas vai diminuir mais. Quando eu me entendi, torrava o camarão, agora só leva o miolo, uma data dessas pra comprar, só se encomendar!

Cabe evidenciar que a recusa em receber famílias de outras comunidades em razão da escassez dos recursos naturais ampara-se na vivência dos impactos causados pelo deslocamento compulsório das famílias para as “agrovilas”. As áreas pretendidas para a expansão do CLA garantem o abastecimento das “agrovilas” e um deslocamento dessas áreas, provocaria um segundo deslocamento das famílias das “agrovilas”. Diante da ameaça de novos deslocamentos, os quilombolas reafirmam os laços de solidariedade, relatam as angústias vivenciadas cotidianamente diante do impasse da ameaça de serem retirados das suas comunidades e analisam as consequências psicológicas advindas desse processo de violência permanente.

Visando uma análise acerca dos impactos causados em razão das ameaças de deslocamento dos quilombolas, no que tange às questões de cunho psicológico, convidou-se o Observatório do Trauma Psicopolítico da Universidade de São Paulo - USP/UNIFESP para elaborar uma perícia psicossocial relativa à violência de Estado perpetrada desde a implantação até as ações pretendidas para a ampliação da área ocupada pelo CLA. A solicitação para a realização da perícia psicossocial fora feita pelas entidades representativas dos quilombolas para que pudessem arrolar como documento complementar, suas manifestações perante à Corte IDH. A perícia fora elaborada no período entre janeiro e abril de 2023.

Tal perícia constou como parte dos documentos encaminhados pelos reclamantes à Corte IDH, como subsídios para análise no caso "Comunidades Quilombolas de Alcântara x Brasil". Ressalto que não tive acesso à perícia psicossocial¹⁰⁴ em razão do documento ser parte integrante do caso no processo de violação dos direitos dos quilombolas apreciado pela Corte IDH e ainda não está disponível para consulta como documento público. A análise acerca dos danos psicossociais que afetam os quilombolas de Alcântara apresentada na tese foi pautada no estudo do artigo intitulado A contribuição da psicologia na garantia de direitos humanos coletivos: o caso Quilombolas de Alcântara x Brasil.

No tocante à importância da elaboração de uma perícia psicossocial que avalie os traumas e transtornos causados pelo processo de violência desde a implantação do CLA, Serejo (2019) ressaltou que

A Psicologia é importante nesse processo pelo qual passamos por muita insegurança jurídica, o que afeta muito a saúde mental. São centenas de famílias com o futuro incerto, é uma interface na condição básica do ser humano, que é o direito de planejar

¹⁰⁴ Para aprofundamento, consulte A contribuição da psicologia na garantia de direitos humanos coletivos: o caso Quilombolas de Alcântara x Brasil, elaborado pelos peritos e pesquisadores Adriana Eiko Matsumoto (Docente UNIFESP), Antônio Euzébio Filho (Docente IPUSP), Bruno Simões Gonçalves (USP), Catiana Nogueira dos Santos Docente (UNIFAAHF), Laís da Silva Vieira (Discente curso de Psicologia – UNIFESP) e Matheus Rios Silva Santos (UFRN). Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Habitação e Urbanismo Trauma Psicopolítico e violências de Estado: experiências, reflexões teóricas e produções técnicas. v. 9 n. 41 2024.

o seu futuro. É você retirar a capacidade de sonhar das pessoas. (Conselho Federal de Psicologia, 2019, s/p).

No âmbito da elaboração da perícia psicossocial, a equipe de peritos e pesquisadores realizou estudos de campo e entrevistas psicossociais (individuais e em grupo) nas “agrovilas” e alguns quilombos da faixa litorânea que estão sob ameaça de deslocamento. Sobre as entrevistas psicossociais realizadas com os quilombolas, destacou-se que

buscou-se abordar as memórias individuais e coletivas sobre o período da remoção de seus territórios, os processos individuais e coletivos de adaptação e de sofrimento frente à nova realidade após o deslocamento, a sequencialidade e novas traumatizações a partir de gestão e possível ampliação do CLA, a transgeracionalidade dos danos e, tendo em vista os efeitos em idosos, adultos, jovens e crianças, a heterogeneidade de expressões desses efeitos psicossociais a partir da instauração e da gestão do CLA. (p. 91).

Os relatos dos quilombolas ao longo desses mais de 40 anos de conflito com o CLA, questionam a noção do falar, expressando como o ato de falar sobre o processo de implantação do CLA, os deslocamentos compulsórios para as “agrovilas”, os impactos causados no cotidiano tanto dos quilombolas realocados quanto dos quilombolas que estão ameaçados de novo deslocamento, reflete resistência diante dos entraves impostos pelo colonialismo e pelo racismo. As falas externam termos que revelam os traumas e os transtornos ocasionados pela insegurança alimentar, pelas incertezas diante da ameaça de novos deslocamentos e da indignação diante da violação dos direitos de ir e vir sobre seu território.

A “obrigatoriedade do cotidiano” vai se processando ancorado nos saberes e fazeres de resistência e os fardos advindos pela política das ações do CLA vão se intensificando por meio das restrições impostas que impõem barreiras e colocam os quilombolas em uma condição de “ilegalidade” ao se recusarem a serem tutelados dentro dos seu próprio território. A recusa ao credenciamento para uso do crachá como instrumento de controle para acessar as áreas de pesca e o impedimento das atividades no mar e nos igarapés no período definido como “janelas de lançamento” são exemplos de como os quilombolas são colocados diante de restrições que se assemelham a uma “necropolítica” que permeia suas vidas e impactam sobremaneira, suas estruturas psíquicas. O conceito de “necropolítica” a que me refiro agrega práticas e políticas que reforçam estereótipos, segregações e extermínios por meio do discurso de ilegalidade do cidadão, política de inimizade para desmobilização e uso da força policial com o argumento de garantia da segurança coletiva. Mbembe (2011) afirma que

as noções de necropolítica ajudam a compreender, no mundo contemporâneo, como os Estados adotam em suas estruturas a política da morte – o uso legítimo da força por meio de seu aparato policial ou a política da inimizade em relação a determinados grupos – como um discurso necessário para a segurança da maioria.

A negação da lógica das formas de viver dos quilombolas em suas diferentes fronteiras, formata uma “morte em vida” como evidenciado nos depoimentos. Sobre os danos psicológicos vivenciados no cotidiano, retomo trechos dos relatos dos quilombolas de várias comunidades.

A sra Maria de Fátima Ferreira, 67 anos, quilombola de Mamuna, relembra que *“Teve muitos que queria morrer antes de sair daqui, como aconteceu. É uma angústia muito grande por que Mamuna vai sair, Mamuna vai sair!”*

A sra Catarina Josefa Ribeiro, 63 anos, quilombola de Samucangaua, afirmou que *“a gente vive na água com açúcar!”*

O sr Osmar Rodrigues Costa, 46 anos, quilombola de Ponta d’Areia, relatou que *“pra mim é a mesma coisa de me levar para o cemitério, é a morte pra mim!”*

O sr Belmiro Nascimento, 73 anos, quilombola de Oitiua, afirmou que *“eu não vou não, se for assim, eles me levam, é muito triste, é ruim demais!”*

Optei por sublinhar os termos nos trechos dos relatos para evidenciar que essas expressões se repetem, de modo recorrente, no discurso dos intelectuais quilombolas de diferentes comunidades. Se tomarmos como exercício analítico algumas produções escritas, a exemplo de livros, artigos, relatórios e laudos antropológicos sobre o conflito com o CLA ao longo desses mais de 40 anos, constataremos a reprodução dessas expressões que denotam os efeitos psíquicos acarretados pelos deslocamentos compulsórios e pelas ameaças constantes de efetivação da expansão da área ocupada pelo CLA. Retomo o trecho de fala da sra Juliana Ferreira Pereira, 62 anos, quilombola de São João de Cortes *“a gente vive um dia de cada vez!”* para analisar como o racismo cotidiano opera a violência incorporando uma cronologia que é atemporal. A categoria tempo, no que se refere ao sentido cronológico, é ressignificada tomando-se como parâmetro o conflito e as memórias de sofrimento, incertezas, medo e resistências se alinham às memórias construídas anteriormente ao processo de implantação do CLA.

2.3 “*Quem tá matando o filho? É o Estado brasileiro*”¹⁰⁵: práticas permanentes de deslocamentos compulsórios

Partindo-se da análise de que a violência operada pelo racismo incorpora uma cronologia que é atemporal, sigo observando o resultado da hegemonia do “Estado” em ação. A durabilidade e a força das políticas impostas a partir da implantação do CLA continuam consolidando situações de deslocamento dos quilombolas ao longo dos anos. O cotidiano das famílias é impactado em razão das “práticas permanentes de deslocamentos compulsórios”, expressão cunhada por mim, para referir-se às ações imputadas pelo CLA que ocasionam, de forma permanente, situações de descontinuidade de políticas públicas necessárias à permanência das famílias em seus territórios. Ao longo das visitas em campo, foi possível mapear alguns dos atos de “Estado”, práticas, que apesar de “veladas”, são responsáveis pela saída dos quilombolas de suas áreas.

As “práticas permanentes de deslocamentos compulsórios” concretizam-se tanto pela violência psicológica imputada aos quilombolas, quanto pela descontinuidade de políticas públicas que, desarticuladas pelos poderes nas esferas estadual e municipal, promovem um desmantelamento das condições de acesso à educação, ao atendimento público de saúde, aos meios de transporte, a estradas em condições adequadas, à água potável e à rede de fornecimento de energia elétrica. Tais práticas de descontinuidades de políticas públicas forçam cotidianamente a saída das famílias de suas comunidades, a exemplo do que ocorre com Baracatatiua, em que o sr Raimundo Nonato Cantanhede, 68 anos, relatou que “*as coisas não tendo mudança, a população aqui era como Mamuna e hoje como tá aqui? Nenhuma criança na comunidade, não tem nenhuma!*”. A comunidade Baracatatiua possui atualmente apenas duas famílias. A escola, que anteriormente, funcionava na modalidade de ensino multiseriado, fora desestruturada, obrigando os pais a deslocarem seus filhos pequenos para outros quilombos. O sr Aniceto Araújo Pereira, quilombola de Oitiua afirmou que “*na sede de Alcântara, não se ouve uma criança chorar!*” Diante da descontinuidade das políticas públicas relativas à educação, muitas famílias se deslocaram para a sede de Alcântara ou São Luís, colocando-se em uma condição de vulnerabilidade em razão de não possuírem habitações nessas áreas, pela insegurança alimentar e impossibilidade de reprodução do modo de vida praticado em seu território.

¹⁰⁵ Trecho de entrevista realizada no dia 06 de março de 2023, com o sr Aniceto Araújo Pereira, quilombola de Oitiua. Seu Aniceto tem uma longa trajetória frente ao STTR e vasto conhecimento acerca dos territórios quilombolas de Alcântara.

O transporte escolar apresenta condições precárias e, por vezes, tem o serviço interrompido, em razão da falta de manutenção dos veículos e das condições críticas das estradas vicinais de acesso aos quilombos. O sr Ednaldo Ribeiro Pires, 46 anos, quilombola de Canavieira, ressalta que *“eles dizem que aqui é final de linha, se aumentasse aqui seria bom, mas eles não querem nem deixar passar, muita gente vai por dentro do mato!”*

As crianças que precisam fazer o deslocamento diário para as áreas em que funcionam as escolas pelo relatam não se sentirem devidamente acolhidas em razão do caráter de pertencimento, uma vez que as relações sociais não foram estreitadas como ocorre em seus quilombos. Demonstram cansaço excessivo pelo tempo de deslocamento que se inicia ainda na madrugada. O transporte escolar inicia o trajeto por volta das 4:00 da manhã. Crianças matriculadas em séries iniciais fazem o trajeto por vários quilombos até chegarem à escola.

Os alunos do Ensino Médio realizam o deslocamento todos os dias até a sede de Alcântara, onde desenvolvem as atividades de forma integral, regressando aos seus quilombos, no período noturno. Os relatos dos quilombolas evidenciam o não acesso regular à merenda escolar, por interrupções constantes no repasse dos alimentos, ação de responsabilidade do poder público municipal. Dificuldades de aprendizagem são apontadas em razão desses entraves e a taxa de reprovação é considerada alta.

A sra Élide Inês, 30 anos, quilombola de Santa Maria, atua como professora na escola polo localizada em seu quilombo. Sobre as dificuldades enfrentadas por seus alunos, citou que *“tem quilombos como Peri-Açu e Bacuri, que as crianças ficam até três meses sem ir as aulas na Santa Maria, por causa do inverno. O transporte escolar não entra. Como é que esses alunos vão aprender?”*

A professora relatou ainda que entre os alunos de Santa Maria, o índice de aprovação é mais alto em comparação com os alunos de outros quilombos, a exemplo do quilombo Brito, que se deslocam todos os dias para a escola polo. O sr José Inaldo Ribeiro, 72 anos, quilombola de Canelatiua, relatou que

sempre preparei minhas filhas e agora preparo os netos para saírem de casa para ir atrás do estudo. Essa minha neta aqui, saiu para Santa Maria, agora tá na sede de Alcântara e depois já sabe que vai sair se quiser continuar os estudos. Não é fácil, mas a gente tem que incentivar, lutar!

Sobre as dificuldades enfrentadas diariamente para o acesso à escola, o aluno do Ensino Médio, Samuel Soares Guimarães, 16 anos, quilombola de Canelatiua afirmou que *“é*

difícil ir e voltar de Alcântara todo dia e no tempo chuvoso... podia ter uma escola polo mais próximo. A gente sai cedo e chega tarde da noite, sem coragem para estudar quando chega!”

O sr José Elias Torres, 40 anos, quilombola de São João de Cortes, referiu-se ao longo percurso feito cotidianamente pelos alunos de seu quilombo até a sede de Alcântara, relatando que *“o Ensino Médio é na sede, passam o dia e chegam aqui à noite. Nessa escola aí funciona o ensino fundamental, tem esse nome aí, ninguém nem sabe quem é esse aí, esse Assis Chateaubriand!”* A observação na fala do sr José Elias no que se refere ao nome dado à escola, mostra como as estratégias de falseamento do Outro, produz e conduz ao “epistemicídio” por meio dos paradigmas epistemológicos e científicos dotados de hegemonia. Ocorre que a estratégia principal é dificultar a emergência de elementos de identidade, de reconceitualizações alternativas que reconheçam as diversidades de saberes, alterando o campo epistemológico e consequentemente, o campo de poder.

A negação e desqualificação dos saberes e dos sujeitos pode reproduzir-se no espaço escolar através de estratégias de exclusão. Carneiro (2023, p. 75) discute como se dá o processo de negação do Outro, ao ressaltar que

A negação da plena humanidade do Outro, o seu enclausuramento em categoria que lhes são estranhas, a afirmação de sua capacidade inata para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento humano, a destruição de sua capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia.

As práticas que produzem o “epistemicídio” são reproduzidas no cotidiano dos quilombolas através de múltiplas ações que, articuladas, estão presentes não apenas no sistema educacional no que se refere ao acesso, às condições de permanência ou negação da capacidade cognitiva dos alunos. O dispositivo de racialidade, categoria analítica elaborada por Foucault e discutida por Carneiro (2023) para subsidiar uma compreensão acerca de como esse dispositivo é operado na sociedade brasileira, atuando como “um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades”, serve de referência para analisar como a exclusão racial se consolida, produzindo deslocamentos em vários espaços sociais. Tomar como exemplo o nome dado à escola do quilombo São João de Cortes e a observação feita pelo sr José Elias, faz-nos compreender como a educação pode ser utilizada como instrumento de reprodução e permanências de poderes, saberes, subjetividades e classificações que garantem o lócus de legitimação das estratégias hegemônicas. Segundo Carneiro (2023, p. 73),

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

A fala do sr José Elias reflete as estratégias de resistência, ancoradas na voz e no testemunho de quem coloca-se como insurgente frente as ações que visam anular os quilombolas por meio de várias interdições que produzem exclusão e negação das especificidades de suas comunidades. Carneiro (2023, p. 13) analisa que

As suas falas revelam que é da força da autoestima, do reconhecimento da própria autonomia, dos exemplos, da conquista da memória e da ação coletivas que se extrai a seiva da resistência. A saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação.

No que se refere às “agrovilas”, as práticas permanentes de deslocamento não se encerraram com a realocação das famílias na década de 1980. A “dureza do cotidiano” ocasionada pela realocação, segue desestruturando as relações sociais e promovendo deslocamentos compulsórios permanentes. Ocorre que o não acesso às áreas de pesca que anteriormente garantiam o sustento das famílias em seus territórios, a baixa produtividade das roças em razão do tamanho dos lotes e do uso constante da área, sem possibilidade de fazer o sistema de rotação que permite a recuperação da terra para o plantio, os entraves para a reprodução das famílias e construção de novas casas, o não acesso às árvores frutíferas e áreas de plantio de ervas medicinais, a insegurança alimentar, a vigilância permanente sobre as ações dos quilombolas nas “agrovilas” são exemplos de situações que continuam a reproduzir práticas de deslocamento compulsório ao longo dos anos. Os longos períodos definidos pelo CLA para as “janelas de lançamento” impactam sobremaneira os quilombolas das “agrovilas”, na medida em que a proibição do acesso às áreas de pesca se estende aos territórios que abastecem as “agrovilas”, a exemplo do quilombo Mamuna, diretamente afetado pelas ações do CLA.

A garantia da sobrevivência das famílias das “agrovilas” encontra-se atrelada à existência e resistência dos quilombos vizinhos que as mantêm com o uso comum dos recursos naturais advindos dos igarapés, do mar, das áreas de cultivo das roças e do acesso às frutíferas.

A rede de solidariedade e a interdependência entre as comunidades quilombolas assegura, em caráter permanente, a sobrevivência dos quilombolas e a resistência no território

étnico. O uso comum coletivo dos recursos naturais fora ressignificado pelos quilombolas para garantir a sobrevivência das famílias realocadas e das famílias não realocadas, mas que vivenciam os impactos provocados pelo deslocamento coletivamente. Não houve registro nas entrevistas de falas que evidenciam um processo de recusa na acolhida dos quilombolas dos territórios vizinhos, caso seja efetivado novo deslocamento, o que reforça os laços de solidariedade e o pertencimento que agrega os quilombolas por meio do elemento étnico. O sr José Ubiratan Cunha, 70 anos, quilombola de Paquatira, lembrou que *“todas essas ‘agrovilas’ eram lá perto da costa. A gente não nega comer pra ninguém não!”*

Novas estratégias de uso comum coletivo, a distribuição e formas de controle dos recursos naturais são definidas a partir dos saberes de cada comunidade. A interligação entre os quilombolas, consolidada desde o processo de desagregação das fazendas, se reconfigura a partir dos impactos com o deslocamento para as agrovilas e o entrelaçamento entre os quilombos se reafirma diante da possibilidade de novo deslocamento.

A manutenção do uso comum coletivo dos recursos naturais e a interdependência entre as comunidades quilombolas é reforçada quanto ao suporte no acesso desses recursos. As “agrovilas” como Cajueiro, Só Assim são abastecidas pelo peixe pescado em Manival. Peru pesca em Samucanguaua. Peroba pesca em Mamuna. A produção agrícola da lavoura de mandioca de Mamuna abastece outras comunidades que têm seus recursos escassos em razão do fracionamento da terra em lotes. Peru, Só Assim e Marudá são “agrovilas” que pescam em Ponta d’ Areia. Nesse sentido, observa-se que os impactos causados por um novo deslocamento compulsório se refletiriam não apenas nas comunidades quilombolas realocadas, mas impactariam duplamente, as famílias realocadas para as “agrovilas” e os demais quilombolas que, mesmo não sendo deslocados, seriam atingidos pelo excesso de famílias advindas de outras áreas, na divisão dos recursos naturais já escassos e conseqüentemente, no modo de vida e reprodução social e cultural. A possibilidade de expansão da área do CLA se reflete como uma violência psicológica permanente tanto para os quilombolas já realocados como para os quilombolas que estão nas comunidades preteridas pelo projeto de expansão.

Outra questão que deve ser elencada como propulsora para o deslocamento dos quilombolas de seus territórios diz respeito às atividades do CLA que ao serem desenvolvidas em qualquer período do ano, impactam diretamente o cotidiano das famílias. As “janelas” para atividades relativas aos foguetes são impostas sem que haja a possibilidade de um planejamento prévio dos quilombolas para garantir a segurança alimentar de suas famílias. Frente a essa situação, os quilombolas se posicionaram no que se refere ao direito de serem consultados previamente pelo CLA acerca das ações no território étnico. Relataram que não são consultados

previamente sobre a efetivação de atividades do Centro e definição de datas, a exemplo, das ações para lançamento de foguetes, as chamadas “janelas”, que os impedem por um longo período de acessarem o mar e desenvolverem suas práticas e fazeres que garantem sua subsistência diária. As “janelas” são definidas pela Agência Espacial Brasileira para a realização dos lançamentos dos foguetes ou artefatos espaciais, podem ocorrer em qualquer período do ano e serem estendidas por prazo indefinido, seguindo os critérios definidos pela AEB, justificando-se a necessidade em razão da complexidade da atividade de lançamento e das condições climáticas adequadas para os lançamentos.

As informações sobre as atividades do CLA são divulgadas em forma de comunicados escritos¹⁰⁶, entregues aos quilombolas, sem que haja tempo hábil para a adaptação de suas rotinas, provocando uma interrupção de suas atividades de sustento e conseqüentemente, expondo os quilombolas a práticas de descontinuidade de seus fazeres e saberes. O impacto sobre a questão alimentar também é evidenciado, uma vez que não se acessa o mar e os igarapés, o que provoca uma situação de insegurança alimentar, já que não há cumprimento das políticas públicas definidas anteriormente, de garantia de distribuição de alimentos enquanto durar o prazo estipulado pelo CLA. No período em que realizei a primeira ida ao campo, no âmbito da pesquisa para elaboração da perícia a ser apresentada à Corte IDH, foi possível verificar os impactos provocados pela restrição das atividades de pesca dos quilombolas em razão do período estipulado pelas “janelas de lançamento”. Alimentos processados¹⁰⁷ que não fazem parte da rotina dos quilombolas são integrados à alimentação na tentativa de suprir as necessidades advindas do não acesso à pesca. As “agrovilas” e comunidades vizinhas são diretamente afetadas e o período das janelas são comumente alterados para além do que fora previsto pelo CLA. Sobre os impactos do período das “janelas de lançamento”, os quilombolas relataram que

“Querem deixar a gente isolados e ter a vida controlada por eles.” (Sr José Elias Torres, quilombola de São João de Cortes)

“Toda vez que vão lançar, vem avisar!” (Sr José Ubiratan Cunha, quilombola de Paquatira)

“Eu gostaria que eles viessem perguntar. Ninguém vive sem trabalhar!” (Sr Belmiro Nascimento, quilombola de Oitiua)

¹⁰⁶ Confira comunicado sobre as janelas de lançamento nos anexos.

¹⁰⁷ Linguíça, salsicha, sardinha enlatada são exemplos de alimentos ingeridos pelos quilombolas no período de restrição da pesca.

“*Eu queria que escutassem, procurassem saber!*” (Sr Inaldo Faustino, “agrovila” Espera).

Os intelectuais quilombolas das diferentes comunidades acionam o que está previsto na Convenção 169¹⁰⁸, especificamente no Art. 6º acerca do direito de consulta prévia, livre e informada que define que

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
 - a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
 - b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
 - c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.
2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) trata dos direitos dos Povos indígenas e tribais¹⁰⁹, figurando como um tratado internacional mais abrangente para discutir o direito de consulta acerca de medidas legislativas e/ou administrativas que se efetivadas, provocam impactos que afetam o cotidiano dos povos e comunidades tradicionais. Cabe ressaltar que a Convenção 169 da OIT fora criada em 1919 e desde 1920 agrega questões relativas às condições de trabalho das pessoas do campo. A partir de 1957, adota a Convenção 107, concernente à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes, que trata de suportes aos direitos de povos indígenas e tribais.

Os intelectuais quilombolas de Alcântara figuram como “pioneiros” entre as comunidades tradicionais ao discutir o direito de consulta prévia, livre e informada definida na Convenção 169, por meio de oficinas realizadas desde 2005, em diferentes territórios. Seus depoimentos reafirmam a violação do direito de consulta prévia, livre e informada desde o

¹⁰⁸ Para consultar a Convenção nº 169, <https://www.ilo.org/topics-and-sectors/indigenous-and-tribal-peoplesacesse>

¹⁰⁹ Ressalto que o termo tribais colocado aqui, trata-se do termo original utilizado no texto da Convenção 169.

processo de implantação do CLA, passando pela efetivação dos deslocamentos compulsórios para as “agrovilas”, da pretensão de expansão da área ocupada pelo CLA e das diversas ações que afetam o cotidiano das famílias ao longo desses mais de 40 anos.

Discutir sobre o direito à participação, à consulta prévia e informada, sobre as decisões que os afetam, sobre o uso, gestão e conservação dos recursos naturais disponíveis, sobre a titulação dos seus territórios têm sido práticas de resistência adotadas permanentemente pelos intelectuais quilombolas de Alcântara. As formações acerca da Convenção 169 são ministradas pelos intelectuais quilombolas como citei anteriormente, a exemplo do sr Leonardo dos Anjos, quilombola de Brito e Danilo Serejo, quilombola de Canelatiua. Os riscos políticos e implicações acerca das questões impostas pelo conflito com o CLA são evidenciados nos espaços de discussão coletiva e há discordâncias, inerentes ao processo de luta, em relação às decisões a serem tomadas pelas entidades representativas.

Cabe ressaltar que apesar da Convenção 169 figurar como um instrumento de participação social com uma singularidade voltada exclusivamente para povos e comunidades tradicionais, como sujeitos de direitos, esta apresenta algumas limitações no que se refere à sua aplicabilidade, a exemplo do que define acerca dos deslocamentos de povos e comunidades tradicionais, afirmando que não se pode deslocar, no entanto, confere à possibilidade de exceções. Outras implicações concernentes à Convenção 169 diz respeito aos termos utilizados no texto, como povos tribais. Ao acionar a Convenção, os intelectuais quilombolas perpassam as categorias referidas ao processo de formação histórica e sociológica de Alcântara e às ressignificações construídas ao longo do processo de autodefinição como quilombolas. Até o início dos anos 2000, esse processo ainda não havia se consolidado. Ocorre que a identidade atrelada à ancestralidade já existia, no entanto, emergiu frente ao conflito com o CLA, a partir de um processo de “tomada de consciência”, onde se acionou a autoidentificação como instrumento político de reconhecimento e acesso aos espaços sociais. Os quilombolas passaram a figurar como sujeitos de direitos da Convenção 169. O sr Danilo Serejo, quilombola de Canelatiua afirmou que *“o processo de autoidentificação é longo, oscila, recua e avança, não é linear, não é cronológico, é um processo eminentemente político. A identidade não é biológica, não se dá pela árvore genealógica!”*

É evidente que o processo de reconhecimento ocorre de forma heterogênea, é uma via de mão dupla. Alguns moradores das várias comunidades não se autoidentificam como quilombolas ou não são adeptos das entidades representativas. As tensões internas são inerentes ao processo de luta pela garantia do território étnico e outras entidades representativas, como as associações comunitárias figuram como organizações consideradas no protocolo de consulta

assim como ocorre com o STTR, SINTRAF, MOMTRA, MABE E ATEQUILA. As entidades representativas MABE e ATEQUILA, criadas com o intuito de agregar especificamente as demandas das questões relativas ao conflito com o CLA e à luta pela titulação definitiva do território étnico de Alcântara, mantêm o respeito às demais entidades e associações reconhecendo a importância de suas ações. Atuam em parceria com os sindicatos, evidenciando a importância de suas ações desde o início da luta com o CLA e como instrumentos políticos para peticionar e legitimar demandas junto à OIT, ação conferida apenas aos sindicatos.

No que tange ao direito de consulta prévia, faz necessário ressaltar que a Convenção 169 não define um protocolo específico e os destinatários da consulta podem ser as entidades representativas ou um conselho definido para a consulta prévia, não sendo necessariamente composto pelas lideranças. A definição do protocolo se dará de modo singular, observando as especificidades de cada caso, como um exercício político da autodeterminação e autonomia dos territórios.

Os intelectuais quilombolas seguem politicamente discutindo os direitos definidos na Convenção 169 não apenas nas fronteiras de seus territórios, mas ampliando os espaços de formação junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais do Brasil e de outros países. A análise do teor da Convenção 169 ancorada na experiência das demandas impostas pelo conflito com o CLA, confere aos intelectuais quilombolas uma interpretação singular pautada no exercício político da luta coletiva e na recusa da delegação da figura do porta-voz. Reconfigura-se a noção de conhecimento que não precisa ser legitimada pela academia para autenticar quem pode saber. Nesse sentido, os cursos, as discussões acerca da Convenção 169 e de outras legislações implicadas no processo de luta pelo território étnico, consolidam-se como saberes e fazeres de resistência, evidenciando que os conhecimentos amparam os sujeitos da ação e sustentam práticas contra hegemônicas.

2.4 “*O Estado através do CLA tem apenas um capitão do mato que fica lá!*”¹¹⁰: Intelectuais quilombolas e a construção da perícia antropológica para a Corte Interamericana: resistência política ancorada na resistência epistemológica

O Tribunal Internacional intitulado, Corte Interamericana de Direitos Humanos, realizou nos dias 26 e 27 de abril de 2023, no Chile, sessão caso Quilombolas de Alcântara vs.

¹¹⁰ Trecho do depoimento do sr Inaldo Faustino Silva Diniz, na sessão da Corte IDH, realizada no dia 26 de abril de 2023, no Chile. O sr Inaldo tem 56 anos, quilombola deslocado compulsoriamente de seu território para a “agrovila” Espera.

Brasil, que colocou em pauta a violação dos direitos dos quilombolas de Alcântara no decorrer do processo de implantação da Base espacial. A denúncia apresentada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no ano 2001, tramitou por vários anos até que as sessões fossem realizadas, um marco histórico de resistência dos quilombolas de Alcântara, na medida em que, pela primeira vez, o Estado brasileiro fora colocado em um tribunal como responsável pela violação dos direitos preconizados na Convenção 169. Figuraram como denunciantes, entidades representativas dos quilombolas, a exemplo do Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara (MABE) e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR), e outras entidades que acompanham o conflito, a exemplo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), da Justiça Global, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e da Defensoria Pública da União (DPU). Entidades representativas dos quilombolas, a exemplo da Associação do Território Étnico de Alcântara (ATEQUILA) e MOMTRA (Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara) também participaram da sessão.

Dentre as violações, a partir do que está definido na Convenção 169, ressaltam-se o não cumprimento do direito de consulta prévia aos quilombolas, a violência dos deslocamentos compulsórios das famílias para as “agrovilas”, a não indenização pelas áreas desapropriadas e a não efetivação da emissão dos títulos definitivos de propriedade. Diante das denúncias, a CIDH procedeu com a recomendação de que o Estado brasileiro atuasse no sentido de regularizar a situação dos territórios quilombolas, por meio de ações de reparação de consulta prévia, caso haja a continuidade da pretensão de expansão da área ocupada pelo CLA, reparação financeira pelos danos causados desde o processo de desapropriação das áreas e realocação das famílias nas “agrovilas”, seguido de um pedido formal de desculpas aos quilombolas de Alcântara, reconhecendo as violações dos seus direitos.

O Estado brasileiro, apesar de ciente da orientação feita pela CIDH, não efetivou nenhuma das ações no intuito de regularização das questões relativas ao território reivindicado. A Corte IDH foi então, acionada pela Comissão Interamericana de Direitos, que encaminhou a denúncia, no ano de 2022, submetendo o Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara. Cabe evidenciar que um longo trajeto de denúncias de violação dos direitos dos quilombolas fora traçado até que o caso fosse acolhido pela Corte IDH, a exemplo do Inquérito Civil Público instaurado pelo Ministério Público Federal no Maranhão, em 1999, para verificar por meio de perícia antropológica, questões relativas ao componente étnico nas comunidades quilombolas e possíveis irregularidades no processo de implantação do CLA. Tal Inquérito Civil Público aponta a existência de mais de 150 comunidades onde os quilombolas são impedidos de

acessarem os espaços de praias e igarapés, em razão do uso militar dessas áreas pelo CLA. Ressalto a importância do *Seminário de 99* como instrumento de luta para que as denúncias acerca da violação dos direitos dos quilombolas fossem acolhidas pelo Ministério Público e encaminhadas para averiguação.

Fruto das discussões e implementação no contexto da ditadura civil-militar, o projeto de implantação da Base espacial em Alcântara historicamente violou os direitos dos quilombolas. O argumento de baixa densidade demográfica utilizado para legitimar a implantação do projeto é recorrentemente acionado para minimizar os impactos advindos dos processos de deslocamento compulsório das famílias quilombolas para as “agrovilas” e para justificar a pretensão de ampliação da área ocupada pelo CLA. Conforme informei em tabela disposta na seção 2.1 do Cap. II intitulada “*Lá onde ela tá, já é o suficiente pra ela*”: sobre a implementação da política de expansão da área ocupada pela Base, não há vazão demográfico considerando-se o número de famílias dispostas nas comunidades pretendidas para a expansão da área ocupada pelo CLA.

Uma singularidade do caso Quilombolas de Alcântara vs. Brasil, que elenco como prática de resistência diz respeito ao processo de feitura da perícia antropológica apresentada à Corte IDH. Atuou como perito, o Dr Davi Pereira Júnior¹¹¹, antropólogo, intelectual quilombola da comunidade Itamatatiua. O fato de um intelectual quilombola do território proceder a feitura da perícia a ser apresentada à Corte IDH, evidencia uma prática de resistência frente ao racismo epistêmico e aos atos de colonização propagados pelo Estado brasileiro, que apesar do perito apresentar regularidade diante de todos os requisitos necessários à elaboração da perícia antropológica, questionou a inviabilidade de sua atuação, solicitando-se que o antropólogo fosse impedido de proceder a elaboração da perícia, alegando-se suspeição por este ser quilombola do território de Alcântara e assessor do movimento junto às entidades representativas, informação não validada pelo perito, que ressaltou que sua relação com as entidades se dá em razão das pesquisas realizadas nas comunidades, não procedendo com práticas de assessorias ou vinculação como membro das entidades representativas. A solicitação do Estado brasileiro perante à Corte IDH fora feita fora do prazo definido, o que impediu a análise do recurso referente à possível inviabilidade da atuação do perito pela Corte IDH.

¹¹¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política na Amazônia – PPGCSPA da Universidade Estadual do Maranhão. – UEMA. PhD em Antropologia, Doutor em Estudos Latino-americanos – Universidade do Texas at Austin. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia. Graduado em História e Especialista em Povos e Comunidades Tradicionais pela Universidade Estadual do Maranhão.

A “geração letrada de quilombolas”, segundo Pereira Júnior (2021), aponta para uma multiplicidade de práticas de resistências que se consolida no cotidiano dos territórios na medida em que os quilombolas acessam os espaços acadêmicos e reforçam por meio da elaboração de uma “epistemologia da resistência”, as diversas ações na luta pelo território étnico. Almeida (2011) analisa a dinâmica de acesso dos quilombolas ao meio acadêmico e as formações ministradas pelos intelectuais quilombolas que não estão atrelados à academia como um refinamento da luta, na medida em que os quilombolas atuam na formação de seus próprios quadros técnicos, reafirmando a negação da figura do porta-voz. Retomo a análise sobre o conceito de racismo epistêmico para discutir como esse processo de formação de uma “geração letrada de quilombolas¹¹²” é parte da “dureza do cotidiano” ressaltada por Scott (2002). Os limites e as contradições que envolvem os intelectuais quilombolas no espaço acadêmico são decorrentes das práticas de racismo epistêmico que objetivam a negação dos saberes que emergem do campo da resistência e colocam em pauta uma “epistemologia outra” dotada de conceituações alternativas.

Frente às dificuldades de fala em razão do racismo epistêmico e da constante desqualificação dos discursos considerados inválidos, a escrita emerge como um ato político de resistência. Os discursos produzidos pelos intelectuais quilombolas relacionam as experiências com a teorização, extrapolando as fronteiras da epistemologia hegemônica. As reconceituações produzem uma contra-história, deslocando-se os “assujeitamentos, os estigmas e estereótipos” (Carneiro, 2023) e acessam espaços alternativos de validação do conhecimento produzido a partir de outra ótica.

No que tange à perícia antropológica apresentada à Corte IDH o ato político de resistência não se restringiu ao perito. Compreendo que sua posição de intelectual quilombola de Itamatatua lhe conferiram condições de possibilidades singulares para a elaboração de uma perícia acerca do território étnico. As várias questões abordadas na perícia só poderiam ser amplamente compreendidas por alguém que mantém uma relação de proximidade e vivência com o território, condição não conferida aos demais antropólogos que já desenvolveram pesquisas nos territórios de Alcântara. As relações construídas ao longo dos anos de pesquisa nas diversas comunidades, foram decisivas para a realização do trabalho de campo. Definidas as questões relativas à indicação do antropólogo Dr Davi Pereira Júnior para elaboração da

¹¹² Conheci o sr Davi Pereira Júnior no âmbito da graduação em História - UEMA, no campus Caxias. As dificuldades para manter-se na graduação, longe dos “espaços seguros” vivenciados em seu território quilombola eram entraves enfrentados cotidianamente por ele. Não me refiro exclusivamente às questões de cunho financeiro ou emocionais, mas aos enfrentamentos epistemológicos que ele vivenciou e vivencia no âmbito da academia, ao longo de sua trajetória de formação e atuação.

perícia, procedeu-se a composição da equipe de pesquisadores para atuarem como seus auxiliares, a saber Tomás Paoliello Pacheco de Oliveira¹¹³, Elitiel Pereira de Souza Guedes¹¹⁴ e Gyordanna Patrícia Pereira Silva¹¹⁵. Foram realizadas visitas de campo há 24 comunidades, com a realização de 32 entrevistas com intelectuais quilombolas. Os intelectuais quilombolas em suas diferentes fronteiras posicionaram-se como ato político de resistência, por meio de suas falas, sobre os quesitos que abordavam duas perguntas principais, respectivamente:

1) - Você sua família e/ou sua comunidade aceitariam serem relocados do lugar onde vivem? Pergunta feita aos quilombolas que estão nos territórios do litoral com área pretendida para expansão do CLA.

2) – Você é a favor que o CLA continuasse onde está localizado? 2.1) A sua comunidade dispõe de recursos naturais (igarapé, florestas de manguezais, rios, matas, área de roça etc.) suficientes para satisfazer as necessidades de outras comunidades, caso sejam assentadas na área de sua comunidade? Pergunta feita aos quilombolas das comunidades próximas às áreas previstas para receberem assentamentos, caso haja a concretização da expansão do CLA.

A escrita da manifestação pericial se processou, na minha análise, a partir de uma perspectiva coletiva, uma vez que os quilombolas entrevistados figuram como “coautores”¹¹⁶, não sendo possível proceder com a elaboração da perícia sem suas intervenções. Ao contrário do que é comum observar nas relações de pesquisa, os quilombolas não foram considerados como informantes, mas atuaram no exercício de análise das questões abordadas na perícia quando através de suas falas demonstraram práticas de resistências cotidianas, evidenciaram seus saberes acerca do território indicando os elementos necessários para a compreensão da disposição geográfica e uso dos manguezais, portos e áreas litorâneas, áreas de babaçuais, facilitando a marcação dos pontos com GPS para a feitura dos mapas, nos acompanhando às roças e detalhando as formas de uso comum, informando-nos acerca dos produtos agrícolas e fitoterápicos, explicando-nos como ocorrem as atividades de pesca nos seus territórios, tanto no mar aberto como nos igarapés, descrevendo como se dá o processo de feitura e uso dos instrumentos de pesca em cada comunidade e abordando os impactos causados pelos

¹¹³ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do Laboratório de Cartografia Social do Programa de Pós-graduação Cartografia Social e Política na Amazônia – PPGCSPA da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

¹¹⁴ Fotojornalista e Vídeomaker.

¹¹⁵ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

¹¹⁶ A noção de “coautoria” ressaltada é cunhada por Almeida (2006a).

deslocamentos compulsórios, tanto para as famílias que foram realocadas, quanto para as famílias das comunidades vizinhas que receberam as demandas para uso comum dos recursos naturais em razão da ação de realocação feita pelo CLA.

Atuando como portadores da autoridade da fala, os intelectuais quilombolas das comunidades visitadas durante a pesquisa de campo, posicionaram-se contra a pretensão do CLA de expandir a área ocupada. Elencaram os impactos causados no deslocamento compulsório das famílias para as “agrovilas” como experiência para legitimar a posição contrária à expansão do CLA, evidenciando o desmantelamento das relações sociais, o estrangulamento do uso dos igarapés, a insegurança alimentar, as ações restritivas de acesso ao território, dentre outros impactos.

A perícia intitulada Consolidação do Programa Espacial Brasileiro e os Impactos para as Comunidades Quilombolas de Alcântara registrou detalhadamente informações acerca do Território das Comunidades Quilombolas face a área pretendida pelo CLA, apresentando as áreas desapropriadas para implantação do Centro de Lançamentos e os impactos causados pelo deslocamento compulsório das famílias para as “agrovilas”. O documento pericial, detalhou, por meio de uma lista de tabelas, informações acerca da localização geográfica das comunidades quilombolas¹¹⁷ na área pretendida para expansão do CLA, número de famílias atualizado, produção agrícola das comunidades quilombolas, localizadas no litoral, áreas de roças, usos do babaçu, uso de ervas medicinais e outras informações sobre a fauna e flora das áreas localizadas no litoral.

A perícia é composta ainda por uma vasta apresentação de mapas produzidos no âmbito da pesquisa de campo, a exemplo de mapa com a localização das “agrovilas”, mapa com a área atualmente ocupada pelo CLA, mapa com a área pretendida para expansão do CLA, mapa com detalhamento dos principais igarapés e manguezais utilizados coletivamente pelos quilombolas, mapas das comunidades afetadas pelos deslocamentos compulsórios da década de 1980 e que seriam impactadas novamente em razão do deslocamentos de outras comunidades, dentre outros. O exercício de análise e a participação na feitura dos mapas emerge como uma prática de resistência desde a construção do mapa intitulado Mapa de Delimitação do Território Étnico Quilombola de Alcântara do Laudo Antropológico, apresentado na perícia elaborada

¹¹⁷ Relembro que a perícia intitulada Consolidação do Programa Espacial Brasileiro e os Impactos para as Comunidades Quilombolas de Alcântara, manteve o uso do termo “comunidades quilombolas” em consonância com o que está disposto no processo que tramita na Corte IDH, observando que o Estado brasileiro não reconhece o território como étnico. Optei por fazer uso do termo “quilombos” tanto no âmbito do texto da tese quanto no texto do produto educacional por compreender que devem alinhar-se ao processo de autoafirmação dos intelectuais quilombolas e da relação estabelecida com seus territórios, convergindo para a condição de território étnico de Alcântara.

pelo antropólogo Alfredo Wagner de Almeida. As oficinas de mapas a que me referi na seção 1.1 intitulada *“Os professores trouxeram as palavras, nós já tínhamos os significados”*: Intelectuais quilombolas, processos de territorialização e desconstrução da noção de decadência em Alcântara, realizadas com intelectuais quilombolas de várias comunidades ao longo dos anos de relação com o PNCSA, conferiu uma relação de “intimidade” com os elementos da cartografia social, permitindo que as informações que pautam a elaboração dos mapas pudessem serem analisadas “in loco” no âmbito das visitas de campo às comunidades.

A manifestação de perícia apresentada à Corte IDH registrou, através dos mapas, as diferentes representações acerca das lutas territoriais e dos impactos ambientais causados pela desapropriação das áreas na década de 1980, os desdobramentos desses impactos vivenciados até os dias atuais e projetou uma análise acerca dos “desmantelamentos” que uma nova desapropriação desencadeará, caso haja expansão da área pretendida pelo CLA. Cabe evidenciar que as violações aos direitos dos quilombolas não cessaram com a desapropriação e deslocamento das famílias para as “agrovilas”. As violações se efetivam de modo contínuo ao longo dos anos desde a implantação da Base até os dias atuais. Os mapas apresentados na perícia conferem uma representação sobre as territorialidades que lhes são próprias, figurando como instrumentos de luta à ocupação do espaço e expropriação do seu território.

A sessão da Corte IDH, caso Quilombolas de Alcântara Vs. Brasil, configurou-se como espaço de resistência, na medida em que os intelectuais quilombolas, apresentaram em seus depoimentos as violações dos seus direitos desde a implantação da Base até os dias atuais. O sr Inaldo Faustino Diniz, 63 anos, quilombola da “agrovila” Espera, declarante na sessão da Corte IDH, afirmou que *“a gente não era devedor e passou a ser devedor!”* Sobre o controle efetivo do CLA impondo o uso de crachás para acesso às áreas de pesca ressaltou que *“pescador não pesca com documento no bolso!”* O depoimento do sr Inaldo refletiu os impactos causados pelo deslocamento compulsório de sua comunidade para a “agrovila” Espera. Sua fala não se resumiu aos entraves causados pela insegurança alimentar, pela desorganização das relações sociais, mas revelou a dor da saída da sua comunidade e os impactos emocionais vivenciados ao longo desses mais de 40 anos de violação dos direitos dos quilombolas.

A sra Maria Lúcia, quilombola da “agrovila” Marudá, fundadora do MOMTRA, declarante na sessão da Corte IDH, evidenciou que *“quando é de interesse deles, eles fazem a reunião!”*. Foucault (2000, p. 20) analisa que “o pintor só dirige os olhos para nós na medida em que nos encontramos no lugar do seu motivo”. As falas dos declarantes¹¹⁸ ressaltaram como

¹¹⁸ Cabe ressaltar que parte dos declarantes são quilombolas de áreas remanejadas para as “agrovilas”.

a violação dos direitos dos quilombolas, efetivada de modo contínuo, altera o modo de ser e viver dos quilombolas em suas comunidades e como as ações do CLA são executadas sem que haja participação dos quilombolas na tomada de decisões que afetam diretamente suas atividades cotidianas, a exemplo do que ocorre no período definido como “janelas de lançamento”.

O protagonismo exercido pelos intelectuais quilombolas não se resumiu às suas falas de resistência proferidas à Corte IDH. O percurso feito até que o caso Quilombolas de Alcântara vs. Brasil, chegasse à Corte, se iniciou, a partir de minha análise, durante a realização do *II Seminário: a Base Espacial e os Impasses Sociais*, realizado em 2017, quando os quilombolas definiram que, frente às novas ameaças de deslocamentos das comunidades, se fazia necessário a tomada de medidas mais incisivas que implicaria em uma movimentação do caso “parado” na Comissão Interamericana de direitos Humanos, como definido no item 12 do documento intitulado Carta do II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais¹¹⁹, a saber

REAFIRMAMOS O COMPROMISSO de dar continuidade às ações em trâmite na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA) da Organização dos Estados Americanos e na Organização Internacional do Trabalho contra o Estado brasileiro em função das violações de direitos humanos, culturais e territoriais das comunidades quilombolas de Alcântara no processo de implantação e gestão do CLA, inclusive, com os novos fatos de violações ora experimentados em Alcântara (Carta do II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais, 2017)

Ocorre que o protagonismo reforça a negação de porta-vozes, da noção de tutela e consolida a autonomia dos quilombolas e das entidades representativas na luta pelo território étnico. O caso apresenta outra singularidade no que diz respeito às ações dos intelectuais quilombolas que encaminharam as demandas em todas as fases, desde o processo de denúncia, de elaboração da manifestação pericial, na presença dos declarantes definidos para apresentar seus depoimentos à Corte IDH e no acompanhamento jurídico do caso.

O campo de poder instaurado em razão do conflito com o CLA produziu as resistências ao longo dos mais de 40 anos. A história, os desafios, as tensões e as violações dos direitos vivenciados pelos quilombolas mostram que os conceitos não estão dissociados da vida cotidiana. Resignificar conceitos e palavras, emerge como ato de resistência frente ao poder e as contradições das categorias elaboradas sob a égide da lógica ocidental. O discurso que se coloca como “oficial” permite analisar o resultado da hegemonia em ação. Smith (2018) ressalta que as comunidades utilizam fundamentos completamente diferentes da ordem

¹¹⁹ Confira o documento Carta do II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais nos anexos.

hegemônica para dar sentido ao discurso oficial. Os quilombolas comumente reduzidos à condição de fonte, evidenciam, por meio de seus discursos, os diferentes modos pelos quais o mundo social pode ser compreendido. Os testemunhos figuram como exercício das resistências e ressignificação dos conceitos. Almeida (2011, p.17) analisa que “politiza-se agora aqueles termos de uso local e referidos às realidades localizadas”. Os instrumentos político-organizativos levaram a uma re-conceituação, desautorizando os discursos elaborados sobre os quilombolas e suas comunidades.

A contra-história, apresentada pelos declarantes na sessão da Corte IDH, é pautada nas ações de múltiplas formas de resistências e a autoridade da fala figura como uma estratégia de luta, deslocando estigmas e estereótipos acerca dos saberes e fazeres cotidianos. A resistência produzida pelo dispositivo de poder e as correlações de forças contraditórias marcaram os debates com o Estado brasileiro em outros espaços. É importante ressaltar que disputas internas permeiam a trajetória das ações das entidades representativas desde o início do conflito com o CLA. Não há uma pretensão de unanimidade por se tratar de um processo eminentemente político de definições acerca da multiplicidade de demandas e especificidades dos territórios quilombolas. As falas de declarantes quilombolas em favor do Estado brasileiro na sessão da Corte IDH, mostram que os interesses divergem e que não há entidade representativa que abarque a totalidade dos territórios. A ATEQUILA, por exemplo, agrega cerca de 156 comunidades, no entanto, não se coloca como única entidade representativa do território étnico. No que tange ao protocolo de consulta, figuram como organizações a serem consultadas, além da ATEQUILA, outras entidades, a exemplo do STTR, SINTRAF, MABE, MOMTRA e associações comunitárias. Destaque para o STTR que busca dar “unidade” e garantir que as ações junto à OIT sejam validadas, uma vez que somente sindicatos podem acioná-la.

O processo referente à Corte IDH seguiu seu curso após as sessões para apresentação da manifestação pericial, das declarações dos quilombolas, dos representantes do Estado brasileiro e seus declarantes. Cabe ressaltar que o Estado brasileiro, por meio de seus representantes, reconheceu publicamente no âmbito da sessão realizada pela Corte IDH, a violação dos direitos dos quilombolas de Alcântara quando do processo de desapropriação da área para implantação do CLA. Paralelo às questões relativas à Corte IDH, os intelectuais quilombolas encaminharam outras demandas relativas ao conflito com o CLA, a exemplo da agenda concernente ao Grupo de Trabalho Interministerial – GTI Alcântara.

O Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pelo decreto 11.502/23, de 25 de abril de 2023¹²⁰, foi criado com a finalidade de buscar alternativas para a titulação territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara, a saber

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de buscar alternativas para a titulação territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara, em observância ao estabelecido pelo Programa Espacial Brasileiro.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho Interministerial:

I - Propor alternativas para a titulação territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara, que compatibilizem os interesses dessas Comunidades e do Centro Espacial de Alcântara; e

II - Formular proposta de ato normativo que regulamenta o Protocolo de Consultas Prévias, livres e Informadas às Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara.

Seguindo a definição do decreto 11.502/23 sobre a constituição do GTI Alcântara, as entidades representativas STTR, MABE, MOMTRA e ATEQUILA, elegeram quatro representantes e respectivamente, quatro suplentes¹²¹ das Comunidades Remanescentes de Quilombos¹²² de Alcântara. As reuniões, como previsto no decreto, ocorreram mensalmente em caráter ordinário. Diante das indefinições do Estado brasileiro e da ausência de uma política efetiva acerca da titulação do território étnico de Alcântara, os intelectuais quilombolas em consonância com suas entidades representativas, decidiram retirar-se formalmente do Grupo de Trabalho Interministerial, suspendendo o diálogo com os demais membros do GTI Alcântara por tempo indeterminado. A retomada do diálogo e a proposição de acordo entre as partes, respectivamente a União, por meio do Ministério da Defesa – MD, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, do Ministério da Igualdade Racial – MIR, do Ministério da Gestão e Inovação

¹²⁰ Para acesso ao decreto na íntegra, consulte https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/d11502.htm

¹²¹ Os quilombolas são: MABE (Titular: Danilo da Conceição Serejo Lopes; Suplente: Moisés Costa Santos); MOMTRA (Titular: Maria do Nascimento Cunha Carvalho; Suplente: Sebastiana Alves Costa); STTR/Alcântara, (Titular: Aniceto Araújo Pereira; Suplente: Diego Pinho Diniz); ATEQUILA, (Titular: Valdirene Ferreira Mendonça; Suplente: Valdenir Costa França). Para detalhamento, consulte PORTARIA AGU Nº 565, DE 29 DE AGOSTO DE 2023, disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-agu-n-565-de-29-de-agosto-de-2023-506398622>. Por meio da PORTARIA AGU Nº 756, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023, fez-se a substituição de Sebastiana Alves Costa por Francilene Araújo Ribeiro (MOMTRA); Diego Pinho Diniz por Benedito Silva Barbosa (STTR/Alcântara); Valdenir Costa França por Denise Barbosa Diniz (ATEQUILA), todos ocupando a posição de suplentes.

¹²² Ressalto que essa classificação é adotada pelo Estado brasileiro e não pelos quilombolas, como alerta FOUCAULT (2009), faz-se necessário pensar a distorção da classificação, a superposição de critérios diferentes que apontam para outra direção. Optei por citar como consta no Decreto 11.502/23 sobre a constituição do GTI Alcântara.

em Serviços Públicos – MGI, do Comando da Aeronáutica – COMAER, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e das Comunidades Quilombolas de Alcântara, representadas pelo MABE, MOMTRA, STTR e ATEQUILA, se deu após intenso período de discussão.

As entidades representativas dos quilombolas de Alcântara avaliaram os riscos e as implicações políticas que a assinatura de um termo de conciliação com o Estado brasileiro traria frente ao processo em andamento na Corte IDH. Frente às discussões sobre assinar ou não o termo de conciliação, as entidades representativas dos quilombolas de Alcântara, especificamente o MABE, MOMTRA, STTR/Alcântara e ATEQUILA, posicionaram-se favoráveis ao acordo com o Estado Brasileiro. Convém ressaltar que como é inerente a um processo político, houveram posicionamentos contrários de quilombolas a qualquer acordo, compreendendo que essa antecipação de diálogo com o Estado brasileiro, poderia fragilizar a luta frente à Corte IDH e à OIT, “desqualificando” o longo processo de denúncias de violação dos direitos às organizações internacionais.

A possibilidade de fragilização da luta travada até que o caso chegasse à Corte IDH fora colocada em evidência como ressalta a sra Dorinete Serejo Morais¹²³, coordenadora geral do MABE, quilombola de Canelatiua ao destacar que

várias foram as recomendações ao governo brasileiro sobre as violações, mas a violação dos direitos continua. E o caso subiu pra Corte. Em 2023 foi a audiência e o acordo em 2024, a preocupação pra não fragilizar a sentença, vai em cima, vai em baixo, briga entre a gente e assina o acordo e cria o grupo pra acompanhar o processo de titulação!

Em 19 de setembro de 2024, a União, por meio do Ministério da Defesa – MD, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, do Ministério da Igualdade Racial – MIR, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI, do Comando da Aeronáutica – COMAER, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e das Comunidades Quilombolas de Alcântara, representadas pelo MABE, MOMTRA, STTR e ATEQUILA assinaram em Alcântara, o Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos,

como forma de compatibilizar os interesses e direitos territoriais das comunidades quilombolas de Alcântara, com os interesses e necessidades da União em promover e desenvolver o Programa Espacial Brasileiro e consolidar o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA.

¹²³ Trecho de entrevista realizada com a sra Dorinete Serejo Morais, no dia 16 de dezembro de 2024, no quilombo Canelatiua.

O documento firmou que não haverá a apresentação de novos questionamentos das partes no que diz respeito ao reconhecimento, delimitação e titulação do território quilombola de Alcântara, com área de 78.105 hectares. Ressaltou que as partes terão que respeitar a afetação da área do CLA pela União e que não haverá novos questionamentos sobre essa questão. Após a assinatura do Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos, fora assinada pelo presidente do INCRA, a Portaria de Reconhecimento e Delimitação do Território Quilombola de Alcântara para fins de titulação do território. O Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos define que no prazo máximo de 12 meses após sua assinatura, seja iniciado pelo INCRA o processo de titulação definitiva do território de Alcântara.

A assinatura do Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos fora amplamente divulgada pelos órgãos como um ato de “Estado” que encerrou o conflito de mais de 40 anos entre o CLA e os quilombolas de Alcântara. Bourdieu (1990) analisa como os “atos de teatralização do oficial” revelam a ambivalência das estruturas estatais que aplicam tanto ações coercitivas, arbitrárias e de controle quanto atos de bem-estar social. Convém atentar-se para o uso da escrita pelo “Estado”, observando como seus atos políticos atuam no mundo social, legitimados pelos discursos produzidos e reproduzidos pelos agentes do “Estado”, consolidando classificações sociais que ora são utilizadas para respaldar a violência simbólica cotidianamente, ora emergem como instrumentos de remodelação de imagens acerca dos sujeitos sociais.

A cerimônia de assinatura do Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos aconteceu no território de Alcântara e teve ampla participação dos agentes do “Estado”. No âmbito do governo federal, estiveram presentes o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva e comitiva composta por Ministérios da Defesa; Desenvolvimento Agrário; Ciência, Tecnologia e Informação; Igualdade Racial; Gestão e Inovação; Advocacia Geral da União; Comando da Aeronáutica e INCRA. Na esfera estadual, o governador do estado do Maranhão e comitiva composta por secretários estaduais. No âmbito municipal, participação do prefeito com membros do secretariado municipal. Assinaram o Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos, os quilombolas representantes do STTR/Alcântara, MOMTRA, MABE e ATEQUILA. Segundo Scott (2002, p. 11), “os eventos que chamam a atenção são aqueles que o Estado e as classes dominantes concordam em destacar em seus arquivos”. Sobre as ambiguidades dos atos de “Estado” no que

se refere à questão do conflito com o CLA e as formas de resistência dos intelectuais quilombolas, o sr Inaldo Faustino, quilombola da “agrovila” Espera, ressaltou que

Que luta, luta e não saia! Canelatiua tem quase 200 anos, e estão vivendo à sua forma, da sua forma. Quando o Estado brasileiro quis saber quem é Canelatiua? É justamente pra isso, pra transferir. Nunca se preocupou em dizer ‘Eu vou fazer infraestrutura para Canelatiua, pra aquela região porque lá mora gente’ e sim porque tem o interesse de transferir esse pessoal!

A fala do sr Inaldo Faustino evidencia uma análise acerca dos atos de “Estado”, mostrando a face militar e racista do governo brasileiro ao longo desses mais de 40 anos de conflito com o CLA, atuando com a incorporação de uma prática cronológica que é atemporal, por meio da imposição de barreiras, consolidando políticas cotidianas que colocam os quilombolas em condição de “ilegalidade” quando acessam seus territórios ancestrais.

Como desdobramento do Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos, o governo federal definiu o repasse de 30 milhões, a ser executado em três anos, sendo respectivamente, 5 milhões no primeiro repasse, 15 milhões no segundo e 10 milhões no terceiro repasse. Com o intuito de consulta aos quilombolas dos diferentes territórios sobre a utilização dos recursos, as entidades representativas STTR, SINTRAF, MOMTRA, MABE e ATEQUILA realizaram reuniões para mapeamento das demandas, observando-se as especificidades de cada território. As principais demandas definidas se referem à necessidade de potencializar as atividades pesqueiras, agrícolas e suinocultura. Questões relativas à infraestrutura foram elencadas, a exemplo do acesso a insumos, recuperação de estradas, instalação de poços artesianos, construção e reforma das escolas, postos de saúde e portos. A execução do valor repassado na primeira etapa já está em desenvolvimento através da realização de cursos e oficinas em parceria com o governo federal representado pelo Ministério de Igualdade Racial, com o grupo Gestão Territorial e Ambiental Quilombola do Território Étnico de Alcântara e com o Instituto Federal do Maranhão – IFMA, campus Alcântara. Realizei o mapeamento das principais atividades que estão sendo desenvolvidas e dispus no quadro a seguir.

Quadro 2: Cursos e oficinas de capacitação¹²⁴

| Curso / Oficina | Sobre o Curso / Oficina | Vagas | Duração | Público |
|--|--|-------|---------|--|
| Curso de Operador de Beneficiamento de Pescado | Objetiva formar o aluno sobre as boas práticas de manuseio, higiene e conservação do pescado; reconhecer as características do pescado, evitando intoxicação alimentar via consumo; ter conhecimento sobre a legislação brasileira que trata da comercialização de pescado; ter conhecimento sobre o controle de qualidade na comercialização do pescado e sobre o preparo de receitas regionais; ter formação sobre manutenção de motores de pesca. | 25 | 5 meses | Pescadores de Territórios Étnicos Quilombolas de Alcântara |
| Curso de Auxiliar de Agroecologia | Objetiva qualificar as comunidades quilombolas para os Arranjos Produtivos Locais, através de formações nos processos de gestão, produção, processamento e comercialização, fomentando uma rede de multiplicadores dos conhecimentos articulados, proporcionando a melhoria da renda, a qualidade de vida e desenvolvimento regional e local. | 25 | 5 meses | Moradores de Territórios Étnicos Quilombolas de Alcântara |
| Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista | Objetiva formar o aluno para atuar no apoio e desenvolvimento de ações de projetos dos projetos de cooperativas, na constituição de cooperativas em comunidades locais para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região; conhecer a legislação cooperativista e auxiliar no planejamento, na execução de processos, na prestação de assistência e serviços aos cooperados. | 25 | 5 meses | Moradores de Territórios Étnicos Quilombolas de Alcântara |
| Curso de Auxiliar de Agropecuária | Objetiva formar profissionais para planejar e executar atividades na área de produção animal e beneficiamento dos produtos das cadeias produtivas do mel, de aves, suínos e bovinos, observando os aspectos ambientais, econômicos e sociais, para um desenvolvimento sustentável. | 25 | 5 meses | Moradores de Territórios Étnicos Quilombolas de Alcântara |
| Oficina de Percussão “Navegando pela sua africanidade: capoeira angola | Ministrante: Mestre Bamba dos Mandigueiros do Amanhã. | - | - | Quilombo Canelatiua |

¹²⁴ Utilizei os termos adotados pelos organizadores dos cursos e oficinas. Os alunos receberão bolsas no valor de 500,00/mês e alimentação durante a realização dos cursos.

| | | | | |
|--|--|---------|---|---|
| em terras quilombolas” | | | | |
| Oficina de Turismo de Base Comunitária-TBC: construindo um roteiro turístico comunitário | Facilitadores: Professores Jéssica, Luciana e Raimundo. | - | - | Moradores dos quilombos Vista Alegre, Canelatiua e Santa Maria. |
| Projeto Doce Quilombo: Sustentabilidade e Resistência com a Produção de Mel | Capacitação, assistência técnica, insumos e equipamentos para o fortalecimento das cadeias produtivas. | 10 kits | - | Rio Grande, Peru, Marudá, Quero Ver, Pavão, Mamuna, Santa Maria, Canelatiua, Mato Grosso, Arenhengaua, São Raimundo, Novo Belém, Segurado, Trajano, Só Assim, Manival, Ponta Seca, Cajueiro I, Oitiua, Prainha, Praia de Baixo, Peroba de Cima, Janã, Santana, Perizinho, Itapuaua, Curuçá, São Benedito, Timbiras, Bordão, Boa Vista, Barreiro, São Maurício, Tiquara, Cajuíba e Cajupe. |
| Projeto Avicultura Quilombola: Segurança Alimentar e Valorização da Comunidade | Capacitação, assistência técnica, insumos e equipamentos para o fortalecimento das cadeias produtivas. | 60 kits | - | Rio Grande, Peru, Marudá, Quero Ver, Pavão, Mamuna, Santa Maria, Canelatiua, Mato Grosso, Arenhengaua, São Raimundo, Novo Belém, Segurado, Trajano, Só Assim, Manival, Ponta Seca, Cajueiro I, Oitiua, Prainha, Praia de Baixo, Peroba de Cima, Janã, Santana, Perizinho, Itapuaua, Curuçá, São Benedito, Timbiras, Bordão, Boa Vista, Barreiro, São Maurício, Tiquara, Cajuíba e Cajupe. |

| | | | | |
|--|---|----------------|--|--|
| <p>Projeto Suinocultura Sustentável em Quintais Quilombolas</p> | <p>Capacitação, assistência técnica, insumos e equipamentos para o fortalecimento das cadeias produtivas.</p> | <p>20 kits</p> | | <p>Rio Grande, Peru, Marudá, Quero Ver, Pavão, Mamuna, Santa Maria, Canelatiua, Mato Grosso, Arenhengaua, São Raimundo, Novo Belém, Segurado, Trajano, Só Assim, Manival, Ponta Seca, Cajueiro I, Oitiua, Prainha, Praia de Baixo, Peroba de Cima, Janã, Santana, Perizinho, Itapuaua, Curuçá, São Benedito, Timbiras, Bordão, Boa Vista, Barreiro, São Maurício, Tiquara, Cajuíba e Cajupe.</p> |
| <p>Projeto Fortalecendo a Produção Quilombola: Alimentação Eficiente para Bovinos de Corte</p> | <p>Capacitação, assistência técnica, insumos e equipamentos para o fortalecimento das cadeias produtivas.</p> | <p>20 kits</p> | | <p>Rio Grande, Peru, Marudá, Quero Ver, Pavão, Mamuna, Santa Maria, Canelatiua, Mato Grosso, Arenhengaua, São Raimundo, Novo Belém, Segurado, Trajano, Só Assim, Manival, Ponta Seca, Cajueiro I, Oitiua, Prainha, Praia de Baixo, Peroba de Cima, Janã, Santana, Perizinho, Itapuaua, Curuçá, São Benedito, Timbiras, Bordão, Boa Vista, Barreiro, São Maurício, Tiquara, Cajuíba e Cajupe.</p> |

Fonte: Gyordanna Patrícia Silva

Os cursos de capacitação e oficinas já estão em andamento e novas ações estão sendo discutidas e planejadas.

A sentença da Corte IDH referente ao Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil¹²⁵ fora proferida em 21 de novembro de 2024. O documento evidenciou que o Estado

¹²⁵ Para conferir a sentença do Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 21 de noviembre de 2024. Série C No. 548. acesse https://corteidh.or.cr/casos_sentencias.cfm?lang=pt

brasileiro reconheceu parcialmente a responsabilidade internacional pela violação do direito à propriedade, a não promoção da titulação do território das comunidades quilombolas de Alcântara, a ineficiência das instâncias judiciais e administrativas para permitir que as comunidades quilombolas de Alcântara tenham garantido o exercício do direito à propriedade coletiva das terras por elas ocupadas e afirmou que não há necessidade de que a Corte IDH ordene “medidas de reparação”, usando como argumentos as medidas anunciadas no Acordo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos, remetido à Corte IDH, datado de 19 de setembro de 2024, solicitando sua análise para observação dos impactos das medidas mencionadas frente ao processo em litígio. A Corte IDH ressaltou na sentença que as medidas definidas no âmbito do Acordo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos, não cessam as questões relativas às violações dos direitos das comunidades quilombolas, não apresentam prazos para as titulações, mantendo a insegurança jurídica que assola as comunidades quilombolas pela não garantia do cumprimento do que está disposto. A Comissão reconheceu que a assinatura do Acordo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos representa um reconhecimento por parte do Estado de sua obrigação de titular o território das comunidades quilombolas, no entanto, não abarca todas as medidas necessárias para solucionar as violações dos direitos evidenciadas no processo do caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil.

A Corte IDH declarou a responsabilidade do Estado brasileiro pela violação dos direitos à propriedade coletiva, à livre circulação e residência, por não delimitar, demarcar e titular o território das Comunidades Quilombolas de Alcântara, não reconhecer a propriedade coletiva e descumprir o uso pleno do território ao restringir o acesso às áreas de produção das atividades econômicas relativas à pesca, à agricultura, à circulação para o exercício dos cultos religiosos e pelos impactos causados no que refere à insegurança alimentar em razão da falta de reparação dos direitos dos quilombolas nos períodos definidos como “janelas de lançamento”.

As entidades representativas dos quilombolas de Alcântara consideraram a sentença da Corte IDH um marco histórico na luta das comunidades tradicionais em defesa dos seus direitos. As entidades representativas ressaltam ainda a sentença emitida pela OIT, em 25 de junho de 2024 em função do não cumprimento do direito de consulta às comunidades quilombolas, como outro marco da luta por se tratar de sentenças favoráveis em dois casos internacionais. O sr Danilo Serejo, intelectual quilombola de Canelatiua, ressaltou que *“embora a sentença tenha sido favorável, a sua publicação não encerra o caso. Só encerra quando todas as questões definidas na sentença forem cumpridas. A Corte IDH segue*

acompanhando!” Convém ressaltar que diante das múltiplas realidades que envolvem os territórios, os desafios para a consolidação dos direitos dos intelectuais quilombolas passam pelo reconhecimento de suas territorialidades específicas.

Dada a pluralidade das situações vivenciadas nos territórios, o processo de titulação apresenta-se como tema sensível, a exemplo da situação dos quilombolas que foram realocados para as “agrovilas”. Frente à efetivação de uma titulação definitiva, há quilombolas que se posicionam favoráveis, dadas às suas realidades, à titulação individual. Ocorre que a titulação individual não se compatibiliza com a noção de território étnico. O “Estado” violou os direitos dos quilombolas com o deslocamento compulsório para as “agrovilas” e continuou efetivando práticas de violação e desarticulação ao promover a titulação em caráter individual, impactando diretamente o acesso às políticas públicas de educação, saúde e outras articuladas às comunidades tradicionais.

CAPÍTULO III. “*A gente não é só a casa*”: ancestralidade e os fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA

A história da resistência cotidiana, em suas diferentes fronteiras, possibilita uma análise acerca da articulação dos saberes tradicionais pautados na ancestralidade, dos fazeres cotidianos, do uso comum coletivo dos recursos naturais, da rede de solidariedade e interdependência entre os quilombos de Alcântara, da reprodução social e cultural dos quilombolas, a partir da compreensão de que figuram como atos de resistência no território étnico. As formas de resistência não devem ser vistas apenas a partir da ótica de movimentos amplos. Cabe desenvolver um exercício analítico que tome como referência os múltiplos estilos de resistência em consonância com as outras formas de resistir que convergem para a concretização de objetivos semelhantes. As atividades cotidianas dos intelectuais quilombolas, se constituem formas de luta e resistência em ações coletivas que asseguram a permanência no território, reforçando as relações de coexistência e solidariedade entre os quilombos.

Reduzir os territórios quilombolas a partir de uma percepção que os classifique pautada numa visão essencialista que desconsidera as formas de existir dos intelectuais quilombolas, excluindo totalmente as formas cotidianas de resistência através dos saberes e fazeres de resistência, garante a eficácia das estratégias de supressão dos conhecimentos produzidos no âmbito de suas territorialidades, consolidando a prática de invalidação dos saberes construídos fora da esfera hegemônica.

A expressão “*A gente não é só a casa*” representa um chamado à compreensão de que se renuncie a percepção essencialista acerca do conceito de território, que o reduz a um sentido estrito, dicionarizado a partir da reprodução dos dispositivos colonialistas. Almeida (2016, p. 19), ressalta que

é preciso olhar o movimento da história das diferenças culturais, ao invés de excluir e reforçar a onipresença do conhecimento do centro imperial, às expensas do local. Deve-se incluir outras formas de criação do conhecimento que estão também em constante movimento e, a fim de analisá-los, é preciso considerar tanto documentos históricos quanto arqueológicos e os antropológicos.

As contra-histórias como formas de resistência estão ancoradas nos saberes e fazeres cotidianos dos intelectuais quilombolas a partir das relações construídas nas especificidades de seus territórios.

3.1 “*Anoitece sem dinheiro, amanhece com dinheiro, é uma sombra que Deus deu pra nós*”: pesca, as diferentes formas de feitura e uso dos instrumentos.

A pesca e a coleta de mariscos figuram como principal atividade econômica das famílias quilombolas que habitam as áreas do litoral de Alcântara. Atrelada a esse fazer de resistência, identifica-se a feitura das redes e demais instrumentos de uso da pesca, saberes tradicionais que, em algumas comunidades, são reproduzidos exclusivamente por mulheres quilombolas. Os instrumentos de pesca, o modo de confeccioná-los e a utilização, varia de acordo com tipo de pesca. Os horários de pesca, a quantidade a ser pescada e os instrumentos a serem utilizados são definidos de forma específica nos diferentes territórios, observando-se critérios, a exemplo de horários de marés, tipo de embarcação, tipo de pescado, uso comum dos recursos naturais como igarapés, subsistência e comercialização do pescado e dos mariscos. A prática da pesca articula-se à ancestralidade, ao uso dos igarapés, do mar, das especificidades de cada território. O sr Rubens César Gomes Machado¹²⁶, 42 anos, quilombola de Pacurí, ressaltou que “*seus pais pescavam para comer. Pescar, arrastar camarão, sururu, todo tipo de marisco, o molhado sai daqui!*”

Em territórios como Ponta d’ Areia, os quilombolas pescam nos igarapés e no mar, e conforme observa o sr Joacir Domingos Morais Coelho, 44 anos, “*a maioria pesca na praia, de lance, quem avança mais no mar, vende para o atravessador!*” Sobre a pesca em alto mar,

¹²⁶ Trecho de entrevista realizada com o sr Rubens César Gomes Machado, quilombola de Pacurí, no dia 09 de março de 2023.

o sr Emanuel de Jesus Amorim, 70 anos, quilombola da comunidade Itapuaua, informou que *“os pescadores tem que sair pro canal para pescar mais!”*. O acesso à embarcação e aos instrumentos de pesca define a autonomia no processo produtivo. O sr Abdias Rodrigues Alves¹²⁷, 62 anos, quilombola de Vista Alegre, relatou que *“pescava em alto mar com meu barco. Passava de 6 a 7 dias no mar. Comercializava o pescado com Alcântara. Perdi tudo, quase perdemos a vida. Só ficou essas redes aí!”* O sr Abdias Rodrigues referia-se à situação vivenciada no mar, quando ele e seus companheiros de pesca, foram surpreendidos com a perda da embarcação e de toda a produção do pescado. Abatido, relatou profunda tristeza em razão do ocorrido e afirmou que *“após o ocorrido, as dificuldades são grandes. Não consegui recuperar meu barco, não sobrou nada dele, só as redes!”*

Cabe ressaltar que apesar de figurar como atividade principal em alguns quilombos, a pesca é realizada em consonância com as demais atividades, a exemplo da roça e do extrativismo. Ao conferir as informações dispostas no Mapa interativo¹²⁸ intitulado Área impactada por reassentamentos e comunidades quilombolas de Alcântara, apresentado no produto educacional, é possível verificar que a roça, o extrativismo, a prática do artesanato, a feitura e os reparos de manutenção dos instrumentos de pesca são atividades realizadas simultaneamente no cotidiano dos quilombolas. Os saberes e fazeres de resistência se articulam, são múltiplos e definidos por um diálogo horizontal entre diferentes formas de conhecimento. A sra Roberta Morais¹²⁹, quilombola de Brito, ressaltou que *“as mulheres fazem roça, pescam, confeccionam cofos. Eu sou profissional de tecer redes também!”* As mulheres quilombolas de Ponta d’Areia, Vista Alegre, Mamuna, Canelatiua, Brito e outros territórios são marisqueiras, pescam siri, tecem e trabalham na roça. Esses fazeres de resistência são articulados cotidianamente com as demais atividades, a exemplo da coleta e quebra do coco babaçu, feitura do azeite de coco e carvão, extração de matéria-prima para a confecção de peças de artesanato, reparos nas redes de pesca, dentre outros.

¹²⁷ Trecho de entrevista realizada com o sr Abdias Rodrigues Alves, 62 anos, quilombola de Vista Alegre, no dia 20 de dezembro de 2023.

¹²⁸ Acesse mapa interativo disposto no produto educacional por meio do link <https://resistenciaquilombolasalcantara.com/>

¹²⁹ Trecho de entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2023, com a sra Roberta Morais, 54 anos, quilombola de Brito.



Foto 1: Pesca em alto mar

Fonte: Davi Pereira Jr

A comercialização do pescado abastece a sede de Alcântara, os municípios de Guimarães e São Luís e as “agrovilas” que, em razão das realocações, impossibilitadas de acesso ao mar e aos igarapés como ocorria anteriormente, passaram a comprar o pescado. Alves (2018, p.62) analisa a atividade realizada pelo *comprador de peixe* que figura como o responsável para abastecer as “agrovilas” com a venda do pescado.

A figura do peixeiro, ou vendedor de peixe passou a ser fundamental para a sobrevivência nas chamadas agrovilas. Antes da implantação do CLA, os peixes eram comercializados mais na cidade de Alcântara ou mesmo em São Luís. As comunidades que foram remanejadas, na situação anterior, também tinham a pesca como atividade fundamental e moravam na beira do mar. Com o remanejamento são estabelecidas diferentes relações de acesso aos recursos naturais nas proximidades das antigas comunidades, inclusive, regularizados pela Base Espacial.

O deslocamento compulsório dos quilombolas para as “agrovilas” impactou, sobremaneira, os recursos naturais referentes à pesca e a coleta de mariscos. As famílias, que anteriormente, utilizavam um fazer epistemológico específico quanto ao uso dos instrumentos de pesca, foram obrigadas a realizarem uma série de adaptações necessárias à garantia de sua sobrevivência. As formas de fazer dos quilombolas em seus territórios foram “desmanteladas”, não sendo possível reproduzir as práticas de pesca a partir da realocação para as “agrovilas”.

Sobre as dificuldades de deslocamento das famílias das “agrovilas” para as áreas de pesca, o sr Inaldo Faustino Silva Diniz¹³⁰, quilombola realocado para a “agrovila” Espera, relatou que

o pessoal daqui vai pescar no Pacurí. Eu não pesco mais. O pessoal daqui vai pescar no Pacurí, que já tem gente lá, o pessoal de Marudá vai pescar no Pacurí, né? O pessoal de outras áreas vai pescar no Pacurí. Se botar Samucangaua, coloca mais gente ali. É outra tragédia. Antes, eu pescava numa área não tão longe. Eu costumava dizer assim, meu pai na época pescava, pesca artesanal, caçava, pesca e caça pra gente comer, era abundante. Era extrativista, a gente tinha essa facilidade muito grande!

A saída para uso de igarapés nos territórios localizados mais próximos das “agrovilas”, a utilização de instrumentos de pesca e saberes diferentes daqueles usados anteriormente em seus quilombos, fez com que, ocorresse um rareamento dos peixes, camarões, siris, sururu e ostras. O sr Belmiro Nascimento, 73 anos, quilombola de Oitiua, evidenciou a baixa produção na pesca ao relatar que

quando eu criei meus filhos, com muito sacrifício trabalhando na roça e na pesca, quantos quilos de camarão eu pegava naquela época? Eu pegava só de cinquenta, sessenta, setenta, oitenta quilos de camarão. Bem ali tem um povoado chamado Cajueiro II, menos de um quilômetro pra arrastar, eu cansei de apanhar quarenta quilos de camarão nessa época. Aí foi aumentando a população aqui, aí você vai hoje, tem camarão, mas tá é miúdo, mas quanto é que eles tão apanhando? Quinze quilos, dez quilos!

Tal impacto ambiental só fora controlado, minimamente, em razão dos saberes tradicionais dos quilombolas que adaptaram seus artefatos de pesca e suas estratégias de uso comum, no intuito de garantir a reprodução das espécies e conseqüentemente, sua própria reprodução social. Sobre as diferentes formas de utilizar os instrumentos de pesca e seus impactos para a escassez, a sra Juliana Ferreira Pereira, 62 anos, quilombola de São João de Cortes informou que *“as fuzacas trouxeram muitos problemas, escassez de peixe. É preciso ter consciência ecológica!”*

As narrativas dos quilombolas de diferentes territórios referenda a ideia da *“consciência ecológica”*, na medida em que há uma limitação definida simbolicamente por cada quilombola no que se refere à quantidade de peixe, camarão, siri e outros produtos retirados dos igarapés e do mar. O controle sobre os recursos é essencial para garantir a segurança alimentar das demais famílias e assegurar a reprodução dos peixes e mariscos. O sr Eleotério dos Santos Gonçalves Ferreira, 64 anos, quilombola de Terra Mole alertou para a

¹³⁰ Trecho de entrevista realizada em 11 de março de 2023, com o sr Inaldo Faustino Silva Diniz, quilombola realocado para a “agrovila” Espera.

escassez, ressaltando que *“nossos recursos naturais estão pouco. A tendência do nosso povo é crescer e quanto mais a gente cresce, fica mais difícil!”*. Almeida (2006, p. 166), referindo-se às formas de controle sobre o uso dos recursos naturais, analisou que

Apicuns, manguezais e campos inundáveis prevalecem nos povoados mais próximos ao mar, juntamente com o cordão arenoso das praias, marcado por muricizais nas bordas. As matas de galeria e as pequenas reservas madeireiras dos povoados têm sido mantidas com dificuldades, mediante regras de tratos agrícolas, práticas extrativistas e atividades de pecuária e de pesca.

O desdobramento das análises dos intelectuais quilombolas em seus depoimentos acerca da pesca e dos fazeres de resistência agregados à essa atividade, permitem um entendimento detalhado acerca dos impactos provocados a partir da implantação do CLA, dos deslocamentos das famílias para as “agrovilas”, da impossibilidade da reprodução dos saberes e fazeres tradicionais pelo não acesso ao mar e aos igarapés nas “agrovilas”, seja em razão do controle efetivo pelos militares, seja em razão dos constantes períodos de atividades definidas pelo CLA e pela pretensão de expansão da área ocupada pelo CLA, o que ocasionaria a efetivação de deslocamentos compulsórios e novos impactos, inclusive às famílias já remanejadas. Sobre a possibilidade de novos deslocamentos, a sra Leandra de Jesus Silveira, 83 anos, quilombola realocada de Pepital Velho para a “agrovila” Pepital, ressaltou que *“ovo não briga com pedra, mas eu sou contra. Vai tirar do leite do salgado para a água doce? Vão sofrer muito!”*

O uso comum dos recursos naturais fora ressignificado pelos quilombolas para garantir a sobrevivência das famílias realocadas. Os impactos provocados pelo deslocamento são vivenciados coletivamente. As formas de uso dos igarapés, do mar e das áreas de plantios foram adaptadas no sentido de garantir a segurança alimentar das famílias dos diferentes territórios. Não houve um processo de recusa na acolhida dos quilombolas dos territórios vizinhos, o que reforça os laços de solidariedade e o pertencimento que agrega os quilombolas por meio do elemento étnico. O território étnico não permite divisas classificatórias excludentes. A sra Sebastiana Alves Costa, 38 anos, quilombola da “agrovila” Só Assim, resalta que *“tem uma área que é comum, uso comum, vai usando de acordo com o que precisa, ninguém briga, discute por causa da terra não!”*

Diante da iminência da concretização de novos deslocamentos compulsórios, os intelectuais quilombolas reafirmam, através de seus depoimentos, as estratégias de sobrevivência no território e a não exclusão das famílias, caso haja a efetivação da expansão da

área ocupada pelo CLA. As entrevistas realizadas evidenciaram a rede de relações entre os quilombolas e seus fazeres de resistência, reforçando suas fronteiras e consolidando conceitos, a exemplo de território étnico, atuando a partir dos seus saberes e fazeres de resistência específicos na construção da “Epistemologia da Resistência”.

No que se refere aos impactos provocados nos igarapés após os deslocamentos, a sra Catarina Josefa Ribeiro, 63 anos, quilombola da comunidade Samucangaua, ressaltou que *“Samucangaua era uma comunidade rica. Eu criei dezesseis filhos, agora tenho doze netos e três bisnetos. O peixe não sobe mais para a cabeceira, hoje você não acha um peixe. Eu criei dezesseis filhos só no peixe. Trazia cofos de peixes!”* O igarapé de Periaçu possui longa extensão e vai até o quilombo São João de Cortes. A sra Paula Cristina, quilombola de Periaçu, informou que *“daqui sai a pesca seca e cheia. Sururu, siri, peixe pedra, pescada, ostra. Pesca de rede, espinhal, tarrafa. Peru, pesca do igarapé daqui!”*



Foto 2: Igarapé de Periaçu.
Fonte: Davi Pereira Júnior

Observa-se, ainda a partir dos depoimentos dos quilombolas que têm a pesca como principal atividade econômica, uma *“consciência ecológica”* no sentido de utilizar-se dos recursos naturais de forma limitada para possibilitar o acesso às demais famílias de seu quilombo e de famílias de outras áreas deslocadas compulsoriamente pelo CLA, garantindo assim, a sobrevivência por ocasião da escassez e o controle em razão do uso comum dos recursos naturais. O fazer de resistência relativo à atividade de pesca a partir da noção de *“consciência ecológica”* foi ressignificado para assegurar a subsistência das famílias que

acessam os igarapés em seus territórios e das famílias que foram deslocadas e passaram também, a utilizar esses igarapés.

Os quilombolas das “agrovilas”, ao acessarem outros quilombos para pescar, tiveram que adaptar seus saberes a partir da forma de pescar e os instrumentos utilizados no intuito de minimizarem os impactos causados aos igarapés e na pesca no mar. Samucangaua pesca de linha e tarrafas. Ponta d’Areia pesca de lança e de mar aberto. Mamuna pesca de lança. Mocajubal pesca caranguejo, siri com as mãos. São João de Cortes, arrasta camarão, sururu, todo tipo de mariscos. O uso de outros instrumentos de pesca não adequados para o tipo de pesca praticado especificamente em alguns territórios quilombolas e o aumento do número de famílias que acessaram os igarapés provocou um processo de escassez frequentemente relatado pelos quilombolas, que fizeram intervenções de controle na prática de uso comum para minimizar os danos e garantir a reprodução dos peixes e mariscos. Tais intervenções, a exemplo de orientações acerca do uso de instrumentos de pesca específicos adotados por cada território quilombola, minimizaram os impactos sobre os recursos naturais, sendo observados cerca de dez anos depois, um processo de recuperação da quantidade e tamanho de algumas espécies de peixes e mariscos. O entrelaçamento dos quilombos no que se refere à circulação da produção agrícola, do uso e controle do ecossistema por meio de práticas coletivas, da comercialização do pescado e dos instrumentos de pesca já era consolidado anteriormente ao processo de deslocamento das famílias para as “agrovilas”. Almeida (2006, p. 166) analisou que

há povoados que se dedicam principalmente à produção agrícola, abastecendo àqueles que são voltados para a pesca e vice-versa. Os moradores dos povoados de Baixa Grande e de Novo Belém realizam pesca atividades de pesca em Oitiua. Eles não possuem artefatos que possibilitem pescar uma quantidade maior de peixes. Em decorrência, eles compram mais peixes do que pescam propriamente. Adquirem o peixe no povoado Oitiua, trocando-o pela farinha d’água e pelo arroz que produziram.

O uso comum dos recursos naturais intensificou-se enquanto fazer de resistência frente ao conflito com o CLA. No que se refere à pesca, minimiza a insegurança alimentar causada pelo deslocamento compulsório através do abastecimento das famílias das “agrovilas”. O sr Máximo Silva do Nascimento, quilombola realocado para a “agrovila” Marudá, ressaltou em sua narrativa a importância dos territórios quilombolas que mantêm o acesso dos quilombolas que estão nas “agrovilas” às áreas de pesca, enfatizando que

eu quero agradecer muito a Deus com a permanência dessas comunidades que estão lá, permanecem à beira da praia, que é de Mamuna até São João de Cortes. Essas comunidades que estão à beira da praia, que quando é período de lançamento, são

as comunidades que estão fazendo o papel que era para o governo fazer, que infelizmente não estão fazendo!

As narrativas dos quilombolas, não somente àqueles que foram deslocados para as “agrovilas”, revelam uma situação de constante insegurança no que se refere à escassez dos recursos da pesca. Os depoimentos dos quilombolas dos territórios de Samucangaua, Itapuaua, Prainha, Terra Mole e São João de Cortes, ressaltam a diminuição da produção relativa à pesca, o rareamento de peixes e mariscos e a constante vigilância no sentido de garantir a efetivação das práticas coletivas de controle para minimizar os impactos sobre os igarapés e demais áreas de pesca.

3.2 “O mato é novo, mas a terra é velha”: o uso comum das áreas de roça

A produção agrícola desenvolvida nos territórios quilombolas de Alcântara apresenta-se como uma atividade pautada na relação com a ancestralidade e pelas regras de uso comum dos recursos naturais. As práticas agrícolas historicamente construídas revelam os saberes tradicionais que asseguram a preservação dos recursos naturais, garantindo a reprodução social e física das famílias que acessam as áreas de roça de modo comum desde o período de desagregação das fazendas monocultoras de algodão e cana-de-açúcar.

No que tange à apropriação dos recursos, tais práticas de uso comum coletivo, asseguraram as condições de sustentabilidade apesar dos desgastes resultantes de longos períodos de ação predatória e devastação da vegetação e empobrecimento do solo. Tais práticas agrícolas e extrativistas centenárias de uso comum desenvolvidas pelas unidades de trabalho familiar em Alcântara, permitiram que houvesse a recuperação dos recursos naturais, minimizando a situação de escassez. As regras de uso comum dos recursos naturais são coletivamente definidas e efetivadas no cotidiano dos quilombos. As narrativas dos quilombolas demonstram que, apesar das medidas coletivas objetivando a recuperação das áreas para a produção agrícola, há uma baixa produtividade registrada nos dias atuais. Almeida (2006, p. 165-165) analisou que

as terras de Alcântara, revelam o agreste de um solo cansado, fraco e arenoso que necessita de calagem e correções. Para comportar a pressão demográfica, têm sido definidas e acatadas, no âmbito dos povoados, regras de uso comum dos recursos básicos. Os povoados usufruem comunalmente das mesmas faixas de terrenos agricultáveis, designados centros, considerados mais adequados para cultivo e onde se encontram as reservas de matas ou capoeiras mais velhas, partilhadas entre os povoados de maneira ordenada e relativamente harmônica.

As áreas de roça não são cercadas e os intervalos de descanso do solo para recuperar sua capacidade produtiva são observados pelos quilombolas. As *capoeiras* que são as áreas utilizadas anteriormente e que estão em descanso, necessitam, a partir da observação dos quilombolas, de um intervalo de tempo estimado entre 7 e 10 anos para completar o ciclo de regeneração do solo. Com a implantação do CLA, as áreas de roça foram consideravelmente reduzidas, afetando diretamente não apenas as famílias deslocadas compulsoriamente para as “agrovilas”, mas as unidades familiares de outros territórios quilombolas. No que se refere às dificuldades de reprodução social em razão dos lotes nas “agrovilas”, o sr Inaldo Faustino Silva Diniz, quilombola da “agrovila” Espera, afirmou *que “treze casas têm lotes, os demais não, os filhos se casaram. O roçado dá pouco, não tem ajuda!”*

Sobre o estabelecimento de lotes fixos nas “agrovilas” e as dificuldades da reprodução física das famílias, a sra Leandra de Jesus Silveira, 83 anos, quilombola realocada de Pepital Velho para a agrovila Pepital Novo relatou que

A temporada ruim foi quando viemos pra cá e perdemos tudo, nossa terra. Muito sofrimento, a falta de tudo o que ficou lá, muito sofrimento! Só tinha as casas e a areia e pra comer manga, tinha que ir lá no Pepital Velho, vinha com o pescoço doendo. Nessa época, foi um grande sofrimento. Nós tentamos voltar, mas não conseguimos. A gleba de terra não é boa para plantar. A gente trabalhava lá, mas não prestava não. Tenho duas filhas que moram aqui e elas não têm lote, trabalham na gleba de outras pessoas!

O quilombo Pepital Velho, concentrava-se suas principais atividades na pesca, caça e feitura de roças. O deslocamento compulsório para a “agrovila” Pepital esfacelou as relações com os fazeres tradicionais dos quilombolas, afetando as práticas agrícolas de plantio da

mandioca, arroz, milho e a fabricação de farinha. A insegurança alimentar passou a fazer parte do cotidiano das famílias que também ficaram sem acesso ao mar e aos igarapés.



Foto 3: Roça Quilombo Samucangaua

Fonte: Davi Pereira Júnior

As narrativas dos intelectuais quilombolas evidenciam ainda que, a escassez das áreas de roça, têm impactos em outras práticas ancestrais, a exemplo da retirada de madeira, coleta de palhas para cobertura de casas e a reprodução dos saberes tradicionais em razão dos *“mais novos não querem mais saber de roça, só da pesca”*. As áreas de roça são definidas em *“linhas”* ou *“braças”*, categorias elaboradas pelos quilombolas para se referirem à extensão das áreas cultivadas. O sr Antonio Raimundo Silva, 53 anos, quilombola da *“agrovila”* Marudá, enfatizou que *“a roça é no toco, umas duas linhas, nossa área é pequena”!*

As roças atuais variam de uma a três *“linhas”*, área definida como pequena pelos quilombolas em razão da escassez de terra, do desgaste do solo já que não é possível cumprir o ciclo completo de descanso da área e por outras dificuldades elencadas, como escassez de água, crescente número de famílias, falta de políticas públicas de incentivo à prática agrícola e, no caso das *“agrovilas”* serem obrigados a trabalharem na gleba de outras famílias. Sobre a improdutividade dos lotes nas *“agrovilas”*, o sr Máximo Silva do Nascimento, quilombola da *“agrovila”* Marudá, comentou que

Eu produzo e a terra que tô vendo lá, não é uma terra produtiva, é totalmente diferente da que nós morávamos, nós morávamos na beira da praia, terra boa, o que você colocava, plantava, do arroz, o feijão, o milho, melancia, tudo, dava para fazer tudo, você podia fazer o seu trabalho com a certeza que o senhor, lá no final da coleta, você ia conseguir, porque a terra era produtiva!

Os produtos agrícolas¹³¹ garantem o sustento das famílias nos quilombos e “o pouco que sobra” é comercializado. O sr João Rosa, 54 anos, quilombola de Pacurí, referiu-se à baixa produção agrícola, ao afirmar que “até certo tempo a lavoura dava. Se fizer o intervalo muito curto, o produto já não é bom!” Os quilombolas de territórios como Mamuna e Santa Maria além da produção na roça, trabalham na produção de hortas, comercializam os produtos com Alcântara e abastecem as escolas quando da participação dos programas referentes à merenda escolar. Relatam a dificuldade de acesso aos pagamentos após o fornecimento dos produtos agrícolas. O sr José de Ribamar Oliveira¹³², que mora há mais de 50 anos no quilombo Santa Maria, relatou que o CLA por meio de seus representantes, foram até Santa Maria para informar que “o Centro de Lançamento ia comprar os produtos das hortas para abastecer o pessoal que trabalha no Centro. Nunca compraram!” Os produtos agrícolas que o sr José de Ribamar produz é comercializado nas feiras de Alcântara.

Cabe ressaltar que os quilombolas das “agrovilas” e de outras áreas, em razão da escassez de terra para as atividades agrícolas, recorrem ao território de quilombos em que não há moradias, a exemplo de Murari e Marmorana, para colocarem suas roças. O sr João Rosa, 54 anos, quilombola de Pacurí, ressaltou que “lá em Murari era plantio de abacaxi, hoje utiliza o mesmo lugar roçando!”. Sobre a situação da escassez e do não acesso dos lotes pelas novas famílias das “agrovilas”, a sra Dorinete Serejo, quilombola de Canelatiua afirmou que “ninguém vive sem terra, precisa de terra para produzir. Aqui nós sabemos onde tem a juçara, o buriti, a pescaria, a roça!”. No percurso da pesquisa de campo, verifiquei a utilização das áreas dos “quintais” das casas, em diversos territórios quilombolas, para a prática agrícola da maniva, milho, quiabo, maxixe, abóbora e outros produtos. Cabe destacar que os produtos agrícolas dos diversos territórios abastecem os filhos das famílias que “estudam fora” dos quilombos.

¹³¹ Confira os principais produtos agrícolas dos territórios quilombolas destacados no Quadro 01 – Quilombos que ocupam a área requerida para expansão do CLA na seção 2.2 intitulada “Lá onde ela tá, já é o suficiente pra ela”: sobre a implementação da política de expansão da área ocupada pela Base.

¹³² Trecho de entrevista realizada no dia 10 de março de 2023, no quilombo Santa Maria. O sr José de Ribamar Oliveira, relatou que “era do município de Tutóia, pegou o barco para São Luís, vinha para São João de Cortes e tô há mais de 50 anos aqui”!

Os relatos acerca dos entraves que permeiam os fazeres de resistência relativos às roças permitem analisar como as lutas territoriais estão atreladas às lutas ambientais, evidenciando a importância da representação das territorialidades específicas pelo uso da cartografia social como um instrumento político de luta pela expropriação e controle dos seus territórios. Os intelectuais quilombolas dos diversos territórios mostraram que as situações de conflito com o CLA alteraram as relações sociais impactando sobremaneira a prática agrícola ancorada na ancestralidade. Em razão das dificuldades de áreas adequadas para o cultivo, das distâncias a serem percorridas cotidianamente ao acessarem as áreas disponíveis em outros territórios para a “colocação” das roças, registra-se, nos testemunhos, a “*falta de interesse*” dos mais jovens no desenvolvimento das atividades agrícolas, dada a baixa produtividade e os altos investimentos em trabalho, transporte e tempo. A dinâmica de tempo se altera ao acessar as roças em áreas distantes do território onde se vive, comprometendo a dinâmica das demais atividades cotidianas, a exemplo da pesca e do extrativismo.

As narrativas dos “*mais jovens*”, no que se referem às atividades produtivas nos quilombos, apresentam os entraves ocasionados pela necessidade de deslocamento para acesso à escola de Ensino Médio, na sede de Alcântara. As longas horas destinadas ao transporte até a escola, que funciona em caráter integral e o extenso percurso de retorno aos quilombos, inviabiliza a participação efetiva nos fazeres cotidianos relativos às práticas agrícolas, de pesca e extrativistas. Nas viagens de campo, pude observar as dificuldades enfrentadas pelos alunos quilombolas no trajeto até a escola, evidenciando os entraves para acesso tanto no que se refere às escolas que funcionam nos polos, a exemplo do quilombo Santa Maria, quanto à escola de Ensino Médio¹³³, que funciona na sede de Alcântara. Os alunos relatam, que, no período chuvoso, as dificuldades para realização do deslocamento se intensificam e muitos são os prejuízos em razão das faltas à escola.

3.3 “*Tudo que muda, murcha*”: os fazeres de resistência nas “agrovilas”

Os deslocamentos compulsórios das famílias para as “agrovilas” alteraram as formas dos fazeres dos quilombolas realocados. Por meio da análise de suas narrativas é possível analisar os impactos causados no processo de deslocamento e a descontinuidade das práticas sociais e culturais no cotidiano das atividades desenvolvidas nas “agrovilas”. Sobre o processo

¹³³ Cruzei algumas vezes com o ônibus escolar que faz o transporte dos alunos de diversos quilombos para a escola de Ensino Médio, na sede de Alcântara. Era cerca de 20 horas e havia grande parte do percurso a ser percorrido até que todos os alunos retornassem às suas casas.

de deslocamento e o viver nas agrovilas, o sr Carlos Adelman, 44 anos, quilombola de Pacurí, afirmou que *“Tudo o que muda, murcha! Eles [CLA] deixam a pessoa sem escolha!”*

A configuração dos quilombolas nas “agrovilas” alterou as relações sociais e as relações ancestrais consolidadas no cotidiano das comunidades por meio dos saberes e fazeres tradicionais. Os deslocamentos das famílias “apagaram” as formas de existir, impossibilitando a reprodução das práticas relativas aos saberes tradicionais e desmantelando os elementos identitários reforçados a partir da relação com os territórios. Frente à expropriação dos seus territórios, os intelectuais quilombolas das “agrovilas” acionaram formas de resistência outras, mostrando que as estratégias de resistência são múltiplas.

Como forma de resistência frente aos deslocamentos para as “agrovilas”, os quilombolas acionaram seus saberes e fazeres na “dureza do cotidiano” frente as imposições do CLA. Ocorre que não havendo possibilidades de retorno aos seus territórios e não sendo possível reproduzir as práticas que eram efetivadas anteriormente, as famílias convergiram suas práticas cotidianas em torno da resistência por meio do cultivo de árvores frutíferas nas áreas comuns das “agrovilas”, do uso de áreas dos quilombos para produção agrícola, do uso dos igarapés e das demais áreas de pesca, da organização em associações, da definição de critérios próprios, a exemplo da definição do *“lugar da casa”* para abrigar novas famílias, da definição de uso das casas de farinha e das demandas relativas à construção de áreas para uso coletivo, como praças e parquinhos infantis.



Foto 4: “Agrovila” Só Assim

Fonte: Elitiel Pereira de Souza Guedes

Na “agrovila” Só Assim, a sra Sebastiana Alves Costa, relatou que a criação da associação auxiliou a discutir as demandas locais e relatou que

quando a ponte caiu, a gente fez uma declaração sobre a importância do acesso aos moradores, aos pescadores. A nossa escola era na sede do município, saíram caminhando para ter acesso à escola. A gente não pode é ficar parado esperando que amanhã as coisas melhorem!

No que se refere às demandas relativas às casas para os filhos que casaram e constituíram famílias, a sra Sebastiana Alves Costa informou que 15 casas foram construídas e que para a construção de cada uma das casas, os quilombolas reuniram-se para definir coletivamente o “*lugar de casa*”. Sobre a autonomia frente ao CLA no que se refere às demandas coletivas, a sra Dorinete Serejo, quilombola de Canelatiua, destacou que “*se eu sou da comunidade por que eu vou ter que ir lá pedir pra fazer?*”

É relevante evidenciar que as formas de resistências são resultantes das demandas específicas de cada “agrovila” e devem ser consideradas em suas múltiplas realidades. As existências são diferenciadas e os intelectuais quilombolas vivenciam as experiências dos deslocamentos compulsórios não apenas de forma coletiva, mas de forma particular a depender de suas próprias demandas e de sua relação com o território.

3.4 “*Cada lugar tem seu uso*”: outros fazeres de resistência no território étnico

Os intelectuais quilombolas de Alcântara construíram um vasto repertório de fazeres de resistência. As narrativas dos intelectuais quilombolas em suas diferentes fronteiras apontam para uma gama de saberes tradicionais que, ora apresentam semelhanças no fazer entre os quilombos, ora apresenta singularidades que evidenciam as territorialidades específicas. Ocorre que a construção dos saberes e fazeres de resistência ancoram-se na ancestralidade e nas relações estabelecidas com seus diferentes territórios e com os usos que marcam as singularidades, antes mesmo do período de esfacelamento das fazendas.

As particularidades dos saberes e fazeres se “assemelham” no uso comum e coletivo dos recursos naturais, nas práticas extrativistas da coleta de juçara, da coleta e quebra do coco babaçu, da coleta da fibra do buriti para a feitura de bolsas e outros artefatos, no mutirão para capina, plantio e colheita na roça por meio da “troca de serviço”, na feitura das casas e na cobertura, na pesca em alto mar quando várias embarcações se reúnem e outros fazeres de resistência. Compreendo, no entanto, que a “semelhança” deve ser relativizada, uma vez que os

fazeres de resistência estão intimamente atrelados aos usos e às relações existentes em cada território, a saber que as experiências não se reproduzem de um território para outro.

Canelatiua, Bom Viver e Mamuna definem o dia de coleta da juçara coletivamente, fazendo a divisão do fruto para contemplar todas as famílias do quilombo. A definição do dia observa o período da maturação dos frutos, os dias santos e feriados, não se permitindo a coleta da juçara em curto período de tempo entre uma coleta e outra, para que não haja desperdício dos cachos verdes. A divisão da colheita em Canelatiua é feita na casa de forno, onde em outros períodos, ocorre a feitura da farinha que em grande parte é comercializada. Itamatatiua produz peças de cerâmica no Centro de Produção que funciona também como espaço de comercialização das peças. São João de Cortes produz tipiti, canoas e embarcações de pequeno, médio e grande porte. Santa Maria tece no fuzo, artefatos de palha de buriti e palha de tucum no Centro de Artesanato. Mamuna pratica pesca, tece redes, faz reparos nos instrumentos de pesca e produz hortas. Itapera planta maniva, melancia, milho e faz farinha, quase que especificamente para consumo no quilombo, registrando-se pouca comercialização. Brito pesca, confecciona cofos, tece redes de algodão, cultiva maniva, melancia, milho e feijão. Marudá, Castelo, Prainha, Oitiua e Ponta d'Areia fazem *“festa para os santos”*. Itamatatiua e Canelatiua fazem *“festas de santo”*.



Foto 5: Coleta da juçara no quilombo Canelatiua.

Fonte: Dorinete Serejo

O Centro de Ciências e Saberes figura como espaço de fazeres de resistência relativos à memória coletiva. Partindo-se de uma perspectiva que relativize o conceito de museu¹³⁴ elaborado pelo Ocidente, o Centro de Saberes Mãe Anica¹³⁵, situado no quilombo Canelatiua reforça as práticas de resistência no reforço das memórias de luta anticolonial e antirracista. A valorização dos saberes tradicionais dos quilombolas, constitui-se um “espaço seguro” de formação que não se restringe aos critérios definidos pelo saber formal, aglutinando experiências e memórias de luta e resistência dos intelectuais quilombolas. Sobre a memória acerca do nome escolhido para o Centro de Ciências e Saberes, a sra Dorinete Serejo, quilombola de Canelatiua relatou que

“Ana Luzia Serejo, mais conhecida como Mãe Anica, matriarca da família Serejo, casada com Apolinário Serejo, ficou viúva bem jovem, mãe de 7 filhos, criou os filhos sozinha após a morte do marido. O Centro de Saberes leva o nome dela por ser uma mulher forte da época e aí a gente resolveu colocar esse nome. Era parteira, pegava crianças. O pai de Domingos, doutor dos Ossos era filho dela, Luís Gonzaga Serejo”.

A interdependência existente entre os saberes e fazeres de resistência é expressa no cotidiano dos intelectuais quilombolas, não se restringindo aos seus territórios. O Doutor de Ossos¹³⁶ citado no relato acima, era o sr Domingos Ribeiro, conhecido como o doutor de ossos de Canelatiua. Os saberes do doutor de ossos não ficaram restritos ao quilombo Canelatiua. Nunes (2010, p. 7) analisa que os saberes do doutor de ossos o conduziam para além das fronteiras do quilombo Canelatiua, a saber

Para um morador da cidade de Alcântara, por exemplo, ele é considerado uma espécie de doutor, um pajé ou um conselheiro em assuntos espirituais. Pelo que pude reunir de informações, sua reputação foi construída perante aqueles com quem interage em suas relações cotidianas como um benzedor por oposição à figura do pajé. Certo número de distinções é por ele estabelecido entre suas atribuições, dons e habilidades que o distancia dos pajés de sua região. Além de ser reconhecido como benzedor, seu Domingos dispõe de saberes práticos relativos a certo conhecimento que possui no trato de ossos, articulações, ligamentos e tendões do corpo humano que o habilita a ser visto como um doutor local. específicos para praticar o ofício conhecido como consertar ossos ou por ele designado como endireitar junta.

¹³⁴ Convém ressaltar que os usos que os intelectuais quilombolas Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica é que cria as condições de possibilidade para que esse espaço não reproduza a noção de museu a partir do viés do colonizador. Nesse sentido, faz-se necessário que as práticas sejam repensadas de modo permanente. O exercício de refletir acerca dessa questão, configura-se uma forma de resistência.

¹³⁵ Consulte imagens do Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica acessando o produto educacional, pelo link <https://resistenciaquilombolasalcantara.com/>

¹³⁶ Para detalhamento, consulte Histórias do padrinho Domingos: o doutor de ossos de Canelatiua /Domingos Ribeiro; Org. Alfredo Wagner Berno de Almeida [et al]. Manaus: UEA Edições, 2010.

Outro fazer de resistência que se consolida ancorado na relação de interdependência entre os saberes tradicionais diz respeito à quebra do coco babaçu, especificamente à feitura do azeite de coco. A definição do dia adequado para a feitura do azeite pelas quebradeiras de coco, encontra respaldo nos saberes dos quilombolas acerca da observação das fases da Lua e da relação com a observação das marés. Não observados esses elementos, como expressa a sra Nalva, quilombola de Canelatiua, o azeite *“não rende, não dá o ponto certo e fica aguado! Tirar o azeite tem uma ciência, tem que ficar de olho na maré lançante. Não pode fazer quando for quarto minguante. se não o azeite vai diminuir!”* Os saberes e fazeres das quebradeiras de coco babaçu ancoram-se nos saberes e fazeres da pesca.

A prática extrativista do coco babaçu representa um fazer de resistência desde o processo de coleta. O acesso ao babaçual para *“ajuntar o coco”* segue critérios específicos em cada território. No quilombo Canelatiua, observei¹³⁷ que a coleta do coco babaçu é feita individualmente, atentando-se para a *“consciência ecológica”* e o controle das formas de uso comum. Cada quebradeira de coco *“ajunta o coco”* nas palmeiras que ficam próximas à unidade social a que são referidas. Após a coleta e o transporte, as quebradeiras *“acertam”* o local da quebra, organizando um cronograma a ser cumprido, observando-se o *“combinado”* no final da quebra anterior. A quebra inicia-se após o almoço, a partir de 11:00 e vai até às 12:30, horário *“acertado”* para que não comprometa os demais afazeres. *“Só quebra do meio dia pra tarde!”*. Cada grupo tem suas quebradeiras em caráter fixo, organizadas a partir dos vínculos definidos pelo critério de vizinhança, de parentesco, registrando-se vários grupos *“espalhados”* pelo quilombo. São observados os locais de coleta e a composição de cada grupo. *“Todo mundo precisa!”* Cada quebradeira de coco leva o seu próprio machado¹³⁸. Cada quebradeira junta sua produção e entrega à dona da casa da quebra do dia, que define, observando a *“troca da quebra”*, quanto será destinado a cada uma. O uso é coletivo, mas a apropriação é individual. O pilão e o caldeirão, instrumentos utilizados na feitura do azeite de coco, são partilhados e a dona do azeite define como será feita a *“troca de serviço”* e a partilha do azeite. O mutirão para a quebra do coco apresenta-se como um espaço de diálogo entre as quebradeiras, espaço de fazer de resistência que, no relato da sra Nalva, quilombola de Canelatiua, *“é bom pra conversar, partilhar as coisas que acontece, esquecer um pouco os problemas, as dificuldades. A gente canta, sorri, brinca!”* Compreendo o *“mutirão da quebra*

¹³⁷ Optei por não realizar entrevistas com as quebradeiras para não interferir no processo de quebra do coco. Fiz observação direta do processo da quebra até sua finalização e registrei trechos de suas falas.

¹³⁸ Confira imagem do machado, instrumento utilizado para a quebra do coco, acessando o link <https://resistenciaquilombolasalcantara.com/>

do coco” como um “espaço seguro” de fala e de reprodução dos saberes e fazeres de resistência dos quilombolas, em suas diferentes fronteiras.

A pesca enquanto fazer de resistência, agrega saberes variados e específicos em cada comunidade quilombola. A confecção dos instrumentos, a exemplo das redes e embarcações, exige saberes singulares exercitados por intelectuais quilombolas que possuem o domínio sobre as técnicas de feitura e usos dos artefatos. Em algumas comunidades, como Oitiua, a feitura das redes de pesca é realizada pelas mulheres quilombolas, que trabalham em grupos e fornecem o produto para outros quilombos. No quilombo São João de Cortes, fabricam-se embarcações de pequeno, médio e grande porte, comercializadas para outros quilombos, para a sede de Alcântara e outros municípios como Bequimão e Guimarães. A feitura das embarcações constitui-se um fazer de resistência peculiar do quilombo São João de Cortes. O quilombola José, 85 anos, detém o saber tradicional sobre a fabricação de embarcações. A comercialização das embarcações é realizada sob encomenda prévia dos compradores. A madeira utilizada na feitura das embarcações é retirada na própria comunidade de São João de Cortes, cuidadosamente escolhida e coletada por seu José, que ensinou seus filhos o saber tradicional da escolha do material e da feitura das embarcações. O tempo de construção das embarcações varia de acordo com o tamanho e as características de cada uma, sendo necessário, em média, 15 dias para a feitura de embarcações de pequeno porte e 90 dias para o término das embarcações de grande porte. Sobre seu fazer de resistência, seu José¹³⁹, quilombola de São João de Cortes, declarou que *“aprendi com João Ribeiro, meu mestre. Eu já fiz muitos barcos, já até perdi a conta. Ensinei meus filhos a arte de fazer, mas eu continuo trabalhando sozinho!”* O fazer de resistência da feitura das embarcações está intrinsecamente relacionado ao conhecimento das áreas de floresta, de onde se coleta a madeira para a confecção das embarcações. Ao realizar todas as fases do processo de escolha, retirada e transporte da madeira usada na fabricação das embarcações, o sr José, reforça o controle sobre o uso comum dos recursos naturais.

Outros fazeres de resistência mapeados em minha pesquisa que agregam as mulheres quilombolas, auxiliando no controle do uso coletivo dos recursos naturais, são referentes às práticas de artesanato. O quilombo Santa Maria, por meio do Centro de Artesanato, fundado há 17 anos, reúne mulheres quilombolas através da tecelagem. O saber tradicional de tecer e fiar

¹³⁹ Optei pela não realização de entrevista direta com o sr José, quilombola de São João de Cortes, para não interferir no trabalho de feitura de uma embarcação no seu estaleiro. A observação direta permitiu a coleta do depoimento acerca do seu fazer de resistência. Confira imagens e detalhes da fabricação das embarcações e da pesca, na aba Ancestralidade disponível no produto educacional, acessando o link <https://resistenciaquilombolasalcantara.com/>

com a palha de buriti e a fibra do tucum, repassado pelas mulheres quilombolas mais experientes, consolida-se como uma prática cotidiana de resistência do território. As mulheres quilombolas realizam coletivamente a coleta das palhas nas palmeiras de tucum e buriti. A retirada das palhas é feita observando-se as condições de preservação das palmeiras. Após tirar “*o olho do tucum e do buriti*”, expressão que se refere às palhas mais novas das palmeiras, as palhas são colocadas para secar, seguindo posteriormente a fase de preparação da fibra para a feitura de bolsas, sacolas, carteiras, jogos americanos, redes e outros artefatos confeccionados e comercializados no Centro de Artesanato, na sede de Alcântara e por meio de encomendas previamente acertadas com as tecelãs. As peças encomendadas previamente são divididas entre as artesãs quilombolas para que haja participação coletiva na feitura e na divisão do valor das vendas. As fibras são utilizadas na cor “*natural*” ou passam por um processo de tingimento com pigmentos extraídos de plantas.

As mulheres quilombolas relatam, que apesar das práticas de controle dos recursos naturais, ocorre nos últimos anos, uma escassez das palhas para a fabricação das fibras, o que estaria sendo ocasionada, dentre outros fatores, pela “*presença de macacos que se alimentam do olho do tucum e do buriti e deixam as palhas mastigadas*”, como evidencia a sra Maria, quilombola de Santa Maria, uma das tecelãs mais experientes do Centro. Cerca de 17 mulheres quilombolas trabalham cotidianamente nos teares do Centro de Artesanato e conciliam sua prática de tecer com outras atividades como a pesca e a produção agrícola. Os homens auxiliam no processo de retirada das palhas dos “*olhos do tucum e do buriti*”, no entanto, as demais fases do processo de feitura das fibras e das peças são realizadas pelas artesãs quilombolas. As artesãs referiram-se ao Centro de Artesanato como um instrumento de resistência coletiva, não restringindo à sua importância à complementação da renda familiar e autonomia financeira, ao contrário, evidenciaram o fortalecimento da luta pela manutenção do território, a possibilidade de se reunirem para produzir coletivamente e a preservação das áreas de vegetação.

O Quilombo Itamatatiua dotado de um saber tradicional referente às olarias, consolidou como um de seus fazeres de resistência a feitura das cerâmicas das artesãs quilombolas. O Centro de Produção e Comercialização de Cerâmica de Itamatatiua, figura como um espaço de formação, confecção e comercialização das peças, que reúne várias mulheres quilombolas que atuam nas diferentes fases do processo, desde a escolha do lugar de coleta da argila até a comercialização das cerâmicas. A produção da cerâmica em Itamatatiua é feita artesanalmente pelas mulheres quilombolas, que dividem seu tempo, entre as atividades na roça e na fabricação das peças de cerâmica. A construção do Centro de Produção é resultado da mobilização das mulheres quilombolas ceramistas, por meio da Associação de Mulheres de

Itamatatiua, objetivando dinamizar a feitura e venda das peças. Os quilombolas também desenvolvem práticas artesanais de fabricação de telhas e tijolos nas olarias, com produção destinada à construção civil e, às vezes, auxiliam as ceramistas no processo de retirada e transporte da argila.

O processo de feitura da cerâmica envolve várias etapas que se inicia com a definição do local de retirada do barro (argila), o transporte, armazenamento, coleta de outros materiais como o taquipé e o charmote (cascas de árvores que são misturadas à argila e aumentam a resistência das peças que são submetidas ao calor dos fornos), a retirada da lenha usada nos fornos, etapas de feitura e comercialização das peças. A coleta se faz de forma coletiva e os saberes tradicionais sobre a escolha do barreiro (local de onde se tira o barro), o período definido no calendário para retirada, armazenamento, a qualidade da argila, o domínio das técnicas nas fases de manuseio do barro e dos fornos, são cuidadosamente partilhados pelas artesãs mais experientes. As peças carregam as características de manuseio e estilo de feitura de cada artesã e representam resistência frente a “dureza do cotidiano” das mulheres quilombolas.

As louças de cerâmica não são destinadas apenas ao uso como utensílios domésticos, sendo também utilizadas como itens decorativos nos diversos espaços sociais do cotidiano dos quilombolas. São comercializadas para quilombos vizinhos, distribuídas para a sede de Alcântara, para outros municípios e países, a exemplo de Inglaterra, Espanha, França, Portugal, Estados Unidos e África do Sul. A cerâmica das artesãs quilombolas de Itamatatiua são dotadas de saberes tradicionais, ancorados na ancestralidade, no reforço da identidade coletiva e nas práticas de resistência no território.



Foto 6: Cerâmica das artesãs quilombolas de Itamatatiua

Fonte: Gyordanna Silva

As formas de resistência mobilizadas a partir dos saberes e fazeres no território étnico de Alcântara são complexas e variadas. A complexidade a que me refiro diz respeito às singularidades próprias de cada território quilombola, peculiaridades que os tornam dotados de uma multiplicidade de estratégias de resistência possíveis em razão da relação de coexistência com os territórios. O mapeamento dos saberes e fazeres de resistência ancorados na ancestralidade constituiu-se um desafio vivenciado de modo permanente. Reafirmo as limitações da pesquisa dado a complexidade de análise do território étnico de Alcântara.

CAPÍTULO IV. “Ovo não briga com pedra, mas lambuza!”: insurreição de saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA

O conceito de “epistemologia da resistência” aplicado às produções dos intelectuais quilombolas de Alcântara, a partir da análise dos saberes e fazeres de resistência produzidos nos múltiplos espaços de conhecimento, permitiu a fundamentação teórica necessária para que eu pudesse estabelecer um diálogo relacional, subsidiado por uma produção do conhecimento alternativa e emancipatória.

A tarefa de elaborar um produto que possibilitasse a análise de conceitos, a exemplo de intelectual, epistemologia, racismo epistêmico e resistência, a partir das situações de conflito vivenciadas pelos quilombolas de Alcântara, sem que houvesse um “esvaziamento” teórico, funcionou como parâmetro para abrir as formas de entendimento a partir de esquemas interpretativos que consideram a pluralidade de epistemologias distintas. Convém ressaltar que a configuração de sociabilidade deve ser considerada e os fazeres de resistência relativizados, observando-se às peculiaridades das relações sociais estabelecidas nos territórios em que são produzidos.

A pesquisa de campo consolidou os marcos teóricos e metodológicos para o desenvolvimento do produto educacional, na medida em que possibilitou a análise dos conceitos a partir das realidades localizadas, criando as condições para estabelecer relações entre as teorizações, os discursos e as experiências cotidianas. O uso da história oral, como procedimento metodológico, moveu-se em terreno interdisciplinar, dialogando e interagindo com a Sociologia, Antropologia e Psicanálise (Neves, 2006). A memória, através do exercício em suas dimensões de tempo individual e coletivo, subsidiou a análise das narrativas individuais “espelhadas” nas experiências dos processos coletivos, vivenciados em diferentes temporalidades.

O produto educacional intitulado “*Ovo não briga com pedra, mas lambuza!*”: insurreição de saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA, apresenta a conexão das análises realizadas a partir das experiências cotidianas de resistência dos intelectuais quilombolas nas diferentes fronteiras dos territórios, das singularidades das territorialidades específicas, evidenciadas por meio dos saberes e fazeres de resistência mapeados e da elaboração dos documentos, a exemplo dos mapas situacionais apresentados, que se configuram como instrumentos políticos, atuando na consolidação da força das narrativas, da memória e da resistência em diferentes temporalidades.

4.1 “*O mapa não é o território!*”¹⁴⁰: intelectuais quilombolas, usos de mapas situacionais, reflexividades e resistências

O conceito de resistência não é dotado de linearidade e ancorado numa perspectiva “cronologizada”, ao contrário, as formas de resistir são difusas e particularmente significativas. Ações de resistência cotidianas atuam como entraves, impedindo a consolidação de práticas intrusivas nos territórios. O uso da “cartografia social”, no que se refere às práticas de mapeamento social efetivadas pelos intelectuais quilombolas de Alcântara, reflete uma produção cartográfica que, ao se configurar como instrumento político, alteram a forma de dialogar e interpretar os diferentes momentos vivenciados frente aos antagonistas.

Segundo Almeida (2021), os mapas que são produzidos no âmbito do PNCSA, que levam cerca de um ano e meio para serem elaborados, permitem um processo de reflexividade acerca das variadas territorialidades que compõem o território étnico de Alcântara. Ocorre que os mapas elaborados a partir da perspectiva de “cartografia social” adotada pelos intelectuais quilombolas em suas diferentes fronteiras, apontam para a construção de mapas situacionais e nesse sentido, dialogam com as variações acerca dos territórios e das territorialidades específicas.

Analisei anteriormente como se deu o processo de aproximação dos intelectuais quilombolas com a “cartografia social”¹⁴¹ e como essa forma de saber e fazer, articulou a ressignificação de conceitos à consolidação de uma forma de pesquisa em que os pesquisadores atuam a partir de uma prática diferenciada, não se colocando na condição de mediadores e/ou

¹⁴⁰ Alfred Korzybski (1933), citado por Borges (1999), em Obras Completas Volume II – (1952-1972).

¹⁴¹ Consulte para detalhamento a subseção 1.2 intitulada “*Os professores trouxeram as palavras, nós já tínhamos os significados*”: Intelectuais quilombolas, processos de territorialização e desconstrução da noção de decadência em Alcântara.

protagonistas. Os mapas produzidos são situacionais permitindo que os quilombolas reflitam acerca dos diferentes momentos vivenciados na trajetória da luta pela permanência em seus territórios. Almeida (2021) reforça a noção de reflexividade ancorada na feitura e interpretação dos mapas situacionais ao afirmar que “a ideia de território está ligada à quantidade de força que a unidade social detém em diferentes momentos face a seus antagonistas históricos, a cada vez que o grupo é levado a refletir sobre o que seria sua territorialidade”.

A realização das oficinas de mapas, atreladas às formações para uso dos equipamentos de georreferenciamento dos territórios e a implantação de laboratórios cartográficos em espaços acadêmicos e não acadêmicos, a exemplo dos Centros de Ciências e Saberes instalados no âmbito dos territórios, operam no sentido de que as representações que os agentes sociais têm a respeito de si mesmos e de seus territórios seja evidenciada, refletindo uma prática de resistência frente à classificação produzida e reproduzida pelo “Estado”.

A noção de que os mapas produzidos no âmbito do PNCSA e dos mapas elaborados para fins de manifestação de perícia, a exemplo dos mapas apresentados à Corte IDH, figuram como uma representação situacional dos territórios, amparando a compreensão de que “o mapa não é o território”. Almeida (2021) analisa que “a situacionalidade não é só do território, mas do seu uso e do seu reconhecimento efetivo, que alcança o povo ou a comunidade”. Partindo-se do pressuposto de que as territorialidades são múltiplas, compreende-se que os mapas elaborados dialogam com essas variações. Múltiplas são as interpretações acerca dos territórios e o fato dos mapas serem elaborados observando-se as realidades localizadas, permite que haja reflexividade na interpretação da representação.

O mapa não pode ser tomado como instrumento capaz de representar a totalidade dos territórios. A representação do território pretendida nos mapas revela os limites contidos no ato de cartografar, compreendendo-se que os mapas apresentam “recortes” e “referências” ao território mapeado, não sendo possível uma representação do território propriamente dito. Os mapas elaborados no âmbito da pesquisa de campo que estruturou as condições de possibilidade para a feitura da manifestação pericial apresentada à Corte IDH, refletem parcialmente as realidades localizadas dos quilombos visitados. Isso não se dá em razão das dificuldades que permeiam o trabalho de pesquisa, falta de equipamentos adequados para desenvolver a representação e/ou da impossibilidade de acesso aos territórios.

Ocorre que as limitações acerca da pretensão de representação dos territórios são inerentes ao processo de elaboração dos mapas, independente dos marcos teóricos e metodológicos definidos. Borges (1999) analisa algumas noções acerca da impossibilidade de representação de um território, afirmando que se o mapa for representado em folhas separadas,

por exemplo, haverá uma projeção parcial do território. Caso o mapa seja elaborado a partir de um sobrevoo da área, este não terá como materializar os dados reais acerca do número de pessoas que residem nessas áreas, não registrará os impactos ambientais que porventura alteram o equilíbrio dos territórios e não teria como reter informações referentes aos deslocamentos próprios do movimento dinâmico vivenciado nos territórios.

Partindo-se da compreensão acerca das responsabilidades, limitações e desafios da elaboração dos mapas que abordam realidades localizadas, defini os mapas situacionais que subsidiaram minha escolha para ampararem as análises que desenvolvi no âmbito da construção da tese e na elaboração do produto educacional. Tratam-se de mapas elaborados a partir da pesquisa de campo realizada nos territórios quilombolas de Alcântara, objetivando-se a construção da manifestação pericial como peça constituinte apresentada à Corte IDH no caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs Brasil.

A intensidade do trabalho de campo¹⁴² vivenciada pela equipe, reafirmou minhas inquietações acerca da complexidade e as limitações do meu objeto de estudo. Os marcos teóricos e metodológicos definidos anteriormente foram revisitados e os conceitos e categorias de entendimento postos em “suspenso”, tanto em razão das questões evidenciadas no trabalho de campo, quanto pelo estreitamento das relações de pesquisa com os colegas de equipe, que contribuíram para o alargamento das minhas análises por meio do confronto com outras posturas teóricas. O trabalho de campo subsidiou nossas análises, reiterando nossa compreensão acerca das limitações da representação dos territórios por meio da elaboração dos mapas situacionais ancorados na prática da “cartografia social”.

Compreendendo as limitações acerca da representação dos seus territórios, os intelectuais quilombolas em suas diferentes fronteiras, participaram ativamente do processo de mapeamento social das áreas, indicando igarapés, “agrovilas”, áreas de roças, áreas de pesca, áreas de práticas extrativistas, artesanato, áreas de feitura dos instrumentos de pesca e outros artefatos, analisando as formas de uso dos recursos naturais a partir das especificidades de cada território. Ao se referirem aos impactos causados pelo deslocamento compulsório para as “agrovilas”, analisaram as diferentes formas de resistência e a redefinição do controle social dos recursos naturais para garantir a segurança alimentar das famílias. Evidenciaram o desequilíbrio ecológico causado nos territórios e as vivências de escassez que não se tinha conhecido anteriormente à instalação do CLA. Suas narrativas trouxeram à tona o sofrimento

¹⁴² Como informado anteriormente, o trabalho de campo deu-se entre os dias 07 e 12 de março de 2023, sendo visitadas 24 comunidades do território de Alcântara.

vivenciado no âmbito dos deslocamentos de seus territórios, das incertezas que assolam seu cotidiano, dos danos psicológicos em razão da pretensão de extensão da área ocupada pelo CLA, angústias, medo e práticas de resistências cotidianas, não passíveis de serem representadas nos mapas. A reflexividade construída ao longo das práticas de resistência ancoradas na ancestralidade e nas especificidades dos territórios, faz compreender que a representação é auto reflexiva. Borges (1999, p. 4), analisa a importância da reflexividade na interpretação da representação, ao afirmar que

É necessário que o mapa seja dobrável e depois desdobrável segundo orientação diversa. O dobramento e desdobramento permitem enfim que, durante longos períodos de tempo em que o mapa não for consultado e não recobrir o território, sejam permitidos o cultivo da terra e a revisão do mapa, de modo que a configuração efetiva do território seja sempre igual à representação no mapa.

A reflexividade como ato de resistência é materializada na fala dos intelectuais quilombolas. As interpretações acerca das representações nos mapas situacionais, advém do exercício recorrente de acesso aos recursos metodológicos utilizados nas oficinas de mapas, que inclui a formação dos quilombolas para uso dos equipamentos para efetivação da marcação dos pontos a serem evidenciados na “cartografia social”, análise de croquis, elaboração de ícones para uso nas legendas, redefinição das informações acerca do território, seus usos e especificidades das realidades localizadas. Cada intelectual quilombola elabora sua interpretação acerca da representação do seu território a partir de suas experiências, dos saberes e fazeres cotidianos. Pereira Júnior (2021, p.185) ressalta a importância de

mostrar como essas territorialidades e todo o conhecimento que existem nelas faz sentido para essas pessoas que tiveram seu mundo social formatado a partir das relações que elas vivenciaram dentro desse contexto, talvez essas situações sociais não façam sentido fora do contexto e do entendimento do mundo social e simbólico das comunidades quilombolas de Alcântara e de quem se relaciona com elas.

As limitações acerca da representação e interpretação dos mapas situacionais estão implicadas em mim também e a abrangência do objeto de reflexão, em sua vastidão, me fizeram retomar a noção de que as práticas de pesquisa são dinâmicas e que cada pesquisa de campo realizada em diferentes contextos, colocou-me frente à uma possibilidade de interpretação diferenciada, que convergiu para a produção escrita da tese e a elaboração do produto educacional, a partir da noção de que a análise tem suas limitações e que a produção escrita é “por enquanto”.

Ciente das limitações que um objeto de estudo carrega em si, refiz várias vezes um retorno interpretativo acerca das abordagens teóricas que escolhi. Frente às distorções teóricas e as dificuldades para analisar a complexidade do território étnico de Alcântara em suas diferentes fronteiras e especificidades, consolidei a noção de que a tese é um exercício reflexivo em que a forma de pensar o objeto de pesquisa é parte constituinte do objeto. Nesse sentido, o exercício analítico que fundamentou a minha escrita refere-se à abordagem situacional dos territórios, as relações dos intelectuais quilombolas com suas realidades localizadas, a ressignificação de conceitos, os usos e as peculiaridades das formas de resistência cotidianas frente aos conflitos com o CLA.

4.2 “*Ovo não briga com pedra, mas lambuza, deixa a marca, ponto de resistência!*”¹⁴³: por uma produção coletiva do conhecimento acerca dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara

Partindo-se do pressuposto de que as estratégias de resistência são múltiplas e variadas e que os mapas situacionais dialogam com essas variações concernentes às experiências vivenciadas pelos intelectuais quilombolas em suas territorialidades específicas, percorri um árduo caminho a partir de um esforço analítico permanente na tentativa de definir a construção de um produto educacional que me possibilitasse discutir os marcos teóricos que subsidiam a tese, observando as determinações de existências diferenciadas dos intelectuais quilombolas em seus territórios, a ressignificação de conceitos e atribuição de significações compatíveis com os saberes e fazeres de resistência.

O alinhamento necessário entre a tese e o produto educacional não se constituiu o desafio principal, uma vez que desde a elaboração do projeto de pesquisa, situei que a produção do material estaria vinculada às demandas que a pesquisa de campo junto aos quilombolas me evidenciava. Ocorre que defini que minha análise deveria assegurar alcance às pessoas que contribuíram para sua realização por compreender que produzir um produto educacional “descolado” da realidade a que deve servir, impede as singularidades de validação do conhecimento e especificamente, frente à minha tese, de que os quilombolas são intelectuais que produzem saberes e fazeres de resistência em suas diferentes fronteiras, inviabilizaria a análise construída ao longo do texto. Optei por construir uma produção coletiva com os

¹⁴³ Trecho de entrevista realizada no dia 08 de março de 2024, com o sr José Inaldo Ribeiro, 72 anos, quilombola de Canelatiua. Seu Inaldo, relatou suas experiências de luta no território e pelo território. Evidenciou a instrução que deu às filhas e às netas sobre “*a importância dos estudos para resistir!*”.

intelectuais quilombolas por compreender que ninguém além desses agentes detém o conhecimento real acerca dos seus territórios e dos saberes e fazeres de resistência vivenciados em seu cotidiano. Considero esse o principal desafio, produzir atrelada à noção de que os intelectuais são nomeados e diferenciados e produzem conhecimento a partir de existências diferenciadas, sendo complexo em demasia, atuar na elaboração de um produto educacional que respeitasse as singularidades, não tomando os territórios como “genéricos”. Sobre a noção de produção coletiva, Pereira Júnior (2003) analisa que

Pensar a produção intelectual como sendo fruto de uma partilha entre ‘diferentes’, onde não há um processo de hierarquias ou de desvalorização do saber do outro, se constitui no desafio que tem a ver com a própria natureza de como se encara e se conecta as diferentes formas do domínio do saber, sejam elas tidas como ‘tradicionalistas ou científicas’.

Compreendo que um exercício fundamental na elaboração de uma produção intelectual que condiz com a pretensão de caráter coletivo seja despir-se da noção de que a pesquisa pode falar pelo outro por meio de um discurso de resistência. Spivak (1985, p. 7), alerta para “a ilusão e cumplicidade do intelectual que crê poder falar por esse outro (a)”. No que tange aos intelectuais quilombolas de Alcântara, principalmente em razão da trajetória política e de luta pelo território étnico, não se aplica a ideia de porta-voz ou “re-presentação” no sentido de “falar por”.

Outro ponto relevante diz respeito à importância do caráter dialógico na relação de pesquisa, sem intermediação, compreendendo que não há hierarquias, nem classificação acerca da noção de intelectual definida pelo Ocidente. A ideia é minimizar os efeitos de uma possível violência epistêmica ao propor o uso de um produto educacional elaborado em parceria com os quilombolas, constituindo-se um instrumento de resistência política, que relacionasse experiências, discursos e teorizações. Concretizar esse plano não se constituiu tarefa fácil, mas considero que o exercício analítico que permeou o processo de construção do produto educacional desde as tentativas de definição do que seria elaborado serviu, sobremaneira, para desenvolver um material que representasse uma forma de resistência a partir de uma perspectiva que agregasse as demandas reais colocadas na fala dos quilombolas. Convém ressaltar que todo projeto apresenta suas limitações, necessitando definir “recortes” para que seja viável construí-lo. Partindo das análises feitas ao longo das aproximações com os intelectuais quilombolas na pesquisa de campo, defini o uso dos mapas situacionais, elaborados no âmbito da manifestação pericial apresentada à Corte IDH, como instrumentos principais a serem destacados no produto educacional.

O produto educacional intitulado "*Ovo não briga com pedra, mas lambuza!*": Insurreição de saberes e a "Epistemologia da Resistência" dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA, trata-se de uma plataforma interativa¹⁴⁴ que aborda em suas diversas abas, informações relativas às análises de dados referentes aos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA, elaborados durante a feitura da tese de doutorado intitulada "*A gente não é só a casa!*" Produção Intelectual e Conflitos: Intelectuais Quilombolas de Alcântara – MA e a "Epistemologia da Resistência".

Intitulei o produto educacional a partir da expressão "*Ovo não briga com pedra, mas lambuza!*", em razão da força de resistência que essa fala dos intelectuais quilombolas carrega em si. Ouvi essa expressão inúmeras vezes, nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. Expressa por intelectuais quilombolas de diferentes fronteiras do território étnico, a expressão revela a marca da resistência ancorada no enraizamento das relações construídas com os territórios.

Frente à complexidade da análise acerca das territorialidades específicas, dos saberes e fazeres de resistência produzidos pelos intelectuais quilombolas de Alcântara, defini que a feitura de uma plataforma interativa apresentava-se como um instrumento viável possível de agregar as discussões teóricas propostas na tese, dispor parte da produção intelectual elaborada pelos quilombolas em suas diferentes fronteiras, historicizar o conflito com o CLA de uma forma dinâmica que evidenciasse as diversas formas de resistência ao longo desses mais de 40 anos, ressaltando os saberes e fazeres de resistência nos quilombos.

O processo de elaboração do produto educacional efetivou-se pelo diálogo permanente com o texto da tese, o que não poderia ser feito ao contrário, na medida em que a tese não se ocupou da análise de um objeto de estudo diferenciado. Conciliando a tese com o produto educacional, o objeto de análise e a problematização ancoraram-se em torno da "epistemologia da resistência" elaborada pelos intelectuais quilombolas por meio das diversas formas de resistência, dos saberes e fazeres de resistência vivenciados no cotidiano dos seus territórios.

No que concerne à questão metodológica que pauta a construção do produto educacional, as escolhas alinham-se aos procedimentos metodológicos propostos para a elaboração da tese, uma vez que a conciliação é inerente ao processo de análise e o produto educacional não figura como uma produção aleatória ao percurso de construção do texto, ao contrário, o desafio de elaborar o conteúdo das abas sem que se "esvaziasse" teoricamente as

¹⁴⁴ Confirma o produto educacional intitulado "*Ovo não briga com pedra, mas lambuza!*": Insurreição de saberes e a "Epistemologia da Resistência" dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA, acessando o link <https://resistenciaquilombolasalcantara.com/>

análises dos conceitos e categorias de entendimento, ressignificadas no âmbito da resistência frente ao conflito com o CLA, impôs a mim uma condição de reflexividade permanente.

O uso da história oral subsidiada pela noção de “tempos vivos¹⁴⁵” possibilitou a análise acerca das trajetórias individuais e coletivas dos intelectuais quilombolas. As vozes da memória advindas das falas no decorrer da pesquisa de campo, permitiram a revisitação ao contexto de resistência frente ao conflito desde o processo de implantação do CLA e à compreensão da pluralidade das formas organizativas. Neves (2009, p. 109), ressalta que “o ato de relembrar insere-se entre as possibilidades múltiplas de registro do passado, elaboração das representações e afirmação de identidades construídas na dinâmica da História”. Os depoimentos dos intelectuais quilombolas no decorrer das entrevistas da pesquisa de campo, refletem análises particulares vinculadas aos processos coletivos. Ao considerar os depoimentos como forma de resistência cotidiana, optei por ressaltar trechos das entrevistas na tese e no produto educacional.

Objetivando que o produto educacional fosse dotado de possibilidades diferentes de usos em realidades distintas, organizei a plataforma interativa de modo que seu conteúdo pudesse ser acessado nos variados espaços de formação, tanto no âmbito formal como no âmbito informal de elaboração do conhecimento. A tese evidencia a análise acerca dos critérios de validação do conhecimento a partir de uma perspectiva hegemônica que invalida as demais formas de produção do conhecimento. Nesse sentido, compreendi que o produto educacional devia ser dotado de possibilidades de utilização em diferentes espaços, a partir de diferentes demandas que ultrapassam o campo educacional formal. O uso será definido a partir de diferentes demandas dos interessados no conteúdo da plataforma interativa, sendo possível sua utilização como instrumento de função pedagógica aplicável às diferentes modalidades e diferentes níveis de ensino, para fundamentação de análises relativas ao uso de mapas, análise dos conceitos e categorias a exemplo de intelectual, cartografia, comunidades tradicionais, quilombo, território, territorialidades específicas, conflitos agrários, resistência, mobilizações, ancestralidade, atos de Estados, entre outros.

No que tange ao uso pelos intelectuais quilombolas de Alcântara, o produto educacional apresenta-se como uma produção que reúne elementos referentes às diversas formas de resistência frente ao conflito com o CLA desde a implantação da Base, historicizando o conflito a partir da perspectiva das experiências de mobilizações dos quilombolas ao longo

¹⁴⁵ A expressão “tempos vivos” (Neves, 2009), refere-se à dinamicidade das trajetórias individuais, coletivas e a referenciais identitários.

dos mais de 40 anos do conflito e agregando as diferentes formas de resistência cotidianas nos territórios. As dificuldades impostas pelo racismo epistêmico que atua para impedir o acesso às produções que analisam o conflito dos quilombolas com o CLA, se efetivam cotidianamente.

Os quilombolas relataram que as crianças e os jovens dos diferentes territórios “desconhecem” parte da história de luta dos seus familiares frente ao conflito. Evidenciaram que a plataforma interativa mostrará de uma forma dinâmica a resistência permanente no território étnico. Sobre a contribuição pedagógica¹⁴⁶ da plataforma, o sr José Inaldo Ribeiro, 72 anos, quilombola de Canelatiua, ressaltou que *“nós sempre lutamos nesse território, sempre lutamos por esse direito, contemplamos como uma vitória. Se você não sabe, não pode ensinar!”*

A consulta ao mapa interativo possibilita o contato com os saberes e fazeres de resistência de seus territórios e de outros territórios, o que proporciona um alargamento das informações acerca da localização dos quilombos, dos usos diversos dos recursos naturais e das práticas cotidianas desenvolvidas em diversos pontos do território étnico. Compreendo que a plataforma figura como um “lugar” que possibilita o exercício de análise da trajetória de resistência dos intelectuais quilombolas. Os critérios que defini para sua construção, elaboração das abas e hospedagem do site, revelam a cautela para que a autonomia de fala dos intelectuais quilombolas fosse garantida, na medida em que optei por não vincular a plataforma a um “lugar institucional” que figurasse com o caráter de tutela frente ao material produzido. É uma pretensão de não vinculação, na medida em que, como ressalta Smith (2018, p. 12), “tanto o conhecimento acadêmico formal quanto o informal, imaginativo, assim como as construções anedóticas do Outro, são entrelaçadas entre si e com as atividades de pesquisa”. A plataforma interativa fora registrada sem vinculação aos sites de instituições acadêmicas e a hospedagem tem vigência inicial de três anos, podendo ser atualizada no que se refere ao conteúdo das abas e acrescida de renovação do prazo de vigência.

Compreendo que o produto educacional pode figurar também como referência para as comunidades tradicionais de outros territórios, na medida em que auxilia na compreensão dos processos de luta pelo território, apresenta formas de resistência cotidianas, agrega documentos relevantes no processo de luta pelo território e produções dos intelectuais quilombolas de Alcântara, que podem subsidiar discussões acerca das demandas de outros territórios de comunidades tradicionais.

¹⁴⁶ Abordei detalhadamente as impressões dos intelectuais quilombolas acerca da plataforma interativa na seção 4.4 intitulada Plataforma interativa e experiências de aplicação do produto educacional: *“Se você não sabe, você não pode ensinar!”*

A estrutura da plataforma fora construída para que os intelectuais quilombolas de Alcântara, professores, alunos de diversas modalidades de ensino, pesquisadores, comunidades tradicionais distintas, sociedade civil de modo geral, possam acessar informações detalhadas acerca do conflito dos quilombolas com o CLA desde a sua implantação, sobre o processo de deslocamento compulsório das famílias para as “agrovilas”, sobre as políticas permanentes de deslocamentos compulsórios implementadas pelas descontinuidades de políticas públicas nos territórios, sobre as ressignificações dos conceitos, das formas de mobilização por meio das entidades representativas, do acionamento dos elementos jurídicos em defesa do território étnico e dos saberes e fazeres de resistência. Procederei o detalhamento da estrutura da plataforma para a compreensão das escolhas teóricas que fiz na construção dos textos e disposição dos materiais em PDF, fotos, trechos de entrevistas, mapas e livros.

4.3 Estruturação das abas da plataforma interativa: por uma insurreição de saberes e fazeres de resistência

A vasta produção intelectual acerca do conflito dos quilombolas e o CLA ao longo dos mais de 40 anos fora elaborada a partir de diferentes perspectivas no que se refere às práticas de pesquisa. Ocorre que parte significativa dessa produção intelectual pressupõe que os intelectuais quilombolas de Alcântara atuam como “informantes” e não apresentam resistência frente às formas de classificação comumente utilizadas para defini-los. Danilo Serejo, intelectual quilombola de Canelatiua, analisando a forma genérica adotada pelo Estado e pelos outros espaços de poder, ao se referirem aos quilombolas, evidenciou que *“nos tratam dentro da ideia de arquivo, nos tratam como um elemento histórico e nos devolvem para o arquivo”*. Ao analisar as falas dos quilombolas no que tange às constantes intervenções nos territórios em razão das pesquisas, não estou classificando minha prática de pesquisa como “exemplo”, ao contrário, minha intenção é refletir reiteradas vezes sobre minhas inconsistências, distorções conceituais e dificuldades teóricas que emergem como desafio a partir das relações de pesquisa dinâmicas construídas.

O produto educacional que apresento reflete essas inquietações no sentido de compreender que é responsabilidade inerente à pesquisa, o ato de compartilhar os conhecimentos que foram construídos coletivamente, de um modo que haja uma contribuição prática acerca das análises que sustentam a produção intelectual. Nesse sentido, a plataforma objetiva apresentar as diferentes formas de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara frente ao conflito com o CLA, construídas a partir das experiências com suas

diferentes territorialidades específicas, abordando a história não escrita da resistência cotidiana que converge com as diferentes formas de luta pelo território étnico.

As abas que constituem o produto educacional foram organizadas com o intuito de documentar e conceitualizar as formas de resistência cotidianas, situando as experiências, as práticas dos saberes e fazeres de resistência que formam a “epistemologia da resistência” dos intelectuais quilombolas de Alcântara. Por se constituir uma plataforma, ressalto o potencial de uso do produto educacional, na medida em que, proporciona a possibilidade de atualização dos materiais dispostos, da inserção de novas informações e/ou alterações que acompanhem a dinâmica das questões concernentes ao conflito, das diversas mobilizações das entidades representativas, das produções intelectuais dos quilombolas e das práticas de resistência cotidianas nos territórios.

A linguagem adotada ao longo das abas articula, de forma acessível, as análises acerca do texto, das imagens e dos trechos de falas dos intelectuais quilombolas, colocados em destaque para evidenciar a força das narrativas individuais amparadas nas experiências coletivas. Neves (2006, p. 19) cita Thompson (1992) analisando que

a singularidade é profunda lição da história oral e de cada história de vida. Afirma, ainda, que a história oral, ao dedicar-se a recolher depoimentos individuais, que se referem a processos históricos e sociais, apresenta inúmeras potencialidades metodológicas e cognitivas.

Considero que a singularidade de uso dos trechos dos depoimentos reside ainda, na força da fala diante de uma perspectiva repressiva que reproduz cotidianamente práticas colonialistas de silenciamento e exclusão, operando o racismo epistêmico que não reconhece as versões dos testemunhos construídos fora da lógica da história dita oficial.

Sigo apresentando por meio da análise das abas¹⁴⁷, como se deu a construção do produto educacional no que se refere às escolhas conceituais, os critérios de definição das informações dispostas no mapa interativo, do material em PDF disponível para consulta, das imagens e dos saberes e fazeres de resistência evidenciados na plataforma.

¹⁴⁷ Optei por apresentar o recorte da aba como forma de proporcionar a visualização parcial no sentido de dinamizar a análise dos elementos da plataforma interativa.

4.3.1 Página inicial – “Ovo não briga com pedra, mas lambuza!”



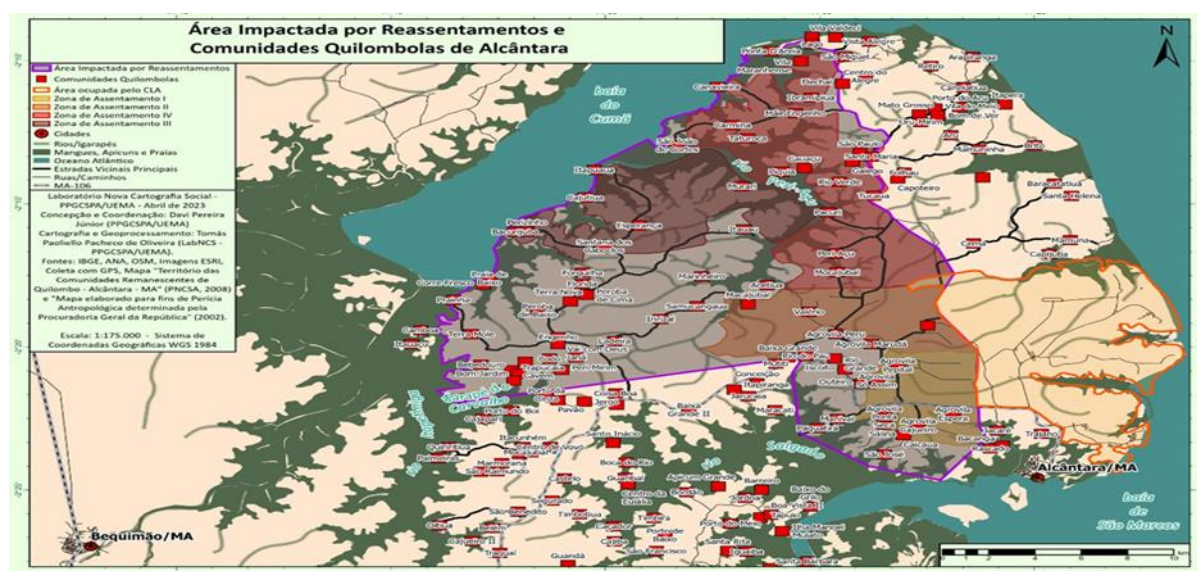
A página inicial do produto educacional apresenta uma análise acerca da expressão “*Ovo não briga com pedra, mas lambuza!*”, como parte do título da produção. Os usuários terão informações gerais acerca do objetivo da plataforma interativa, dos conceitos que pautaram as análises propostas, da estruturação das abas, dos materiais para consulta disponíveis, sobre o mapa interativo e o acesso às informações referentes aos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara.



O mapa intitulado *Área impactada por reassentamentos e comunidades quilombolas de Alcântara* produzido no âmbito da pesquisa de campo como parte integrante da documentação anexada à manifestação pericial apresentada à Corte IDH, fora adaptado para o produto educacional no intuito de por meio da interatividade, permitir o acesso aos territórios de 20 quilombos localizados em áreas que contemplam a amplitude do território étnico de Alcântara. Os ícones dispostos ao longo da extensão do território, proporciona uma análise detalhada das informações sobre a localização dos quilombos visitados na pesquisa de campo, seus saberes e fazeres de resistência cotidianos, principais atividades econômicas, a exemplo da produção agrícola, pesca, feitura de artefatos utilizados no cotidiano das atividades econômicas, artesanato, como formas de resistência coletiva. O acesso ao número atualizado de famílias por território mapeado ampara a análise contrária à ideia de vazio demográfico reproduzida pelo CLA para “justificar” a pretensão de expansão da área ocupada. Acessando a legenda do mapa é possível verificar informações relativas às áreas de assentamento das famílias nas “agrovilas”, as áreas impactadas, um detalhamento dos rios, igarapés, mangues, apicuns, praias e estradas vicinais principais.

O critério de definição dos quilombos representados no mapa interativo ancorou-se nas visitas de campo. A complexidade de análise do território étnico e de suas territorialidades específicas impuseram limitações inerentes ao trabalho de campo. Ocorre que realizar o mapeamento social de outros quilombos do território étnico requeria uma estruturação da pesquisa de campo por um período de anos, devido às condições de acesso aos territórios, estreitamento das relações com os quilombolas, disposição de recursos financeiros para custeio

dentre outras questões inerentes ao trabalho de campo. Considero que o modo como articulei a análise no mapa interativo, alinha-se com a tese de que os intelectuais quilombolas produzem conhecimentos de resistência em suas territorialidades específicas, ressignificam conceitos, produzindo uma “Epistemologia da Resistência” a partir das diferentes formas de resistência cotidiana, convergindo para a noção de território étnico. dentre outras questões inerentes ao trabalho de campo. Considero que o modo como articulei a análise no mapa interativo, alinha-se com a tese de que os intelectuais quilombolas produzem conhecimentos de resistência em suas territorialidades específicas, ressignificam conceitos, produzindo uma “Epistemologia da Resistência” a partir das diferentes formas de resistência cotidiana, convergindo para a noção de território étnico.

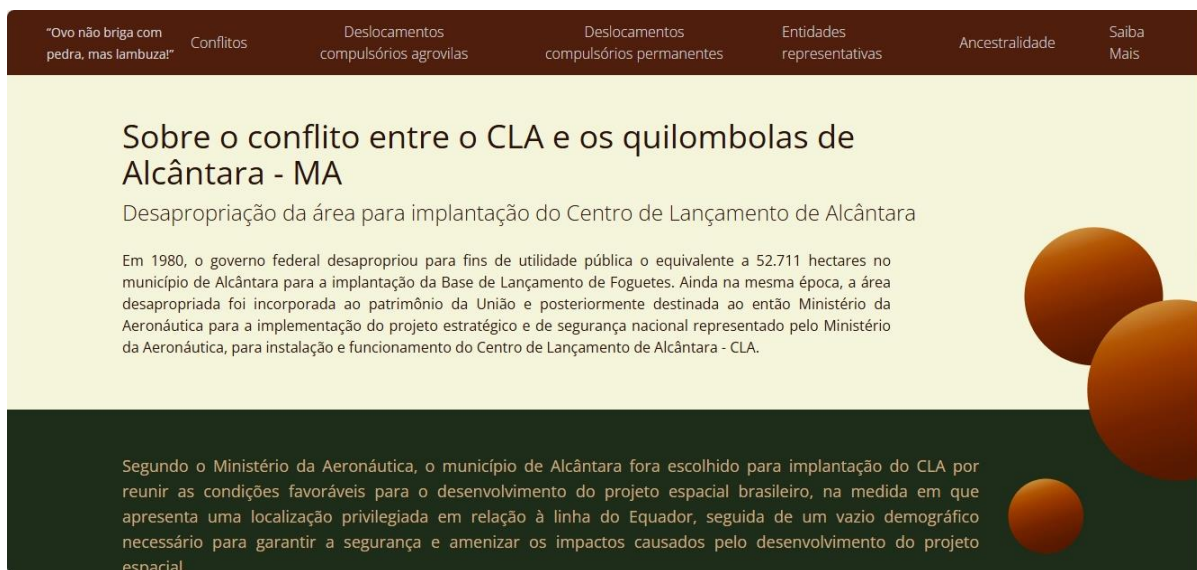


Mapa 4: Área Impactada por Reassentamentos e Comunidades Quilombolas de Alcântara.

Fonte: Tomás Paoliello Pacheco de Oliveira e Davi Pereira Júnior / Laboratório Nova Cartografia Social – PPGCSPA/UEMA.

A aba “*Ovo não briga com pedra, mas lambuzal!*”, pode subsidiar análises acerca do conceito de epistemologia, intelectual, resistência, comunidades tradicionais, quilombolas, território, territorialidades específicas, cartografia social, mobilizações coletivas, saberes e fazeres de resistência.

4.3.2 Sobre o conflito entre o CLA e os quilombolas de Alcântara – MA



A aba Conflitos apresenta informações relativas ao processo de desapropriação da área para implantação do CLA, historicizando os principais argumentos utilizados pelo governo federal para desenvolvimento do projeto espacial no território de Alcântara, os impactos causados às famílias quilombolas no âmbito do deslocamento compulsório e as violações dos direitos dos quilombolas no que se refere à não efetivação de consulta prévia. A aba possui uma seção “Clique aqui” que permite o acesso ao mapa¹⁴⁸ intitulado Área do Decreto 08/08/1991, que se refere à área de 62.000 desapropriada para fins de instalação do Centro de Lançamento. Apresenta imagens de parte da área litorânea ocupada pelo CLA.

A aba Conflitos permite a análise acerca da noção de território, quilombo, desenvolvimento, implantação e impactos de grandes projetos, violação dos direitos humanos, vazio demográfico, deslocamentos compulsórios e cartografia.

¹⁴⁸ O mapa apresentado na aba Conflitos também fora elaborado no âmbito da pesquisa de campo para feitura da perícia antropológica apresentada à Corte IDH.

4.3.3 Deslocamento compulsórios das comunidades quilombolas para as agrovilas



A aba intitulada Deslocamento compulsório das comunidades quilombolas para as agrovilas, objetiva situar o usuário acerca da política de deslocamento das comunidades quilombolas para as “agrovilas”, ação do governo federal que impactou não apenas as famílias realocadas. Os trechos dos depoimentos de quilombolas realocados revelam a dor e o sofrimento provocados pela desestruturação das formas de viver e produzir em seus territórios.

A seção “Clique aqui” encaminha o usuário para acesso ao mapa intitulado Comunidades Quilombolas deslocadas e as agrovilas de Alcântara, que apresenta informações acerca da localização das “agrovilas”, da área desapropriada e área ocupada pelo CLA, dos rios, igarapés, dos apicuns, mangues, praias e das estradas vicinais.

Ao acessar o conteúdo da aba Deslocamento compulsório, é possível analisar a prática de uso comum dos recursos naturais, o projeto das “agrovilas” e as implicações do deslocamento compulsório dos quilombolas dos seus territórios.

4.3.4 Deslocamentos compulsórios permanentes

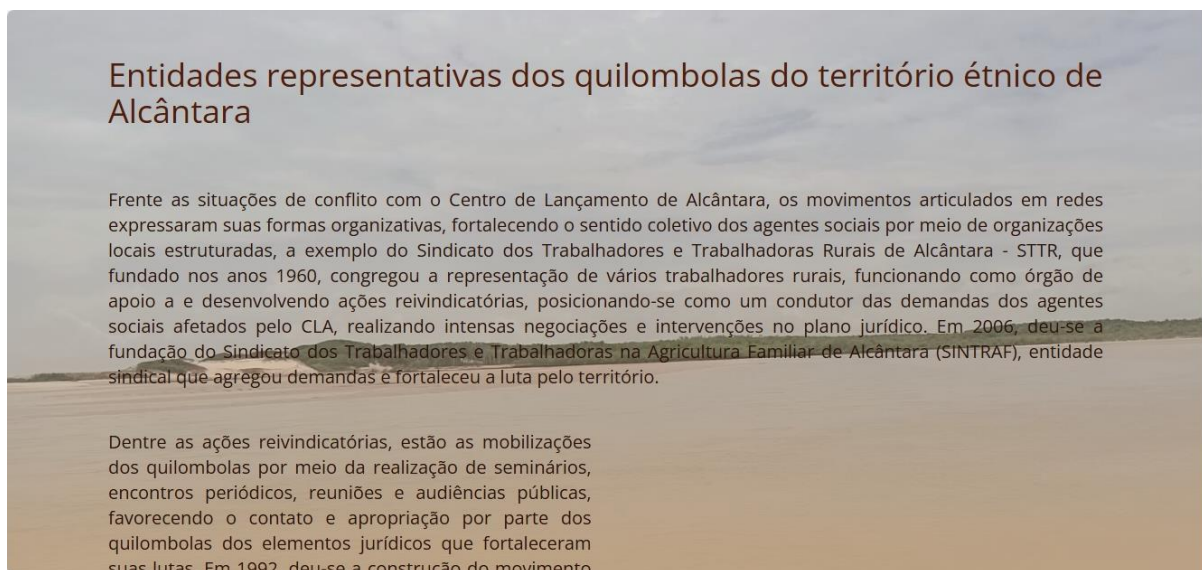


A aba intitulada Deslocamentos compulsórios permanentes amplia as informações referentes à política de deslocamento compulsório das famílias para as “agrovilas”, trata da estruturação arquitetônica, disposição das casas, da violência simbólica vivenciada pelos quilombolas no cotidiano com a efetivação de práticas de deslocamento em caráter permanente em razão da descontinuidade das políticas públicas relativas à educação, saúde, acesso à água potável, manutenção de estradas vicinais, transporte escolar e outras demandas que promovem a saída dos quilombolas de seus territórios.

A seção “Clique aqui” apresenta uma imagem de escola desativada no quilombo Mamuna, como exemplo de descontinuidade de políticas públicas que causam impactos no cotidiano dos intelectuais quilombolas e desarticulam os diferentes modos de viver.

Por meio da análise do conteúdo da aba Deslocamentos compulsórios permanentes é possível discutir as ambiguidades dos atos de Estado, a violação dos direitos dos quilombolas em caráter permanente e os impactos causados pela desestruturação do modo de vida dos quilombolas deslocados para as “agrovilas” e dos quilombolas que se mantêm nos diferentes territórios.

4.3.5 Entidades representativas dos quilombolas do território étnico de Alcântara



A aba Entidades representativas dos quilombolas do território étnico de Alcântara objetiva apresentar parte do percurso das ações de mobilização dos intelectuais quilombolas frente ao conflito com o CLA por meio da análise das entidades representativas STTR, SINTRAF, MOMTRA, MABE e ATEQUILA. Tomando como base o *Seminário de 99* intitulado Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais e o II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais realizado em 2019, apresentei algumas ações mobilizatórias que convergiram para a criação das entidades representativas MOMTRA, MABE E ATEQUILA, evidenciando as articulações e formas de resistência frente as demandas do conflito com o CLA. A dinâmica do conflito acirrada pela permanente violação dos direitos dos intelectuais quilombolas e com a pretensão de expansão da área ocupada pelo CLA, redefiniu as ações de resistência na luta pela titulação do território étnico.

Os documentos dispostos para acesso, a exemplo da Carta do II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais e do fascículo intitulado Quilombolas atingidos pela Base Espacial permitem aos usuários da plataforma, a análise detalhada das ações referentes ao II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais e às informações acerca do conflito organizadas no fascículo elaborado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em parceria com os quilombolas de Alcântara e de suas entidades representativas.

Na seção “Para saber mais”, estão disponíveis os livros Direitos, resistência e mobilizações e Lutas em memória, produções dos intelectuais quilombolas que permitem a análise das ações de mobilização ao longo dos mais de 40 anos de luta pela permanência no território étnico de Alcântara.

A aba Entidades representativas dos quilombolas do território étnico de Alcântara, apresenta várias possibilidades de aplicação didática acerca da análise de conceitos referentes aos movimentos sociais, mobilizações sindicais, movimento de mulheres para discutir as questões relativas a gênero e fortalecimento da luta pelo território, questão agrária e étnica, resistência e produção intelectual dos quilombolas.

4.3.6 Ancestralidade, saberes e fazeres tradicionais dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA: história não escrita da resistência cotidiana em suas diferentes fronteiras



A aba intitulada Ancestralidade, saberes e fazeres tradicionais dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA: história não escrita da resistência cotidiana em suas diferentes fronteiras, apresenta um detalhamento das diversas formas de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara a partir de seus saberes e fazeres de resistência construídos no cotidiano dos seus territórios. Apresentei os saberes e fazeres de resistência mapeados no âmbito da pesquisa de campo como produção dos intelectuais quilombolas a partir das vivências cotidianas e das especificidades dos seus territórios a saber:

- Os saberes e fazeres cotidianos relativos à produção agrícola, com informações acerca das roças e dos impactos provocados pelas ações do CLA no que se refere à redução da capacidade produtiva das roças das famílias

realocadas nas “agrovilas”, a escassez de áreas para feitura das roças e reprodução social das famílias;

- Os saberes e fazeres cotidianos referentes às atividades de pesca, coleta de mariscos e feitura de artefatos utilizados nos igarapés e pesca no mar, os impactos ambientais causados pela sobrecarga dos recursos naturais para garantir a sobrevivência das famílias realocadas para as “agrovilas” e impedidas pelo CLA ao acesso às suas áreas de pesca;
- Os saberes e fazeres cotidianos utilizados na confecção de embarcações de pequeno, médio e grande porte, comercializadas nos territórios de Alcântara e outros municípios, a exemplo de Guimarães e Bequimão;
- Os saberes e fazeres cotidianos construídos no Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica, no quilombo Canelatiua;
- Os saberes e fazeres cotidianos produzidos no Centro de Produção e Comercialização de Cerâmica de Itamatatua;
- Os saberes e fazeres cotidianos produzidos no Centro de Artesanato do quilombo Santa Maria;
- Outros saberes e fazeres de resistência no território étnico de Alcântara, a exemplo da quebra do coco em mutirão e coleta coletiva de juçara.

Dada a complexidade de análise do cotidiano dos intelectuais quilombolas em razão da dinamicidade e especificidades das atividades desenvolvidas nos diversos territórios, resalto as limitações do mapeamento dos saberes e fazeres de resistência. As formas de fazer e as práticas de resistência cotidianas são diversas e variam observando-se as singularidades de cada território. Ocorre que não havia pretensão de mapeamento dos saberes e fazeres na “totalidade” das experiências cotidianas. Não fiz análises referentes aos saberes e fazeres de resistência das “festas de santo” e “festas para santo” realizadas nos territórios, em razão da complexidade de alinhamento do calendário para mapeamento dos eventos e extensão da pesquisa de campo. O mapa interativo foi organizado de modo que seja possível fazer atualizações nas informações relativas aos quilombos e disposição de outros ícones para mapeamento de saberes e fazeres de outros territórios.

A aba Ancestralidade, saberes e fazeres tradicionais dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA: história não escrita da resistência cotidiana em suas diferentes fronteiras,

possibilita uma análise acerca dos conceitos de resistência, ancestralidade, tradicional, territorialidades específicas, uso comum dos recursos naturais, consciência ecológica, museu, memória, ciência, saberes e fazeres das comunidades tradicionais e coletividade.

4.3.7 Saiba mais

The image shows a contact form on a website. The form is set against a dark brown background with a lighter brown header. The header contains several menu items: "Ovo não briga com pedra, mas lambuzal!", "Conflitos", "Deslocamentos compulsórios agrovilas", "Deslocamentos compulsórios permanentes", "Entidades representativas", "Ancestralidade", and "Saiba Mais". The main heading of the form is "Gostaria de saber mais sobre nossa pesquisa?". Below this, it says "Entre em contato conosco". There are four input fields: "Nome", "E-mail", "Tema de contato", and "Mensagem". To the right of the form, there are two orange spheres of different sizes.

A aba “Saiba mais” possibilita aos usuários o contato via email para registro de suas contribuições, dúvidas, comentários acerca da plataforma. O contato garante a privacidade dos usuários e suas demandas e garante um modo adequado de acesso às informações referentes à pesquisa.

4.4 Plataforma interativa e experiências de aplicação do produto educacional: *“Se você não sabe, você não pode ensinar!”*¹⁴⁹

O processo de elaboração da plataforma interativa fundamentou-se na ressignificação dos conceitos de intelectual, “epistemologia”, resistência e outros conceitos analisados durante a elaboração do texto da tese. Ocorre que ao definir o uso da história oral, compreendo que a pesquisa acadêmica deve privilegiar as narrativas e a força da oralidade, que darão as condições de possibilidades para a relativização das interpretações e da análise da pluralidade inerente às formas de produção do conhecimento. Partindo-se do pressuposto de que o processo educativo ocorre nos diferentes espaços sociais, defini que não apresentaria sugestões de uso do material

¹⁴⁹ Trecho de fala do sr José Inaldo Ribeiro, 72 anos, quilombola de Canelatiua.

disposto na plataforma. Compreendo que sugerir o uso a partir dos meus critérios de escolha, poderia soar como limitação para as diversas possibilidades de utilização do conteúdo e dos materiais complementares dispostos para consulta, dado o caráter interdisciplinar do produto educacional. O diálogo atual com as demandas sociais confere diferentes usos, em realidades distintas. Como exercício de aplicabilidade, de valorização do diálogo e da conexão como critério de adequação metodológica (Collins, 2009) procedi com a análise da plataforma digital apresentando o seu conteúdo em dois espaços distintos de produção do conhecimento. Apresento a seguir as situações de aplicação e análise das experiências.

4.4.1 Aplicação do produto educacional aos intelectuais quilombolas de Alcântara



Foto 7: Centro de Ciências e Saberes Quilombola Mãe Anica

Fonte: Dorinete Serejo

A singularidade da construção de um produto educacional reside, em minha análise, na noção de reciprocidade que assegura que a pesquisa alcance, de modo prioritário, as pessoas que contribuiram no seu processo de construção. A consulta aos intelectuais quilombolas sobre suas demandas acerca da produção do material e o compromisso de elaborar um produto educacional viável ao uso nos diferentes territórios, pautaram o percurso de reflexividade e construção da plataforma interativa. Smith (2018, p. 44) ressalta que “a escrita acadêmica é uma maneira de escolher, de organizar e apresentar o conhecimento”. O ato de “escolher” dotado dos critérios de validação definidos por mim, precisavam ser minimizados, para me

destituir do poder de definir, conferindo-me a possibilidade de estabelecer um diálogo e refletir sobre as complexidades da pesquisa e da construção do produto educacional.

Ao utilizar a metodologia da história oral, refleti sobre a responsabilidade peculiar inerente à sua aplicação. O respeito à fala dos intelectuais quilombolas como prática de resistência cotidiana e a importância do retorno do material produzido para análise com os agentes sociais consolida a ideia de que as produções são coletivas, não autorais. Pautada nessa compreensão, retornei ao campo, especificamente ao quilombo Canelatiua para a experiência de aplicação da plataforma interativa. A “escolha” do quilombo Canelatiua justifica-se em razão de que optei por realizar a análise do produto educacional no Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica, espaço representativo na afirmação dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas. Esse espaço de educação não formal possibilita a valorização dos saberes e fazeres não validados no âmbito formal e se configura como um espaço seguro de elaboração de práticas educativas referentes aos elementos culturais, aos conhecimentos, às tradições e às peculiaridades dos intelectuais quilombolas em suas relações com as territorialidades específicas.

A realização da aplicação do produto educacional com os intelectuais quilombolas ocorreu no dia 08 de março de 2025. Foram mobilizados intelectuais quilombolas de diferentes territórios para o encontro, realizado no período matutino. Em razão da intensidade das chuvas no dia anterior ao encontro, alguns intelectuais quilombolas não puderam comparecer devido às dificuldades para o transporte. Participaram do encontro, intelectuais quilombolas dos territórios de Canelatiua e Santa Maria. Quilombolas a exemplo do sr José Inaldo Ribeiro, 72 anos, que vivenciou o conflito com o CLA desde a sua implantação, sra Dorinete Serejo, 50 anos, que integra a coordenação do MABE e atua no apoio às demais entidades representativas, sra Inês, 30 anos, quilombola e professora no território Santa Maria, os adolescentes Samuel Soares Guimarães e Andressa Ramos Moura, 17 anos, quilombolas e alunos do Ensino Médio e as crianças¹⁵⁰, quilombolas e alunos do Ensino Fundamental I e II da escola do quilombo Canelatiua.

Anteriormente ao acesso à plataforma interativa, situei as informações acerca da pesquisa e do processo de elaboração do produto educacional. Os intelectuais quilombolas falaram a respeito das dificuldades de locomoção durante o período chuvoso, ressaltando que as estradas apresentam condições precárias, impossibilitando outros intelectuais quilombolas de estarem presentes no encontro. Iniciei a apresentação do produto educacional, ressaltando a

¹⁵⁰ As crianças que participaram do encontro observaram a plataforma interativa com atenção.

expressão *“Ovo não briga com pedra, mas lambuza!”*. O sr José Inaldo Ribeiro se manifestou destacando que *“É isso mesmo, deixa a marca, ponto de resistência!”*. Evidenciou que muitos quilombolas usam a expressão nas suas diversas comunidades para expressar a resistência e afirmou que *“nós não tiramos a Base daqui, mas sempre lutamos nesse território!”*

Prossigui a apresentação do produto educacional de modo que os quilombolas tivessem acesso às abas com o detalhamento das informações relativas ao mapa interativo, às imagens e materiais dispostos nos links. Analisamos detalhadamente cada aba, os ícones do mapa interativo e situamos os territórios dos quilombolas presentes no encontro. Diante da disposição do número de famílias dos quilombos mapeados, a sra Dorinete Serejo e o sr José Inaldo Ribeiro, ressaltaram a importância da informação disponível e reforçaram que esses dados atualizados auxiliam na desconstrução do argumento de vazio demográfico, utilizado pelo CLA para justificar a pretensão de expansão da área ocupada.

A sra Inês, 30 anos, quilombola de Santa Maria, ressaltou a importância da aba intitulada Sobre o conflito entre o CLA e os quilombolas de Alcântara – MA, que objetiva historicizar o conflito. Enfatizou que apesar de existirem muitos trabalhos sobre o conflito com a Base, *“sua geração e os mais jovens pouco sabem sobre o que aconteceu e continua acontecendo!”* Analisou que no desenvolvimento do seu trabalho como professora, se faz necessário *“saber sobre o conflito, porque não conhecemos detalhes, só ouvimos os mais velhos falar. Eu sei um resumo da história, tem que levar pra dentro da escola!”*

A sra Dorinete Serejo, 50 anos, quilombola de Canelatiua, referiu-se à plataforma digital como um importante instrumento para organizar as informações sobre o conflito e sobre as diversas formas de produção nos quilombos, expressando que *“essas informações que estão na cabeça das pessoas vai tá a disposição para que acessem quando essas pessoas não estiverem aqui, para saberem como se dá a produção das coisas na região!”*

O sr Samuel Soares Guimarães, 17 anos, quilombola de Canelatiua e aluno do Ensino Médio em Alcântara, ressaltou a importância do conteúdo da plataforma interativa para dinamizar o processo de aprendizagem em sua escola. Citou, como exemplo, as dificuldades na realização dos trabalhos de pesquisa propostos pelos professores de diferentes áreas do conhecimento, que solicitam atividades avaliativas que reúnam informações acerca dos diferentes comunidades de Alcântara, no entanto, não fornecem materiais de pesquisa para subsidiarem o estudo. Relatou que alguns professores *“desconhecem”* a distância do percurso entre os territórios e as dificuldades de deslocamento. Sobre o mapa interativo, afirmou que o acesso aos ícones facilitará *“o conhecimento sobre informações do dia de outras comunidades, que apesar de algumas serem perto, não tenho como ir porque não tem transporte!”*

A sra Andressa Ramos Moura, 17 anos, quilombola de Canelatiua e aluna do Ensino Médio em Alcântara, reiterou as dificuldades de acesso a materiais que subsidiem os estudos sobre o território de Alcântara, relatou as dificuldades de acesso a outros territórios, evidenciou o cansaço e a exaustão causados pelo longo percurso feito diariamente de seu quilombo até a sede de Alcântara para acesso à escola e o pouco tempo disponível para estudo ao retornar para casa. Ressaltou que o acesso ao material disponível na plataforma digital auxiliará no conhecimento dos territórios e que a consulta poderá ser realizada nos computadores do laboratório de informática da escola.



Foto 8: Centro de Ciências e Saberes Quilombola Mãe Anica

Fonte: Dorinete Serejo

Encerramos a análise do conteúdo da plataforma digital discutindo as informações dispostas na Aba intitulada Ancestralidade, saberes e fazeres tradicionais dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA: história não escrita da resistência cotidiana em suas diferentes fronteiras, que direcionou as falas para a diversidade de saberes construídos no cotidiano dos quilombos.

4.4.2 Aplicação do produto educacional ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI e aos discentes do Ensino Médio do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, campus Codó.

A elaboração de um produto educacional que pudesse ser utilizado em diversos espaços de produção do conhecimento representou um desafio para minha prática de pesquisa. Ampliar as margens de uso do produto para outros espaços converge com a análise do conceito de “epistemologia da resistência” proposto na tese. Convém ressaltar que produzir uma escrita que não se defina como “esvaziada” teoricamente e que discuta conceitos que abarquem uma dimensão plural, necessitando que se recorra aos recursos epistemológicos de outras áreas do conhecimento para subsidiar a produção de um material consistente, não se constitui tarefa simples. Compreendo que o uso da história oral respaldou minhas escolhas, permitindo que o produto educacional elaborado figure como instrumento de práticas educativas a partir de diferentes usos em realidades distintas.

A aplicação do produto educacional junto ao NEABI e aos discentes do Ensino Médio do IFMA, campus Codó, realizou-se no dia 12 de abril de 2025, como atividade desenvolvida no âmbito do evento intitulado Territorialidades, Culturas e Saberes Ancestrais, organizado pelo NEABI, campus Codó.

A apresentação da plataforma interativa se deu com a participação de 40 discentes, das modalidades de ensino Médio Técnico e Cursos Superiores, especificamente graduandos das áreas de Agronomia, Licenciatura em Ciências Agrárias e Licenciatura em Biologia. Anteriormente ao acesso da plataforma digital, procedi a análise de conceitos, a exemplo de povos e comunidades tradicionais, cartografia social, território, territorialidade, territorialidades específicas, saberes tradicionais e ancestralidade, com discussões para subsidiarem o acesso às informações apresentadas nas abas do produto educacional.

No decorrer da análise dos conceitos, os discentes evidenciaram em suas falas que “desconheciam” seus usos, apesar de muitos pertencerem às comunidades quilombolas do município e se identificarem como quilombolas. Discorreram sobre a importância de se desenvolverem pesquisas para mapeamento social das comunidades tradicionais localizadas no entorno do campus, da urgência no sentido de implementação de projetos que viabilizem a presença dos quilombolas e quebradeiras de coco nas atividades do campus, objetivando a partilha dos saberes tradicionais e a valorização dos discentes advindos de comunidades tradicionais que estão nas diversas modalidades de ensino do IFMA, campus Codó, a exemplo do Programa de Jovens e Adultos -PROEJA. No âmbito do IFMA, campus Codó, registram-se

os cursos de Agropecuária, Agroindústria, Meio Ambiente e Informática, na modalidade Ensino Médio Integral, diurno; os Cursos Superiores, sendo respectivamente, Agronomia e as Licenciaturas em Matemática, Química, Biologia e Ciências Agrárias; o Curso de Tecnologia de Alimentos e as Pós Graduações em nível de Especialização em Agronomia e Ensino de Ciências e Matemática; na modalidade PROEJA, os cursos Agropecuária, Agroindústria, Informática e Comércio. Minha atuação como professora no campus ocorre em todas as modalidades de ensino, ministrando as disciplinas História I, História II e História III aos cursos Médio Técnico e PROEJA, História Afro brasileira e Indígena e História da Educação aos Cursos Superiores e Pós-graduação.



Foto 9:Aplicação do produto educacional ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI e aos discentes do Ensino Médio do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, campus Codó.

Fonte: NEABI / Codó

A apresentação do produto educacional seguiu com análise das informações contidas das abas, aplicando-se os conceitos discutidos anteriormente, com o detalhamento do mapa interativo e dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara, subsidiando as falas a respeito dos saberes e fazeres das comunidades tradicionais às quais os alunos pertencem. Os discentes do Curso de Agronomia apontaram “semelhanças” nas práticas dos quilombolas de suas comunidades e quilombolas de Alcântara no que se refere ao preparo das áreas de roças e o cultivo dos produtos agrícolas. O sr César da Silva Sousa, discente do Curso de Agronomia, relatou que

como estudante, o material apresentado não é só mais uma apostila e mostra um conhecimento que não está nos livros, pois esse conhecimento vem das pessoas, de suas lutas, do jeito como cada comunidade resiste e constrói seu lugar no mundo. Além disso, mostra o conhecimento tradicional, a luta pela terra e os saberes dos quilombolas na agricultura e como eles têm a ensinar, pois não adianta nada eu só saber calcular a adubação ou manejo de praga, se eu não entender a forma de fazer das pessoas que vivem nas comunidades. Foi desse jeito que entendi o valor do produto educacional que foi apresentado



Foto 10: Aplicação do produto educacional ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI e aos discentes do Ensino Médio do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, campus Codó.

Fonte: NEABI / Codó

No que tange às questões relativas ao conflito com o CLA, os discentes das diversas modalidades de ensino relataram o “desconhecimento” acerca da implantação do CLA e os desdobramentos da resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara por meio das permanentes mobilizações na luta pela garantia do território étnico. Evidenciaram a importância do material disponível no produto educacional como possibilidade de acesso às informações relativas ao conflito e às diversas formas de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara. O “desconhecimento” apontado pelos discentes reafirma a viabilidade da elaboração do produto educacional e a definição de que a plataforma digital seja utilizada em diferentes espaços de construção do conhecimento, objetivando interpretações múltiplas em realidades distintas, amparadas na abordagem interdisciplinar e no diálogo entre as áreas do conhecimento.

4.5 Notas inconclusivas sobre o produto educacional: “*Ovo não briga com pedra, mas lambuza!*”: insurreição de saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas de Alcântara – MA

Apresentei em discussão anterior, parte das dificuldades que enfrentei no processo de construção do produto educacional. Compreendo que tais dificuldades são inerentes à reflexividade que deve pautar o exercício de pesquisa e análise do objeto de estudo, que pauta na mesma medida, a elaboração do texto e do produto educacional.

O percurso de definição do produto educacional extrapola, na minha percepção, a adequação aos critérios elencados como base constituinte do material elaborado. Refiro-me aos critérios definidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES para a elaboração dos produtos educacionais, a saber: complexidade, impacto, aplicabilidade, acesso, aderência e inovação. A validação do produto educacional não se inicia com o alinhamento desses critérios, ao contrário, deve pautar-se nas demandas apresentadas pelo público a que se destina. Ao proceder essa análise, não proponho a ação de invalidar os critérios que devem pautar a elaboração do produto educacional, no entanto, pretendo evidenciar que a depender da definição do produto, tais critérios não se aplicam em sua totalidade. Ocorre que pensar o percurso de construção do produto a partir da pretensão de cumprir a determinação dos critérios elencados com um caráter de obrigatoriedade, no sentido de conferir a sua validação, parece-me um equívoco que compromete a sua viabilidade enquanto instrumento de potencial para subsidiar práticas educativas e formativas no âmbito educacional formal e não formal.

Ressalto que não optei pela feitura de uma plataforma digital em razão do “deslumbramento” recorrente no que se refere ao uso dos recursos digitais no contexto educacional. Minha experiência como docente tem me levado a compreender que a eficácia de um recurso didático está intimamente atrelada às condições de uso a que lhe é destinado e opto por não proceder com classificação que hierarquiza os recursos didáticos em viável ou não viável. A viabilidade depende de fatores que não se resumem à forma do produto. As condições para o uso envolvem não apenas o acesso ao produto educacional, ao contrário, compreendo que estão intrinsecamente ligadas às demandas do público a quem será destinado, ao planejamento prévio por parte de quem o utiliza quanto às situações e objetivos definidos para sua utilização.

Defini a plataforma digital como produto educacional pela viabilidade que esse instrumento conferiu a minha pretensão de dispor para acessar parte da produção intelectual

dos quilombolas de Alcântara, de potencializar os usos dos mapas elaborados no âmbito da pesquisa de campo, na ação de historicizar o conflito com o CLA, na análise dos impactos sociais, psicológicos e ambientais, provocados em razão dos deslocamentos compulsórios das famílias para as “agrovilas” não se restringindo ao “*tempo da mudança*”, na compreensão das diversas formas de mobilização e organização coletiva por meio das entidades representativas e no mapeamento dos saberes e fazeres cotidianos ancorados na ancestralidade como elementos que convergem para a “Epistemologia da Resistência”.

Diante da complexidade inerente às territorialidades que compõem o território étnico de Alcântara, seja em razão da dinamicidade das ações de resistência frente ao conflito com o CLA, seja em razão das formas cotidianas de resistência a partir dos saberes e fazeres dos quilombolas em suas diferentes fronteiras, concluí que a plataforma digital se adequa às demandas de atualização das informações dispostas. A versão da plataforma digital encontra-se hospedada pelo prazo inicial de três anos, com pretensão de renovação do prazo por igual período. A versão apresentada aos intelectuais quilombolas e discentes do IFMA está disponível para acesso em computadores. No que se refere à versão para acesso em celulares, está sendo adaptada¹⁵¹.

As experiências de aplicação do produto educacional objetivaram sua função didática, na medida em que consolidaram a prática de enfrentamento do problema educacional pretendido desde a sua definição. Trata-se do exercício de um esforço analítico de reconhecimento de existências diferenciadas, das singularidades de produção e validação do conhecimento a partir das múltiplas estratégias de resistência, do diálogo com as demandas dos intelectuais quilombolas no que se refere ao conflito com o CLA e frente ao racismo epistêmico que opera no cotidiano dos seus territórios, impossibilitando que se acesse o conhecimento sobre o conflito, as mobilizações, as particularidades advindas das práticas de resistência e sobre a história não escrita dos saberes e fazeres de resistência dos intelectuais quilombolas em suas diferentes fronteiras na luta pelo território étnico de Alcântara. Compreendo, partindo das experiências de aplicação, que o produto educacional reúne as condições de aplicabilidade em diversos espaços do contexto de educação formal e não formal, conferindo-lhes diferentes usos, em realidades distintas, por meio da apresentação de uma linguagem adequada que permite a análise dos conceitos propostos em diálogo com a realidade das formas de resistências que convergem para a “Epistemologia da Resistência” dos intelectuais quilombolas de Alcântara.

¹⁵¹ Será disponibilizada juntamente com a versão final do produto educacional a ser apresentada ao PPGHIST para efeito de depósito do material após a defesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “Deixa a marca, ponto de resistência!” notas acerca da “Epistemologia da Resistência” dos intelectuais quilombolas de Alcântara

A produção intelectual, a despeito do âmbito de sua elaboração, reveste-se de uma prática de resistência permanente. O processo de definição de um objeto de estudo não fica restrito à elaboração do projeto de pesquisa, ao contrário, ocorre enquanto houver a prática de reflexividade inerente à pesquisa. Tal compreensão abreviaria alguns desgastes e inconsistências na análise inicial do objeto de estudo, fase em que recorrentemente tentamos proceder com a definição do percurso a ser trilhado no âmbito da pesquisa. Iniciei minha trajetória de doutorado com a pretensão de pautar-me na análise acerca da produção dos intelectuais quilombolas de Alcântara, utilizando o termo “locais” para “classificá-los” por compreender que precisava “amarrar” as categorias de análise, o referencial teórico e a escolha metodológica, antes mesmo que o projeto de pesquisa fosse submetido à avaliação.

A pesquisa de campo e o contato com os intelectuais quilombolas que produzem conhecimentos em suas diferentes fronteiras, me destituíram da noção de que minha trajetória acadêmica daria as condições de possibilidade de análise necessárias para a compreensão do objeto de estudo. Como inquieta o processo de “descolonização” e o exercício de despir-se das construções hegemônicas do saber. A relativização da categoria intelectual proposta no projeto de pesquisa iniciou-se por mim, a partir da reflexão acerca de quem sou, sobre minha existência enquanto intelectual, se é real, sobre o que produzi, a quem minha produção intelectual serve, quais as classificações que uso para definir os outros e qual o impacto dos usos dessas classificações em minha escrita. Esse exercício de autoanálise redirecionou minha abordagem acerca do objeto de estudo. Ocupei-me menos das definições das categorias de entendimento e dediquei-me mais à compreensão acerca das interpretações do cotidiano dos intelectuais quilombolas. É na feitura dos saberes e fazeres cotidianos que são construídas as experiências que tornam os quilombolas intelectuais diferenciados. Não há uma concepção unificada de intelectuais, mesmo quando se trata daqueles que elaboram conhecimentos atrelados às especificidades de seus territórios. Compreendi que não há como classificá-los, enquadrá-los a

partir de critérios elencados por mim. A definição de como produzem conhecimento e atuam a partir das diversas formas cotidianas de resistência cabe somente a eles e qualquer tentativa de definição a partir de outro intelectual, soa como arbitrária. Optei por manter a categoria “Epistemologia da Resistência” ciente das limitações implicadas a partir dessa escolha.

Para subsidiar a análise referente à categoria intelectual, recorri à elaboração de três variações, a saber

i) Intelectuais quilombolas que vivenciaram diretamente as demandas do processo de desagregação das fazendas e ressignificaram conceitos coloniais, a exemplo de decadência, a partir de suas práticas cotidianas, autonomia no processo produtivo e uso comum dos recursos naturais, produzindo a “Epistemologia da Resistência”.

ii) Intelectuais quilombolas forjados na ancestralidade, que vivenciam o processo de desagregação das fazendas a partir das narrativas, exercitando, de modo permanente, práticas de resistência no território, na estruturação das entidades representativas, na formação acadêmica, elaborando teorias e intensificando as ações de produções acadêmicas que analisam as ressignificações dos conceitos cristalizados pela sociedade colonial, produzindo uma alternativa à epistemologia hegemônica que defino como “Epistemologia da Resistência”.

iii) Intelectuais quilombolas ancorados na ancestralidade, reivindicando o reconhecimento e posse do território étnico de Alcântara, frente ao Estado brasileiro, com práticas de resistência pautadas nos saberes e fazeres de resistência, na força do discurso das narrativas, produzindo a partir do cotidiano a “Epistemologia da Resistência”.

O instrumento analítico que criei para nortear a compreensão acerca da heterogeneidade dos intelectuais quilombolas de Alcântara me levou de volta às classificações, no entanto, o fato de estar ciente disso, me colocou em outro patamar de arbitrariedade. Analisei as faces da Epistemologia Ocidental, discutindo como opera e se reproduz nos diversos espaços de poder, a exemplo do âmbito acadêmico. Tratei do racismo epistêmico que permeia as relações acadêmicas e analisei as estratégias dos atos de Estado que promovem cotidianamente situações de “epistemicídio”, promovendo um estado permanente de violência simbólica e negação da noção de que o mundo social é epistemologicamente diverso. Tomando como base as variações de intelectuais do instrumento analítico, relativizei os conceitos de intelectual e epistemologia, a partir do processo de desagregação das fazendas de Alcântara e do conflito iniciado com a instalação do CLA. Os intelectuais quilombolas ressignificaram categorias definidas pela elite agrária e sustentaram novos significados a partir dos saberes e fazeres de resistência. Nesse contexto de recusa da ideologia da decadência, iniciou-se, na minha análise,

a construção da “Epistemologia da Resistência” consolidada com as demandas advindas do conflito com o CLA.

As singularidades do processo de produção do conhecimento pelos intelectuais quilombolas são definidas a partir da relação estabelecida nas territorialidades específicas. Nesse sentido, reitero que os intelectuais quilombolas são diferenciados, produzem conhecimentos diversos no âmbito individual e coletivo, a partir de demandas próprias vivenciadas no cotidiano das relações estabelecidas em seus territórios. A recusa dos critérios que validam de forma única a produção do conhecimento, remeteram-me à importância de conceitualizar e documentar as formas de resistências cotidianas que se constituem fora da lógica hegemônica ocidental e raramente são registradas.

Procedi com a elaboração do produto educacional como instrumento analítico que subsidiasse a discussão acerca da contra-história elaborada pelos intelectuais quilombolas em diferentes espaços de construção do conhecimento, da autonomia frente aos seus territórios, da recusa do porta-vozismo, da resignificação das relações de pesquisa, das mobilizações em torno do componente étnico, da organização das entidades representativas e das diferentes formas de resistências ancoradas na ancestralidade, nos saberes e fazeres de resistência. Registre a história não escrita da resistência cotidiana em suas diferentes fronteiras, reiterando minha tese de que os quilombolas são intelectuais, atuam na elaboração de conhecimento a partir de realidades distintas, são portadores da autoridade da fala acerca de seus territórios, transgredindo o pensamento que aponta para uma única direção da noção de epistemologia.

Concluí através do mapeamento acerca dos saberes e fazeres de resistência dos territórios quilombolas, que a elaboração de categorias epistemológicas está intrinsecamente associada às territorialidades específicas. Cada território quilombola produz uma “epistemologia” própria de resistência, ancorada na ancestralidade e nas demandas específicas vivenciadas no cotidiano. Ocorre que as experiências de resistências são se repetem da mesma forma em outros territórios. São singulares e específicas, apresentam pontos de semelhança, mas diferem a partir das formas de mobilização locais. O cotidiano dos intelectuais quilombolas evidencia a construção de espaços sociais próprios de cada quilombo que permitem as experiências individuais e coletivas, que convergem para a elaboração de uma “epistemologia própria”. As formas de mobilização, os saberes e fazeres de resistência dos diferentes territórios quilombolas convergem, frente ao conflito com o CLA, para a construção da “Epistemologia da Resistência”. A luta pelo território étnico potencializa as formas de resistências, validando as produções dos intelectuais quilombolas em suas diferentes fronteiras.

Ao registrar os saberes e fazeres de resistência nos territórios quilombolas evidenciados no mapa interativo que figura no produto educacional, objetivei que as formas de resistência dos intelectuais quilombolas fossem dispostas para a compreensão das formas comuns de luta e das especificidades de cada comunidade, sem que houvesse a pretensão de idealização dos saberes e fazeres na “dureza do cotidiano”. A valorização dos diferentes estilos de resistência em contraste com outras formas de resistir, se fez necessária para alargar a compreensão de que as ações cotidianas de resistência são tão eficazes quanto as ações de resistência que são tidas como macro ações de resistência desenvolvidas pelos intelectuais quilombolas, a exemplo das situações de denúncia à Corte IDH e à OIT.

Partindo da noção de que a relação cotidiana com as territorialidades se dá de modo diferenciado, as demandas individuais e coletivas dos intelectuais quilombolas são múltiplas e as estratégias de resistência estão em constante movimento. Discuti como as entidades representativas figuram como espaços onde os discursos diversos colidem para articular-se frente à tomada de decisões nas questões relativas aos encaminhamentos das demandas na luta pelo território étnico. As dissonâncias inerentes a qualquer processo político são apresentadas no âmbito das reuniões das entidades representativas. Diante da complexidade própria da multiplicidade de territórios que compõe o território étnico de Alcântara, a resistência também reside na manutenção das entidades representativas que constantemente são questionadas acerca de suas ações. Os intelectuais quilombolas exercitam cotidianamente a noção de que onde existe poder, existe resistência. Nesse sentido, a resistência permeia as mobilizações e as desmobilizações ao longo desses mais de 40 anos de conflito.

A análise dos depoimentos de intelectuais quilombolas de diferentes comunidades, reafirmou a importância da multiplicidade dos procedimentos metodológicos para ampliação da abordagem histórica, que respaldada pela interdisciplinaridade com a Antropologia, amparam minha compreensão acerca dos conceitos e das representações do tempo individual e do tempo coletivo em que são produzidas as resistências.

A história oral permitiu que eu exercitasse a contrageneralização, contribuindo para que a análise das narrativas se fundamentasse na compreensão de que as falas são representações individuais de práticas coletivas. Esse suporte foi fundamental para a elaboração do produto educacional. Constatar as similaridades das narrativas dos intelectuais quilombolas de diferentes territórios no que se refere às práticas de resistência e as especificidades dos saberes e fazeres de resistência, respaldaram-me na estruturação da plataforma interativa, exercício complexo dada a multiplicidade de situações do cotidiano nos quilombos. Ciente de que assim como o mapa não representa a totalidade dos territórios, as formas de resistências

apresentadas no produto educacional refletem um “recorte” das realidades localizadas, uma vez que a resistência não se processa numa perspectiva linear e estática.

As dificuldades no processo de elaboração do produto educacional intensificaram-se diante das escolhas necessárias para efetivar sua construção. A angústia presente na definição dos cortes cronológicos, das imagens e dos materiais complementares disponibilizados permearam todo o processo de construção da plataforma interativa. O receio mora na responsabilidade de publicizar uma análise que não fora produzida a partir de uma perspectiva autoral, mas que reflete uma produção coletiva.


A compreensão de que novas formas de resistência estão sendo construídas e que a atuação dos intelectuais quilombolas caminha em uma dinâmica acelerada, impõe a mim o compromisso de ficar atenta às possibilidades de atualização da pesquisa e da plataforma interativa. Creio que essa seja a principal contribuição de uma tese e de um produto educacional. Compreender que a análise se encerra “por enquanto” por razões óbvias das limitações inerentes a todo projeto, no entanto, os esforços para que as contribuições práticas objetivadas sejam efetivamente concretizadas.

Ouvi muitos relatos de colegas sobre o não uso dos produtos educacionais nos espaços para os quais foram elaborados. Na tentativa de fugir dessa “armadilha”, elaborei o produto educacional articulado ao público a quem se destina, o que não garante que a plataforma interativa seja efetivamente utilizada, no entanto, a possibilidade de atualização do material, minimiza a perspectiva de “engavetamento” citada pelos colegas. Finalizada a versão definitiva, farei a divulgação do produto educacional junto aos intelectuais quilombolas, às comunidades tradicionais de outros territórios, a exemplo dos quilombos localizados em Codó, município onde moro, em espaços de formação de educação formal e não formal. Entendo que compartilhar as análises é um compromisso que deve ser consolidado a longo prazo.

Reitero que as análises desenvolvidas na tese e no produto educacional são “recortes” de realidades múltiplas acerca da vasta produção dos intelectuais quilombolas de Alcântara e das práticas de resistência ancoradas em seus saberes e fazeres cotidianos na luta pelo território étnico. Tais “recortes” são parte de um longo trajeto percorrido por mim na pretensão da elaboração de conhecimentos que possam pautar, ancorados em outras produções intelectuais, um percurso de construção das contra-histórias como formas de resistências.

ANEXOS

ANEXO I-




MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTERA
 Rua Maria Moura, 106 - KM 07
 Alcântara - MA - CEP 65.250-000
 Tel: (98) 3311-8284 / 8844 / e-mail: aca.cla@fao.mil.br


AVISO AOS NAVEGANTES

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) vem informar a comunidade pesqueira localizada no entorno do CLA que está sendo realizada a **OPERAÇÃO ASTROLABIO 2023**, que prevê o lançamento de 01 (um) Foguete HANBIT-TLV.

Período de 07 de março a 21 de março de 2023.
Horário: 24 horas
Área de Interdição: Igarapé Piraema/ Igarapé do Brito
Número do Aviso aos Navegantes: 0358/23



Mapa 1 - Área de interdição expandida


FERNANDO BENÍTEZ LEAL, Diretor Presidente
 Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara

Mais informações: (98) 3311-8284 / 8844 / e-mail: aca.cla@fao.mil.br

Foto: M. Reprodução de cenas de abertura de "Jornal de Engenharia". Foto: Aspectos de pesquisadores. An. 2023

CARTA DO II SEMINÁRIO ALCÂNTARA: A BASE ESPACIAL E OS IMPASSES SOCIAIS.

Alcântara/MA, 25 de novembro de 2017.

As Comunidades Quilombolas de Alcântara, o Movimento dos Atingidos Pela Base Espacial de Alcântara (**MABE**), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (**MOMTRA**), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara (**STTR/Alcântara**) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alcântara (**SINTRAF/Alcântara**) e demais organizações da sociedade civil, juntamente com representantes da Comissão de Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (**ABA**) e da Comissão de Direitos Humanos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**), do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (**PPGCSPA/UEMA**), do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (**PNCSA**), do Projeto Antirracismo na América Latina numa Era Pós-Racial da Universidade de Manchester (**LAPORA/UManchester**), do Conselho Nacional de Direitos Humanos (**CNDH**), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (**CONAQ**), do Fórum por Direitos e Combate à Violência no Campo (**FDCVC**), da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (**FETAEMA**), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MA (**MST/MA**), da União de Negros pela Igualdade no Maranhão (**UNEGRO/MA**), da Congregação **Irmãs de Notre Dame**, da Justiça Global (**JG**), da Defensoria Pública da União/Defensor Regional de Direitos Humanos no Maranhão (**DPU/MA**) organizações sociais que historicamente se colocam na defesa dos direitos humanos, territoriais e culturais e do Território Quilombola de Alcântara, reunidas no **II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais**, ocorrido nos dias 24 e 25 de novembro de 2017 no Auditório Instituto Federal do Maranhão, Campus Alcântara, vem a público manifestar seu repúdio diante do avanço ilegal das negociações para cessão da Base Espacial de Alcântara aos Estados Unidos e outros países conforme têm veiculado diversos meios de comunicação e falas institucionais de agentes do governo federal¹⁵², e **REAFIRMAR**

¹⁵² Sobre as notícias na mídia, consultar: *EUA usarão Centro de Alcântara para lançar foguetes no Maranhão, diz ministro Ministério das Relações Exteriores firmou acordo com os EUA, que deve ser o 1º país a utilizar o centro. França, Rússia e Israel, também demonstram interesse na estrutura.* Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/eua-usarao-centro-de-alcantara-lancarfoguetes-no-maranhao-diz-ministro.ghtml> acessado as 08h50min em 27/09/2017; *Jungmann: Centro de Alcântara precisa de mais área para ser economicamente viável.* Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/05/31/interna_politica.873096/jungmann-centro-de-alcantara-precisade-mais-area-para-ser-economicam.shtml acessado as 08h58min em 27/09/2017; *Quatro países manifestaram interesse em parceria com o Brasil no CLA do Maranhão.* Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/30060-quatro-paisesmanifestaram-interesse-em-parceria-com-o-brasil-no-claro-maranhao> acessado as 09h11min em 27/09/2017; *Governo quer retomar plano de ampliação da base de Alcântara.* Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1889035-governo-quer-retomar-plano-de-ampliacao-da-base-dealcantara.shtml>. Acessado em 27/09/17 acessado as 09h17min.; *Acordo sobre base de lançamento de Alcântara vai ao Congresso em maio.* Disponível em:

e **RECONHECER** o direito dos Quilombolas de Alcântara ao seu território tradicional e historicamente ocupado e utilizado, conforme mandamento constitucional, e de outros dispositivos legais nacionais e internacionais, e expor as seguintes preocupações e reivindicações:

1. **Exigimos do governo federal a imediata titulação do território quilombola de Alcântara, conforme o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação publicado em 2008** e respeito à institucionalidade e competências estabelecidas no processo de regularização do território quilombola de Alcântara, entre os quais destacamos, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88, o Decreto 4887/2003, a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas Tribais, ratificada pelo Estado brasileiro em 2002, sobretudo, o direito de Consulta;
2. A proposta de cessão da Base Espacial aos interesses estrangeiros afronta a soberania nacional, configura desvio de finalidade da Base Espacial, uma vez que se afasta da precípua função de desenvolvimento da tecnologia aeroespacial nacional e sucumbe aos interesses estrangeiros;
3. Solicitamos, com base na CF/1988, na Lei de Acesso a Informação e na Convenção nº 169 da OIT, o acesso prévio as tratativas e documentos inerente as negociações de um suposto Acordo com os Estados Unidos para uso da Base de Alcântara, conforme veiculado por diversos meios de comunicação. **RESSALTAMOS que a negativa do governo federal em estabelecer um debate transparente, franco, honesto e justo em torno dessa questão com os quilombolas de Alcântara e com a sociedade brasileira é na realidade uma atitude dolosa que busca lesar os direitos dos quilombolas alcantarenses a soberania do povo brasileiro, inclusive a soberania tecnológica.** É de se registrar ainda, esta deliberada omissão é uma característica típica de governos autoritários e ditatoriais. É preciso primar pelo relevo da institucionalidade, da participação social, do acesso a informação e o respeito às garantias e direitos fundamentais, características estas, de um Estado democrático;
4. Utilizar-se do argumento de sigilo tecnológico e militar, ou mesmo da defesa da soberania nacional, para violar direitos assegurados e alijar as comunidades quilombolas e a sociedade brasileira do bom debate já não se sustenta, pois, se assim fosse, não se estaria renunciando de um território geopoliticamente estratégico, tampouco, renunciando a Base Espacial de Alcântara e entregando-os aos interesses estrangeiros;

5. Ademais, se esta proposta for levada a cabo se converterá em irreparáveis danos aos direitos territoriais das comunidades quilombolas de Alcântara, sobretudo, na autogestão do território, o que implicaria enormes retrocessos aos direitos historicamente conquistados por meios dos tratados internacionais de direitos humanos
tais como: o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), ambos os documentos legais ratificados pelo Estado brasileiro;
6. Portanto, **NÃO SE ADMITE SOB QUAISQUER PRETEXTOS E ARGUMENTOS A POSSIBILIDADE DE NOVOS DESLOCAMENTOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA. NÃO SE ADMITE TAMBÉM A EXPANSÃO DA BASE ESPACIAL SOBRE O LITORAL ALCANTARENSE, que poderá afetar aproximadamente 50 comunidades. Não cederemos nenhum milímetro do nosso Território Quilombola de Alcântara para esse projeto de expansão! Não renunciamos a direitos. Não negociamos direitos!**
7. EXIGIMOS a elaboração do Estudo de Impacto de Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental, devidamente acompanhado do Estudo de Componente Quilombola do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). **É inadmissível que o CLA funcione há 37 anos sem licença ambiental**, afrontando diariamente a Constituição Federal de 1988;
8. SOLICITAMOS do Governo do Estado do Maranhão a **formalização de um pedido de desculpas ao povo quilombola de Alcântara** em razão da publicação do decreto de desapropriação nº 7820/80 do território de Alcântara para implantação da Base Espacial. O Estado do Maranhão foi o primeiro fiador desse projeto durante o regime militar expondo, dessa forma, os quilombolas às atrocidades e violações perpetradas pelos militares, razão pela qual, **solicitamos uma audiência com o Exmo. Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, para discutir esta proposta e demais questões referentes à possível cessão da Base aos Estados Unidos;**
9. EXIGIMOS do Estado do Maranhão e do Governo Federal, a imediata **eletrificação da Ilha do Cajual, único território quilombola de Alcântara sem luz elétrica**. A referida ilha se encontra na região onde está localizado o Porto do Cujupe que é administrado pela EMAP (Empresa Maranhense de Administração Portuária), cujo orçamento e responsabilidade social deve, no nosso entender, incluir a eletrificação dessa ilha, sem prejuízo das competências e responsabilidades dos demais órgãos;

10. Denunciamos ao Estado brasileiro a situação de violência atualmente experimentada pela comunidade quilombola de Tiquara, em Alcântara, que vem sofrendo ilegalmente as investidas de uma pessoa estranha à comunidade (conhecido como Pastor Edilson), que sob o falso manto de um projeto de educação realizado em parceria com o Governo do Estado do Maranhão e instituições privadas de ensino, usurpa o território daquela comunidade, usurpa o Território Quilombola de Alcântara e tem submetido os quilombolas daquela comunidade a situações humilhantes e constrangedoras, inclusive, com prisões ilegais de quilombolas. Portanto, exigimos imediatas providencias das autoridades do Estado, do Governo Federal e do Ministério Público Federal para investigar a situação e devolver o território à comunidade de Tiquara;
11. Que sejam resgatadas, atualizadas e implementadas, com a participação e consulta, nos termos da Convenção 169, as ações de políticas públicas resultado dos trabalhos desenvolvido no âmbito Grupo Executivo Interministerial de 2004 a 2006;
12. **REAFIRMAMOS O COMPROMISSO** de dar continuidade às ações em trâmite na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA) da Organização dos Estados Americanos e na Organização Internacional do Trabalho contra o Estado brasileiro em função das violações de direitos humanos, culturais e territoriais das comunidades quilombolas de Alcântara no processo de implantação e gestão do CLA, inclusive, com os novos fatos de violações ora experimentados em Alcântara;
13. Reuniremos todos os nossos esforços para denunciar em todas as instancias nacionais e internacionais quaisquer tentativas de reduzir, retirar e lesar nossos direitos territoriais. Jamais admitiremos retrocessos!
14. Que o IBAMA, a SEMA/MA e o IFMA/Campus Alcântara (este, na condição de parceiro) realizem ações educativas, em parceria com as comunidades, com vistas a estimular a preservação ambiental no Território Quilombola de Alcântara;
15. Que a Prefeitura Municipal de Alcântara, adote medidas de implementação da política de resíduos sólidos para tratamento do lixo produzido no município, inclusive, pelo Centro de Lançamento de Alcântara, pois, o atual lixeiro funciona de forma inadequada, expondo as pessoas aos mais diversos riscos a saúde e com sérios danos ao meio ambiente;

Não poderíamos encerrar sem manifestar nosso total **REPÚDIO** ao voto do Ministro do STF, Dias Toffoli, proferido no ultimo dia 09 de novembro de 2017 no âmbito da ADI nº 3239/2004, cujo teor nega a trajetória histórica, social e cultural do povo quilombola ao longo da construção deste país.

O conteúdo deste voto significa o mais cruel racismo institucional da história recente e remonta um lamentável cenário *colonialesco* que intenta reavivar o império da propriedade privada e negar o território histórica e tradicionalmente ocupado às gerações futuras do nosso povo.

Por fim, **reafirmamos o irrenunciável compromisso de lutar pela permanência, das comunidades quilombolas de Alcântara no seu Território Quilombola na sua inteireza e plenitude, e REPUDIAMOS** veementemente toda e qualquer iniciativa desse governo federal golpista que busca cedê-lo aos interesses estrangeiros, comerciais e militares ameaçando, assim, nossa permanência no território, a soberania nacional, o direito destas comunidades a autogestão e autodeterminação sob seu território. Nem direito a menos, nenhum Quilombo a menos!

Atenciosamente,

Comunidade Quilombola de Arenhegava.

Comunidade Quilombola de Baixa Grande.

Comunidade Quilombola de Brito.

Comunidade Quilombola de Cajiba.

Comunidade Quilombola de Cajueiro I.

Comunidade Quilombola de Canelatiua.

Comunidade Quilombola de Espera.

Comunidade Quilombola de Goiabal.

Comunidade Quilombola de Itaaú.

Comunidade Quilombola de Mamuna.

Comunidade Quilombola de Marudá.

Comunidade Quilombola de Mato Grosso.

Comunidade Quilombola de Mocajubal II.

Comunidade Quilombola de Oitíua.

Comunidade Quilombola de Pacurí.

Comunidade Quilombola de Peptal.

Comunidade Quilombola de Peroba de Cima.

Comunidade Quilombola de Perú.

Comunidade Quilombola de Ponta D' Areia.

Comunidade Quilombola de Santa Maria.

Comunidade Quilombola de Santana.

Comunidade Quilombola de Santo Inácio.

Comunidade Quilombola de São João de Cortes.

Comunidade Quilombola de São Maurício.

Comunidade Quilombola de Tiquara.

Comunidade Quilombola de Trajano.

Comunidade Quilombola de Vista Alegre.

Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MOMTRA).

Movimento dos Atingidos Pela Base Espacial de Alcântara (MABE).

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alcântara (SINTRAF/Alcântara).

Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara (STTR/Alcântara).

Comissão de Direitos Humanos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Comissão de Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Congregação Irmãs de Notre Dame.

Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Defensoria Pública da União/ Defensor Regional de Direitos Humanos no Maranhão (DPU/MA).

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA).

Fórum por Direitos e Combate à Violência no Campo (FDCVC).

Justiça Global (JG).

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MA (MST/MA).

Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA).

Projeto Antirracismo na América Latina numa Era Pós-Racial da Universidade de Manchester (LAPORA/UManchester).

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

União de Negros pela Igualdade no Maranhão (UNEGRO/MA).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (2006a). Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico. Brasília: MMA. Vol. I.

_____. (2006b). Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico. Brasília: MMA. Vol. II.

_____. A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. Quilombos e as novas etnias. Manaus: UEA Edições, 2011.

ANJOS, Leonardo dos. Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a base espacial / Leonardo dos Anjos; Cynthia Carvalho Martins, org., Davi Pereira Júnior, org., Patrícia Maria Portela Nunes, org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

ANTÔNIO, Euzébios Filho. A contribuição da psicologia na garantia de direitos humanos coletivos: o caso Quilombolas de Alcântara x Brasil. Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. São Paulo, v. 9 n. 41 p.78-104, 2024. In: Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo / Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. v 1, n. 1 (2016). – São Paulo: EDEPE, 2016.

ALVES, Tacilvan Silva. A Pesca e o Centro de Lançamento de Alcântara: saberes e conflitos sociais. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), São Luís: 2018.

BORGES, Jorge Luís. Obras Completas. Vol II – (1952-1972). Editora Globo: São Paulo, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Campo de Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). 1 ed. — São Paulo Companhia das Letras, 2014.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento Feminista Negro. conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

_____.

COSTA, Wagner Cabral da. Ruínas verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais. Revista Caderno de Pesquisa, 2001, v. 12, p. 79-105.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. História Oral, 3. 2009.

FASCÍCULO 10. Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara. Série Movimentos Sociais, identidades coletivas e conflitos. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. São Luís: 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. *A Ordem do Discurso*. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A Coragem da Verdade: O Governo de Si e dos Outros II*. Martins Fontes, São Paulo, 1984.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira, 1968, 244p.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó: 2019.

KOSELLECK, Reinhart, 1923-2006. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAVILLE, Christian. *A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História*. Universidade Laval, Quebec. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999.

LOPES, Antonio. *Alcântara: subsídios para a história da cidade*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1957.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. *A Atemporalidade do Colonialismo: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a Base Espacial*. São Luís: Editora UEMA/PPGCSPA/ PNCNSA, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolitique en Traversées, diasporas, modernités, Raisons politiques*, n° 21, 2006, pp. 29-60.

MARTINS, Cynthia Carvalho. *Reflexão preliminar sobre a categoria quilombo em Penalva, Maranhão*. In: *cadernos de debates Nova cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*. PCNSA, 2010.

MONTELLO, Josué. *Noite sobre Alcântara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

Nova Cartografia Social da Amazônia. (2008). *A luta dos quilombolas pelo título definitivo: oficinas de consulta Alcântara: Casa 8 Design / Editora da Universidade Federal do Amazonas*.

NUNES, João Arriscado. *O Resgate da Epistemologia*. In: *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

NEVES, Lucília de Almeida. *Memória, História e sujeito: substratos da identidade*. *História Oral*, 3. 2009.

PEREIRA, Aniceto Araújo et alii. *Lutas em memória: a luta pela 'terra' reforçada pela luta em defesa dos 'territórios' quilombolas / Aniceto Araújo Pereira, Dorinete Serejo Morais, Marcos Antônio Pinho Diniz, Samuel Araújo Morais; Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Maria Portela Nunes org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed -Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.*

PEREIRA JÚNIOR, Davi. Santo de Casa não faz Milagres: challenges and dilemmas of intellectual production from your community or when you share identity with the researched group.

_____. The Future of Alcântara Is Not (Just) Rocket Science: Quilombola Epistemologies and the Struggle for Territoriality. The University of Texas at Austin, 2021.

Renata Barbosa Lacerda e Igor Rolemberg, «50 anos de experiência na Amazônia: Entrevista com Alfredo Wagner Berno de Almeida», Anuário Antropológico [Online], v.47 n.1 | 2022, posto online no dia 31 janeiro 2021, consultado o 17 abril 2025. URL: <http://journals.openedition.org/aa/9314>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9314>

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Editora UFMG: Belo Horizonte, 2020.

SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas de Resistência Camponesa. Raízes: v 21. nº 01. jan-jun / 2002.

VIVEIROS, Jerônimo de. Alcântara no seu passado econômico, social e político. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1950.

ENTREVISTAS

Entrevistas realizadas em campo

ADELMAN, Carlos. 44 anos. Pacuri. Entrevista realizada em 09 de março de 2023.

ALVES, Abdias Rodrigues. 62 anos. Vista Alegre. Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2023.

AMORIM, Emanuel de Jesus. 67 anos. Itauaú. Entrevista realizada em 07 de março de 2023.

AMORIM, Maria da Graça. 64 anos. Prainha. Entrevista realizada em 07 de março de 2023.

ARAÚJO, Mário. 68 anos. Canelatiua. Entrevista realizada em 19 de dezembro de 2023.

ARAÚJO, Miguel Arcanjo. 63 anos. Samucangaua. Entrevista realizada em 07 de março de 2023.

CANTANHEDE, Maurício. 76 anos. Itauaú. Entrevista realizada em 07 de março de 2023.

CANTANHEDE, Raimundo Nonato. 68 anos. Baracatiua. Entrevista realizada em 10 de março de 2023.

COELHO, Joacir Domingos Moraes. 44 anos. Ponta d' Areia. Entrevista realizada em 08 de março de 2023.

COSTA, Osmar Rodrigues. 46 anos. Ponta d' Areia. Entrevista realizada em 08 de março de 2023.

COSTA, Sebastiana Alves. 38 anos. Agrovila Só Assim. Entrevista realizada em 11 de março de 2023.

- CRISTINA, Paula. 53 anos. Peri Açú. Entrevista realizada em 10 de março de 2023.
- CUNHA, José Ubiratan. 70 anos. Paquatiua. Entrevista realizada em 11 de março de 2023.
- CUNHA, Maria do Nascimento. 43 anos. Manival. Entrevista realizada em 11 de março de 2023.
- DINIZ, Inaldo Faustino Silva. Agrovila Espera. Entrevista realizada em 11 de março de 2023.
- DOS ANJOS, Leonardo. Brito. Entrevista realizada em 09 de março de 2023.
- FERREIRA, Eleotério dos Santos Gonçalves. 64 anos. Terra Mole. Entrevista realizada em 07 de março de 2023.
- FERREIRA, Maria de Fátima. 67 anos. Mamuna. Entrevista realizada em 10 de março de 2023.
- LOPES, Damião Amorim. 70 anos. Mocajubal. Entrevista realizada em 08 de março de 2023.
- LOUZEIRO, Adelmo. 70 anos. Ponta d' Areia. Entrevista realizada em 08 de março de 2023.
- MACHADO, Rubens César Gomes. 42 anos. Pacuri. Entrevista realizada em 09 de março de 2023.
- MORAIS, Roberta. Brito. 54 anos. Entrevista realizada em 19 de dezembro de 2023.
- NASCIMENTO, Belmiro. 73 anos. Oitíua. Entrevista realizada em 12 de março de 2023.
- OLIVEIRA, José de Ribamar Oliveira. Santa Maria. Entrevista realizada em 10 de março de 2023.
- PEREIRA, Juliana Ferreira Pereira. 62 anos. São João de Cortes. Entrevista realizada em 08 de março de 2023.
- PINHEIRO, Maria José Lima. 50 anos. Mamuna. Entrevista realizada em 21 de dezembro de 2023.
- PIRES, Ednaldo Ribeiro. 46 anos. Canavieira. Entrevista realizada em 09 de março de 2023.
- RIBEIRO, Catarina Josefa. 63 anos. Samucangaua. Entrevista realizada em 07 de março de 2023.
- ROSA, João. 54 anos. Pacuri. Entrevista realizada em 09 de março de 2023.
- SALES, João da Mata. 83 anos. Mamuna. Entrevista realizada em 10 de março de 2023.
- SANTOS, Luís Gonzaga dos. 98 anos. Samucangaua. Entrevista realizada em 07 de março de 2023.
- SEREJO, Bibiano. 71 anos. Itapera. Entrevista realizada em 19 de dezembro de 2023.
- SEREJO, Dorinete. 50 anos. Canelatiua. Entrevista realizada em 16 de dezembro de 2024.
- SEREJO, Honorato Diniz. 87 anos. Santa Maria. Entrevista realizada em 19 de dezembro de 2023.
- SILVA, Antonio Raimundo. 53 anos. Marudá. Entrevista realizada em 10 de março de 2023.
- SILVEIRA, Leandra de Jesus. 83 anos. Agrovila Pepital. Entrevista realizada em 10 de março de 2023.

TORRES, José Elias. 40 anos. São João de Cortes. Entrevista realizada em 08 de março de 2023.